



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2025

CONTRATANTE (UASG)

(200340)

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de manutenção predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva) e fornecimento de materiais, peças e equipamentos para a manutenção preventiva e corretiva.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.511.981,04 (cinco milhões, quinhentos e onze mil, novecentos e oitenta e um reais e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2025 às 09:00hs (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço global

Modo de disputa:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

<u>1. DO OBJETO</u>
<u>2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO</u>
<u>3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO</u>
<u>4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>
<u>5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA</u>
<u>6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</u>
<u>7. DA FASE DE JULGAMENTO</u>
<u>8. DA FASE DE HABILITAÇÃO</u>
<u>9. DO TERMO DE CONTRATO</u>
<u>10. DOS RECURSOS</u>
<u>11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES</u>
<u>12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</u>
<u>13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u>

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - UASG 200340**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
(Processo Administrativo nº 08204.003981/2024-48)

Torna-se público que a **DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**, por meio do Serviço de Licitações e Contratos da Coordenação de Administração e Logística - SELIC/CLOG/DIREN-ANP, sediada na Rodovia DF 001 KM – 02, Setor Habitacional, Taquari – Lago Norte, CEP: 71559-900 - Brasília – DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de manutenção predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva) e fornecimento de materiais, peças e equipamentos para a manutenção preventiva e corretiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 03 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. sociedades cooperativas;

2.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público

do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário mensal e anual do item;

5.1.2 marca;

5.1.3 fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do

regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O critério de julgamento será o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

5.15. Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.

5.15.1. A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

5.15.2. Também não serão aceitas propostas que prevejam, na planilha de custos e formação de preços, valores inferiores aos orçados pela administração, referentes aos seguintes benefícios de natureza trabalhista e/ou social:

5.15.2.1. Auxílio alimentação;

5.15.2.2. Benefícios de natureza trabalhista ou social: seguro de vida / assistência funeral.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.11.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), no caso de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2 empresas brasileiras;

6.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1 Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025, do Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal - Número de Registro no MTE: DF000372/2023;

7.7.2 Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos e Serviços Terceirizados - Número de Registro no MTE: DF000250/2024;

7.7.3 Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizados - Número de Registro no MTE: DF00042/2025;

7.7.4 Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília - Número de Registro no MTE: DF000297/2023;

7.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicados no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.9. Não serão aceitos custos no Submódulo 2.3 relativos ao plano ambulatorial e assistência odontológica, embora haja indicação nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT's, pois são custos cuja redação do instrumento coletivo apontam para oneração exclusiva do tomador ou administração pública, sendo vedada a assunção pela Administração, conforme Art. 6º da IN SEGES nº 5/2017 e Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU e outros correlatos ao tema.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1 conter vícios insanáveis;

7.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 7.10.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.10.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.10.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.13. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.13.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.13.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 7.13.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.15.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.15.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.15.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.15.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa

remuneração do serviço.

7.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.19.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.19.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.19.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.19.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.23. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo ser agendado previamente através do telefone (61) 2024-8834 e/ou e-mail: semai.diren.anp@pf.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de

órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2h (duas horas)**, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para

assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://sei4.pf.gov.br>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selic.diren.anp@pf.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2025/academia-nacional-de-policia-anp/pregao-eletronico>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência, SEI nº 61725200

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar, SEI nº 61725197;

13.11.2 Anexo 01 – Descrição Geral dos Edifícios, SEI nº 61695071;

13.11.3 Anexo 02 – Caderno de Especificações Técnicas, SEI nº 61695173;

13.11.4 Anexo 03 – Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção, SEI nº 61695226;

13.11.5 Anexo 04 – Serviços Especializados Eventuais, SEI nº 61695269;

- 13.11.6 Anexo 05 – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental, SEI nº 61695336;
- 13.11.7 Anexo 06 – Peças e Materiais, SEI nº 61695377;
- 13.11.8 Anexo 07 – Instrumento de Medição de Resultado, SEI nº 61695441;
- 13.11.9 Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente, SEI nº 61695500;
- 13.11.10 Anexo 09 - Justificativa à Composição do BDI, SEI nº 61695572;
- 13.11.11 Anexo 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial, SEI nº 61695701;
- 13.11.12 Anexo 11 - Declaração de Ciência, SEI nº 61695745;
- 13.11.13 Anexo 12 - Declaração de Reserva de Cargos, SEI nº 61695894;
- 13.11.14 Anexo 13 - Declaração de Compromissos Assumidos, SEI nº 61695943;
- 13.11.15 Anexo 14 - Declaração de Vistoria, SEI nº 61696000;
- 13.11.16 Anexo 15 - ARTs, SEI nº 61696108;
- 13.11.17 Anexo 16 - Comparação Onerado X Desonerado, SEI nº 61696143;
- 13.11.18 Anexo 17 - Termo de Justificativas Relevantes, SEI nº 61696679;
- 13.11.19 Anexo 18 - Justificativa Não Participação de Consórcios e Cooperativas, SEI nº 61696780;
- 13.11.20 Anexo 19 - Termo de Conciliação MPT, SEI nº 61697062;
- 13.11.21 Anexo 20 - Planilhas Modelo - Preenchimento de Propostas, SEI nº 61697123;
- 13.11.22 Anexo 21 - CCTs - Convenções Coletivas de Trabalho, SEI nº 61697167;
- 13.11.23 Anexo 22 - Laudo Ambiental - Periculosidade/Insalubridade SEI nº (61697268);
- 13.11.24 Anexo 23 - Modelo de Declaração de Enquadramento Sindical SEI nº (61697792);
- 13.11.25 Anexo 24 - Modelo de Decl. de Obrigação Desempenhamento SEI nº (61697842);
- 13.11.26 Anexo 25 - Modelo de Autorização de Destaques Pagamento SEI nº (61697958);
- 13.11.27 Anexo 26 - Modelo Carta de Apresentação SEI nº (61698109);
- 13.11.28 Anexo 27 - Declaração Negativa de Relação Familiar SEI nº (61698145);
- 13.11.29 Anexo 28 - Titularidade do Imóvel SEI nº (61718956);
- 13.11.30 Minuta de Contrato SEI nº 61307902

CHRISTIANE CORREA MACHADO
Delegada de Polícia Federal
Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia
DIREN-ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **WALVERNACK BESERRA, Coordenador(a)**, em 05/06/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO ALEXANDRE ALENCAR BARROS, Diretor(a) - Substituto(a)**, em 06/06/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61762833&crc=3B780611.
Código verificador: **61762833** e Código CRC: **3B780611**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08204.003981/2024-48

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Contratação de serviços contínuos de manutenção predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva) e fornecimento de materiais, peças e equipamentos para a manutenção preventiva e corretiva nas instalações da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN/ANP/PF).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Manter os prédios conforme Anexo 01 - Descrição Geral dos Edifícios (SEI nº 61695071).

2.2. Acrescentando-se ainda área pavimentada e área verde, os quais contabilizam uma área construída de 58.165,29 m² e área de terreno de 798.160,44 m², localizado na Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900, em perfeito estado de funcionamento, com o constante monitoramento e operação de seus sistemas e equipamentos e realização de manutenções preventivas e corretivas dos serviços integrados às instalações prediais. Dessa forma, o patrimônio público se manterá preservado, além de possibilitar que os servidores desempenhem suas atividades em ambiente de trabalho adequado, inclusive com condições favoráveis para o atendimento ao público.

2.3. A Polícia Federal detém sistemas civis, elétricos, mecânicos e de automação que utilizam equipamentos com elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados em engenharia, manutenção de equipamentos e automação, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Os sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

2.4. A Diretoria de Ensino, nas suas instalações localizadas em Brasília/DF, utilizam também vários sistemas, máquinas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas, as instalações prediais elétricas, cabeamento estruturado, hidráulicas, sanitárias, de ar condicionado, controle de acesso, CFTV, gases especiais, detecção, prevenção e combate a incêndio e outras no mesmo nível de complexidade, devem ser supervisionados, operados e inspecionados constantemente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção predial preventiva pode resultar em mal funcionamento do sistema, ineficiência energética e acidentes com vítimas ou prejuízos materiais e imateriais graves.

2.5. Os sistemas e os equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante dinâmica das atividades desta Contratante impõe a necessidade de adequações e ampliações nos sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação ou readaptação de luminárias, aparelhos de ar condicionado, pontos elétricos e movimentação de divisórias.

2.6. Nos prédios onde os serviços serão executados, concentram-se sistemas informatizados que têm abrangência nacional, de forma que algum mal funcionamento das instalações podem comprometer o desempenho e a segurança em várias outras unidades da PF em aeroportos, áreas de fronteiras e outras unidades. Desse modo, o objetivo da contratação é prover confiabilidade às instalações e continuidade dos

serviços e das atividades desempenhadas nesses locais.

2.7. Atente-se que os serviços visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o correto funcionamento das instalações prediais, garantindo assim, a perfeita atividade finalística das edificações que constituem a Diretoria de Ensino, evitando interrupções que possam comprometer a prestação de um serviço público e missão institucional eficientes, todavia, as instalações que compõem a Diretoria de Ensino, bem como o quadro de pessoal da Polícia Federal não dispõem, de recursos humanos para o atendimento desses serviços, especificamente para a finalidade pretendida. Isto posto, considerando que os serviços pretendidos são necessários, bem como que tais serviços não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio da Polícia Federal, demonstra-se plenamente justificada a presente demanda.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Setor de Engenharia e Manutenção de Instalações - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados nas instalações da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, situada na Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900.

4.2. Trata-se da contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, composto por um grupo único com 3 (três) itens:

4.2.1. Serviços com mão de obra permanente;

4.2.2. Serviços com mão de obra eventual; e

4.2.3. Fornecimento de peças, materiais e equipamentos.

4.3. Os custos com mão de obra eventual e de serviços provisionados, peças e materiais são valores que serão pagos somente quando determinado componente precisar ser substituído ou adquirido, sendo um custo variável e a custo do mercado.

4.4. O Anexo 01 (SEI nº 61695071) ao Termo de Referência apresentará toda a Descrição Geral dos Edifícios.

4.5. Considerando o valor estimado da contratação não há que se falar em exclusividade para ME/EPP.

4.6. Não será permitida a participação de consórcios e/ou cooperativas, com justificativas exaradas no Anexo 18 (SEI nº 61696780).

4.7. Considerando a complexidade técnico-operacional dos serviços a serem executados. Considerando o quantitativo de mão de obra envolvido na contratação. Considerando tratar-se do complexo da Diretoria de Ensino, que envolve várias edificações, cujo funcionamento é essencial para o bom funcionamento de todas as unidades da Polícia Federal, inclusive para a boa formação de novos Policiais Federais e que a paralisação de uma dessas edificações/serviços/equipamentos poderá gerar grave prejuízo na funcionalidade de sistemas e prejudicando operações e a atividade fim da Polícia Federal como um todo, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que no quesito capacidade técnica deverá apresentar certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser inferior a 3 (três) anos, nos termos do parágrafo 5º da Lei nº 14.133, de 2021 e ainda:

4.7.1. O licitante vencedor deverá apresentar documentação de profissional, devidamente registrado no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, nos termos do inc. I do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.7.1.1. Nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, os profissionais

indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

4.7.1.2. A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias da Carteira de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da Contratada, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

4.7.2. O licitante vencedor deverá apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Documentação relativa à Capacidade Técnico-Operacional:

4.8.1. Declaração (não obrigatória) de que a empresa vistoriou, por intermédio de seu Responsável Técnico, os locais e instalações da prestação dos serviços, tendo então pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços, devendo tal vistoria ser realizada até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.8.1.1. O licitante que franquear o direito de vistoria assumirá os riscos da confecção da sua proposta, sem possibilidade de alegações posteriores sobre desconhecimentos dos serviços, áreas, equipamentos e/ou dificuldades técnicas não previstas.

4.8.2. O licitante vencedor no ato da habilitação deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidade e prazos com o objeto da contratação, contemplando, ao menos, os seguintes dados:

4.8.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

4.8.2.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 40% (quarenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

4.8.2.3. Comprovação que já executou contrato(s) de manutenção predial nos termos e condições semelhantes às especificadas no estudo técnico (anexo a este Termo de Referência) com área construída com um mínimo de 20% (vinte por cento) do total da área construída abrangida no Complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP, cuja área é 58.165,29 m²;

4.8.2.4. Informações que permitam estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços objeto da contratação e os realizados em edificações não residenciais, com fornecimento de todo o material de reposição, observados os seguintes parâmetros:

a) Monitoramento, Operação e Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 1.900 KVA;

b) Monitoramento, Operação e Manutenção de instalações hidrossanitárias prediais em edificações com área construída mínima de 5.000 m²;

c) Monitoramento, operação e manutenção em instalações de ar condicionado do tipo VRF e SPLIT;

d) Monitoramento, Operação e Manutenção de rede elétrica de tensão ininterrupta/estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 500 pontos ininterrupta/estabilizados e aterrados;

- e) Monitoramento, Operação e Manutenção de rede área e subterrânea de média tensão (13,8kV) e potência instalada mínima de 1.900 kVA;
- f) Monitoramento, Operação e Manutenção de barramento Blindado (Bus-Way) com capacidade mínima de 1.000 Amperes;
- g) Monitoramento e Operação de equipamentos no-break eletrônicos trifásicos, com potência unitária mínima de 100 kVA, e capacidade total da instalação de 500 KVA;
- h) Monitoramento e Operação de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade unitária mínima de 300 kVA, e capacidade total da instalação de 2.000 kVA.

4.9. De acordo com a Instrução Normativa SG/MPDG nº 5, de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Segundo o Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.9.1. Desta forma, a contratação aqui descrita é do tipo serviço continuado com possibilidade de prorrogação por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente no que concerne à sustentabilidade ambiental, conforme o item específico constante deste Estudo Técnico.

4.11. Nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, a duração do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses e poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.11.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

4.12. Por todo o exposto e exigências, os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, devido aos riscos envolvidos com a paralisação dos serviços contratados.

4.14. A contratada deverá possuir ou instalar escritório na cidade de Brasília/DF ou na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

4.14.1. A distinção é fundamental e a justificativa para tal exigência se baseia na otimização operacional, agilidade no atendimento e na gestão administrativa do contrato, conforme detalhado abaixo:

4.14.1.1. Agilidade no Atendimento de Demandas Urgentes e Suporte Operacional:

- a) Os serviços de manutenção predial, por sua natureza, frequentemente demandam

pronta resposta, especialmente em casos de manutenções corretivas emergenciais que possam comprometer a segurança ou a funcionalidade das instalações. Ter uma base operacional (escritório/sede) na própria cidade ou na RIDE/DF permite que a empresa mobilize equipes e recursos (materiais, ferramentas específicas) com muito mais rapidez e eficiência do que uma empresa sediada em outra localidade.

b) Essa proximidade geográfica é crucial para garantir que os tempos de resposta estabelecidos em contrato sejam cumpridos, minimizando interrupções nas atividades da ANP.

4.14.1.2. Eficiência na Gestão Administrativa e Contratual:

a) A presença de um escritório na localidade facilita os contatos administrativos e operacionais com a Administração contratante. Reuniões de alinhamento, apresentação de relatórios, tratativas sobre medições, aditivos e quaisquer outras questões formais do contrato são otimizadas. A necessidade de deslocamentos constantes de representantes da empresa de outras regiões geraria custos e morosidade para ambas as partes.

b) A logística de recebimento e entrega de documentos, bem como a resolução de eventuais pendências burocráticas, é significativamente simplificada com a sede ou escritório local.

4.14.1.3. Suporte ao Preposto e às Equipes Alocadas:

a) Embora o contrato preveja a manutenção de um preposto e equipes fixas dentro da ANP (cuja justificativa já foi apresentada), a sede ou escritório na cidade de Brasília serve como base de apoio fundamental para esses profissionais. É onde a empresa realizará a gestão de pessoal (folha de pagamento, benefícios, questões trabalhistas), o controle de estoques de materiais de maior volume, a manutenção da frota de veículos (se aplicável) e a supervisão gerencial superior da operação.

b) Essa estrutura local garante que o preposto e as equipes da ANP tenham o suporte necessário e que a empresa possua a capacidade de gerenciamento e logística para sustentar a operação.

4.14.1.4. Conhecimento da Realidade Local e Mercado Fornecedor:

a) Empresas estabelecidas em Brasília ou na RIDE/DF possuem maior conhecimento da dinâmica local, dos fornecedores de materiais e serviços específicos da região, e da legislação trabalhista e fiscal do Distrito Federal. Esse conhecimento prévio contribui para a agilidade na aquisição de insumos e para a conformidade legal da execução do contrato.

b) A exigência de que a empresa contratada possua sede ou escritório na cidade de Brasília/DF ou na RIDE/DF não se confunde com a instalação de um escritório nas dependências da DIREN-ANP. Tal exigência tem como objetivo precípuo assegurar a pronta capacidade de resposta, a eficiência na gestão contratual e a agilidade logística imprescindíveis para a execução de um serviço de manutenção predial de natureza contínua e estratégica para a Academia Nacional de Polícia. Esta condição visa garantir a efetividade da prestação dos serviços e a minimização de riscos operacionais para a Administração Pública, em conformidade com o princípio da eficiência e a busca pela proposta mais vantajosa.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Preliminarmente é imperioso informar que, considerando as peculiaridades da contratação pretendida, não há possibilidade de aplicação no Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública.

5.2. Este Estudo Técnico trata da contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção predial, com emprego de mão de obra exclusiva (serviços ordinários), fornecimento de materiais, peças e equipamentos, conforme preços unitários da tabela SINAPI, para a manutenção preventiva e corretiva, e serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva),

pautada em 3 (três) itens principais:

- 5.2.1. Serviços ordinários com mão de obra exclusiva;
- 5.2.2. Serviços especializados com mão de obra sob demanda;
- 5.2.3. Fornecimento de materiais, peças e equipamentos.

5.3. Os valores referentes a serviços técnicos ordinários com mão de obra fixa foram calculados por meio de consultas a Convenções Coletivas de Trabalho das categorias e inseridas em planilhas de custo e formação de preços, cujo resultado de valores constam no Anexo 08 ao Termo de Referência (SEI nº 61695500).

5.4. Em relação a ferramentas, instrumentos e equipamentos, a quantificação foi realizada usando os seguintes parâmetros:

5.4.1. Para a quantificação das ferramentas, utilizou-se a metodologia do SINAPI (livro 2 - SINAPI: Referências para Custos Horários e Encargos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal, cálculos e parâmetros). A partir das famílias de mão de obra foi realizado o levantamento das ferramentas necessárias para cada atividade profissional, considerando o custo, a vida útil e a frequência de uso;

5.4.2. Os preços dos insumos de ferramentas são igualmente provenientes do SINAPI, de bancos oficiais ou de cotação no mercado. Contido nas tabelas o fornecimento dos custos horários e mensais de ferramentas tanto detalhado quanto total para cada uma das famílias de mão de obra;

5.4.3. Para execução dos serviços, caberá à Contratada o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos, vide Anexos 05 e 06, deste Termo de Referência (SEI nº 61695336 e 61695377). adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória dos mesmos, dando cumprimento às condições contratuais e observando a listagem informadas nos Anexos ao Termo de Referência.

5.5. Para os serviços especializados não constantes da tabela SINAPI ou outros bancos de composições oficiais, foram consultadas empresas do ramo para apuração de valores referenciais.

5.6. Para apuração de valores de equipamentos, instrumentos ferramental básicos e peças e materiais (insumos) foram consultados sites especializados, sendo que na maioria dos itens os valores foram retirados do SINAPI, conforme se verifica nos Anexos 05 e 06, deste Termo de Referência (SEI nº 61695336 e 61695377).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A contratação será realizada em pregão eletrônico em grupo único, dividido em 3 (três) itens, classificado como serviço continuado com dedicação exclusiva, serviços eventuais de mão de obra e fornecimento de peças, materiais e equipamentos.

6.1.1. O item 1 será composto por serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra com fixação de postos permanentes de trabalho, descritos no Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente (SEI nº 61695500);

6.1.2. O item 2 será composto por serviços eventuais sem dedicação exclusiva de mão de obra, descritos no Anexo 04 do Termo de Referência - Serviços Especializados/Eventuais (SEI nº 61695269);

6.1.3. O item 3 será composto por fornecimento de peças, materiais e equipamentos baseados na tabela SINAPI e outros bancos oficiais, descritos no Anexo 06 – Peças e Materiais (SEI nº 61695377);

6.1.4. Os anexos ao Termo de Referência demonstrarão detalhadamente todos os postos contínuos (fixos), os serviços especializados (com chamadas eventuais) e todos os materiais, peças e equipamentos;

6.1.5. A Contratada será responsável pelo Monitoramento, Manutenção e Operação de TODAS as instalações e equipamentos prediais existentes, ou que venham a existir, nas unidades

instaladas no complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, localizada em Brasília/DF, descritas neste documento e no Termo de Referência e seus anexos.

6.1.5.1. Entende-se por Monitoramento todas as atividades relativas a gerência de mão de obra; inspeção, verificação, registro do estado das instalações e equipamentos, incluindo-se suas grandezas físicas de interesse para a manutenção; auxílio à Contratante no controle dos demais prestadores de serviço indicados nos itens deste documento ou que vierem a ser contratados, cuja atuação esteja relacionada com a gestão predial; elaboração de planos, rotinas e estudos; revisão e aperfeiçoamento de rotinas; ponto de controle entre a Contratante e a Contratada; e demais atividades de nível de complexidade elevada (engenharia e técnico). O Monitoramento deverá auxiliar a fiscalização da Contratante na sua atividade de acompanhamento de todas as instalações, incluindo o monitoramento da execução dos demais serviços;

6.1.5.2. Entende-se por Operação todas as atividades relativas a atuação de pessoas habilitadas junto a máquinas, equipamentos e instalações de forma a direcionar seu funcionamento dentro dos resultados esperados. Estão incluídas as atividades de parada e reativação de máquinas e equipamentos, manobras programadas ou de emergência, reabastecimento de combustível em grupos geradores, troca de equipamentos ou dispositivos e demais atividades de nível operacional e técnico;

6.1.5.3. Entende-se por Manutenção todas as atividades relativas a necessidade de acompanhamento, reposições, consertos, adaptações, lubrificação, limpeza, etc. de maneira programada ou não, de forma a garantir continuidade do serviço e funcionamento das máquinas, equipamentos e instalações, visando a melhor utilização dos recursos, preservação do patrimônio e atendimento aos usuários;

6.1.5.4. A Contratada será responsável pela qualificação profissional dos postos de trabalho, conforme exigência deste documento, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, uniformes e ferramentas em qualidade e quantidade suficiente para a adequada realização das tarefas.

6.2. A licitação será procedida nos termos da Lei 14.133, de 2021, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, no modo de disputa Aberto/Fechado, sendo em lote único formado por 3 (três) itens.

6.3. Será considerado "desconto" a diferença percentual do valor ofertado com a estimativa global - "Orçamento Estimado anual de custos para provisão de Serviços/Peças/Materiais".

6.3.1. Na execução do item 3 (fornecimento de materiais, peças e equipamentos) o "desconto" ofertado incidirá sobre os preços constantes da tabela do SINAPI, Unidade da Federação Distrito Federal, somados do BDI;

6.3.2. Na composição do orçamento estimado já está contido o BDI, que para proposta dos licitantes será o máximo aceitável;

6.3.3. O Regime de Execução é o de empreitada por preço unitário, no que se refere aos serviços executados sob demanda (itens 2 e 3), e de empreitada por preço global, no que se refere aos serviços executados pelos postos fixos de trabalho (item 1);

6.3.4. A lista de equipamentos, Instrumentos e ferramental básicos não é exaustiva. A Contratada se obriga a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumento e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto da Contratação;

6.3.5. O fornecimento de peças e/ou materiais (item 3) somente serão realizados mediante emissão prévia de respectiva Ordem de Serviço (OS) pela Fiscalização e correspondente aprovação do orçamento da OS;

6.3.6. As peças e materiais a serem fornecidos deverão estar contidos na tabela SINAPI.

6.3.6.1. Aos valores unitários de cada peça e/ou material serão utilizados os valores contidos na tabela SINAPI, aplicado o desconto ofertado pela Contratada na sua proposta, acrescido do BDI utilizado;

6.3.6.2. Na eventualidade de necessidade de troca de peças e materiais não discriminados na tabela SINAPI, além da execução de serviços não previstos no escopo desta contratação, seu fornecimento será realizado pela Contratante. Nesse caso, a Contratada apresentará a necessidade da peça e/ou material e serviços não listados;

6.3.6.3. Demais critérios da contratação, critérios de investigação social de colaboradores da Contratada para investidura no cargo para execução dos serviços contratados, as rotinas de trabalho, a listagem de materiais, peças, equipamentos e insumos e outros de estarão pormenorizados no Termo de Referência que obrigatoriamente será elaborado tendo como modelo o disponibilizado no portal da internet da Advocacia-Geral da União - AGU.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Para a estimativa de quantidades foi avaliada a área total descrita no item 2 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Inicialmente define-se o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas. Sendo assim, a definição das quantidades a serem contratadas foi obtida das seguintes formas:

7.2.1. Realizou-se o levantamento em campo das características de todos os equipamentos e instalações a serem objetos do contrato de manutenção. Cabe ressaltar que o Anexo 01 do Termo de Referência (SEI nº 61695071) contém todas as informações necessárias sobre a descrição geral dos edifícios que compõem o complexo;

7.2.2. Em seguida, utilizou-se informações das contratações anteriores. Para tanto, computou-se as ordens de serviços do período da contratação anterior para levantamento dos quantitativos de postos e serviços para a nova realidade após o período de 60 (sessenta) meses da contratação anterior;

7.2.3. Com base no volume de ordens de serviços, verificou-se a demanda de manutenção para cada tipo de serviço (exemplo: serviços elétricos, hidráulicos, de pintura, de marcenaria, etc). Essas informações são de suma importância para definir os quantitativos de postos, os tipos de postos que farão parte da configuração do único lote composto de itens;

7.2.4. Após, para melhor embasamento das estimativas de quantidade, realizou-se pesquisa de mercado e levantamento de custos SINAPI e outros bancos oficiais.

7.3. Para serviços de manutenção, verificou-se a necessidade de alocação exclusiva de mão de obra. Nesse sentido, foi realizada a análise da quantidade de postos permanentes de trabalho necessária para atendimento das demandas, levando em conta os princípios da economicidade e efetividade. Ou seja, os postos de trabalhos devem apresentar o melhor custo benefício: a contratação de um profissional ocioso durante seu horário de trabalho e a contratação de um profissional sobrecarregados em tarefas não atendem aos princípios que regem as boas práticas de contratação pública.

7.4. Os serviços de manutenção com alocação de mão de obra exclusiva se baseia nas rotinas de manutenção preventiva, que exige a dedicação exclusiva atuando nessas atividades, além de serviços de manutenção corretiva, realizados por meio de ordens de serviços.

7.5. Após o levantamento das demandas do contrato anterior, analisado proporcionalmente o aumento das instalações edificadas e ao mesmo tempo prezando pelo princípio da economicidade e efetividade, ou seja, os postos de trabalho devem apresentar o melhor custo benefício para garantir os princípios que regem as boas práticas de contratação pública, foi possível chegar aos quantitativos necessários relacionados neste processo.

7.6. A contratação abrange ainda serviços técnicos especializados/eventuais (sob demanda) a serem previamente autorizados, vide Anexo 04 do Termo de Referência (SEI nº 61695269).

7.7. Tais serviços especializados são sob demanda em caráter especial, tendo em vista que são demandas esporádicas.

7.8. A presença de 1 (um) posto de trabalho de um profissional "Técnico em Edificações" se justifica com base pela descrição das atribuições, a serem desempenhadas por esse profissional também responsável por atividades administrativas como organização de Ordens de Serviço, manuais, notas

fiscais, termos de garantia, etc. Caso o serviço de Técnico em Edificações fosse pago por demanda, ter-se-ia que ter mais um posto de auxiliar administrativo, o que aumentaria os custos e não geraria o trabalho com a mesma qualidade.

7.9. Devido a criticidade dos sistemas e equipamentos da Polícia Federal, os quais necessitam ter fornecimento elétrico constante, a elevada demanda de manutenções corretivas e as diversas rotinas de manutenção preventiva para serviços elétricos, inclusive com atividades diárias, se faz necessário a presença de 1 (um) posto de trabalho de "Eletricista" 44 (quarenta e quatro) horas semanais, além de 1 (um) profissional dessa área atuando 12 (doze) horas por dia em 7 (sete) dias da semana em regime de plantão, sendo desse modo, 1 (um) plantonista diurno, além dos 2 (dois) profissionais com 44 (quarenta e quatro) horas semanais. O complexo da Diretoria de Ensino contém instalação de média/alta tensão (13,8 kV) e de baixa tensão (380 V). Para tanto, a norma regulamentadora NR-10, que trata sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade, dispõe que os serviços em instalações elétricas energizadas em alta tensão não podem ser realizados individualmente. Quando se trabalha com linha "viva" (energizada) é sempre prudente ter 2 (dois) profissionais em conjunto, dupla de oficial e ajudante. Os outros eletricistas, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, estão escalados para as demais manutenções preventivas e corretivas, onde 1 (um) ajudante em conjunto é suficiente.

7.10. Para a parte de refrigeração, atualmente o complexo da Diretoria de Ensino conta com sistema de VRF localizado no Teatro de Arena, cerca de 200 (duzentos) splits e 10 (dez) aparelhos de janela dispostos em todos os prédios do complexo. A rotina de manutenção preventiva exige atividades diárias devendo, inclusive, estar de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, implantado nos termos das normas e instruções descritas na Portaria n.º 3.523, de 1998 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada. Ademais, visualiza-se demanda de manutenção corretiva em praticamente todos os meses do ano. A diversidade de marcas e modelos dos equipamentos de refrigeração presentes exige um conhecimento mais profundo do assunto. Dessa forma, para tornar as atividades de manutenção mais eficientes possíveis, verificou-se a necessidade de 1 (um) profissional mais capacitado atuando principalmente no plano de trabalho de manutenção, em especial no seu Controle, acrescido de profissionais atuando na Operação. Estimou-se, assim, a presença de 1 (um) "Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado" e 1 (um) "Mecânico de Ar-Condicionado e Refrigeração" atuando principalmente na Operação da Manutenção.

7.11. A presença de 2 (dois) postos de trabalho do profissional "Marceneiro", 1 (um) de "Serralheiro" e de 2 (dois) para o posto de "Pintor" se justificam pela rotina de atividades mensais a serem executadas em todas as instalações. Tendo em vista a área a ser abrangida pelo contrato, estimou-se que os profissionais executem a rotina de manutenções preventivas e corretivas. Sendo as principais atividades previstas para cada uma destas categorias:

7.11.1. Marceneiro: revisão, relocação e manutenção de móveis (armários, gaveteiros, mesas), revisão, relocação e manutenção de divisórias internas tipo colmeia, saque frontal e divisória sanitária (TS-10), manutenção de revestimentos laminados, reparos e revisão de portas, portais, alisares, fechaduras e acessórios;

7.11.2. Serralheiro: manutenção, reparo de janelas, portões, esquadrias metálicas, suportes metálicos, revisão e manutenção de estruturas de coberturas, grelhas e dutos metálicos;

7.11.3. Pintor: revisão da pintura, aplicação de massa corrida e finalização de reparos em todas as áreas internas e externas das instalações do complexo, incluindo áreas de teto, estacionamento, tubulações e meio-fio, etc.

7.12. A presença de 2 (dois) postos de trabalho de profissional "Pedreiro" se justifica pela rotina de atividades a serem executadas em todas as instalações. Considerando a quantidade de prédios a serem atendidos, bem como a idade e estado de conservação de diversos deles, a presença desses profissionais é de crucial relevância e representa grande economicidade para a Administração, ao tempo que garante sobremaneira a conservação do patrimônio público.

7.13. A presença de 1 (um) "Piscineiro" se justifica pela rotina de atividades de manutenção da piscina da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, considerando o tipo e a frequência de uso pelos alunos/servidores/colaboradores da DIREN-ANP.

7.14. A presença de 12 (doze) postos de trabalho de profissionais "Auxiliares de Manutenção" se justifica pela necessidade de apoio em todas as atividades de manutenção preventiva e corretiva desenvolvidas. Para a Administração, se torna mais eficiente a execução de atividades de baixa complexidade por esses profissionais do que a utilização de profissionais mais capacitados para esses serviços.

7.15. A presença de 1 (um) posto de trabalho de profissional "Engenheiro de Manutenção" se justifica pela necessidade de monitoramento, controle, e direção das atividades de manutenção predial atuando diretamente na execução destas. Esse profissional será o responsável técnico (com emissão de anotação de responsabilidade técnica – ART/CREA) pelo contato permanente com a fiscalização, visando a otimização de metas e objetivos, gerenciamento de equipe de acompanhamento e monitoramento, sendo responsável por apresentar relatório situacional das edificações, com periodicidade a ser definida pelos fiscais, devendo ser no mínimo mensal, além de outras atividades como o planejamento de serviços de rotina.

7.16. A presença de 1 (um) posto de trabalho de profissional "Encarregado Geral" se justifica pela grande demanda de serviços e a quantidade de profissionais atuando em variados setores do complexo, para garantir a qualidade e celeridade dos serviços e distribuição das mãos de obra por demandas com melhor orientação das atividades de manutenção. Ressalta-se que nessa função está o preenchimento das atividades na "Plataforma de Monitoramento e Manutenção". Tal solução será vantajosa tendo em vista a celeridade na solução das demandas solicitadas, diminuindo o tempo de solução e, em alguns casos, o desconforto aos servidores com salas em serviços de manutenção com menos tempo interditadas.

7.17. É cediço que não só a Administração pública, mas todas as atividades empresariais e profissionais são dependentes da tecnologia da informação. Sendo praticamente impossível se desenvolver trabalhos sem o uso das tecnologias. Desse modo, a presença de 1 (um) "Técnico em Rede" é de crucial importância para que o máximo possível essas tecnologias sejam utilizada com o mínimo de interrupções. O profissional Técnico de Rede terá a função de instalar, testar e realizar manutenções preventivas e corretivas de sistemas de telecomunicações; reparar equipamentos e prestar assistência técnica às demandas dos setores; alterar, acrescentar e/ou retirar pontos de redes conforme necessidade dos usuários, prevendo ainda possíveis necessidade de novos equipamentos e/ou materiais; dar manutenção nos racks de rede, substituindo ou acrescentando componentes, conforme a necessidade dos usuários, além de outros serviços necessários da área.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação está estimada em R\$ 5.511.981,04 (cinco milhões, quinhentos e onze mil novecentos e oitenta e um reais e quatro centavo), conforme custos unitários apostos nos anexos deste termo de referência e consolidados em resumo no Anexo 10 deste Termo de Referência (SEI nº 61695701).

8.2. A estimativa de custos para serviços de engenharia está prevista no Decreto nº 7.983, de 2013 que determina, em seu art. 3º que o custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil. Igualmente, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, estabelece vinculação.

8.3. O valor estimado da contratação abrange todos os serviços relacionados a postos de dedicação exclusiva, possíveis horas extras, os serviços de caráter especializados, sob demanda, aquisição de materiais, peças e equipamentos, todos demonstrados com valores específicos nos anexos ao Termo de Referência.

8.4. Foi considerada também a experiência do contrato anterior, bem como o conhecimento dos fiscais do contrato. Desse modo, estimou-se a quantidade dos postos de trabalho, e, com o uso das Convenções Coletivas de Trabalho - CCT's, valores mínimos estabelecidos em Lei e no SINAPI, determinando-se a tabela com preços e valores de referência. O uso do SINAPI está de acordo com o

Decreto nº 7.983, de 2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, para obtenção de referência de custos.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A justificativa para o parcelamento dos itens em lote único está amparada pelo inc. II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021 e ainda pelos inc. II e III, do parágrafo primeiro, do artigo retro citado para proceder-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A opção pela realização da licitação em lote único decorreu principalmente em razão de aspectos técnicos, com vistas a otimizar as atividades de gestão e, principalmente da execução, por parte da fiscalização da Contratada, além de impedir eventuais conflitos oriundos de responsabilização quanto à execução de serviços irregulares.

9.3. Do ponto de vista da natureza técnica e logística dos serviços a serem prestados, não se vislumbra vantagem para a Administração na dissolução dos itens para sua contratação em separado, sendo essencial, em termos de qualidade, o agrupamento dos itens considerando sua relação de semelhança e similaridade. No âmbito da execução dos serviços, a adjudicação por item pode trazer, ainda, prejuízo para o conjunto do objeto licitado, dada a sensível compatibilidade que os serviços guardam entre si.

9.4. Não seria eficiente idealizar o fracionamento do presente objeto em grupos individualizados, uma vez que o serviço que se pretende contratar é a soma de inúmeras atividades conexas e interdependentes. De fato, a gestão centralizada do grupo permite a uniformização do serviço final.

9.5. Diante das informações elencadas nos itens anteriores, justifica-se o agrupamento dos itens 1, 2 e 3 em um único lote, nos termos da legislação pertinente.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A aquisição pretendida está alinhada às diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da Polícia Federal 2024-2027, contribuindo para o cumprimento dos objetivos institucionais e das ações estratégicas, fortalecendo a atuação da instituição com base em princípios de estratégia e governança, conforme KR2: Mapear, padronizar e consolidar o conhecimento de 80% dos processos de administração e logística em âmbito nacional - DLOG (SEI nº 40910837).

11.2. Como diretrizes gerais para a contratação ter-se-á:

11.2.1. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

11.2.2. Normas e especificações constantes deste Termo de Referência.

11.2.3. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

11.2.4. Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.

11.2.5. Regulamentos das empresas concessionárias (Neoenergia, CAESB, Vigilância Sanitária, etc.).

11.2.6. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.

11.2.7. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.

11.3. Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:

11.3.1. Resolução CONAMA nº 307, de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

11.3.2. Leis e Resoluções relativas a sistemas de climatização e qualidade do ar interior.

11.4. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ABNT, em especial as seguintes e suas atualizações:

11.4.1. NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

11.4.2. NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.

11.4.3. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

11.4.4. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

11.4.5. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

11.4.6. NR-23: Proteção Contra Incêndios.

11.4.7. NR-35: Trabalho em Altura

11.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

11.5.1. Id PCA no PNCP: 00394494000136-0-000008/2025;

11.5.2. Data de publicação no PNCP: 30/04/2024;

11.5.3. Id do item no PCA: 87;

11.5.4. Classe/Grupo: 833 - Serviços de engenharia;

11.5.5. Identificador da Futura Contratação: 200340-21/2025.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Os resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são os seguintes:

12.1.1. Assegurar o pleno funcionamento das instalações do complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia;

12.1.2. Garantir o bom estado de conservação das edificações localizadas no complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, bem como das instalações e equipamentos, a título de preservação do patrimônio público, tido como dever de todos;

12.1.3. Economia no valor da contratação em função do ganho de escala;

12.1.4. Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades sem transtornos por falta de manutenção predial;

12.1.5. Maximização dos resultados da governança administrativa;

12.1.6. Garantia da integridade física dos servidores, colaboradores contratados e visitantes que laboram ou circulam nas dependências das unidades que fazem parte do complexo;

12.2. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão em atenção à legislação pertinente.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes e

estratégias em comum acordo entre a Contratante e Contratada, visando o início da execução do objeto;

13.2. Considerando a complexidade dos serviços a serem executados, faz-se necessária a análise da documentação de todos os profissionais a serem alocados nos postos para evitar acidentes de trabalho e/ou prejuízos por danos causados em equipamentos pela inexperiência ou falta de habilidades para determinados serviços por parte do profissional;

13.3. A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

13.3.1. Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;

13.3.2. Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

13.3.3. Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da Contratada;

13.3.4. Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

13.3.5. Acompanhamento rigoroso das ações previstas em projetos para a realização de adequações e melhorias que forem necessárias com o uso da mão de obra contratada.

13.4. Mapeamento de riscos:

13.4.1. O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato;

13.4.2. Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que há previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, conforme estabelecido a seguir, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 201, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma, bem como o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

14.3. Sustentabilidade ambiental:

14.3.1. Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente o que estabelece as seguintes normas:

14.3.1.1. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União;

14.3.1.2. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

14.3.1.3. Lei n.º 12.187, de 2009 – que institui a Política Nacional sobre Mudança do

Clima – PNMC;

14.3.1.4. Lei n.º 10.295, de 2001 – que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia;

14.3.1.5. Portaria nº 23, de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

14.3.1.6. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

14.3.1.7. Resolução CONAMA nº 401/2008 e/ou legislação pertinente, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

14.3.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências:

14.3.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

14.3.2.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.3.2.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2.4. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

14.3.2.5. Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta;

14.3.2.6. Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

14.3.2.7. A Contratada deverá repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água;

14.3.2.8. A qualquer tempo poderá ser solicitada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

14.3.2.9. A Contratada deverá instruir os seus colaboradores quanto à necessidade de racionalização de recurso no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela Contratante;

14.3.2.10. A contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado;

14.3.2.11. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes;

14.3.2.12. A Contratada deverá desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias;

14.3.2.13. A Contratada deverá desempenhar tratamento especial as descarte de lâmpadas fluorescentes e os frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

14.3.2.14. A Contratada deverá estabelecer, em comum acordo com a Contratante, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos;

14.3.2.15. A Contratada deverá apresentar, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação e de seus equipamentos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência dos mesmos;

14.3.2.16. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

14.4. Ressalta-se que o Plano de Logística Sustentável da Polícia Federal encontra-se em fase de elaboração; contudo, não há prejuízo ao projeto de sustentabilidade ambiental, considerando que, para a contratação em questão, todos os esforços serão alinhados às normas de sustentabilidade, conforme descritos nos itens acima.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.2. Justificativa da viabilidade:

15.2.1. Diante de todos as informações, exigências e critérios elencados neste Estudo Técnico. Considerando que os termos estão condizentes com a Lei 14.133, de 2021.

16. RESPONSÁVEIS

16.1. Equipe de Planejamento da Contratação (SEI nº 39839670):

16.1.1. **Integrante Requisitante:**

16.1.1.1. Paulo Henrique Monteiro de Souza, Engenheiro, Matrícula PF nº 21.106, E-mail: monteiro.phms@pf.gov.br.

16.1.2. **Integrante Administrativo:**

16.1.2.1. Sheila Costa Bonfim, Agente Administrativo, Matrícula PF nº 13.224, E-mail: sheila.scb@pf.gov.br.

Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão
Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.



Documento assinado eletronicamente por **SHEILA COSTA BONFIM, Agente Administrativo(a)**, em 03/06/2025, às 23:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61694952&crc=85B50FFE](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61694952&crc=85B50FFE).

Código verificador: **61694952** e Código CRC: **85B50FFE**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61694952



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08204.003981/2024-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de manutenção predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva) e fornecimento de materiais, peças e equipamentos para a manutenção preventiva e corretiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Total Anual
1	1	Serviços Ordinários descritos no Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente.	1627	Serviço	Anual	R\$ 2.869.744,08
	2	Serviços Especializados descritos no Anexo 04 - Serviços Especializados Eventuais.		Serviço	Anual Sob Demanda	R\$ 798.424,03
	3	Fornecimento de materiais, peças, equipamentos e insumos descritos nos Anexos 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental e Anexo 06 - Peças e Materiais.		Material	Anual Sob Demanda	R\$ 1.843.812,93

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção compromete o funcionamento das atividades meio e finalísticas da Administração, além do atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua e por mais de um exercício financeiro, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os códigos de serviço (CATSER) foram selecionados no catálogo do Portal Compras.gov.br dentre aqueles que mais se aproximam do objeto da contratação. No entanto, podem apresentar algumas características distintas das exigidas por esta Administração. Assim, recomenda-se que os potenciais fornecedores interessados observem as especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar, e não apenas o código do catálogo de serviços.

1.7. Caso haja discordância entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras Governamentais (CATSER) e aquelas constantes do Termo de Referência e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- 2.2.1. Id PCA no PNCP: 00394494000136-0-000008/2025;
- 2.2.2. Data de publicação no PNCP: 30/04/2024;
- 2.2.3. Id do item no PCA: 87;
- 2.2.4. Classe/Grupo: 833 - Serviços de engenharia;
- 2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 200340-21/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. **Serviços ordinários:** são serviços cuja interrupção compromete as atividades da Administração, podendo sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro.

3.3. **Serviços especializados:** são serviços executados sob demanda específica da Contratante, e que visam ao atendimento de necessidades que extrapolam os planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada.

3.4. **Manutenção ou conservação preventiva:** conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação, executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade por meio de inspeções sistemáticas, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Dentre essas atividades preventivas, incluem-se: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, entre outras.

3.5. **Manutenção ou conservação corretiva:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

3.6. **BDI – Bonificação e Despesas Indiretas:** a taxa de bonificação e despesas indiretas e a margem de acréscimo que se deve aplicar sobre o custo direto para incluir as despesas indiretas e o benefício da empresa na composição do preço da manutenção.

3.7. **SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil:** é calculada mensalmente pelo IBGE, através de

convênio com a Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.

3.8. **IMR – Instrumento de medição do resultado:** é um ajuste escrito, anexo ao Contrato, entre a Contratada e o órgão Contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

3.9. **Solicitação de serviço:** é qualquer pedido de atendimento formulado pelos utilizadores do prédio, pela fiscalização ou pela própria Contratada.

3.10. **Ordem de serviço:** é o documento utilizado pela Contratante para o acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços, que deverá estabelecer quantidades estimadas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado. Em geral tem início por uma solicitação de serviço.

3.11. **Insumos básicos:** são os materiais de consumo, peças de reposição e insumos relacionados aos equipamentos e ferramental básicos, necessários ou complementares à sua utilização, a serem utilizados na execução dos serviços ordinários e/ou especializados, cujos custos já estão incluídos na composição da mão de obra contínua, na parcela referente à equipamentos e ferramental.

3.12. **Insumos não básicos:** são as peças, materiais e equipamentos a serem utilizados, por demanda, na execução dos serviços ordinários e/ou especializados, cujos custos estarão relacionados em planilha específica, e serão faturados por meio de Ordens de Serviço.

3.13. **Instrumentos e ferramentas:** são os utilizados na manutenção preventiva e corretiva, tais como: amperímetro, voltímetro, multíteste analógico e mala de ferramentas para os profissionais contendo ferramentas básicas e específicas de cada categoria.

3.14. **Equipamentos de proteção individual (EPI's):** são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.

3.15. **Materiais de consumo ou reposição:** são os materiais que por defeito, quebra, fadiga ou por fim da vida útil necessitem ser substituídos nos equipamentos e sistemas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 4.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 4.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 4.1.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 4.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 4.1.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- 4.1.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- 4.1.9. Além dos critérios acima mencionados caberá à Contratada atender também:
 - 4.1.9.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
 - 4.1.9.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - 4.1.9.3. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
 - 4.1.9.4. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;
 - 4.1.9.5. Utilizar exclusivamente lâmpadas fluorescentes compactas, tubulares de alto rendimento ou leds e luminárias eficientes, realizando a avaliação e implementação de intervenções energeticamente mais eficientes;
 - 4.1.9.6. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;
 - 4.1.9.7. Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
 - 4.1.9.8. Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, dentre outros. Em suma, qualquer sistema, contanto que comprovada a Eficiência Energética gerada de acordo com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
 - 4.1.9.9. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, sendo o conteúdo programático do curso aprovado pela administração por meio do fiscal do contrato;
 - 4.1.9.10. A Contratada deverá estabelecer, em comum acordo com a Contratante, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos;
 - 4.1.9.11. Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;
 - 4.1.9.12. A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, que devem ser os mesmos instalados na unidade da PF, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

4.2. Ressalta-se que o Plano de Logística Sustentável da Polícia Federal encontra-se em fase de elaboração; contudo, não há prejuízo ao projeto de sustentabilidade ambiental, considerando que, para a contratação em questão, todos os esforços serão alinhados às normas de

sustentabilidade, conforme descritos nos itens acima.

Subcontratação

- 4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
- 4.4.1. Fornecimento de mão de obra exclusiva: item 1 do objeto.
- 4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
- 4.5.1. Qualquer subcontratação deverá ser previamente autorizada pela fiscalização.
- 4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.10. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).
- 4.11. A subcontratada deverá comprovar possuir capacidade técnica, por meio de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

Garantia da contratação

- 4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- 4.12.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.13.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.13.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentadas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.18.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.18.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.18.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.19. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a

respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.23.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.24.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

4.24.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.25.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.25.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.29. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo ser agendado previamente através do telefone (61) 2024-8834 e/ou e-mail: semai.diren.anp@pf.gov.br.

4.30. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.31. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.33. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.34. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Brasília/DF ou na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção predial, com emprego de mão de obra exclusiva (serviços ordinários), fornecimento de materiais, peças e equipamentos, conforme preços unitários da tabela SINAPI, para a manutenção preventiva e corretiva, e serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva), para atender as instalações e equipamentos da Diretoria de Ensino/DIREN-ANP/PF – Brasília/DF, os quais contabilizam uma área construída total de 58.165,29 m² e área de terreno total de 798.160,44 m², composto por um grupo único com 3 (três) itens, a saber:

a) Item 1 - Serviços Ordinários: serviço com mão de obra exclusiva descrita no item 1.1 do Anexo 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial (SEI nº 61695701);

b) Item 2 - Serviços Especializado: serviço eventual descrito no item 1.2 do Anexo 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial (SEI nº 61695701);

c) Item 3 - Fornecimento de materiais, peças, equipamentos e insumos: descritos no item 1.3 do Anexo 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial (SEI nº 61695701);

5.1.2.2. Os custos com mão de obra eventual e de serviços provisionados, peças e materiais são valores que serão pagos somente quando determinado componente precisar ser substituído ou adquirido, sendo um custo variável e a custo do mercado.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, situada na Rodovia DF-001,

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Conforme estabelecidos nos Anexos 02 - Caderno de Especificações Técnicas (SEI nº 61695173) e 03 - Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção (SEI nº 61695226) deste Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas no Anexo 03- Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção deste Termo de Referência (SEI nº 61695226).

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. As informações necessárias se encontram nos Anexos 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental (SEI nº 61695336) e 06 - Peças e Materiais (SEI nº 61695377) deste Termo de Referência.

5.5.1.1. A lista constante no Anexo 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos não é exaustiva. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto desta contratação.

5.5.1.2. Para esses equipamentos, e também para os coletores móveis, a Contratante deverá pagar o valor estimado da sua depreciação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: necessidades de monitoramento, operação e manutenção predial e também as seguintes características que estão informadas nos Anexos a este Termo de Referência

5.6.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a Contratada como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto;

5.6.2. A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc;

5.6.3. A proponente deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à administração, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas;

5.6.4. O Contratada será responsável pela qualificação profissional dos postos de trabalho, conforme exigência deste documento, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, uniformes e ferramentas em qualidade e quantidade suficiente para a adequada realização das tarefas;

5.6.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço global;

5.6.6. Na planilha de formação de preço, a licitante deverá apresentar os preços unitários dos itens, o desconto oferecido para os itens 02 e 03 e os valores de BDI para cada um dos itens em separado;

5.6.7. O BDI referencial para serviços especializados e mão de obra fixa (conforme itens do orçamento compilado) é de 24,92%. Cabendo a Licitante apresentar discriminado os valores e percentuais de formação do seu próprio BDI - Bonificação e Despesas Indiretas.

5.6.8. O BDI referencial para equipamentos básicos (ferramentas, instrumentos, equipamentos, equipamento de segurança, material básico de consumo e peças de reposição, conforme itens do orçamento compilado) é de 16,32%. Cabendo a Licitante apresentar discriminado os valores e percentuais de formação do seu próprio BDI - Bonificação e Despesas Indiretas.

5.6.9. Na execução dos itens 02 e 03, o desconto ofertado incidirá sobre os preços constantes da tabela do SINAPI, acrescido o valor de BDI correspondente.

5.6.10. Os preços indicados no item anterior são os constantes na tabela SINAPI mais atualizada disponível na data da publicação do certame para a Unidade da Federação Distrito Federal, passíveis de atualização a cada 12 meses, adotando sempre os valores da tabela para o mesmo mês no ano subsequente

5.6.11. Os valores de remuneração para os postos permanentes de trabalho não podem ser inferiores ao mínimo estabelecido por lei, Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas de Trabalho para cada uma das categorias.

5.6.12. Os serviços ordinários de manutenção preventiva e corretiva (item 01) serão realizados de acordo com o Anexo 03 - Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção deste Termo de Referência;

5.6.13. Os serviços especializados (item 02) serão realizados em conformidade com o Anexo 04 - Serviços Especializados Eventuais deste Termo de Referência, conforme demanda da Contratante;

5.6.14. Os materiais, equipamentos e ferramental constantes da relação, NÃO EXAUSTIVA do Anexo 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental Básicos deste Termo de Referência e serão disponibilizados pela Contratada tanto na prestação dos serviços ordinários descritos no Anexo 03 - Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção, quanto dos serviços especializados elencados no Anexo 04 - Serviços Especializados Eventuais, sem ônus adicional para a Contratante, face ao fato dos respectivos custos já comporem uma parcela dos valores referentes à mão de obra para a execução dos serviços ordinários;

5.6.15. O fornecimento de peças e/ou materiais (item 03), (vide Anexo 06 deste Termo de Referência) e serviços especializados eventuais (item 02), (vide Anexo 04 deste Termo de Referência) somente serão realizados mediante emissão prévia de respectiva Ordem de Serviço (OS) pela Fiscalização e correspondente aprovação do orçamento da OS.

5.6.15.1. Serão fornecidos pela Contratada os insumos e serviços contidos na tabela SINAPI.

5.6.15.2. Aos valores unitários de cada peça e/ou material, além dos serviços especializados, será utilizado os valores contidos na tabela SINAPI, aplicado o desconto ofertado pela empresa em sua proposta, acrescido do BDI.

5.6.15.3. Caso a tabela SINAPI não compreenda a composição dos serviços, equipamentos e materiais necessários à execução da demanda, a Contratada ou a fiscalização deverá apresentar orçamento prévio, composto de, no mínimo, 3 (três) propostas oriundas do local da execução dos serviços ou de suas proximidades, cujo valor MÍNIMO será adotado pela fiscalização.

5.6.15.4. Caso algum material não esteja disponível no mercado local, deve ser detalhadamente justificado, possibilitando o aceite de orçamento diverso ao da localidade de execução do serviço.

5.6.15.5. Os orçamentos apresentados servirão como referência para o preço do fornecimento, podendo a contratada adquirir tal material em qualquer ponto comercial, tendo ciência que o valor ressarcido será o menor preço, dentre os valores da cotação e da fatura,

acrescido do BDI.

5.6.15.6. Os preços utilizados nos orçamentos considerarão a data de efetiva prestação dos serviços.

5.6.15.7. Os materiais e serviços utilizados nos serviços realizados em caráter emergencial e que não estejam previstos na tabela SINAPI, deverão ser adquiridos conforme preço mínimo cotado pela fiscalização do contrato e a nota fiscal de compra deverá ser encaminhada juntamente com o relatório dos serviços.

5.6.16. Até 10 (dez) dias antes do início da execução a Contratada deverá encaminhar lista de todos os funcionários que atuarão nos postos fixos, contendo cópia de documento de identidade e documentos que comprovem a habilitação técnica. A Contratante realizará pesquisa social interna, bem como avaliação da qualificação, podendo demandar a substituição do(s) funcionário(s) caso encontre algo que desabone sua presença nos ambientes de segurança.

5.6.17. A Contratante poderá solicitar documentação de funcionário a qualquer tempo do contrato para análise.

5.6.18. A Contratada deverá informar formalmente, com antecedência mínima de 20 dias corridos, qualquer alteração nos postos de trabalho. Ficam excluídas as hipóteses que por sua natureza não permitam o comunicado tempestivo como atestados médicos ou demissão por justa causa.

5.6.19. Em até 30 dias após o início da execução deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, as custas da Contratada, em nome do engenheiro atuante como posto fixo no contrato. Será avaliada a possibilidade da inclusão de outros responsáveis técnicos, caso seja apresentado pedido formal para tal. Em nenhuma hipótese será admitida aumento de custo para a Contratante pela adição de outros profissionais à ART. O pedido deverá indicar expressamente a participação do profissional quanto a responsabilidade técnica, sendo indispensável sua real atuação.

5.6.20. As categorias profissionais previstas na equipe permanente para serviços ordinários (item 1) e nos serviços especializados (item 2) estão relacionadas nos Anexos 08 e 09, respectivamente, constantes deste Termo de Referência e com suas respectivas cargas horárias.

5.6.21. Para determinação do valor total da proposta da licitante, a mesma preencherá os seguintes anexos a este Termo de Referência:

5.6.21.1. Anexo 05 - Planilha Modelo - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental;

5.6.21.2. Anexo 06 - Planilha Modelo - Peças e Materiais;

5.6.21.3. Anexo 04 - Planilha Modelo - Serviços Especializados Eventuais (sob demanda);

5.6.21.4. Anexo 08 - Planilha Modelo - Equipe Técnica Permanente;

5.6.21.5. Anexo 10 - Planilha Modelo - Orçamento Compilado para Provisão da Manutenção Predial;

5.6.22. A proposta final do licitante deve ser encaminhada no prazo definido em edital, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e estar consolidada no Quadro-Resumo, presente no Anexo 10 - Planilha Modelo - Orçamento Compilado para Provisão da Manutenção Predial;

5.6.23. No preenchimento das Planilhas a licitante apresentará suas propostas nas células marcadas com a cor cinza.

5.6.24. Na determinação do valor total da proposta para o item 01 será considerado o valor unitário de cada posto, aplicado sobre o quantitativo a ser contratado, já considerando o BDI.

5.6.25. Na determinação do valor total da proposta para os itens 02 e 03 do objeto deste Termo de Referência, a licitante apresentará somente os valores de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI) e o Desconto linear sobre a planilha de Insumos e SINAPI.

5.6.26. Os valores totais dos itens 01, 02 e 03 serão agregados para compor o total geral da proposta, a ser considerado para determinação da proposta mais vantajosa.

5.6.27. Para efeito de avaliação e comparação das propostas, bem como para lances, será considerado o valor anual global máximo.

5.6.28. O julgamento das propostas utilizará o critério menor preço global, sendo que os valores unitários propostos não podem ultrapassar o valor máximo estimado para cada item e para as composições.

5.6.29. Após a fase de disputa, a proposta vencedora com valores superiores aos preços máximos fixados no termo de referência, inclusive para cada item ou composição individualmente, poderá ser ajustada pelo licitante, sob pena de desclassificação, desde que não onere o valor final da proposta.

5.6.29.1. Será desclassificada a proposta que apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

5.6.30. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal e deverá:

5.6.30.1. Apresentar a planilha de custos e formação de preços (referente aos itens 1, 2 e 3), devidamente ajustada ao lance vencedor;

5.6.30.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

5.6.31. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

5.6.32. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.6.33. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

5.6.34. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.6.35. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.6.36. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.6.37. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

5.6.38. Os colaboradores a serem alocados no contrato serão submetidos a pesquisa individual e social nos termos da Instrução Normativa nº 175 - DG/PF, de 24 de agosto de 2020 que prevê a apresentação de no mínimo os seguintes documentos: ficha cadastral preenchida manualmente, currículo atualizado em formato PDF pesquisável e as certidões de Antecedentes Criminais emitida pela Polícia Federal; Quitação Eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral; Certidão Negativa emitida pela Justiça Federal; Certidão Negativa dos locais onde residiu nos últimos cinco

anos emitida pela respectiva Justiça Estadual ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5.6.38.1. A contratante poderá solicitar a qualquer tempo outros documentos necessários para a comprovação de dados ou esclarecimento de fatos envolvendo o candidato.

5.6.38.2. A contratada deverá, sempre que possível, informar previamente o(s) nome(s) do funcionário utilizado como cobertura a fim de manter a pesquisa individual e social atualizada evitando-se a interrupção dos serviços.”

5.6.38.3. Em eventuais ausências, tais como faltas ou licenças, informar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 1 (uma) hora, o nome do substituto, não havendo nenhum impedimento, o fiscal do contrato deverá entrar em contato com a contratada, que deverá encaminhar o funcionário em até 2 (duas) horas.

a) Caso a contratada já tenha informado previamente o nome do substituto eventual será verificada pela fiscalização a validade da pesquisa social e autorizada a alocação do do colaborador substituto no posto do ausente.

5.6.38.4. A necessidade de substituição de algum funcionário deverá ser informada pela contratada em até 1 (uma) hora após o início do expediente, ou após 1 (uma) hora do conhecimento do fato.

5.6.38.5. As orientações acima também se aplicam para as ocorrências de férias, que deverão ser comunicadas à contratante com um prazo mínimo de 15(quinze) dias o nome do substituto.

5.6.39. Os participantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, optantes pelo regime de lucro real, deverão cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

5.6.40. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

5.6.41. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD - Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

5.6.42. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

5.6.43. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de acordo e por força das disposições legais em vigor (Lei 10.406 de 10/01/2002 - Código Civil).

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.8.1.1. 3 (três) calças jeans com emblema da empresa;

5.8.1.2. 3 (três) jalecos em brim ou Camisa gola polo com bolso e 2 botões (com emblema da empresa)

5.8.1.3. 2 (dois) pares de sapato ou botina com sola de borracha, de acordo com a categoria profissional;

5.8.1.4. 3 (três) pares de meia;

5.8.1.5. 1 (um) litro de Protetor Solar FPS 30;

5.8.1.6. 1 (uma) capa de chuva;

5.8.1.7. Deverão ser entregues 3 (três) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 1 (um) conjunto completo de uniforme a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.8.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.8.2.1. Tecido resistente e confortável;

5.8.2.2. Identificação discreta da empresa.

5.8.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.3.1. A Contratada deverá fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita do fiscal do contrato, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.8.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.8.5. A Contratada deverá fornecer uniformes adequados aos funcionários com sobrepeso ou obesos.

5.8.6. Os empregados deverão desenvolver suas atividades uniformizados, com todas as peças do uniforme adequadas ao tipo de traje denominado social.

5.8.7. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.8.8. Não poderá ser repassado o custo do uniforme ao empregado alocado na prestação dos serviços, nem ser exigida a devolução do uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.

5.8.9. Não poderá ser repassado o custo do uniforme ao empregado alocado na prestação dos serviços, nem ser exigida a devolução do uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.

5.8.10. O modelo ou padrão do uniforme deverá ser apresentado à Administração, para aprovação;

5.8.11. Somente os sapatos ou a botinas poderão ser substituídos a cada 12 (doze) meses se, ao final de 6 (seis) meses, os mesmos

estiverem em bom estado de conservação, com a devida autorização da fiscalização

5.8.12. A Contratada deverá fornecer, além do uniforme acima, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.

5.8.13. Deverá, ainda, disponibilizar sistemas de comunicação por rádio, ou tecnologia similar, para comunicação remota entre todos os funcionários da equipe permanente de manutenção, a fim de agilizar e otimizar as atividades da equipe.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, mediante confirmação de recebimento.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, ou empregado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.8.1. O exercício da função de preposto por um funcionário do posto se dará somente em situações excepcionais, devidamente justificada pela empresa e aceita pela Administração, desde que, as atividades demandadas como preposto não interfiram no exercício das atividades do posto e possam ser compatibilizadas sem quaisquer prejuízos para a Administração.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Cumprimento dos horários e prazos estipulados;

6.16.2. Conformidade e qualidade dos serviços prestados;

6.16.3. Conformidade das condições de habilitação; e

6.16.4. Regular e contínuo cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

6.16.5. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto nº 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

- 6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1. Se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.27.2. Se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.27.3. Se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.27.4. Se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- 6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.30.1. Se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.30.2. Se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.
 - 6.30.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

- 6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
 - 6.34.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - 6.35.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - 6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.
 - 6.34.1.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - 6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 6.35.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - 6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
 - 6.34.1.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - 6.35.1.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - 6.35.1.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - 6.35.1.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 6.35.1.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - 6.35.1.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
 - 6.35.1.3.6. Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados,

na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.34.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.23.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.23.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (OSCIP's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEGES/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.56.1. Diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.56.2. Necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.57. As compensações de jornada limitam-se:

6.57.1. À jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.57.2. Ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.59. Cabe ao gestor do contrato:

6.59.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da

execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.59.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.59.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.59.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.59.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.59.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.59.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.59.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.59.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.59.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.60. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024)

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 07 deste Termo de Referência (SEI nº 61695441).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. Não produziu os resultados acordados,

7.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.4. Será exigida, mensalmente e antes de cada pagamento, a comprovação de que o contratado mantém a reserva de cargos prevista na Lei nº 8.213, de 1991, para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social ou para aprendizes, bem como, conforme o Decreto Federal nº 11.430, de 2023, o percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, além das reservas de cargos previstas em outras normas específicas, mediante a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Atendimento às Ordens de Serviços com prioridade Nível I (Alta Criticidade);

7.4.2. Atendimento às Ordens de Serviços com prioridade Nível II (Média Criticidade);

7.4.3. Atendimento às Ordens de Serviços com prioridade Nível III (Baixa Criticidade);

7.4.4. Atendimento às Ordens de Serviços com prioridade Nível IV (Procedimento com Prazo Negociado, sem Criticidade);

7.4.5. Atendimento aos Procedimentos com prioridade Nível V (Procedimentos programados e de rotina)

7.4.6. Atendimento aos Procedimentos com prioridade Nível VI (Criticidade não relevante)

7.4.7. A utilização da sistemática do IMR é medida para garantir que o serviço (tanto ordinário como especializado), seja realizado com qualidade e segurança.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.11.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.24.1. O prazo de validade;
- 7.24.2. A data da emissão;
- 7.24.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.24.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.24.5. O valor a pagar; e
- 7.24.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.27.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela

Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.66. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais contidos no Anexo 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial (SEI nº 61695701).

7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.71. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.74. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.75. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.76. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.77. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.78. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.79. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Conta-Depósito Vinculada

7.80. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força do art. 1º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.80.1. A utilização da Conta-Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação, é uma ferramenta já institucionalizada e consolidada na Administração Pública, sendo um mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Essa prática contribui para assegurar os recursos necessários ao cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, além de garantir a segurança jurídica dos gestores e fiscais do contrato.

7.81. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.82. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.83. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.84. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5/2017.

7.85. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.85.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.85.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.85.3. Multa sobre o FGTS; e

7.85.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.86. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

7.87. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.88. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.89. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.90. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.91. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.92. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.93. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da mensal do contrato em caso de descumprimento de qualquer obrigação acessória da contratação (entrega/substituição de uniformes, substituição de funcionário ausente, quitação de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias e outras), sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório,

a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, no que se refere aos serviços executados sob demanda (itens 02 e 03), e de empreitada por preço global, no que se refere aos serviços executados pelos postos fixos de trabalho (item 01).

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.4. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo vigentes

9.4.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.4.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.4.3. Os valores orçados pela Administração constam do Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente (SEI nº 61695500).

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.22.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

9.22.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

9.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.26. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo 13 deste Termo de Referência (SEI nº 61695943), de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.26.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.26.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

a) A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica se justifica como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações use um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços do Órgão.

9.31.1.2. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

a) A quantidade de meses serve para comprovar que, em se tratando de mão de obra, a empresa possui experiência de pagamento de férias, décimo terceiro, substitutos, etc.

9.31.1.3. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 40% (quarenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados e ainda:

9.31.1.4. Comprovação que já executou contrato(s) de manutenção predial nos termos e condições semelhantes às especificadas no

estudo técnico (anexo a este Termo de Referência) com área construída com um mínimo de 20% (vinte por cento por cento) do total da área construída abrangida no Complexo da Diretoria de Ensino - DIREN-ANP, cuja área é 58.165,29 m².

9.31.1.5. Informações que permitam estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços objeto da contratação e os realizados em edificações não residenciais, com fornecimento de todo o material de reposição, observados os seguintes parâmetros:

9.31.1.6. Monitoramento, Operação e Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 1.900 KVA.

9.31.1.7. Monitoramento, Operação e Manutenção de instalações hidrossanitárias prediais em edificações com área construída mínima de 5.000 m².

9.31.1.8. Monitoramento, operação e manutenção em instalações de ar condicionado do tipo VRF e SPLIT;

9.31.1.9. Monitoramento, Operação e Manutenção de rede elétrica de tensão ininterrupta/estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 500 pontos ininterrupta/estabilizados e aterrados;

9.31.1.10. Monitoramento, Operação e Manutenção de rede área e subterrânea de média tensão (13,8kV) e potência instalada mínima de 1.900 kVA;

9.31.1.11. Monitoramento, Operação e Manutenção de barramento Blindado (Bus-Way) com capacidade mínima de 1.000 Amperes;

9.31.1.12. Monitoramento e Operação de equipamentos no-break eletrônicos trifásicos, com potência unitária mínima de 100 kVA, e capacidade total da instalação de 500 KVA;

9.31.1.13. Monitoramento e Operação de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade unitária mínima de 300 kVA, e capacidade total da instalação de 2.000 kVA.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Brasília/DF, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.35. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.35.1. Para o Engenheiro: serviços com características semelhantes ao objeto da contratação.

9.35.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.36. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importe em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo 13 deste Termo de Referência (SEI nº 61695943).

9.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 5.511.981,04 (cinco milhões, quinhentos e onze mil novecentos e oitenta e um reais e quatro centavo), conforme custos unitários apostos no Anexo 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 11.2.1. Gestão/Unidade: 00001/200340;
 - 11.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000;
 - 11.2.3. Programa de Trabalho: PTRES 172371;
 - 11.2.4. Plano Interno: PF99ON9AG25;
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: Abril/2025

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia>



Documento assinado eletronicamente por **SHEILA COSTA BONFIM, Agente Administrativo(a)**, em 03/06/2025, às 23:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61694979&crc=82931B5F.

Código verificador: **61694979** e Código CRC: **82931B5F**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 01 - DESCRIÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS

Tipo: Urbano – Prédio Comercial – Serviços Públicos.

Endereço: Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900.

Área terreno: 798.160,44 m²

Área construída: 58.165,29 m² - o total dessa área engloba: área construída de salas e serviços complementares, bem como área de urbanização, recreação, ajardinamento, piscina, campo de futebol, quadra de areia e instalações.

Descrição das Edificações: De modo geral constitui-se de Prédio Urbano para prestação de serviços públicos, construído em paredes de alvenaria rebocada com revestimento cerâmico, pilar estrutural em concreto, pintura acrílica acetinada, Lajes térmicas impermeabilizadas com Teto aparente com pintura branca acrílica.

Registrado sob a Matrícula nº 13.136 e nº. 94.603, ficha 1, Livro 2, 2º Ofício do Registro de Imóveis de Brasília – DF, ressalva Termo de doação e transferência de domínio e posse à UNIÃO;

1. PORTARIA PRINCIPAL (P1)

- 1.1. Ocupação: Planta Baixa: Bloco 1: Circulação de serviços, Recepção, Sanitário PNE, Vestiário M/F, Sanitário F, Sanitário M, DML.
- 1.2. Bloco 2: Entrada de Pedestre, Guarita, Plantão Policial, Cozinha/ Copa, escadas; 2º pavimento Bloco 2: Sanitário F, Sanitário M, Cofre Armamento, Plantão Policial.
- 1.3. Bloco3: Alojamentos/quartos suítes F e M, Sanitário F e Sanitário M.
- 1.4. Piso: porcelanato no piso e porcelanato no revestimento.
- 1.5. Fachada em pintura acrílica, e cerâmica aparente, painéis de Screenpanel, esquadrias de alumínio com vidros colados em caixilhos de alumínio.
- 1.6. Forro: Laje térmica, teto aparente, telhas tipo sanduíche EPS, forro em laminado e em gesso.
- 1.7. Instalação elétrica: Embutida, iluminação em lâmpadas fluorescentes tubulares, em bom funcionamento.
- 1.8. Instalação Hidráulica: Em bom funcionamento.
- 1.9. Padrão de acabamento: Alto padrão de acabamento.
- 1.10. Estado de conservação: Bom.
- 1.11. Área: 659,10 m².

2. SEMAT (SETOR DE MATERIAIS)

- 2.1. Ocupação: 1 alojamento, 2 sanitários com chuveiros, divisórias em mármore; 2 depósitos; 1 copa; 1 sala administrativa.
- 2.2. Construção em alvenaria, acabamento em cerâmica, portas de madeira.
- 2.3. Piso: concreto polido.

- 2.4. Paredes internas: Pintura acrílica.
- 2.5. Forro: laje, teto aparente.
- 2.6. Instalação elétrica: Embutida, iluminação em lâmpadas fluorescentes tubulares, em bom funcionamento.
- 2.7. Instalação Hidráulica: Em bom funcionamento.
- 2.8. Padrão de acabamento: Normal.
- 2.9. Estado de conservação: Bom.

3. SETRAN (SETOR TRANSPORTES)

- 3.1. Ocupação: 1 sala administrativa de controle dos carros; 1 banheiro; 1 copa.
- 3.2. Construção em alvenaria no piso superior acesso por uma escada caracol.
- 3.3. Com fachada revestida de cerâmica, portas de madeira.
- 3.4. Piso: concreto polido.
- 3.5. Forro: laje, teto aparente.
- 3.6. Instalação elétrica: Embutida, iluminação em lâmpadas fluorescentes tubulares, em bom funcionamento.
- 3.7. Instalação Hidráulica: Em bom funcionamento.
- 3.8. Padrão de acabamento: Normal.
- 3.9. Parte Externa do Setor de Transportes.
 - 3.9.1. Garagem 1 – Extensão toda azulejada e piso cerâmico;
 - 3.9.2. Garagem 2 – Extensão toda em tijolos; construção em alvenaria, piso em concreto polido;
 - 3.9.3. Garagem 3 – Extensão toda azulejada e piso cerâmico.
- 3.10. Estado de conservação: Bom.
- 3.11. Área total SETRAN/SEMAT: 1.794,00 m².

4. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO A

- 4.1. Salas Administrativas.
- 4.2. Piso: em Paviflex; teto em forro PVC; divisórias de madeira; janelas amplas de vidro.
- 4.3. 1 copa; 2 WC feminino/masculino. (azulejo azul e piso cerâmico branco).
- 4.4. Corredor de acesso em piso granito cinza e paredes de tijolos à vista, teto em forro metalizado.
- 4.5. Área total: 1.000,00 m².

5. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO B

- 5.1. Salas Administrativas.
- 5.2. Piso das salas: Paviflex; teto em forro PVC, divisórias de madeira e portas grandes de vidro.
- 5.3. 2 WC feminino/masculino.. (azulejo azul e piso cerâmico branco).
- 5.4. 1 copa (piso cerâmico bege).
- 5.5. acesso por corredor de granito cinza.
- 5.6. Área total: 782,00 m².

6. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO C

- 6.1. Salas Administrativas.
- 6.2. Piso: cerâmico; teto em tijolos com concreto; divisórias de madeiras.
- 6.3. 2 WC feminino/masculino. (azulejo azul e piso cerâmico branco).
- 6.4. 1 copa.
- 6.5. Área Total: 845,00 m².

7. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO D

- 7.1. Salas Administrativas.
- 7.2. Piso: cerâmico; estrutura em concreto; paredes em tijolos.
- 7.3. 4 WC M/F.
- 7.4. 1 copa.
- 7.5. Acesso por 2 portas de vidro.
- 7.6. Área total: 835,00 m².

8. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO E

- 8.1. Salas Administrativas.
- 8.2. 4 WC feminino/masculino.
- 8.3. 1 Copa.
- 8.4. Salas de reuniões.
- 8.5. Piso: granito cinza; Paredes: tijolos à vista; Janelas amplas de vidro.
- 8.6. Área total bloco: 1.100,00 m².

9. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO F

- 9.1. Salas Administrativas.
- 9.2. 2 WC feminino/masculino.. Em piso cerâmico.
- 9.3. 1 copa em piso cerâmico.
- 9.4. Piso: Paviflex, divisórias de madeira.
- 9.5. Área total: 1.012,50 m².

10. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO G

- 10.1. 2 WC feminino/masculino. Em piso cerâmico.
- 10.2. 1 copa em piso cerâmico; 1 consultório.
- 10.3. Piso: Paviflex, divisórias de madeira.
- 10.4. Área total: 240,00 m².

11. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO H

- 11.1. Museu: salão extenso.
- 11.2. Piso: cerâmico claro; estrutura em alvenaria.
- 11.3. Portas e janelas amplas de vidro.
- 11.4. Área total: 648,00 m².

12. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO I

- 12.1. Salão extenso.
- 12.2. 2 WC feminino/masculino.
- 12.3. mais 8 salas em divisórias.
- 12.4. 1 copa.
- 12.5. Piso: cerâmico claro; forro PVC; estrutura em alvenaria.
- 12.6. Portas e janelas amplas de vidro.
- 12.7. Área: 1.836,00m² + área SAE 690,00 m².

13. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO J

- 13.1. Salas de Aula.
- 13.2. 2 WC feminino/masculino.
- 13.3. 1 copa.
- 13.4. Piso: cerâmico claro.
- 13.5. Paredes: tijolos à vista.
- 13.6. Portas: madeira.
- 13.7. Forro: PVC e metálico.
- 13.8. Janelas: amplas de vidro; Acesso pelo corredor lateral, cercado por muro de tijolos vazados.
- 13.9. Área total: 910,00 m².

14. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO K

- 14.1. Salas de Aula.
- 14.2. Piso das salas: cerâmico; salas de aula com tablado em madeira.
- 14.3. Forro: metálico; estrutura em alvenaria.
- 14.4. Área total: 552,00 m².

15. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO L

- 15.1. Salas de Aula + Mini Auditório.
- 15.2. Piso do auditório: cerâmico com tablado de madeira.
- 15.3. Paredes em tijolos.
- 15.4. Janelas amplas de vidro.
- 15.5. teto em forro metalizado.
- 15.6. Área total: 1.133,64 m².

16. ÁREA ADMINISTRATIVA - BLOCO M

- 16.1. Salas de Aula.
- 16.2. Piso: cerâmico claro.
- 16.3. Construção em alvenaria.
- 16.4. Paredes em tijolos à vista.
- 16.5. Área total: 1.064,00 m².

17.	CORREDOR CENTRAL (LIGAÇÃO ENTRE BLOCOS ADMINISTRATIVOS)
17.1.	Área total: 1.435,00 m².
18.	TEATRO DE ARENA
18.1.	Construção em alvenaria.
18.2.	Modelo de construção circular.
18.3.	Piso: granitina e uma parte em carpete.
18.4.	Janelas e teto em vidro e concreto.
18.5.	Todo Composto com poltronas almofadadas e com palco central.
18.6.	Área total: 1.324,39 m².
19.	ALOJAMENTOS
19.1.	Bloco A: 35 alojamentos.
19.2.	Bloco B: 13 alojamentos.
19.3.	Bloco C: 27 alojamentos.
19.4.	Bloco D: 19 alojamentos.
19.5.	Bloco E: 27 alojamentos.
19.6.	Bloco F: 8 alojamentos.
19.7.	Bloco G: 9 alojamentos.
19.8.	Ambos possuem: quarto grande com camas, banheiro com chuveiro, e 1 closet.
19.9.	Piso: cerâmico claro.
19.10.	Janelas: grandes com vidro.
19.11.	Paredes em tijolos.
19.12.	Área total: 6.493,00 m².
20.	GINÁSIO COBERTO
20.1.	Piso: concreto polido liso.
20.2.	Estrutura metálica; coberto com telhas metálicas.
20.3.	2 tabelas de Basquete; Arquibancada por toda extensão.
20.4.	Escada de acesso ao piso inferior; que dá acesso a rouparia e aos vestiários masculino e feminino que ficam no subsolo.
20.5.	Piso do vestiário: cerâmico claro, com bancadas das pias em granito.
20.6.	Área total: 3.000,00 m².
21.	PISCINA
21.1.	Possui baliza no fundo da piscina; 9 duchas na entrada da piscina.
21.2.	No interior do Complexo todo da área externa com revestimento em pedra São Tomé.
21.3.	Estado de conservação: bom.
21.4.	Altura Raso: 1,25 m.
21.5.	Altura Fundo: 2,50 m.

- 21.6. Comprimento: 25 m.
21.7. Área total: 365,00 m² + Área Coberta Vestiários: 72,45 m².

22. CHURRASQUEIRA

- 22.1. Bancada em granito.
22.2. 1 churrasqueira em alvenaria de tijolos.
22.3. Piso: cerâmico.
22.4. Cobertura: telha colonial.
22.5. Área total: 63,00 m².

23. RESTAURANTE

- 23.1. 2 pavimentos.
23.2. Piso inferior: 2 lojas; 1 sala; 2 WC; 3 depósitos: Piso: em granitina, construção em alvenaria.
23.3. Piso Inferior: Lavanderia composta por 15 lavadoras de roupas de uso profissional 10kg e 15 secadoras de roupas de uso profissional 10,5kg.
23.4. Piso superior: em granitina e construção em alvenaria.
23.5. Área total do restaurante: 2.132,00 m².

24. DOJÔ 01

- 24.1. Piso: em granitina, revestido por tatames emborrachados, construção em alvenaria, com janelas amplas de correr e vidros.
24.2. Área total: 330,00 m².

25. DOJÔ 02

- 25.1. Galpão grande em alvenaria, com janelas.
25.2. Piso: Concreto polido.
25.3. Área total: 574,90 m².

26. ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO

- 26.1. Piso: paviflex, construção em alvenaria, teto em forro PVC.
26.2. Área total: 330,00 m².

27. SERVIÇO DE ARMAMENTO E TIRO - SAT

- 27.1. 6 salas divididas entre (salas de aula, dos professores, chefia, armas, material, emissão).
27.2. 3 WC.
27.3. 1 copa.
27.4. Depósitos.
27.5. 1 paiol.
27.6. 1 Guarita.
27.7. Área total: 945,67 m².

28.	ESTANDES DE TIRO - SAT
28.1.	7 estandes de tiro outdoor.
28.2.	Estandes sem cobertura.
28.3.	Piso rústico revestido com brita 1.
28.4.	Área: 3.141,38 m².
29.	SERVIÇO DE ENSINO OPERACIONAL - SEOP
29.1.	Galpão de treinamento operacional.
29.2.	Parte inferior: Construído em alvenaria com estrutura metálica e coberto por telhas galvanizadas, com arquibancada de concreto.
29.3.	Parte superior: acesso por escada metálica com corrimão; 10 salas; 2 WC feminino/masculino, 1 copa; Construído em alvenaria, com cobertura em estrutura metálica.
29.4.	Área total: 2.448,39 m².
30.	CIDADE CENOGRÁFICA - SEOP
30.1.	Pavimentada em bloquetes (tijolos de concreto).
30.2.	Cenário: feitos de módulos habitacionais.
30.3.	Área total: 5.558,00 m².
31.	SALAS ADMINISTRATIVAS "RESIDÊNCIAS"
31.1.	Residência 01 - SEF - Serviço de Educação Física.
31.2.	Residência 02 – Estúdio de fotográfico.
31.3.	Residência 03 – SEMAI.
31.4.	Residência 04 – Manutenção Predial Terceirizada.
31.5.	Residência 05 – Empresa Terceirizada de Limpeza.
31.6.	Residência 06 – URES.
31.7.	Residência 07 – SEF - Serviço de Educação Física.
31.8.	Residência 08 – SEMAI.
31.9.	Área total: 1.628,30 m².
32.	PISTA OFF ROAD
32.1.	Terreno rústico de terra vermelha.
32.2.	Área total: 519,11 m².
33.	PRAÇA DE CONVIVÊNCIA
33.1.	Área total: 623,46 m².
34.	CAMPO DE FUTEBOL / PISTA DE CORRIDA
34.1.	Gramado.
34.2.	Pista de Corrida pavimentada com asfalto.
34.3.	Área total: 10.560,00 m².

35. CAMPO DE AREIA

35.1. Área total: 1.520,00 m².



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695071&crc=4D4AE2F1.
Código verificador: **61695071** e Código CRC: **4D4AE2F1**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61695071



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 02 - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (CEET) compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo Contratante (Polícia Federal – PF) para a contratação, execução, fiscalização e controle de serviços para a Manutenção Predial Corretiva, Preventiva e Preditiva conforme objeto desta contratação.

1.2. O modelo de contrato a ser firmado com a vencedora do certame licitatório será do tipo “Acordo por Nível de Serviço - ANS”, ou seja, será utilizado um IMR (Índice de Medição de Resultados), conforme estabelecido no Termo de Referência (como nos anexos).

2. GENERALIDADES

2.1. Para efeito das presentes especificações:

2.1.1. O termo **Contratada** define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem for adjudicado o objeto;

2.1.2. O termo **Fiscalização** define a equipe que representa a Polícia Federal perante a Contratada e a quem esta última deverá reportar-se;

2.1.3. O termo **Contratante** define a Polícia Federal.

2.2. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo **recomendada** a vistoria do local de prestação dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, **as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.**

2.3. Os agendamentos para as vistorias devem ser realizados através dos contatos identificados no corpo do TR, em seção específica que trata da vistoria.

2.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações técnicas ora fornecidas não poderão constituir pretexto para a Contratada pleitear acréscimo de custos unitários e/ou alterar a composição deles.

2.5. Considera-se que a Contratada dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais, operacionais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato que celebrar. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

2.6. A Contratada **fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transporte e tudo mais que for necessário para a execução dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.**

2.7. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.

2.8. Também serão de responsabilidade da Contratada **todos os tributos, emolumentos, alvarás e demais encargos necessários à execução dos serviços.**

2.9. As composições de custos unitários elaboradas pela Contratante são instrumentos para a

elaboração do orçamento estimativo. **Cada licitante deve elaborar suas próprias composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra que entenderem necessários para a conclusão dos serviços de acordo com as especificações técnicas.**

2.10. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer, rigorosamente:

- 2.10.1. Às normas e especificações constantes deste caderno;
- 2.10.2. Às normas da ABNT;
- 2.10.3. Às disposições legais da União;
- 2.10.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- 2.10.5. Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 2.10.6. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 2.10.7. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- 2.10.8. Às práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção.

2.11. A Contratada deve observar, ainda, a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

2.12. A análise, pela fiscalização, dos materiais e sistemas aplicados nos serviços será rigorosa quanto aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade.

2.13. Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que os custos sejam compatíveis com o praticado no mercado.

2.14. Todos os materiais, componentes e equipamentos fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão ser novos – sem utilização anterior – e possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

2.15. A substituição de materiais, peças, componentes e equipamentos especificados por outros equivalentes técnicos pressupõe, para que seja autorizada, que o item substituto possua, comprovadamente, equivalência em qualidade, resistência, desempenho e aspecto, dentre outros.

2.16. A equivalência técnica de material, peça, componente ou equipamento indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de funcionalidade e de ergonomia.

2.17. **A equivalência será avaliada pela fiscalização**, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela Contratada, juntamente com laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios autorizados pelo INMETRO, com ônus para a Contratada.

2.18. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da Contratante. Em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) será admitida substituição por similar ou superior em qualidade.

2.19. Os materiais aplicados pela Contratada, sempre que possível, deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

2.20. Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela fiscalização, devendo a Contratada providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

2.21. A Contratada deverá considerar todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos

os ônus para reparação de eventuais danos causados.

2.22. **No caso em que a Contratada venha a, como resultado das suas operações, danificar áreas não incluídas no setor de seu trabalho ou, mesmo, prejudicar o funcionamento ou operação das demais unidades dos prédios, ela deverá recuperá-las, às suas expensas, deixando-as conforme seu estado original.**

2.23. **Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela Contratada serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte da Contratante.**

2.24. A Contratada cuidará para que o estoque e transporte de todo o material, equipamentos e entulho sejam feitos sem causar danos ou interrupções nas áreas comuns do prédio. A movimentação e o estoque deverão ser previamente avaliados a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis. Todas essas atividades deverão estar compatíveis com o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS a ser elaborado pela Contratada e aprovado pela fiscalização.

2.25. A Contratada será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, telefone, fibra ótica, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas da Contratante e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

2.26. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação dos demais serviços em execução até sua definitiva aceitação.

2.27. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais e estaduais/distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

2.28. A equipe técnica da Contratada responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. **A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar, justificadamente, a substituição de membro da equipe técnica da Contratada, desde que entenda benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos ou que tal profissional não tenha tido comportamento adequado ou desempenho técnico esperado no desenvolvimento dos serviços.**

2.29. Os representantes da fiscalização e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso aos locais dos serviços, ao almoxarifado e a todas as áreas onde estejam sendo estocados e/ou montados/fabricados materiais, peças, componentes e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.

2.30. A Contratada interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

2.30.1. Assim estiver previsto e determinado no Contrato;

2.30.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com as especificações técnicas;

2.30.3. Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos;

2.30.4. Houver alguma falta cometida pela Contratada, desde que esta, a juízo da fiscalização, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e

2.30.5. A Fiscalização assim o determinar ou autorizar formalmente.

2.31. A Fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fornecedores, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

3. SERVIÇOS ORDINÁRIOS

3.1. Obrigações Gerais:

- 3.1.1. Manutenção preventiva, preditiva e corretiva de todos os sistemas previstos;
- 3.1.2. Elaboração de Planos de Manutenção e Relatórios periódicos de Acompanhamento e Planejamento;
- 3.1.3. Cadastro de instalações e equipamentos e rotinas;
- 3.1.4. Acompanhamento e suporte à Fiscalização para a execução dos serviços terceirizados;
- 3.1.5. Coordenação de atividades de apoio integradas às rotinas de manutenção corretiva, preditiva, preventiva e de melhoria de eficiência energética;
- 3.1.6. Operação dos sistemas que couberem aos edifícios da Contratante, sejam sistemas elétricos (equipamentos, energia comercial, rede fotovoltaica e redes estabilizadas), instalações hidrossanitárias e de águas pluviais, ar condicionado, sistema de prevenção e combate a Incêndio envolvendo bombas motores, CFTV, automação, controle de acesso, grupo geradores, nobreaks e quadros elétricos;
- 3.1.7. Estudos e pareceres sobre a condição operacional dos equipamentos e sistemas instalados;
- 3.1.8. Adequações, realocações e instalações de pequeno porte, por exemplo, instalação e realocação de divisórias, pontos elétricos e de rede, aparelhos de ar condicionado, luminárias, etc;
- 3.1.9. Fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, na totalidade dos sistemas descritos, e de acordo com:
 - 3.1.9.1. Normas Técnicas aplicáveis aos serviços;
 - 3.1.9.2. Orientação técnica dos fabricantes, de modo a preservar a vida útil e desempenho dos equipamentos e garantia legal se existir;
 - 3.1.9.3. Otimização do consumo.
- 3.1.10. Atuar tempestivamente nas demandas preventivas e corretivas;
- 3.1.11. Os serviços que extrapolarem a capacidade técnica da Contratada, serviços de natureza exclusiva de atendimento por fabricante ou autorizado, poderão ser subcontratados. Todas as subcontratações deverão ser previamente aprovadas pela fiscalização;
- 3.1.12. A Contratada deverá a critério da Fiscalização executar serviços que compreendam adequações, adaptações, realocações de equipamentos e reforço de instalações nos casos que o serviço seja de pequena monta e dentro das capacidades técnicas solicitadas neste documento. Neste caso, os custos com serviços que excederem as previsões para a equipe permanente serão totalizados e comporão uma parcela de pagamento junto a fatura. Todo o procedimento precisará ser orçado e aprovado pela fiscalização previamente;
- 3.1.13. Os Edifícios a serem mantidos estão descritos no “Anexo 01 - Descrição Geral dos Edifícios”;
- 3.1.14. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a Contratada da prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos;
- 3.1.15. Como existem edifícios em processo de ativação, reforma e ampliação a quantidade de postos de trabalho serão ajustadas conforme as necessidades, dentro do limite máximo previamente estabelecido.

3.2. Forma de Prestação dos Serviços:

- 3.2.1. Os serviços ordinários de Manutenção Preventiva e Corretiva serão realizados de acordo com o "Anexo 03 - Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção";
- 3.2.2. Os equipamentos, aparelhos e ferramental constantes da relação exemplificativa inserta no “Anexo 05 – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental” serão disponibilizados pela Contratada tanto na prestação dos serviços ordinários quanto dos serviços especializados;

3.2.3. A lista constante no “Anexo 05 – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental” não é exaustiva. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

3.2.4. Os custos de imobilização, depreciação, etc. referentes aos equipamentos, instrumentos e ferramental básicos comporão uma parcela de valor fixo a ser pago mensalmente à Contratada.

3.2.5. Os serviços ordinários de Manutenção Preventiva e Corretiva devem sempre ser registrados por meio de Ordens de Serviço, utilizando-se a Plataforma de Monitoramento e Manutenção, bem como os resultados alcançados. Conforme diretriz posta no Anexo de serviços especializados.

3.2.6. As Ordens de Serviços serão emitidas por meio da Plataforma de Monitoramento e Manutenção conforme fluxograma e demais orientações desta especificação.

3.2.7. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a Contratante, e que não tenham sido autorizados por meio de Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.

3.2.8. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste documento, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.

3.2.9. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto no subitem.

3.2.10. Os serviços objeto do contrato deverão, sempre que possível, serem realizados durante o horário normal de expediente da Edificação, desde que não venham a prejudicar o funcionamento normal da mesma. Para a execução de serviços que possam prejudicar o bom funcionamento da Edificação e causar incômodo em demasia aos ocupantes da mesma, poderão/deverão serem realizados fora de horário comercial (segunda a sexta-feira de 7h às 21h), com a autorização prévia da Fiscalização.

3.2.11. Em casos emergenciais ou urgentes, a empresa Contratada deverá iniciar o atendimento do chamado para manutenção corretiva em um prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da hora de recebimento da solicitação.

3.2.12. A Contratada obrigará-se ao cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado, conforme indicadores, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

3.2.13. Serviços de transporte de peças, materiais, pessoal e/ou equipamentos, sejam elas entre as dependências do complexo da Diretoria de Ensino ou entre o complexo e ambientes externos, são responsabilidade da Contratada e estão inclusos na estimativa de custos indiretos nas composições de preço. Estão excluídos deste transporte a carga, descarga e movimentação de equipamentos que necessitem de caminhão ou outra forma de equipamento ou meio de transporte.

3.2.14. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

3.2.15. A realização pela Contratada de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados para o elemento ou seção de serviço executado.

3.3. Procedimentos Iniciais

3.3.1. A Contratada irá submeter ficha cadastral para cada empregado, para que a fiscalização submeta a análise do UIP ou DIP.

3.3.2. A Contratada executará um levantamento inicial dos sistemas que estarão sob sua supervisão atualizando e complementando as informações descritas no “Anexo 01 – Descrição Geral dos Edifícios”, bem como as rotinas de manutenção do “Anexo 03 – Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção”.

3.3.3. Todas as informações deverão ser carregadas na Plataforma de Monitoramento e Manutenção.

3.3.4. Deverá ainda, nos primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, ser elaborado Laudo geral do estado das edificações indicando seu estado de conservação e funcionamento. Em especial, deve ser verificada a adequação as normas técnicas vigentes dos Sistemas de Proteção e Descargas Atmosféricas e dos Sistemas de Alarme, Detecção e Combate a Incêndio. O laudo deve conter também avaliação sobre o estado estrutural das edificações. Deverá ser elaborado um laudo por edificação do complexo da Diretoria de Ensino - DIREN-ANP/PF

3.3.5. Deverá ser apresentado, nos primeiros 60 (sessenta) dias de trabalho, o Plano de Manutenção Preventiva, contendo o planejamento dos serviços preventivos que serão executados pelos 12 (doze) meses subsequentes, com a devida aprovação da fiscalização.

3.3.6. O Plano de Manutenção Preventiva deve ser cumprido, cabendo a Contratada elaborar Relatórios Periódicos apresentando a evolução entre Executado e o Planejado, cabendo sempre que necessário a atualização do Plano de Manutenção Preventiva.

3.3.7. O Plano de Manutenção e os Relatórios Situacionais deverão estar sempre atualizados e à disposição da fiscalização, com exceção dos primeiros 60 dias contratuais que será o prazo fornecido para que a empresa elabore a primeira versão dos documentos.

3.4. Orientações para preenchimento das planilhas de proposta

3.4.1. Para a correta avaliação das propostas os competidores deverão preencher as tabelas e planilhas que comporão o valor da contratação conforme modelos apresentados no Termo de Referência a ser elaborado.

3.4.2. Na apresentação da proposta, a licitante deverá especificar os valores de BDI utilizado na sua composição de orçamento estimado. O BDI máximo aceitável para o item 01 é de 24,92% para serviços, sendo que o BDI máximo aceitável para composição dos equipamentos básicos (presente no item 01 do Edital) é de 16,32%.

3.4.3. A licitante deverá consignar o valor unitário de cada item e o valor global do lote expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, incluindo fretes, tributos, encargos sociais, etc.

3.4.4. Para efeito de avaliação e comparação das propostas, bem como para lances, será considerado o valor anual global máximo.

3.4.5. O julgamento das propostas utilizará o critério do menor preço global, sendo que os valores unitários propostos não podem ultrapassar o valor máximo estimado para cada item e para as composições.

3.4.6. Será desclassificada a proposta vencedora com valores superiores aos preços máximos fixados no termo de referência, inclusive para cada item ou composição individualmente, ou que apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

3.4.7. Na apresentação da proposta, a licitante deverá apresentar o percentual de desconto linear sobre a planilha de insumos e SINAPI.

4. MÃO DE OBRA

4.1. Os profissionais da Contratada encarregados de realizar os serviços objeto da contratação deverão ser experientes e especializados em cada área de atuação.

4.2. Esclarece-se que, na composição dos custos unitários, foram considerados preços obtidos em Convenções Coletivas de Trabalho e/ou na Tabela SINAPI, conforme especificado no Anexo 08 – Equipe Técnica Permanente.

4.3. Os profissionais destacados para a execução dos trabalhos deverão ser especializados nas tarefas a eles destinadas e com experiência comprovada. Assim, serviços de manutenção em eletricidade

deverão ser executados por eletrotécnicos ou eletricistas, serviços hidrossanitários por técnicos ou bombeiros hidráulicos (encanadores) e assim sucessivamente. Não serão admitidos profissionais sem a qualificação exigida.

4.4. A Contratada deverá disponibilizar e manter nas dependências da Contratante, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

4.5. A formação e atribuições dos profissionais, bem como quantitativos mínimos e máximos para a equipe técnica, encontram-se descritos no Anexo 08 – Equipe Técnica Permanente.

4.6. A distribuição dos profissionais nas diferentes instalações da Contratante será feita de acordo com a demanda de trabalho, rotina de serviços, tamanho e complexidade da instalação. Os funcionários deverão prestar serviços em qualquer unidade onde exista demanda.

4.7. A escala comum de trabalho será estabelecida pela Fiscalização, em comum acordo com a Contratada, podendo acontecer no período das 7 (sete) horas às 19 (dezenove) horas, sendo concedido o intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora para o almoço.

4.8. No período de trabalho acertado, os postos profissionais terão dedicação exclusivas às atividades deste lote.

4.9. Deverá ser realizada escala de trabalho entre os eletricistas, de forma que haja dois plantonistas no turno do dia e dois plantonistas no turno da noite, de segunda a segunda. Estes profissionais devem estar aptos a executarem as atividades pertinentes a sua habilitação bem como ligar/desligar máquinas, abrir e fechar válvulas/registros e atuar nas condições urgência e emergência que ocorram dentro ou fora do horário comercial.

4.10. As atividades a serem desenvolvidas em áreas energizadas deverão contar com profissionais devidamente qualificados para os diversos níveis de tensão exigidos. Caso a fiscalização constate o descumprimento desta determinação isso se constituirá em falta grave podendo ensejar, inclusive a rescisão contratual.

4.11. Os demais profissionais necessários à realização dos serviços, e aqui se incluem os eventuais e emergenciais, deverão ser disponibilizados pela Contratada, na medida das solicitações feitas.

4.12. A Contratada deverá instalar, no local de prestação dos serviços, equipamento de controle de frequência (ponto) na forma da legislação vigente. Os profissionais deverão fazer o registro de entrada e saída por meio desse equipamento.

4.13. O preposto deverá exercer o controle dos registros de ponto eletrônico dos funcionários da Contratada, acompanhando seu registro apresentando, a qualquer momento que solicitado, os relatórios de registro de frequência, mesmo que mês corrente não tenha se findado.

5. UNIFORMES, EPI, FERRAMENTAL, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E EXAMES

5.1. A Contratada deverá providenciar para que todos os seus profissionais se apresentem na PF trajando uniformes que se constituem em camisa/casaco/jaleco com emblema da empresa, calça jeans e bota de couro cano curto com solado de borracha.

5.2. Alternativamente, o jaleco poderá ser substituído por camisa gola polo, desde que não entre em choque com o quesito segurança do trabalho.

5.3. Além de uniformes, estão incluídos no custo horário da mão de obra todos os demais custos considerados como encargos complementares, conforme definido no SINAPI e a seguir discriminados:

5.3.1. Os principais EPI's como capacetes, óculos contra impacto, luvas de raspa de couro, protetor auricular, entre outros;

5.3.2. O ferramental utilizado por cada tipo de profissional;

5.3.3. A alimentação e o transporte, com base no SINAPI da região;

5.3.4. Exames admissionais e demissionais, conforme exigido em legislação específica;

5.3.5. Seguro de vida em grupo e cursos de capacitação, de acordo com a respectiva

categoria profissional.

5.4. Em síntese, o custo horário da mão de obra estimado pela PF em seu orçamento estimativo já considera incluídos todos os custos relativos aos encargos complementares acima descritos. Dessa forma, as licitantes deverão apresentar sua proposta com base em igual metodologia, não cabendo à futura Contratada nenhum pleito financeiro relativo a tais itens.

5.5. Em relação aos uniformes e EPI's específicos para os técnicos habilitados para atuar na manutenção preventiva e corretiva das subestações (média tensão), seus custos estão incluídos nos respectivos serviços constantes da planilha orçamentária.

5.6. Na composição de custos dos profissionais requeridos foi considerado adicional de 30% (trinta por cento), referente à periculosidade.

6. REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS

6.1. A Contratada deverá submeter à aprovação formal da fiscalização a indicação, como responsável técnico pelos serviços a serem realizados, de um engenheiro detentor dos atestados que deram suporte à fase de habilitação.

6.2. O engenheiro e/ou arquiteto também será o preposto, ou seja, a pessoa que irá representar a Contratada perante a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia. Ele será o contato que receberá as demandas por manutenção corretiva e por serviços eventuais e deverá acionar a equipe da Contratada para atuar dentro dos limites de prazo estabelecidos neste CEET. Será aceita a substituição do profissional **por outro com experiência equivalente ou superior.**

6.3. As qualificações profissionais mínimas do preposto e demais profissionais está descrita no Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente.

7. HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS

7.1. A presente contratação na planilha de formação do preço de mão de obra possui valores previstos para as necessidades de horas extras. Também existe a previsão do uso de banco de horas. A opção entre o pagamento de horas extras e banco de horas caberá à fiscalização.

7.2. O uso do recurso de Banco de Horas será admitido no intuito de permitir a execução e supervisão de serviços fora dos horários estabelecidos, atendidas as seguintes condições:

7.2.1. Contar-se-á, para efeito de banco de horas, cada hora adicional trabalhada em dias de expediente como 1 (uma) hora, cada hora adicional trabalhada nos sábados como 1,5 hora, e cada hora adicional trabalhada nos domingos e feriados como 2 (duas) horas.

7.2.2. É vedado o uso do Banco de Horas para funcionários plantonistas.

7.2.3. O saldo máximo, positivo ou negativo, será de 20 (vinte) horas para cada funcionário.

7.2.4. Excedido o limite positivo não se computará qualquer hora adicional do funcionário.

7.2.5. Excedido o limite negativo ocorrerá a glosa do valor excedente.

7.2.6. Não haverá pagamento, por parte da Contratante, de saldo positivo remanescente no Banco de Horas ao final do Contrato. A contabilização de saldo será efetuada por funcionário, de forma independente.

7.2.7. Haverá glosa do saldo negativo remanescente no Banco de Horas ao final do Contrato. A contabilização de saldo será efetuada por funcionário, de forma independente.

7.2.8. O registro de horas adicionais de Banco de Horas deverá ser feito separadamente no sistema de registro de ponto (registro adicional de entrada e saída) e registrado no arquivo a ser entregue à Fiscalização.

7.2.9. O uso de Banco de Horas deverá ser registrado e entregue à Fiscalização.

7.2.10. Não serão computadas as horas que não forem registradas na forma aqui indicada.

7.2.11. Horas excedentes serão perdidas e horas faltantes serão tratadas como faltas.

8. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

8.1. Prestação de serviços especializados no monitoramento, operação e manutenção (preventiva e corretiva).

8.2. A prestação de serviços especializados será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição, e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido mensalmente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pelo licitante quando da apresentação da sua proposta, acrescido do BDI (24,92%). Não restando para a Administração obrigação a executar ou pagar por toda a quantidade estimada.

8.3. Os Edifícios a serem mantidos estão descritos no “Anexo 01 - Descrição Geral dos Edifícios”.

8.4. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a Contratada da prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

8.5. Demais informações sobre o item relacionado a serviços especializados/eventuais encontram-se no "Anexo 04 - Serviços Especializados/Eventuais".

8.6. Salienta-se que os Serviços Especializados não poderão ser executados pelos profissionais elencados no "Anexo 08 – Equipe Técnica Permanente", com exceção dos profissionais destinados ao acompanhamento e à gestão dos serviços.

8.6.1. Caso a fiscalização verifique que o Serviço Especializado tenha sido executado pela mão de obra fixa do contrato, serão pagos apenas os insumos relativos ao serviço, tendo em vista que a mão de obra fixa é destinada para outros fins, que não serviços especializados.

9. PEÇAS E MATERIAIS (INSUMOS)

9.1. O fornecimento de insumos será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição, e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido mensalmente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pelo licitante quando da apresentação da sua proposta, acrescido do BDI (cujo valor máximo é de 16,32%). Não restando para a Administração obrigação a executar ou pagar por toda a quantidade estimada.

9.2. As peças e materiais discriminados no “Anexo 06 – Peças e Materiais” fazem parte de estimativa de peças e materiais a serem fornecidas pela Contratada. Essa lista serve para composição das propostas das licitantes.

9.3. A simples previsão do valor dos materiais indicados no “Anexo 06 – Peças e Materiais” não gera para a Contratada o direito de requerer qualquer pagamento a título indenizatório com base nos valores previstos. A expectativa de contratação de tais serviços será satisfeita na medida da necessidade apresentada pela administração, podendo inclusive alguns dos itens não serem solicitados.

9.4. Os materiais necessários ao reparo e manutenção, e que se encontrem listados na Tabela de Insumos - SINAPI, deverão ser fornecidos pela Contratada, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local, os quais serão medidos e pagos de acordo com o quantitativo autorizado efetivamente entregues a cada mês.

9.5. Quando do pagamento mensal dos materiais de consumo para manutenção, será aplicado o desconto ofertado pela empresa em sua proposta, acrescido do BDI ofertado para fornecimento de materiais, a ser composto considerando as alíquotas de Lucro, Custos Indiretos ofertados, e PIS e COFINS devidos conforme sua opção tributária, sendo vedado aos licitantes, fazer constar no cálculo do BDI dos Materiais de Consumo para Manutenção, valores referentes a ISS, visto as disposições contidas no art. 7º, § 2º, inciso I da LC nº 116/2003.

9.6. O recebimento, conferência e controle dos materiais de consumo para manutenção utilizados serão efetuados pela Fiscalização, para fins de atesto de faturas e pagamento por medição.

9.7. Caso a tabela SINAPI não compreenda a composição dos serviços, equipamentos e materiais necessários à execução da demanda, a Contratada deverá usar composição de banco oficial para tal, se ainda assim não obtiver sucesso deverá apresentar orçamento prévio, composto de, no mínimo, três propostas oriundas do local da execução dos serviços ou de suas proximidades, cujo valor MÍNIMO será adotado.

9.7.1. Caso algum material não esteja disponível no mercado local, deve ser detalhadamente justificado, possibilitando o aceite de orçamento diverso ao da localidade de execução do serviço;

9.7.2. Os orçamentos apresentados servirão como referência para o preço do fornecimento, podendo a Contratada adquirir tal material em qualquer ponto comercial, tendo ciência que o valor ressarcido será o menor preço, dentre os valores da cotação e da fatura, acrescido do BDI de fornecimento de materiais;

9.7.3. Os preços utilizados nos orçamentos considerarão a data de efetiva prestação dos serviços;

9.7.4. Os materiais e serviços utilizados nos serviços realizados em caráter emergencial e que não estejam previstos na tabela SINAPI, deverão ser adquiridos conforme preço mínimo cotado pela Contratada e aprovado pela fiscalização do contrato e a nota fiscal de compra deverá ser encaminhada juntamente com o relatório dos serviços;

9.8. Na eventualidade de necessidade de troca de peças e materiais não discriminados na tabela SINAPI, além da execução de serviços não previstos no escopo desta contratação, seu fornecimento será realizado pela Contratante. Nesse caso, a Contratada apresentará a necessidade da peça e/ou material e serviços não listados.

9.9. O fornecimento de peças e/ou materiais somente serão realizados mediante emissão prévia de respectiva Ordem de Serviço (OS) pela fiscalização e correspondente aprovação do orçamento da OS.

9.10. As Ordens de Serviços serão emitidas por meio da Plataforma de Monitoramento e Manutenção conforme fluxograma e demais orientações desta especificação.

9.11. A Contratada obrigar-se-á ao cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado, conforme indicadores constantes no “Anexo 07 – Instrumento de Medição de Resultado”, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

9.12. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

9.13. Serviços de transporte de peças, materiais, pessoal e/ou equipamentos, sejam elas entre as dependências do complexo da Polícia Federal ou entre o complexo e ambientes externos, são responsabilidade da Contratada e estão inclusos na estimativa de custos indiretos nas composições de preço. Estão excluídos deste transporte a carga, descarga e movimentação de equipamentos que necessitem de caminhão tipo munc.

9.14. Na realização de serviços de manutenção, pela Contratada, em que seja necessária a substituição de peças e materiais constantes da instalação ou equipamento a ser reparado, as peças ou materiais substitutos deverão ter igual ou superior qualidade aos substituídos, devendo, ainda, respeitar os aspectos estilísticos e de aparência da instalação.

9.15. A realização pela Contratada de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados para o elemento ou seção de serviço executado.

9.16. Demais informações sobre o item relacionado a peças e materiais (insumos) encontram-se no “Anexo 06 – Peças e Materiais”.

10. RELATÓRIOS

10.1. A Contratada deverá fornecer, mensalmente, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico, conferido e assinado pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(is), sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- 10.1.1. Checklist das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento;
- 10.1.2. Descrição das manutenções corretivas realizadas, com indicação das pendências, quando houver, e as razões de sua existência;
- 10.1.3. Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratada, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores;
- 10.1.4. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços incluindo faltas de energia, performance dos equipamentos, etc;
- 10.1.5. Planilha de peças e materiais substituídos por defeitos ou desgaste.
- 10.1.6. Cópia das fichas histórico dos equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período;
- 10.1.7. Sugestões sobre reparos preventivos e modernizações cuja necessidade tenha sido constatada acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinadas pelo(s) responsável(is) técnico(s).
- 10.1.8. Este relatório não se confunde com os Relatórios Gerenciais que serão elaborados para o efetivo acompanhamento do planejamento do contrato.
- 10.2. As informações e relatórios devem estar organizadas e divididas por edificação atendida.
- 10.3. O relatório mensal referente ao último mês, término ou rescisão contratual, deverá ser elaborado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término dos serviços, com a supervisão da Fiscalização, constando o detalhamento dos equipamentos e instalações, nos termos do relatório preliminar (primeiro mês), descrevendo as condições em que se encontram as instalações e equipamentos a serem repassados à sucessora findo o Contrato;
- 10.4. Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações e equipamentos incluindo necessidades de novas instalações;
- 10.5. A apresentação de todos os relatórios, pareceres, laudos, estudos, deverão ser encaminhados por meio do(s) responsável(eis) e ou corresponsável(eis) técnico(s) pelos serviços do objeto contratado;
- 10.6. No relatório mensal deverá constar os controles de frequência, registrados por meio de ponto eletrônico.
- 10.7. As atividades de supervisão e monitoramento, realizadas pelo técnico de edificações, deverão constar no relatório mensal, com a presença de todas as ordens de serviço abertas por esse profissional, bem como registro fotográficos das atividades verificadas por ele.
- 10.8. Para elaboração de trabalhos técnicos cujo conhecimento técnico extrapole as condições da equipe ordinária ou da equipe especializada, a Contratada deverá utilizar-se do Apoio Técnico externo às suas expensas.
- 10.9. Por fim, a Contratada deve fazer constar no relatório, tudo aquilo que é necessário para o bom andamento e avaliação do objeto do contrato, além do preenchimento dos servidores em férias, seja mão de obra Direta ou Indireta, incluindo os engenheiros substitutos.
- 10.10. Nos primeiros 60 dias de contrato, a Contratada deverá elaborar os seguintes relatórios:
 - 10.10.1. Relatório Situacional (RS) - esse relatório deverá conter análise Técnica sobre a situação de todas as edificações contidas no contrato, apresentando soluções para os problemas identificados.
 - 10.10.2. Plano de Correção (PC) - esse plano deverá apresentar um planejamento para correção de todos os problemas identificados no relatório acima.
 - 10.10.3. Plano de Manutenção Preventiva (PMP) - esse plano deverá conter todas as manutenções preventivas necessárias, juntamente com um cronograma para atendimento desse

planejamento.

10.11. Os Planos e o Relatório descritos acima servirão de base para elaboração dos Relatórios Gerenciais (RG), os quais deverão ser apresentados semanalmente para a Fiscalização, contendo exemplificativamente:

- 10.11.1. Ordens de Serviço - abertas, finalizadas e em andamento.
- 10.11.2. Curva entre o Planejado e o Executado.
- 10.11.3. Planejamento de serviços para os próximos 15 dias.
- 10.11.4. Lista de materiais necessários para atendimento das Ordens de Serviço.
- 10.11.5. Custo mensal previsto e executado.
- 10.11.6. Dados sobre possíveis acidentes de trabalho
- 10.11.7. Outros dados que serão discutidos entre a fiscalização e a equipe Gerencial da Contratada.

10.12. Entende-se por Equipe Gerencial da Contratada: O Engenheiro, o Encarregado Geral, e o Técnico de Edificações, previstos no "Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente".

10.13. Em até 30 dias após o início do contrato deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para os serviços executados, conforme está consubstanciado na Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977 que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de Serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia e dá outras providência.

"Art. 3º "A falta de ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e demais cominações legais.

10.14. Ainda nessa Seara, deve, a vencedora atender, inclusive, a Resolução do CONFEA nº 425 de 18 de dezembro de 1998 que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e dá outras providências:

"Art. 2º, § 2º. A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pelas obras ou serviços previstos no contrato, obrigará à nova ART vinculada à ART original".

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. Em todas as etapas que serão formalmente analisadas e inscritas em registro de ocorrências, os serviços sofrerão inspeção minuciosa por equipe multidisciplinar da Contratante para constatar e relacionar os ajustes que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, deverão ser executados todos os serviços de revisão levantados. Tais inspeções serão executadas, quando pertinentes, em conjunto com o(s) responsável(is) técnico(s) da Contratada.

11.2. A entrega de cada Ordem de Serviço não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas, em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil).

11.3. Após o término na prestação dos serviços, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução de eventuais dúvidas detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, e solucionar as imperfeições detectadas, independente de sua responsabilidade civil. Deverá ser providenciado, pela Contratada, baixas da ART de todos os envolvidos, junto ao CREA em cuja jurisdição for exercida a atividade, entregando à Fiscalização toda a documentação referente a essas providências.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695173&crc=25A0626F](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695173&crc=25A0626F).

Código verificador: **61695173** e Código CRC: **25A0626F**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61695173



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 03 – ROTINAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

1.1. Primeiramente, cumpre ressaltar que este anexo (Anexo III - Rotinas de Execução dos Serviços de Manutenção) é de caráter exemplificativo, sendo uma das obrigações da empresa apresentar nos primeiros 60 (sessenta) dias do contrato o Plano de Manutenção Preventiva, no qual deverão constar todas as rotinas necessárias, levando em conta o atual estado de conservação das edificações, e também o cronograma de execução dos serviços julgados como necessários.

1.2. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

1.2.1. Inspeção termográfica e relatório de análise de energia:

1.2.1.1. Trimestralmente:

a) A Contratada deverá realizar trimestralmente ou eventualmente quando solicitado, relatório com equipamento analisador de energia em todos os barramentos do QGBT ou nos locais indicados pela fiscalização técnica do contrato junto à PF, contendo diagnóstico energético completo da instalação, qualidade de energia, levantamento de curvas de carga, diagnósticos de distorções harmônicas, correção de fator de potência, levantamento de demandas, conservação de energia. Estes relatórios devem ser enviados para análise do Setor de Fiscalização.

1.2.1.2. Semestralmente:

a) A Contratada deverá realizar Inspeção Termográfica semestralmente e eventualmente quando solicitada pela Fiscalização nas instalações a seguir indicadas, apresentando relatório específico contendo:

b) Quadro Geral de Força; Barramentos;

c) Quadros de Distribuição de Luz e Força;

d) Quadros de Comando (Geradores, Bombas, etc.);

e) Quadros dos circuitos de tomada e iluminação dos pavimentos;

f) Quadros de circuitos de energia estabilizada;

g) Pontos críticos de baixa e média tensão;

h) Cabine principal de alta tensão de entrada e medição de energia elétrica do complexo da Diretoria de Ensino.

i) A primeira Inspeção Termográfica deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias da data de início dos serviços.

j) A Inspeção Termográfica será realizada através de Termovisor que possibilite o registro das imagens térmicas geradas, de forma fotográfica ou digitalizada.

k) Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser completo, contendo de forma impressa, as imagens e respectivas temperaturas, dos pontos da instalação considerados críticos e/ou suspeitos e indicando providências a serem tomadas.

l) Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser entregue à Fiscalização em até 30 (trinta) dias a contar do último dia de realização da inspeção.

m) Caberá a Contratada a correção e acompanhamento das irregularidades apontadas no

relatório de Inspeção Termográfica.

1.2.2. **Quadro geral de força e quadro de entrada da concessionária:**

1.2.2.1. **Mensalmente:**

- a) Ler os instrumentos de medição, inclusive entrada para processamento de dados se houver, e anotar;
- b) Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação;
- c) Verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente;
- d) Medir a amperagem nos alimentadores em todas as saídas;
- e) Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral;
- f) Limpar externamente o quadro;
- g) Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias.

1.2.2.2. **Trimestralmente:**

- a) Alinhar os contatos, movimentos livres;
- b) Inspeccionar as chaves seccionadoras corrigindo/substituindo quando apresentarem anomalias e/ou funcionamento fora das normas vigentes;
- c) Inspeccionar as conexões de saída dos disjuntores a fim de evitar pontos de resistência elevada, corrigindo/substituindo aqueles que estiverem defeituosos;
- d) Inspeccionar os isoladores e conexões corrigindo/substituindo aqueles que estiverem defeituosos;
- e) Verificar a fixação de barramento, conexões e ferragens, corrigindo as anomalias encontradas;
- f) Verificar a regulação do disjuntor geral, corrigindo/substituindo quando apresentarem defeitos ou funcionamento anormal;
- g) Verificar o equilíbrio de fases dos circuitos, corrigindo os prováveis desequilíbrios.

1.2.2.3. **Semestralmente:**

- a) Inspeccionar as chaves seccionadoras dos disjuntores termomagnéticos e cuidar para que não superem as tabelas de amperagens máximas permitidas para cada ambiente;
- b) Verificar o nível de isolamento dos alimentadores;
- c) Inspeccionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores, evitando assim pontos de resistência elevada;
- d) Reapertar os parafusos de fixação das tomadas;
- e) Verificar os contatos de entrada e saída dos disjuntores;
- f) Verificar a fixação do barramento e conexões;
- g) Efetuar limpeza geral no barramento, conexões e disjuntores;
- h) Verificar a regulação do disjuntor geral;
- i) Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento); Verificar o aspecto da fiação;
- j) Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos);
- k) Inspeccionar as ligações da carcaça dos quadros à terra;
- l) Lubrificar as dobradiças das portas;

m) Verificar o funcionamento das chaves dos armários.

n) Efetuar testes de isolamento à corrente contínua; Medir a resistência dos cabos elétricos alimentadores.

1.2.2.4. Anualmente:

a) Reapertar as fixações dos disjuntores termomagnéticos;

b) Desligamento Geral e manutenção em todo o Quadro Geral, corrigindo folgas e pontos de sobreaquecimento, assim como, substituindo itens defeituosos. Deverá ser entregue um relatório de completo desta manutenção, inclusive com as imagens da análise termográfica do Quadro Geral.

1.2.3. Barramentos:

1.2.3.1. Mensalmente:

a) Controlar a amperagem nas diversas secções do barramento, corrigindo sobrecargas e desbalanceamento de corrente;

b) Abrir janelas de inspeção e reapertar conectores;

c) Se necessário, limpar contatos;

d) Inspeccionar cofres, sobreaquecimentos de contatos e vibrações;

1.2.3.2. Semestralmente:

a) Limpar a blindagem dos barramentos com sopro de ar comprimido;

b) Verificar e corrigir aterramento.

1.2.3.3. Anualmente:

a) Medir nível de isolamento.

1.2.3.4. Eventualmente:

a) Combater corrosão e retocar pintura.

1.2.4. Quadros de distribuição de luz e força:

1.2.4.1. Mensalmente:

a) Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores;

b) Verificar o aquecimento nos disjuntores “no-fuse” geral em todos os quadros de distribuição; Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, cheiros de queimados e outros;

c) Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz;

d) Limpar externamente os quadros.

e) Medir e controlar a tensão;

f) Verificar o equilíbrio de fases nos alimentadores e em todos os circuitos ligados;

g) Medir a amperagem nos fios de saída dos disjuntores, a fim de controlar a carga elétrica nos disjuntores.

1.2.4.2. Trimestralmente:

a) Controlar o nível dos alimentadores;

b) Reapertar os parafusos de contato dos disjuntores;

c) Reapertar a fixação e estado dos barramentos; Efetuar a limpeza geral de barramentos e conexões;

d) Inspeccionar o isolamento dos cabos de alimentação.

1.2.4.3. **Semestralmente:**

- a) Verificar o aquecimento dos condutores de alimentação e distribuição;
- b) Verificar a resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normatizados e consequente apresentação de relatório com diagnóstico e solução em caso de anomalias;
- c) Medir a resistência dos cabos de alimentação, corrigindo/substituindo aqueles que apresentarem anomalias ou mau funcionamento, em condições normais de uso;
- d) Verificar o isolamento dos disjuntores;
- e) Efetuar a medição da resistência de aterramento dos armários dos quadros;
- f) Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias.

1.3. **LAVANDERIA:**

1.3.1. **Mensalmente:**

- 1.3.1.1. Verificar todas as mangueiras e drenos em busca de vazamentos
- 1.3.1.2. Verificar se a trava da tampa está operando apropriadamente
- 1.3.1.3. Limpar a gaveta do dispensador
- 1.3.1.4. Verificar se as lavadoras/secadoras estão niveladas

1.3.2. **Semestralmente:**

- 1.3.2.1. Limpe as telas do filtro nas mangueiras de enchimento
- 1.3.2.2. Limpe a junta da porta com uma solução de alvejante e água

1.3.3. **Anualmente:**

- 1.3.3.1. Os dutos de exaustão devem ser inspecionados e passar por limpeza por funcionário qualificado.
- 1.3.3.2. Verificar a tampa de proteção contra condições climáticas para garantir que os amortecedores se movem livremente, que não estão sendo pressionados para dentro e que nada está preso contra eles.

1.3.4. **A cada 2 (dois) anos:**

- 1.3.4.1. Contratar Manutenção preventiva especializada geral nas lavadoras/secadoras feitas por técnico autorizado para assegurar de que elas estão operando apropriadamente
- 1.3.4.2. Substituir as mangueiras de preenchimento.

1.4. **QUADROS DE COMANDO:**

1.4.1. **Mensalmente:**

- 1.4.1.1. Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- 1.4.1.2. Verificar a existência de fusíveis queimados;
- 1.4.1.3. Inspeccionar a pressão de contato dos fusíveis;
- 1.4.1.4. Inspeccionar o estado das bases de fusíveis quanto ao aquecimento;
- 1.4.1.5. Verificar o fechamento correto das tampas dos porta-fusíveis.
- 1.4.1.6. Inspeccionar o estado das chaves magnéticas;
- 1.4.1.7. Verificar o contato dos porta-fusíveis para evitar fusões;
- 1.4.1.8. Verificar o arco em excesso das chaves magnéticas;
- 1.4.1.9. Verificar o ajuste dos relés de sobrecarga;
- 1.4.1.10. Verificar o isolamento e continuidade do enrolamento das bobinas das chaves magnéticas;

- 1.4.1.11. Verificar o estado de conservação das bases dos fusíveis;
- 1.4.1.12. Reapertar os bornes de ligação das chaves magnéticas;
- 1.4.1.13. Reapertar os parafusos de contato dos botões de comando.

1.5. **ILUMINAÇÃO GERAL:**

1.5.1. **Quinzenalmente:**

- 1.5.1.1. Verificar as luminárias quanto à ocorrência de lâmpadas queimadas ou com operação insuficiente nas áreas externas, internas e comuns do prédio.
- 1.5.1.2. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do sistema de iluminação;

1.5.2. **Semestralmente:**

- 1.5.2.1. Medir o nível de iluminação (usando luxímetro).

1.6. **TOMADAS DE PISO/PAINÉIS:**

1.6.1. **Mensalmente:**

- 1.6.1.1. Testar de modo adequado a corrente na rede do piso/divisórias/paredes.

1.6.2. **Semestralmente:**

- 1.6.2.1. Inspeccionar carcaças e tomadas na tubulação do piso/divisórias/paredes e reapertar se necessário.

1.7. **SISTEMA DE ATERRAMENTO:**

1.7.1. **Anualmente:**

- 1.7.1.1. Verificar a malha de aterramento e suas condições normais de uso, conexões, malha de cobre nu, etc.;
- 1.7.1.2. Verificar as condições de uso das ligações entre aterramento e os estabilizadores;
- 1.7.1.3. Medir a resistência ôhmica que não poderá superar 10 (dez) Ohms, adotando as medidas de correção, quando necessário (usar Terrometro);
- 1.7.1.4. Verificar os índices de umidade e alcalinidade do solo do aterramento, mantendo-o dentro dos padrões normais;
- 1.7.1.5. Atenuar ou eliminar interferências nos equipamentos eletrônicos sensíveis;
- 1.7.1.6. Reapertar os bornes que ligam as hastes aos cabos.

1.8. **REDES ELÉTRICAS CONVENCIONAIS:**

1.8.1. **Mensalmente:**

- 1.8.1.1. Inspeccionar as caixas de passagem;
- 1.8.1.2. Inspeccionar o estado das capas isolantes, fios e cabos. Verificar o estado geral das muflas e cabos;
- 1.8.1.3. Limpar as caixas de passagem;
- 1.8.1.4. Medir a amperagem da fiação e verificação da concordância com as tabelas de amperagem máxima permitida;
- 1.8.1.5. Verificar a corrente de serviço, sobre aquecimento.

1.9. **GRUPO GERADOR/REDES ELÉTRICAS ESTABILIZADAS E DE EMERGÊNCIA:**

1.9.1. **Mensalmente:**

- 1.9.1.1. Verificar níveis de óleo lubrificante do motor e do regulador de velocidade da bomba injetora;

- 1.9.1.2. Drenar os sedimentos nos filtros (quando aplicável);
- 1.9.1.3. Verificar restrições no fluxo de ar do radiador;
- 1.9.1.4. Limpar elemento filtrante de ar;
- 1.9.1.5. Inspeccionar conexões;
- 1.9.1.6. Verificar o nível de água dos radiadores e completar se necessário;
- 1.9.1.7. Verificar o funcionamento dos sistemas automáticos de pré-aquecimento e pré-lubrificação;
- 1.9.1.8. Verificar cabos de potência e controle;
- 1.9.1.9. Inspeção nas chaves seccionadoras e isoladoras;
- 1.9.1.10. Limpeza dos geradores, painéis, instrumentos e acessórios;
- 1.9.1.11. Verificação do estado de conservação, nível da solução e tensão da carga nas baterias;
- 1.9.1.12. Limpeza dos terminais das baterias e reaperto se necessário;
- 1.9.1.13. Verificação do nível de combustível no tanque;
- 1.9.1.14. Drenar a água condensada nos tanques de combustível;
- 1.9.1.15. Verificação da existência de vazamento de água, óleo ou combustível;
- 1.9.1.16. Verificação do aquecimento dos disjuntores termomagnéticos;
- 1.9.1.17. Verificação do bloco acionador quanto a folgas;
- 1.9.1.18. Verificação do estado das mangueiras de interligação;
- 1.9.1.19. Verificação do estado dos mancais;
- 1.9.1.20. Verificação da pressão do óleo lubrificante.
- 1.9.1.21. Testar o funcionamento dos geradores em vazio;
- 1.9.1.22. Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- 1.9.1.23. Testar o funcionamento dos geradores com carga.
- 1.9.1.24. Verificar limpeza da sala dos grupos geradores;
- 1.9.1.25. Verificar infiltrações e vazamentos nas proximidades dos GMG's

1.10. **QUADROS DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:**

1.10.1. **Mensalmente:**

- 1.10.1.1. Verificar ruídos anormais no Quadro de Transferência Automático - QTA e no equipamento; Inspeccionar os led's de sinalização e os instrumentos de medição com a leitura e registro dos valores apresentados durante o funcionamento do gerador;
- 1.10.1.2. Testar sonoridade do sistema de alarme; Inspeccionar bornes e terminais;
- 1.10.1.3. Revisar os contadores, disjuntores e relés; Verificar todas as ligações do quadro; Verificar ocorrência de sobreaquecimento;
- 1.10.1.4. Testar funcionamento em manual do comando microprocessado; Limpeza geral das canaletas de passagem do cabeamento

1.11. **BARRAMENTOS BLINDADOS/BUS WAYS:**

1.11.1. **Mensalmente:**

- 1.11.1.1. Verificar todas e quaisquer anormalidades nos componentes, tais como: sobretensão, corrosão e sinais de descargas;
- 1.11.1.2. Executar a inspeção visual dos equipamentos, com a verificação da existência de aquecimentos ou ruídos anormais;

1.11.1.3. Inspecionar, cuidadosamente, todos os componentes elétricos. Os dispositivos devem ser examinados, a fim de verificar a existência de desligamentos, descoloração ou aquecimento;

1.11.1.4. Verificar a ocorrência de quebras, rachaduras, estufamentos e/ou vazamentos nas baterias;

1.11.1.5. Verificar a quebra do lacre nas válvulas de suspiro das baterias seladas/lacradas;

1.11.1.6. Verificar sinais de vazamento e/ou acúmulo de gases, adotando as medidas cabíveis.

1.11.2. Semestralmente:

1.11.2.1. Limpar barramentos e cofres de derivação;

1.11.2.2. Conferir os ajustes dos parafusos dos monoblocos contidos em todas as emendas, de acordo com os valores de torque fornecidos pelo fabricante;

1.11.2.3. Verificar fiação de interligação dos Cofres aos Quadros;

1.11.2.4. Verificar se os cofres Plug-in estão devidamente conectados aos barramentos e se no interior desses cofres não há fusíveis queimados, nem sinais de elevação de temperatura com possíveis comprometimentos das partes isolantes;

1.11.2.5. Checagem de cabos de interligação na Sala Elétrica entre Bus Way e QGBT's;

1.11.2.6. Conferir todo o nivelamento dos barramentos blindados com auxílio de um nível de prumo (reconferir eventualmente quando do surgimento a qualquer tempo de trincas e ou rachaduras, em paredes, colunas, vigas ou estruturas por onde os barramentos estiverem direta ou indiretamente fixos).

1.11.2.7. Nobreak e Banco de Baterias

1.11.3. Anualmente:

1.11.3.1. Verificar a condição limite de temperatura;

1.11.3.2. Verificar as tensões e correntes de entrada e saída;

1.11.3.3. Reportar sobre quaisquer componentes/sistemas que: estejam na iminência de falha.

1.12. SONORIZAÇÃO

1.12.1. Trimestralmente:

1.12.1.1. Verificar o correto funcionamento dos subsistemas e gravação;

1.12.1.2. Reportar sobre quaisquer componentes/sistemas que estejam na iminência de falha.

1.12.2. Semestralmente:

1.12.2.1. Alinhar todos os módulos conforme manual do fabricante.

1.13. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS:

1.13.1. Semanalmente:

1.13.1.1. Verificar e registrar na plataforma de supervisão e manutenção, o consumo de água e o estado dos hidrômetros;

1.13.2. Mensalmente:

1.13.2.1. Verificar válvulas de descarga dos sanitários;

1.13.2.2. Verificar caixas e ralos sifonados e secos, limpando-os quando necessário;

1.13.2.3. Verificar existência de vazamento em torneiras, registros e válvulas de pias, lavatórios, mictórios, sanitários e outros que porventura venham a ser observados, procedendo-se os reparos necessários;

- 1.13.2.4. Verificar o estado da tubulação primária, consertando possíveis vazamentos;
- 1.13.2.5. Verificar o estado das bombas de recalque e seus contatos de níveis superior e inferior;
- 1.13.2.6. Verificar as “bocas de lobo” e caixas de visita externas, a fim de proporcionar um perfeito escoamento das águas pluviais;
- 1.13.2.7. Verificar o sistema de captação de águas pluviais (calhas, ralos, tubulações, caixas de inspeção e de areia);
- 1.13.2.8. Verificar o nível das caixas de gordura e proceder a remoção do material ali existente; Examinar os reajustes nas gaxetas e conexões das bombas;
- 1.13.2.9. Verificar o estado das bóias das caixas de água;
- 1.13.2.10. Verificar o estado de vedação dos reservatórios.

1.14. **RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA:**

1.14.1. **Semanalmente:**

- 1.14.1.1. Verificar e corrigir se necessário, os controladores de nível dos reservatórios;
- 1.14.1.2. Verificar a existência de dejetos e/ou substâncias poluentes, procedendo a remoção;
- 1.14.1.3. Verificar o funcionamento da torneira de bóia.

1.14.2. **Mensalmente:**

- 1.14.2.1. Verificar se a reserva técnica de incêndio está sendo mantida, registrando o nível observado;
- 1.14.2.2. Verificar se as válvulas estão em suas devidas posições “aberta” ou “fechada”.
- 1.14.2.3. Verificar se as válvulas e registros estão limpos, desobstruídos e sem ferrugem;
- 1.14.2.4. Verificar se há vazamentos e infiltrações de água através das paredes do reservatório;
- 1.14.2.5. Verificar se as estruturas dos tanques elevados necessitam de reparos;
- 1.14.2.6. Verificar se as visitas estão devidamente fechadas.

1.14.3. **Semestralmente:**

- 1.14.3.1. Inspeção e reparos do medidor de nível, torneira de bóia, extravasor, sistema automático de funcionamento de bombas, registros de válvulas de pé e de retenção;
- 1.14.3.2. Inspeção periódica da ventilação do ambiente e das aberturas de acesso;
- 1.14.3.3. Controle periódico do nível de água para identificação de possível de vazamento;

1.14.4. **Anualmente:**

- 1.14.4.1. Proceder à limpeza e higienização dos reservatórios.

1.15. **BOMBAS DE RECALQUE E ESGOTO:**

1.15.1. **Quinzenalmente:**

- 1.15.1.1. Operar, ligar e desligar as bombas;
- 1.15.1.2. Inspecionar os cabos de alimentação geral as bombas;
- 1.15.1.3. Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais, quando em funcionamento;
- 1.15.1.4. Verificar as condições dos acoplamentos, abraçadeiras e mangotes;
- 1.15.1.5. Verificar as condições do selo mecânico;

- 1.15.1.6. Verificar e completar se necessário o nível de óleo das bombas;
- 1.15.1.7. Inspeccionar as passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;
- 1.15.1.8. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento das bombas de recalque e de esgoto;
- 1.15.1.9. Controlar o gotejamento pelas gaxetas, evitando o regime excessivo;
- 1.15.1.10. Inspeccionar as válvulas de retenção;
- 1.15.1.11. Inspeccionar o funcionamento das bóias inferiores e superiores;
- 1.15.1.12. Verificar o aquecimento excessivo dos motores das bombas.

1.15.2. Mensalmente:

- 1.15.2.1. Medir amperagem dos motores;
- 1.15.2.2. Inspeccionar as tubulações e as conexões hidráulicas;
- 1.15.2.3. Verificar as condições de fixação com referência à base, amortecedores e conexões;
- 1.15.2.4. Verificar a regulagem e atuação dos dispositivos de acionamento, chave-bóia, fusíveis, relés térmicos, etc;
- 1.15.2.5. Limpar e desobstruir as aberturas de ventilação dos motores das bombas;
- 1.15.2.6. Verificar o nível de óleo das bombas;
- 1.15.2.7. Verificar as luvas de acoplamento;
- 1.15.2.8. Verificar o alinhamento do eixo das bombas; Inspeccionar os terminais elétricos nas caixas de ligação; Lubrificar os mancais das bombas.

1.15.3. Semestralmente:

- 1.15.3.1. Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas;
- 1.15.3.2. Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo as substituições necessárias.

1.16. VÁLVULAS E CAIXAS DE DESCARGAS

1.16.1. Mensalmente:

- 1.16.1.1. Regulagens e reparos dos elementos componentes;
- 1.16.1.2. Teste de vazamento nas válvulas ou nas caixas de descarga;
- 1.16.1.3. Verificar dispositivos de acionamento;
- 1.16.1.4. Verificar a existência de vazamento;
- 1.16.1.5. Verificar a fixação dos componentes.

1.16.2. Trimestralmente:

- 1.16.2.1. Verificar o funcionamento da válvula de admissão (bóia).

1.17. REGISTROS, TORNEIRAS E METAIS SANITÁRIOS:

1.17.1. Mensalmente:

- 1.17.1.1. Verificar o funcionamento e a estanqueidade dos registros, válvulas e torneiras;
- 1.17.1.2. Reparos de vazamentos com troca de guarnição, aperto de gaxeta e substituição do material;
- 1.17.1.3. Verificar a regulagem das válvulas dos mictórios e sanitários;
- 1.17.1.4. Verificar o estado de conservação dos metais, efetuando os reapertos e/ou colocação das peças de acabamento faltantes (canoplas, carrapetas, etc);

- 1.17.1.5. Verificar os acoplamentos e os anéis de vedação;
- 1.17.1.6. Verificar as condições e fixação das tubulações flexíveis aparentes;
- 1.17.1.7. Lubrificar registros e válvulas dos barriletes.
- 1.18. **CANALIZAÇÕES: TUBOS E CONEXÕES:**
 - 1.18.1. **Mensalmente:**
 - 1.18.1.1. Verificar a ocorrência de vazamento, entupimentos e danos na tubulação de entrada até o reservatório inferior e/ou superior;
 - 1.18.2. **Semestralmente:**
 - 1.18.2.1. Realizar a limpeza e desobstrução;
 - 1.18.2.2. Verificar a pintura dos trechos de tubulação aparentes, efetuando os retoques necessários;
 - 1.18.2.3. Verificar as condições de fixação da tubulação
- 1.19. **RALOS E APARELHOS SANITÁRIOS:**
 - 1.19.1. **Mensalmente:**
 - 1.19.1.1. Inspeção periódica de funcionamento;
 - 1.19.1.2. Verificar a existência de trincas ou outros danos nas pias, lavatórios e vasos;
 - 1.19.1.3. Verificar as condições de uso e fixação de saboneteiras, papeleiras e outros acessórios, repondo os elementos faltantes;
 - 1.19.1.4. Verificar as condições de uso e fixação das tampas de vaso, substituindo caso necessário;
 - 1.19.1.5. Rejuntar os bojos das pias, lavatórios e vasos sanitários, caso necessário.
 - 1.19.2. **Trimestralmente:**
 - 1.19.2.1. Remover detrito do interior dos ralos.
- 1.20. **CAIXAS COLETORAS E DE GORDURA:**
 - 1.20.1. **Mensalmente:**
 - 1.20.1.1. Limpar as caixas de inspeção dos prédios;
 - 1.20.1.2. Limpar ralos e caixas sifonadas das casas de máquinas, recintos de barrilete e casa de bombas;
 - 1.20.1.3. Verificar as condições e fixação das tampas das caixas de inspeção/passagem e coletoras de gordura e dos ralos.
 - 1.20.2. **Semestralmente:**
 - 1.20.2.1. Verificar o estado geral de conservação das caixas de inspeção/ passagem e gordura, efetuando reparos necessários;
 - 1.20.2.2. Identificar situações críticas de vazão incompatível para o dimensionamento da caixa, relatando os casos.
- 1.21. **CAIXAS DE INSPEÇÃO E DE AREIA:**
 - 1.21.1. **Mensalmente:**
 - 1.21.1.1. Inspeção de funcionamento.
 - 1.21.2. **Semestralmente:**
 - 1.21.2.1. Serviços de limpeza e desobstrução.
- 1.22. **CALHAS E CONDUTORES DE ÁGUAS PLUVIAIS:**
 - 1.22.1. **Quinzenalmente:**

- 1.22.1.1. Limpar os ralos simples e hemisféricos de captação pluvial da cobertura;
- 1.22.1.2. Limpar calhas coletoras e condutores da cobertura e pavimentos inferiores.
- 1.22.2. **Bimestralmente:**
 - 1.22.2.1. Verificar a fixação dos chapins, rufos, calhas e condutos de captação;
 - 1.22.2.2. Verificar a existência de vazamentos nas juntas de tubulações/calhas.
- 1.22.3. **Semestralmente:**
 - 1.22.3.1. Serviços de limpeza e desobstrução.
- 1.23. **HIDRÔMETRO E TUBULAÇÃO DE ENTRADA:**
 - 1.23.1. **Diariamente:**
 - 1.23.1.1. Verificar o funcionamento do hidrômetro e registrar a leitura em formulário próprio para controle de consumo diário de água.
 - 1.23.2. **Mensalmente:**
 - 1.23.2.1. Verificar o funcionamento do hidrômetro e efetuar sua limpeza;
 - 1.23.2.2. Verificar o funcionamento do registro geral, examinando (posição aberta/fechada) as condições de vedação;
 - 1.23.2.3. Verificar as condições da caixa do hidrômetro, efetuando a limpeza interna e externa, lubrificação e reaperto das dobradiças e fechos da tampa, correção dos focos de corrosão e retoques de pintura nas áreas afetadas;
 - 1.23.2.4. Verificar a ocorrência de perdas no sistema hidráulico, através da verificação do funcionamento do hidrômetro com o fechamento das válvulas e registros internos.
- 1.24. **INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO:**
 - 1.24.1. A metodologia de execução para os serviços de manutenção do sistema de ar condicionado deverá conter medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza e manutenção de todos os componentes do sistema de climatização, de maneira a garantir a qualidade do ar interior e prevenir contra riscos a saúde dos ocupantes e demais usuários, de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, implantado nos termos das normas e instruções descritas na portaria n.º 3523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada, dentro do que for cabível no escopo dos serviços aqui descritos.
 - 1.24.2. A Contratada deverá providenciar um relatório mensal contendo as informações dos parâmetros da instalação, a metodologia de pesquisa aplicada, cronograma de serviços prestados, a respectiva programação do próximo mês, bem como o anexo fotográfico dos equipamentos analisados.
 - 1.24.3. A limpeza dos dutos, grelhas e afins será realizada pela Contratada por meio de seus funcionários e com a utilização de equipamentos convencionais e/ou específicos. Poderá ser utilizada, caso necessário, os serviços de vídeo inspeção e limpeza robotizada de dutos, conforme previsto em planilha e nestas especificações.
 - 1.24.4. A Contratada deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema de ar condicionado, sejam eles SPLIT ou VRF
 - 1.24.4.1. **Semanalmente:**
 - a) Operação de todo o sistema;
 - b) Verificação da tensão nas três fases;
 - c) Verificação da existência de ruídos anormais elétricos e mecânicos nos quadros elétricos;
 - d) Verificação das lâmpadas de sinalização de todos os quadros elétricos;
 - e) Verificação do funcionamento dos condicionadores e exaustores observando ruídos

anormais e escoamento das bandejas e drenos;

f) Limpeza geral da casa de máquinas;

g) Preenchimento de registro na Plataforma de Supervisão e Manutenção de leitura do equipamento de resfriamento de líquido, conforme solicitado pela fiscalização da PF.

1.24.4.2. **Mensalmente:**

a) Vazamento, condensação, mangotes, suportes, braçadeiras e válvulas;

b) Verificação da integridade do revestimento térmico da tubulação, corrigindo quando necessário.

c) Medição da amperagem dos motores dos exaustores e condicionadores;

d) Verificação do alinhamento das correias e das polias dos exaustores e condicionadores;

e) Limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores de ar;

f) Verificação do ajuste dos relés de sobrecarga de todos os motores.

g) Verificação dos exaustores e compressores;

h) Reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros dos condicionadores e exaustores;

i) Limpeza dos filtros e serpentinas das unidades de indução;

j) Limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores;

k) Limpeza geral nos quadros elétricos de todo o sistema;

l) Limpeza das passagens de ventilação de todos os motores;

m) Aferição de todos os elementos de controle;

n) Teste de vazamento de gás em todo circuito frigorígeno;

o) Limpeza geral da torre;

p) Medição de e sub-resfriamento dos compressores.

1.24.4.3. **Semestralmente:**

a) Medição da resistência de isolamento dos compressores e motores;

b) Aferição das condições de trabalho dos compressores;

c) Verificação do aterramento dos quadros elétricos e motores do sistema Reaperto das bases de fixação dos motores, ventiladores e bombas;

d) Reaperto dos mancais dos ventiladores, condicionadores exaustores;

e) Medição da condição de trabalho dos condicionadores exaustores;

1.24.4.4. **Anualmente:**

a) Análise e troca, se necessário, de óleo e filtros dos compressores;

b) Verificação dos ajustes de controle de segurança dos compressores

c) Inspecionar o centro de controle;

d) Limpeza dos dutos e máquinas de maior porte;

e) Efetuar limpeza mecânica do condensador e evaporador (varetar);

f) Verificação do desbalanceamento de tensão (<2%).

1.25. **CONDICIONADORES “SELF-CONTAINED” - CONDENSÇÃO A AR E APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO JANELA:**

1.25.1. **Semanalmente:**

- 1.25.1.1. Verificação da existência de ruídos anormais;
 - 1.25.1.2. Verificação das lâmpadas de sinalização nos quadros elétricos;
 - 1.25.1.3. Verificação do funcionamento de ventiladores, motores e compressores;
 - 1.25.1.4. Verificação e registro das condições de trabalho.
- 1.25.2. **Mensalmente:**
- a) Inspeção dos quadros elétricos e fiações;
 - b) Inspeção e limpeza dos filtros de ar;
 - c) Verificação das tensões e corrente no motor;
 - d) Limpeza das bandejas e drenos;
 - e) Verificação do nível do óleo no compressor (somente para compressor semi-hermético);
 - f) Verificação de vazamento no sistema hidráulico;
 - g) Verificar a atuação e regulação dos termostatos;
 - h) Limpeza da casa de máquinas.
 - i) Verificar a existência de vazamento de gás refrigerante;
 - j) Limpeza do aletado da serpentina do condensador;
 - k) Verificação dos relés de sobrecargas;
 - l) Limpeza geral dos quadros elétricos;
 - m) Verificação do alinhamento e tensão das correias;
 - n) Verificação do alinhamento das polias;
 - o) Verificação dos ruídos e vibrações excessivas nos ventiladores;
 - p) Limpeza das serpentinas dos evaporadores e ventiladores;
 - q) Efetuar leitura de entrada e saída de ar e/ou água do condensador e evaporador;
 - r) Verificação do nível de óleo/vazamento;
 - s) Verificação dos acoplamentos;
 - t) Reaperto da conexões, tampões, uniões e parafusos de fixações;
 - u) Lubrificar os mancais do motor e ventilador;
 - v) Verificação dos contatos das chaves magnéticas;
 - w) Apertar todos os terminais e fusíveis;
 - x) Verificação do estado dos rolamentos/lubrificação;
 - y) Medição de corrente de todos os motores, comparando-a com os valores de placa;
 - z) Limpeza geral nos quadros elétricos de todo o sistema;
 - aa) Reaperto da base de fixação dos motores, bombas;
 - ab) Verificação quanto ao aquecimento excessivo dos rolamentos das bombas;
 - ac) Lubrificação de rolamentos;
 - ad) Verificação do alinhamento e acoplamento moto-bombas;
 - ae) Limpeza do quadro elétrico;
 - af) Apresentação de relatório com registro das condições de funcionamento;
 - ag) Verificar e corrigir tampas soltas e vedação do gabinete;
 - ah) Verificar isolamento térmico do gabinete.

1.25.2.1. **Semestralmente:**

- a) Verificar isoladores de vibrações nas bases e suportes de fixação nas esquadrias;
- b) Verificação de alinhamento, tensão, desgaste das correias;
- c) Verificação/inspeção de manômetros;
- d) Verificação do aterramento dos quadros elétricos;
- e) Medições da resistência de isolamento dos motores elétricos;
- f) Verificação da fixação das polias;
- g) Verificação da atuação dos dispositivos de sinalização dos painéis de comando.
- h) Verificação do funcionamento de controles/intertravamentos;
- i) Lubrificar rolamentos do motor;
- j) Lubrificar rolamentos do ventilador;
- k) Medir pressões de sucção e descarga;
- l) Verificação da atuação dos pressostatos;
- m) Verificação da carga de gás, por meio do visor de líquido (borbulhamento, sujeira, umidade);
- n) Verificação da limpeza dos filtros de água condensada (filtros Y);
- o) Verificar o desbalanceamento de tensões ($< 2\%$);
- p) Aperto das conexões elétricas.

1.26. **SPLIT SYSTEM:**

1.26.1. **Mensalmente:**

- 1.26.1.1. Limpar externa e internamente o equipamento e acessórios em geral;
- 1.26.1.2. Limpar e trocar (se necessário) filtros de ar;
- 1.26.1.3. Verificação do posicionamento, fixação e balanceamento da hélice ou turbina;
- 1.26.1.4. Medir diferencial de temperatura;
- 1.26.1.5. Limpar sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- 1.26.1.6. Verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis do gabinete, completando o que faltar;
- 1.26.1.7. Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- 1.26.1.8. Verificar e corrigir alinhamento das polias dos ventiladores;
- 1.26.1.9. Verificar estado e ajustar tensão das correias;
- 1.26.1.10. Verificar e corrigir nível de óleo dos compressores quando semi-hermético ou aberto;
- 1.26.1.11. Verificar e corrigir vazamentos de ar, refrigerante e óleo;
- 1.26.1.12. Verificar botoeiras e dispositivos de sinalização;
- 1.26.1.13. Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- 1.26.1.14. Conferir regulagem dos termostatos;
- 1.26.1.15. Verificar vibração do capilar;
- 1.26.1.16. Eliminar focos de oxidação;
- 1.26.1.17. Verificar as condições de funcionamento da VET;
- 1.26.1.18. Verificar e corrigir obstrução de sujeira e aletas amassadas.

1.26.2. Trimestralmente:

- 1.26.2.1. Verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- 1.26.2.2. Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;
- 1.26.2.3. Verificar eletrodutos e conduites;
- 1.26.2.4. Verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamentos térmicos do gabinete, tubulações e dutos;
- 1.26.2.5. Medir pressões de funcionamento;
- 1.26.2.6. Medir pressões de equilíbrio;
- 1.26.2.7. Manobrar válvulas de serviços do princípio ao fim do curso (se houver).

1.26.3. Semestralmente:

- 1.26.3.1. Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos elétricos;
- 1.26.3.2. Verificar e limpar serpentinas do evaporador e do condensador;
- 1.26.3.3. Verificar e ajustar funcionamento da válvula solenóide (se houver);
- 1.26.3.4. Verificar e ajustar todos os dispositivos do sistema;
- 1.26.3.5. Conferir e recuperar isolamento térmico dos tubos de cobre;
- 1.26.3.6. Verificar o desbalanceamento de tensão (<2%).

1.27. EXAUSTOR:

1.27.1. Mensalmente:

- 1.27.1.1. Limpar externamente o ventilador/exaustor;
- 1.27.1.2. Limpar e trocar (se necessário) filtros de ar;
- 1.27.1.3. Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- 1.27.1.4. Verificar e corrigir fixação e alinhamento das polias do motor e do ventilador/exaustor;
- 1.27.1.5. Verificar estado e ajustar tensão das correias;
- 1.27.1.6. Verificar acoplamentos e juntas flexíveis (se houver);
- 1.27.1.7. Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- 1.27.1.8. Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores do quadro de comando;
- 1.27.1.9. Verificar e corrigir tampas soltas e vedação do gabinete;
- 1.27.1.10. Eliminar focos de oxidação.

1.27.2. Trimestralmente:

- 1.27.2.1. Lubrificar os mancais (rolamentos não blindados) do ventilador/exaustor e do motor;
- 1.27.2.2. Verificar eletrodutos e conduites;
- 1.27.2.3. Verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes.

1.27.3. Semestralmente:

- 1.27.3.1. Verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como relé térmico);
- 1.27.3.2. Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos elétricos.

1.27.4. Anualmente:

- 1.27.4.1. Verificar e limpar rotores/hélices do ventilador/exaustor;
- 1.27.4.2. Retocar pintura do conjunto motobomba, tubulações e acessórios.

1.28. **QUADRO ELÉTRICO:**

1.28.1. **Mensalmente:**

- 1.28.1.1. Limpar componentes e painel em geral;
- 1.28.1.2. Verificar e ajustar parafusos, terminais, fusíveis e chaves contadoras;
- 1.28.1.3. Verificar abertura e fechamento das chaves seccionadoras sem carga;
- 1.28.1.4. Verificar sequência de partida de todas as chaves elétricas;
- 1.28.1.5. Verificar e ajustar os sistemas de intertravamento elétrico-eletrônico;
- 1.28.1.6. Verificar aterramento;
- 1.28.1.7. Verificar e corrigir os pontos de aquecimento anormais;
- 1.28.1.8. Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores;
- 1.28.1.9. Eliminar focos de oxidação.

1.28.2. **Trimestralmente:**

- 1.28.2.1. Verificar oxidação e desgaste dos contadores e articuladores;
- 1.28.2.2. Verificar estado dos parafusos de ajuste e bases de fusíveis.

1.28.3. **Semestralmente:**

- 1.28.3.1. Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos de força e auxiliar;
- 1.28.3.2. Verificar e ajustar parafusos de fixação dos barramentos;
- 1.28.3.3. Verificar eletrodutos e conduítes.

1.28.4. **Anualmente:**

- 1.28.4.1. Verificar e ajustar os instrumentos de controle e segurança;
- 1.28.4.2. Verificar e ajustar a regulação dos relés temporizados e de proteção;
- 1.28.4.3. Medir aterramento;
- 1.28.4.4. Verificar regulagens de proteção através de transformadores do circuito de controle;
- 1.28.4.5. Retocar pintura.

1.29. **REDE DE DUTOS:**

1.29.1. **Semestralmente:**

- 1.29.1.1. Efetuar limpeza dos dutos, grelhas e trocadores de calor;
- 1.29.1.2. Efetuar alteração dos dutos e colarinhos, quando necessários;
- 1.29.1.3. Observar portaria no. 3523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração e suas atualizações.

1.30. **MARCENARIA:**

1.30.1. **Eventualmente:**

- 1.30.1.1. Realizar pequenos reparos em móveis e objetos de madeira e outras atividades correlatas;
- 1.30.1.2. Realizar manutenção e restauração dos móveis de madeira, lambris, portas, alisares, portais, marcos e contra-marcos, divisórias e carpetes de madeira;
- 1.30.1.3. Instalar e substituir fechaduras, fechos e travas;
- 1.30.1.4. Qualificar e quantificar madeiras, acessórios, ferragens e acabamentos para confecção de produtos de madeira;
- 1.30.1.5. Regular, limpar e conservar máquinas utilizadas nos serviços de marcenaria,

bem como ferramentas e máquinas de uso portátil;

1.30.1.6. Substituir peças danificadas;

1.30.1.7. Instalar ou remanejar divisórias, portas e portais.

1.31. **SERRALHERIA:**

1.31.1. **Eventualmente:**

1.31.1.1. Inspecionar as instalações, reparos em armações, grades, portões e esquadrias metálicas, troca de vidros, trancas e fechaduras, regulagem de portas, reparos em divisórias, recomposição de forro-gesso, serviços de solda em geral, remanejamento e instalações de divisórias.

1.32. **PINTURA:**

1.32.1. **Eventualmente:**

1.32.1.1. Realizar pinturas e aplicação de revestimentos em geral;

1.32.1.2. Remover pinturas, revestimentos antigos ou danificados;

1.32.1.3. Lixar tetos e paredes com reboco e massas;

1.32.1.4. Produzir efeitos de decoração em pinturas (texturização e outros);

1.32.1.5. Realizar retoques reaplicando tintas ou revestimentos;

1.32.1.6. Demarcar vagas das garagens dos edifícios;

1.32.1.7. Pintar meios-fios.

1.33. **ALVENARIA E OUTRAS ESTRUTURAS:**

1.33.1. **Eventualmente:**

1.33.1.1. Executar assentamento de revestimentos em pisos e paredes, execução de alvenaria incluindo blocos sical e tijolos de vidro, reparos e serviços de acabamento gerais nas edificações, conservação de taludes, demolição de paredes, preparo de massa para alvenaria em geral, preparo de superfícies de paredes, corte e amarrações de ferragens;

1.33.1.2. Produzir de alvenaria e gesso;

1.33.1.3. Regularizar superfícies;

1.33.1.4. Assentar revestimentos e contrapisos, acabamentos (soleiras, peitoris, etc.) em portas e janelas, pré-moldados;

1.33.1.5. Aplicar chapiscos em tetos e paredes;

1.33.1.6. Fixar louças sanitárias;

1.33.1.7. Recompor rejunte de pisos e louças sanitárias;

1.33.1.8. Realizar pequenas demolições de alvenaria; Instalar e desinstalar de peças sanitárias;

1.33.1.9. Remover instalações hidráulicas;

1.33.1.10. Desinstalar instalações elétricas (parte de alvenaria);

1.33.1.11. Remover esquadrias metálicas, junto com o Serralheiro;

1.33.1.12. Remover pisos, revestimentos cerâmicos e azulejos.

1.34. **PISO ELEVADO**

1.34.1. **Eventualmente:**

1.34.1.1. Promover a regulagem do nível das placas de piso elevado em pontos isolados;

1.34.1.2. Lubrificação de dobradiças, macaquinhos, sapatas e etc.

1.34.1.3. Efetuar levantamento geral das condições físicas do piso elevado.

- 1.34.1.4. Efetuar limpeza geral sob o piso elevado existente.
- 1.34.1.5. Recuperar acabamento de piso, quando necessário;
- 1.34.1.6. Efetuar montagem, desmontagem, remanejamento de placas quando necessário e/ou solicitados;
- 1.34.1.7. Efetuar trocas de placas quando necessário;
- 1.34.1.8. Corrigir a estrutura de sustentação/apoio das placas sempre que for visível a sua intervenção. Conserto de pequenos furos, quebras ou remendos em locais danificados.

2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

2.1. Compreende a atividade de manutenção a ser executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

2.2. A Contratada deverá executá-la de imediato, sempre que necessário, ou quando recomendado pela Contratante, e independente dos dias e horários em que ocorram.

2.3. A Contratada deverá executar a manutenção corretiva dos itens que seguem, não sendo exaustivos, desde o início do contrato, e sempre que necessário, podendo ser alterada a qualquer tempo pela Fiscalização, de forma a atender as necessidades da Contratante.

2.4. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

2.4.1. Quadro geral de força:

- 2.4.1.1. Trocar disjuntores quando houver necessidade iminente;
- 2.4.1.2. Substituição de Amperímetro e/ou Voltímetro quando necessário;
- 2.4.1.3. Se forem evidenciados sinais de corrosão ou desgaste nas partes metálicas expostas, efetuar a limpeza, combater a corrosão e/ou efetuar substituição.

2.4.2. Barramentos:

- 2.4.2.1. Combater a corrosão e efetuar a substituição;
- 2.4.2.2. Retocar pintura;
- 2.4.2.3. Verificar e corrigir aterramento substituindo conectores quando for o caso.

2.4.3. Quadros de distribuição de luz e força:

- 2.4.3.1. Substituir disjuntores;
- 2.4.3.2. Substituir barramentos;
- 2.4.3.3. Substituir conexões diversas, terra e neutro.

2.4.4. Quadros de comando:

- 2.4.4.1. Substituição de fusíveis, contadores, relés diversos, sinalizadores, botoeiras, chave seletora, terminais e conexões elétricas.

2.4.5. Iluminação geral:

- 2.4.5.1. Substituição de lâmpadas queimadas, reatores danificados e inoperantes, soquetes, luminárias, difusores, spots e plafonier.
- 2.4.5.2. Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência;
- 2.4.5.3. Efetuar limpeza das luminárias;
- 2.4.5.4. Efetuar limpeza das lâmpadas;
- 2.4.5.5. Reapertar os parafusos de sustentação das luminárias;
- 2.4.5.6. Reapertar os contatos dos reatores;
- 2.4.5.7. Reapertar os parafusos das bases dos soquetes;

- 2.4.5.8. Verificar os parafusos de contatos de tomadas;
- 2.4.5.9. Medir a densidade da solução das baterias;
- 2.4.5.10. Testar a carga das baterias de emergência.
- 2.4.6. **Tomada de piso/painéis (paredes, divisórias):**
 - 2.4.6.1. Substituição de tomadas danificadas e inoperantes, parafusos e terminais, espelhos de bronze e de baquelite.
- 2.4.7. **Sistema de aterramento:**
 - 2.4.7.1. Substituição de conectores;
 - 2.4.7.2. Refazer ponto de solda isotérmica;
 - 2.4.7.3. Executar a medição da resistência da malha de aterramento quando necessário;
 - 2.4.7.4. Aplicar produtos químicos para melhorar as características de resistência do solo quando necessário.
- 2.4.8. **Rede elétrica comum e estabilizada:**
 - 2.4.8.1. Acréscimo de circuitos;
 - 2.4.8.2. Substituição de cabos;
 - 2.4.8.3. Balanceamento de circuitos.
- 2.5. **INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS:**
 - 2.5.1. **Sistemas hidráulicos e sanitários:**
 - 2.5.1.1. Substituição de válvulas de descarga dos sanitários;
 - 2.5.1.2. Substituir metais sanitários sempre que solicitado e quando necessário; Substituir louças sanitárias danificadas ou quando solicitado pela Fiscalização; Substituir tubulação hidráulica e/ou sanitária;
 - 2.5.1.3. Providenciar intervenções de emergência e de contingência.
 - 2.5.2. **Reservatórios e caixas de água:**
 - 2.5.2.1. Substituição de válvulas de pé e de retenção, registros, torneiras de boia e automáticos.
 - 2.5.3. **Bombas de recalque e esgoto:**
 - 2.5.3.1. Reparar a carcaça dos motores em caso de corrosão e/ou substituí-las;
 - 2.5.3.2. Substituir válvulas de retenção quando for constatada a necessidade;
 - 2.5.3.3. Efetuar eventuais troca de peças ou equipamentos, quando sua recuperação se tornar inviável;
 - 2.5.3.4. Efetuar o rolamento dos motores em caso de pane elétrica;
 - 2.5.3.5. Em caso de comprometimento, regularizar o eixo de rolamento;
 - 2.5.3.6. Proceder toda e qualquer intervenção, no local ou fora dele, para garantir o bom funcionamento do sistema de bombeamento inclusive as bombas reserva.
- 2.6. **INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO:**
 - 2.6.1. Substituição de lâmpadas de sinalização dos quadros elétricos, caso necessário;
 - 2.6.2. Substituição de motores, ventiladores, correias, rotores, hastes, rolamentos, sempre que for constatada a sua necessidade;
 - 2.6.3. Em caso de corrosão efetuar a recuperação/ tratamento nos componentes atingidos;
 - 2.6.4. Substituir válvulas, compressores herméticos/ semi-herméticos, e componentes do sistema frigorígeno que se fizerem necessários;

- 2.6.5. Substituir termostatos, umidostatos, sempre que se verificar sua inoperacionalidade;
- 2.6.6. Reparar vazamentos de gás refrigerantes sempre que o sistema acusar problemas pertinentes;
- 2.6.7. Repor gás refrigerante no caso de vazamento ou quantidade insuficiente;
- 2.6.8. Recuperar gabinetes em estado de corrosão avançado ou substituí-los;
- 2.6.9. Pintura de gabinetes e caixas de ar condicionado;
- 2.6.10. Substituir os isoladores de vibrações nas bases e suportes de fixação dos aparelhos e centrais de ar, que forem necessários.
- 2.7. **OUTROS SERVIÇOS REDE DE DADOS:**
 - 2.7.1. Instalação e remanejamento de rede de dados com cabos UTP cat5e ou cat6 para atendimento de novas estações de trabalho;
 - 2.7.2. Realização de conexão/emenda de fibra ótica.
- 2.8. **SONORIZAÇÃO:**
 - 2.8.1. Conserto e confecção de cabos de áudio e multicabos;
 - 2.8.2. Reparos eletroeletrônicos.
- 2.9. **MARCENARIA:**
 - 2.9.1. Executar reparos gerais em mobiliário tais como reapertos, envernizamento e outros pequenos consertos;
 - 2.9.2. Executar tarefas de manutenção, reparos e consertos e envernizamento de móveis e serviços de marcenaria, pintura e reparos de mobiliário, aplicação de laminados, folheados, tecidos e placas de aço escovado, colagem de carpetes, reaperto e regulagem de mobiliário, troca de fechaduras e abertura de gavetas, afixação de quadros e placas de sinalização, instalação de rodas e pés de
 - 2.9.3. borrachas em mobiliário e preparo de superfície de madeira.
- 2.10. **DIVISÓRIAS, PORTAS E MOBILIÁRIO:**
 - 2.10.1. Executar manutenção de mobiliário, como pequenos reparos e reforços;
 - 2.10.2. Executar reparos, montagem e desmontagem de persianas.
 - 2.10.3. Manutenção, reparos, montagem e desmontagem de divisórias, portas, fechaduras e afins;
- 2.11. **SERRALHERIA:**
 - 2.11.1. Inspeccionar as instalações, reparos em armações, grades, portões e esquadrias metálicas, troca de vidros, trancas e fechaduras, regulagem de portas, reparos em divisórias, recomposição de forro-gesso, serviços de solda em geral, remanejamento e instalações de divisórias.
- 2.12. **PINTURA:**
 - 2.12.1. Executar emassamentos e pintura de paredes e tetos, de tubulações, esquadrias metálicas e de madeira, de faixas de demarcação de vagas em estacionamento, de pintura com pistola em paredes com acabamento em quantil, tratamento acrílico em concreto aparente.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695226&crc=BD651754)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695226&crc=BD651754](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695226&crc=BD651754).

Código verificador: **61695226** e Código CRC: **BD651754**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61695226



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 04 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS/EVENTUAIS

1. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Prestação de serviços especializados no monitoramento, operação e manutenção (preventiva e corretiva) existentes ou que venham a existir nas instalações prediais da Diretoria de Ensino - DIREN/ANP.
- 1.2. A prestação de serviços especializados/eventuais (item 02) será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição, e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido mensalmente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pelo licitante quando da apresentação da sua proposta, acrescido do BDI. Não restando para a Administração obrigação a executar ou pagar por toda a quantidade estimada.
- 1.3. Os Edifícios a serem mantidos estão descritos no Termo de Referência, podendo ser adicionados novas edificações a esta lista ao longo do tempo, através de novas obras.
- 1.4. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a Contratada da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

- 2.1. Normas e especificações constantes deste Termo de Referência.
- 2.2. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 2.3. Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.
- 2.4. Regulamentos das empresas concessionárias.
- 2.5. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.
- 2.6. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.
- 2.7. Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:
- 2.8. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- 2.9. Leis e Resoluções relativas a sistemas de climatização e qualidade do ar interior.
- 2.10. ABNT – Norma NBR 5674:1999 Manutenção de edificações – Procedimento.
- 2.11. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e suas atualizações:
- 2.12. NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
- 2.13. NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
- 2.14. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- 2.15. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 2.16. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 2.17. NR-23: Proteção Contra Incêndios.
- 2.18. Portaria Nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde;
- 2.19. Resoluções Nº 176/2000 e 09/2003 da ANVISA;
- 2.20. Normas NBR 13.971 e NBR 16.401;
- 2.21. Normas ANSI/ASHRAE/ACCA 180–2008;
- 2.22. Norma EIA/TIA/ANSI 569-A - Infraestrutura, encaminhamento para Telecomunicações e Espaços.
- 2.23. Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.1 - Cabeamento de Prédios Comerciais.
- 2.24. Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.2 - Padrões mínimos de performance dos componentes de cabeamento.
- 2.25. Norma EIA/TIA/ANSI 606 – Identificação e Administração do Cabeamento e da Instalação.
- 2.26. Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada.
- 2.27. NBR 13.726 - Redes telefônicas internas em prédios - Tubulação de entrada telefônica – Projeto.
- 2.28. NBR 13.300, 13.301 - Redes telefônicas internas em prédios (Terminologia; Simbologia).
- 2.29. NBR 14.306 - Proteção elétrica e compatibilidade eletromagnética em redes internas de telecomunicações em edificações – Projeto.
- 2.30. NBR 10.842 - Equipamentos para Tecnologia da Informação - Requisitos de segurança.
- 2.31. NBR 15.575 – Norma de Desempenho de Edificações
- 2.32. Resolução CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Regulamentações.
- 2.33. Normas, Portarias, Resoluções e Decretos mais recentes e/ou correlatos.

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços especializados de manutenção serão realizados em conformidade com as previsões deste anexo.
- 3.2. A simples previsão do valor dos serviços indicados no “Anexo 04 – Serviços Especializados Eventuais” não gera para a Contratada o direito de requerer qualquer pagamento a título indenizatório com base nos valores previstos. A expectativa de contratação de tais serviços será satisfeita na medida da necessidade apresentada pela administração, podendo inclusive alguns dos itens não ser solicitados

- 3.3. Os equipamentos, aparelhos e ferramental constantes da relação exemplificativa inserta no “Anexo 05 – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental” serão disponibilizados pela Contratada tanto na prestação dos serviços ordinários quanto dos serviços especializados.
- 3.4. A lista constante no “Anexo 05 – Equipamentos, Instrumentos e Ferramental” não é exaustiva. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 3.5. Os serviços especializados de Manutenção Preventiva e Corretiva devem sempre ser registrados por meio de Ordens de Serviço, utilizando-se a Plataforma de Monitoramento e Manutenção disponibilizada pela Contratada.
- 3.6. Os Serviços Especializados somente serão realizados mediante a emissão de OS, na qual constará, entre outras informações, a descrição do serviço, bem como orçamento detalhado dos custos e quantidade de mão de obra e materiais envolvidos.
- 3.7. Quando do pagamento mensal dos serviços especializados (item 02), será aplicado o desconto ofertado pela empresa em sua proposta, acrescido do BDI ofertado.
- 3.7.1. Na execução do item 02, o desconto ofertado incidirá sobre os preços constantes da tabela do SINAPI, Unidade da Federação Distrito Federal, e será acrescido o valor de BDI correspondente.
- 3.8. Caso a tabela SINAPI não compreenda a composição dos serviços necessários à execução da demanda, o fiscal do contrato ou a contratada deverão apresentar orçamento prévio, composto de, no mínimo, 3 (três) propostas oriundas do local da execução dos serviços ou de suas proximidades, cujo valor MÍNIMO será adotado.
- 3.8.1. Caso algum material não esteja disponível no mercado local, deve ser detalhadamente justificado, possibilitando o aceite de orçamento diverso ao da localidade de execução do serviço.
- 3.8.2. Os orçamentos apresentados servirão como referência para o preço do fornecimento, podendo a contratada adquirir tal material em qualquer ponto comercial, tendo ciência que o valor ressarcido será o menor preço, dentre os valores da cotação e da fatura, acrescido do BDI.
- 3.8.3. Os preços utilizados nos orçamentos considerarão a data de efetiva prestação dos serviços.
- 3.8.4. Os materiais e serviços utilizados nos serviços realizados em caráter emergencial e que não estejam previstos na tabela SINAPI, deverão ser adquiridos conforme preço mínimo cotado pela fiscalização do contrato e a nota fiscal de compra deverá ser encaminhada juntamente com o relatório dos serviços.
- 3.9. As Ordens de Serviços serão emitidas por meio da Plataforma de Monitoramento e Manutenção.
- 3.10. A critério da Contratante, a Contratada prestará os serviços descritos para atendimento de necessidades que extrapolem os planos de manutenção preventiva e corretiva de caráter rotineiro.
- 3.11. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a Contratante, e que não tenham sido autorizados por meio de Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.
- 3.12. Os Serviços Especializados somente serão considerados executados mediante a aprovação da Fiscalização de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos e materiais inservíveis, a reconstrução das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.
- 3.13. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço para Serviços Especializados dar-se-ão da seguinte forma:
- 3.13.1. Provisoriamente: em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação, da conclusão dos serviços pela Contratada, após a realização de teste de conformidade e verificação das especificações técnicas do Projeto Básico e do Orçamento Aprovado, que será efetivado pela Fiscalização.
- 3.13.2. Definitivamente: em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após a realização de teste de conformidade e vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.
- 3.14. Se após o Recebimento Provisório de Serviços Especializados for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.
- 3.15. Independentemente da vigência do contrato, os Serviços Especializados executados deverão ter garantia mínima de 6 (seis) meses, contado do Recebimento Definitivo dos serviços.
- 3.16. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste documento, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.
- 3.17. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto no subitem.
- 3.18. A critério da Contratante, os recebimentos provisório e definitivo serão realizados de forma eletrônica, por meio da plataforma de gerenciamento de manutenção, sendo este o meio preferencial.
- 3.19. Os serviços objeto do contrato deverão, sempre que possível, serem realizados durante o horário normal de expediente da Edificação, desde que não venham a prejudicar o funcionamento normal da mesma. Para a execução de serviços que possam prejudicar o bom funcionamento da Edificação e causar incômodo em demasia aos ocupantes da mesma, poderão/deverão serem realizados fora de horário comercial a ser previamente definido pela Contratada.
- 3.20. Em casos emergenciais ou urgentes, a empresa Contratada deverá iniciar o atendimento do chamado para manutenção corretiva no prazo previsto relativo a cada classificação, a contar da hora de recebimento da solicitação.
- 3.21. A Contratada obrigará-se ao cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado, conforme indicadores constantes no “Anexo 07 – Instrumento de Medição de Resultado”, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.
- 3.22. Serviços de transporte de peças, materiais, pessoal e/ou equipamentos, sejam elas entre as dependências do complexo da Polícia Federal ou entre o complexo e ambientes externos, são responsabilidade da Contratada e estão inclusos na estimativa de custos indiretos nas composições de preço. Estão excluídos deste transporte a carga, descarga e movimentação de equipamentos que necessitem de caminhão tipo munck.
- 3.23. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.
- 3.24. A realização pela Contratada de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados para o elemento ou seção de serviço executado.

4. PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS/EVENTUAIS

- 4.1. Considera-se Serviço Especializado, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço que não configure rotina ou que requeira especialização que extrapole a qualificação exigida dos profissionais da equipe permanente de execução dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva.
- 4.2. Considera-se Serviço Eventual, todo serviço prestado por profissional constante na relação de mão de obra técnica fixa, mas que por interesse da administração for solicitado para prestação de serviço.

- 4.3. Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a Contratante, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a Contratada, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços especializados de manutenção, reparos ou adequação.
- 4.4. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados especializados, sob acompanhamento e orientação do Encarregado Geral e do Engenheiro Responsável da Contratada.
- 4.5. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços especializados a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a Fiscalização do contrato e a Contratada. Tais prazos serão registrados nas OS – Ordens de Serviço e seus descumprimentos estarão sujeitos à aplicação de penalidades.
- 4.6. Os Serviços Especializados, além da equipe permanente, poderão envolver, dentre outras, as especialidades dos seguintes profissionais:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MUSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF



MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA / EVENTUAL

TOTAL DE POSTOS

COMPONENTES	C.B.O	CÓD. SINAPI / CCT	UNIDADE	QUANT. HORAS/MÊS ESTIMADO	QUANT. COLABORADOR	VALOR HORA/MÊS DE TRABALHO	VALOR ANUAL (SEM BDI)
ARQUITETO	2141-25	SINAPI 33952 (NÃO ONERADO 02/2025)	H	440	1	R\$ 137,69	R\$ 60.583,60
ELETRICISTA	9511-05	SINAPI 101399 (NÃO ONERADO 02/2025)	MÊS	6	2	R\$ 5.712,55	R\$ 68.550,60
ENGENHEIRO (CIVIL, MECÂNICO, ELETRICISTA, AMBIENTAL, ETC..)	2142-05, 2143-05, 2144-05, 2141-05	SINAPI 2708 (NÃO ONERADO 02/2025)	H	880	1	R\$ 210,49	R\$ 185.231,20
GESSEIRO	7164-05	SINAPI 88269 (NÃO ONERADO 02/2025)	H	1320	1	R\$ 31,13	R\$ 41.091,60
PEDREIRO	7152-10	SINAPI 101445 (NÃO ONERADO 02/2025)	MÊS	8	2	R\$ 5.660,56	R\$ 90.568,96
PINTOR	7166-10	SINAPI 101446 (NÃO ONERADO 02/2025)	MÊS	8	3	R\$ 5.982,46	R\$ 143.579,04
TÉCNICO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS E AUTOMATIZADOS	3144	SCO AD.40.05.0206 (NÃO ONERADO 02/2025)	H	880	1	R\$ 38,65	R\$ 34.012,00
TOPÓGRAFO	3123-20	SINAPI 90781 (NÃO ONERADO 02/2025)	H	880	1	R\$ 24,31	R\$ 21.392,80
VIDRACEIRO	7163-05	SINAPI 88325 (NÃO ONERADO 02/2025)	H	880	1	R\$ 28,96	R\$ 25.484,80
CHAVEIRO	5231-15	CCT SINDISERVIÇOS/DF 2025/2026	MÊS	12	1	R\$ 1.868,11	R\$ 22.417,32
TOTAL (SEM BDI)							R\$ 692.911,92

- 4.7. A prestação de serviços especializados (item 02) será executado em regime de empreitada por preço unitário, faturados por medição, e o pagamento efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido mensalmente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pelo licitante quando da apresentação da sua proposta, acrescido do BDI. Não restando para a Administração obrigação a executar ou pagar por toda a quantidade estimada.
- 4.8. Os Serviços Especializados serão previamente orçados pela Contratada de acordo com os preços unitários fixados nas planilhas constantes destas especificações, ou na sua ausência, pelas tabelas oficiais e cotações de mercado.
- 4.9. As composições dos serviços seguirão as composições constantes no SINAPI.
- 4.10. Os Serviços Especializados somente serão realizados mediante a emissão de OS, na qual constará, entre outras informações, a descrição do serviço, bem como orçamento detalhado dos custos e quantidade de mão de obra e materiais envolvidos.
- 4.11. A emissão da OS far-se-á, por meio de solicitação exclusiva para a realização do serviço especializado.
- 4.12. A Contratada somente iniciará os serviços considerados especializados após a emissão da respectiva OS, ou autorização provisória, sendo considerados nulos para efeito de pagamento quaisquer serviços realizados sem a emissão de autorização.
- 4.13. Quando do pagamento mensal dos serviços especializados (item 02), será aplicado o desconto ofertado pela empresa em sua proposta, acrescido do BDI ofertado.
- 4.13.1. Na execução do item 02, o desconto ofertado incidirá sobre os preços constantes da tabela do SINAPI, Unidade da Federação Distrito Federal, e será acrescido o valor de BDI correspondente.
- 4.14. Os materiais e serviços utilizados nos serviços realizados em caráter emergencial e que não estejam previstos na tabela SINAPI, deverão ser adquiridos conforme preço mínimo cotado pela fiscalização do contrato e a nota fiscal de compra deverá ser encaminhada juntamente com o relatório dos serviços.
- 4.15. Sempre que exigido, a Contratada obrigar-se-á a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços especializados realizados, no CREA-DF, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação. As despesas com o registro correrão por conta da Contratada.
- 4.16. Demais procedimentos encontram no Termo de Referência.

5. RELATÓRIOS

- 5.1. A Contratada deverá fornecer, mensalmente, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico, conferido e assinado pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(is), sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- 5.1.1. Checklist das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento;
- 5.1.2. Descrição das manutenções corretivas realizadas, com indicação das pendências, quando houver, e as razões de sua existência;
- 5.1.3. Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratada, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores;
- 5.1.4. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços incluindo faltas de energia, performance dos equipamentos, etc;
- 5.1.5. Planilha de peças e materiais substituídos por defeitos ou desgaste.
- 5.1.6. Cópia das fichas histórico dos equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período;
- 5.1.7. Sugestões sobre reparos preventivos e modernizações cuja necessidade tenha sido constatada acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinadas pelo(s) responsável(is) técnico(s).
- 5.2. As informações e relatórios devem estar organizadas e divididas por edificação atendida.
- 5.3. O relatório mensal referente ao último mês, término ou rescisão contratual, deverá ser elaborado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término dos serviços, com a supervisão da Fiscalização, constando o detalhamento dos equipamentos e instalações, nos termos do relatório preliminar (primeiro mês), descrevendo as condições em que se encontram as instalações e equipamentos a serem repassados à sucessora findo o Contrato;
- 5.4. Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações e equipamentos incluindo necessidades de novas instalações;
- 5.5. A apresentação de todos os relatórios, pareceres, laudos, estudos, deverão ser encaminhados por meio do(s) responsável(eis) e ou corresponsável(eis) técnico(s) pelos serviços do objeto contratado;
- 5.6. Para elaboração de trabalhos técnicos cujo conhecimento técnico extrapole as condições da equipe técnica ou da equipe especializada, a Contratada deverá utilizar-se do Apoio Técnico externo às suas expensas.

6. ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS DE PROPOSTA

- 6.1. Para a correta avaliação das propostas os competidores deverão preencher as tabelas e planilhas que comporão o valor da contratação conforme modelos apresentados no Termo de Referência a ser elaborado.
- 6.2. Na apresentação da proposta, a licitante deverá apresentar o percentual de desconto linear sobre a planilha de insumos e SINAPI.
- 6.3. Na apresentação da proposta, a licitante deverá especificar os valores de BDI utilizado na sua composição de orçamento estimado. O BDI máximo aceitável para o item 02 é de 24,92%, sendo que o BDI máximo aceitável para composição dos equipamentos básicos (presente no item 01 do Edital) é de 16,32%.
- 6.4. A licitante deverá consignar o valor unitário de cada item e o valor global do lote expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, incluindo fretes, tributos, encargos sociais, etc.
- 6.5. Para efeito de avaliação e comparação das propostas, bem como para lances, será considerado o valor anual global máximo.
- 6.6. O julgamento das propostas utilizará o critério do menor preço global, sendo que os valores unitários propostos não podem ultrapassar o valor máximo estimado para cada item e para as composições.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora com valores superiores aos preços máximos fixados no termo de referência, inclusive para cada item ou composição individualmente, ou que apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695269&crc=402D1765.
Código verificador: **61695269** e Código CRC: **402D1765**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 05 - EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL

1. GENERALIDADES

- 1.1. A Contratada deverá disponibilizar nas dependências da Contratante e manter para uso permanente, ferramentas básicas para cada profissional, além de equipamentos e instrumentos, que deverão ser listados e mantidos em condições de uso adequado nas dependências da Contratada.
- 1.2. A Contratada deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção básicos para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho.
- 1.3. A Contratada deverá disponibilizar nas dependências da Contratante os equipamentos, instrumentos e ferramental, abaixo relacionados, nas quantidades necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência – sejam Serviços Contínuos ou Serviços Eventuais, necessários às rotinas diárias, semanais e quinzenais de manutenção, conforme ANEXO que trata das rotinas de manutenção predial.
- 1.4. Os equipamentos, instrumentos e ferramental necessários à consecução das rotinas de manutenção de frequência mensal ou superior, e aqueles necessários para a realização de Serviços Eventuais, serão disponibilizados na medida das necessidades, pelo tempo necessário à realização dos serviços e serão distribuídas conforme equipe de supervisão. A Contratada deverá fornecer certificado de calibração, conforme a periodicidade necessária para cada equipamento, sendo este anexado aos relatórios mensais.
- 1.5. A relação abaixo não é exaustiva. A Contratada deverá disponibilizar quaisquer outros materiais, equipamentos, instrumentos e ferramental que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 1.6. Os custos com ferramental, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços pelas Equipes da Contratada, em todas as Unidades descritas no anexo que abrange as edificações abrangidas neste objeto, deverão estar previstos na formação de custos da equipe de manutenção predial, bem como na composição dos custos dos serviços eventuais. Demais custos relativos a atividades de planejamento, supervisão, logística, dentre outros, deverão estar considerados e dimensionados junto à formulação da planilha, de responsabilidade da Contratada, devido às peculiaridades de gestão de cada empresa.

2. RELAÇÃO DE FERRAMENTAS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS

- 2.1. Para a quantificação das ferramentas, utilizou-se a metodologia do SINAPI (livro 2-SINAPI: Referências para Custos Horários e Encargos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal, cálculos e parâmetros), A partir das doze famílias de mão de obra foi realizado o levantamento das ferramentas necessárias para cada atividade profissional, considerando o custo, a vida útil e a frequência de uso.
- 2.2. Os preços dos insumos de ferramentas são igualmente provenientes do SINAPI ou de cotação no mercado, documento está na 5ª edição, atualizado em Agosto/2023. Contido nas tabelas o fornecimento dos custos horários e mensais de ferramentas tanto detalhado quanto total para cada uma das famílias de mão de obra.
- 2.3. Para execução dos serviços, caberá à Contratada o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória dos mesmos, usando como parâmetro as ferramentas indicadas pelo SINAPI, dando cumprimento às condições contratuais e observando a seguinte listagem mínima:

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL BÁSICOS		1		27.160,15	27.160,15
1.1			USO POR PROFISSIONAL		1		7.170,03	7.170,03
1.1.1	00043479	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA SERVENTE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	10	114,77	133,50	1.335,00
1.1.2	00043478	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA PINTOR - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	3	387,36	450,58	1.351,73
1.1.3	00043477	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA PEDREIRO - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	2	147,87	172,00	344,00
1.1.4	00043480	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA SOLDADOR - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1	228,92	266,28	266,28
1.1.5	00043475	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	9	15,46	17,98	161,85
1.1.6	00043474	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	2	2,35	2,73	5,47
1.1.7	00043473	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENCANADOR - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	6	59,01	68,64	411,84
1.1.8	00043472	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	17	161,73	188,12	3.198,11
1.1.9	00043471	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA CARPINTEIRO DE FORMAS - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1	82,31	95,74	95,74
1.2			FERRAMENTA DE USO GERAL		1		18.097,66	18.097,66

1.2.1	00005090	SINAPI	CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 25 MM E ALTURA DE APROX 25 MM, HASTE CEMENTADA (NAO LONGA), EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 5,0 MM, INCLUINDO 2 CHAVES	UN	6	19,90	23,15	138,89
1.2.2	00038547	SINAPI	ALICATE DE CRIMPAR RJ11, RJ12 E RJ45, COM CATRACA	UN	1	123,78	143,98	143,98
1.2.3	F099722490	EMBASA	TRENA EM FIBRA DE VIDRO 30 M	Un	1	23,90	27,80	27,80
1.2.4	00000743	SINAPI	LOCACAO DE BOMBA SUBMERSIVEL PARA DRENAGEM E ESGOTAMENTO, MOTOR ELETRICO TRIFASICO, POTENCIA DE 2 CV, DIAMETRO DE RECALQUE DE 2", FAIXA DE OPERACAO Q=35 M3/H (+ OU - 3 M3/H) E AMT=2 M, Q=13 M3/H (+ OU - 3 M3/H) E AMT = 17 M (+ OU - 3 M)	H	40	4,05	4,71	188,44
1.2.5	00010588	SINAPI	BOMBA SUBMERSIVEL, ELETRICA, TRIFASICA, POTENCIA 0,98 HP, DIAMETRO DO ROTOR 142 MM SEMIABERTO, BOCAL DE SAIDA DIAMETRO DE 2 POLEGADAS, HM/Q = 2 M / 32 M3/H A 8 M / 16 M3/H	UN	1	4.263,71	4.959,55	4.959,55
1.2.6	830109	IOPES	CHAVE AJUSTAVEL INGLESA "GRIFO" 10"	UN	1	62,03	72,15	72,15
1.2.7	11461	ORSE	Desentupidor de vaso sanitário	un	1	15,29	17,79	17,79
1.2.8	J049722434	EMBASA	LANTERNA DE MAO	Un	1	57,51	66,90	66,90
1.2.9	7235	ORSE	Termômetro	un	1	141,82	164,97	164,97
1.2.10	F099722500	EMBASA	TESOURA MULTIUSO EM ACO INOX	UN	1	38,42	44,69	44,69
1.2.11	14444	ORSE	Macaco hidráulico tipo garrafa, carga máxima 10t, vonder ou similar	un	1	314,23	365,51	365,51
1.2.12	G0679	SEINFRA	JOGO DE SOQUETES E ACESSÓRIOS 1/2", 43 PEÇAS:- SOQUETES ESTRIADOS (UNIT DRIVE) ENCAIXE DE 1/2", MILÍMETRO: 10MM À 32MM- SOQUETES ESTRIADOS (UNIT DRIVE) ENCAIXE DE 1/2", POLEGADA: 3/8" À 1.1/4"- CABO "T" DE 1/2"- EXTENSÃO DE 1/2", COMPRIMENTO 5"- EXTENSÃO DE 1/2", COMPRIMENTO 10"- CATRACA REVERSÍVEL 1/2"- JUNTA UNIVERSAL DE 1/2"	UN	1	1.064,10	1.237,76	1.237,76
1.2.13	10592	ORSE	Lima chata 12"	un	1	37,28	43,36	43,36
1.2.14	G0653	SEINFRA	JOGO DE CHAVES COMBINADAS, 24 PEÇAS, AÇO CROMO-VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO; REFERÊNCIA: 6MM À 32MM	UN	1	837,79	974,52	974,52
1.2.15	G0674	SEINFRA	JOGO DE CHAVES HEXAGONAIS ALLEN LONGAS COM 28 PEÇAS:REFERÊNCIAS:- MILÍMETRO: 1,5; 2, 2,5; 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 - POLEGADA: 1/16", 5/64", 3/32", 1/8", 9/64", 5/32", 3/16", 7/32", 5/16", 3/8", 7/16", 1/2", 9/16", 1/4"	UN	1	320,40	372,69	372,69
1.2.16	F099800006	EMBASA	FORMAO (KIT C\ 4 FORMOES 3/8)	Un	1	56,10	65,26	65,26
1.2.17	H020000526	EMBASA	COMPRESSOR DE AR DE PISTÃO, VAZÃO 10 PCM, RESERVATORIO 100L, 2 HP, 220/380V	UN	1	2.378,00	2.766,09	2.766,09
1.2.18	J030000089	EMBASA	JOGO DE BROCAS 1/16" A 1 1/4" ACO RAPIDO	Un	1	326,47	379,75	379,75
1.2.19	J020000088	EMBASA	PA DE CABRA	Un	1	24,99	29,07	29,07
1.2.20	J040001004	EMBASA	ALAVANCA (1X1,5 M)	Un	1	127,90	148,77	148,77
1.2.21	830112	IOPES	SERRA TICO TICO	UN	1	501,34	583,16	583,16
1.2.22	11249	ORSE	Serra circular eletrica portatil	un	1	617,95	718,80	718,80
1.2.23	00013761	SINAPI	APARELHO CORTE OXI-ACETILENO PARA SOLDA E CORTE CONTENDO MACARICO SOLDA, BICO DE CORTE, CILINDROS, REGULADORES, MANGUEIRAS E CARRINHO	UN	1	2.233,88	2.598,45	2.598,45
1.2.24	F020000749	EMBASA	RELOGIO DE PONTO	Un	1	1.710,22	1.989,33	1.989,33
1.3			EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA COMPLEMENTARES		1		1.892,46	1.892,46
1.3.1	00036151	SINAPI	MANGOTE DE SEGURANCA EM RASPA DE COURO	UN	2	27,58	32,08	64,16
1.3.2	00036141	SINAPI	MASCARA DE SEGURANCA PARA SOLDA COM ESCUDO DE CELERON E CARNEIRA DE PLASTICO COM REGULAGEM	UN	1	37,23	43,31	43,31
1.3.3	00012895	SINAPI	CAPACETE DE SEGURANCA ABA FRONTAL COM SUSPENSAO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UN	3	13,79	16,04	48,12
1.3.4	00012892	SINAPI	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	5	12,41	14,44	72,18
1.3.5	4727	ORSE	Luva de proteção de latex	par	5	6,37	7,41	37,05
1.3.6	F020002064	EMBASA	LUVA PVC 36 CM. COM FORRO	PAR	5	19,11	22,23	111,14

1.3.7	00036147	SINAPI	LUVA DE BORRACHA ISOLANTE PARA ALTA TENSAO, RESISTENTE A OZONIO, TENSAO DE ENSAIO 2,5 KV (PAR)	PAR	1	356,83	415,06	415,06
1.3.8	00036145	SINAPI	BOTA DE PVC PRETA, CANO MEDIO, SEM FORRO	PAR	1	39,71	46,19	46,19
1.3.9	00012893	SINAPI	BOTA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA DE ACO E COLARINHO ACOLCHADO	PAR	2	66,19	76,99	153,98
1.3.10	00036142	SINAPI	PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG DE INSERCAO COM CORDAO, ATENUACAO SUPERIOR A 15 DB	UN	7	2,06	2,40	16,77
1.3.11	00036143	SINAPI	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA COM ABAFADOR DE RUIDOS, ATENUACAO ACIMA DE 22 DB	UN	1	28,26	32,87	32,87
1.3.12	00036152	SINAPI	OCULOS DE SEGURANCA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTECAO UVA E UVB	UN	2	5,37	6,25	12,49
1.3.13	00036146	SINAPI	PROTETOR SOLAR FPS 30, EMBALAGEM 2 LITROS	UN	1	234,43	272,69	272,69
1.3.14	00036148	SINAPI	CINTURAO DE SEGURANCA TIPO PARAQUEDISTA, FIVELA EM ACO, AJUSTE NO SUSPENSORIO, CINTURA E PERNAS	UN	1	66,19	76,99	76,99
1.3.15	00036149	SINAPI	TRAVA-QUEDAS EM ACO PARA CORDA DE 12 MM, EXTENSOR DE 25 X 300 MM, COM MOSQUETAO TIPO GANCHO TRAVA DUPLA	UN	1	162,03	188,47	188,47
1.3.16	00036153	SINAPI	TALABARTE DE SEGURANCA, 2 MOSQUETOS TRAVA DUPLA *53* MM DE ABERTURA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA	UN	1	184,44	214,54	214,54
1.3.17	00036144	SINAPI	RESPIRADOR DESCARTAVEL SEM VALVULA DE EXALACAO, PFF 1	UN	5	1,54	1,79	8,96
1.3.18	00036150	SINAPI	AVENTAL DE SEGURANCA DE RASPA DE COURO 1,00 X 0,60 M	UN	1	40,95	47,63	47,63
1.3.19	10598	ORSE	Máscara para Proteção Facial do Soldador	un	1	25,65	29,84	29,84

Total sem BDI	23.349,51
Total do BDI	3.810,64
Total Geral	27.160,15



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695336&crc=40FA7897.
Código verificador: **61695336** e Código CRC: **40FA7897**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 06 - PEÇAS E MATERIAIS

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			PEÇAS E MATERIAIS (INSUMOS)					
1.1	00039129	SINAPI	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXACAO	UN	100	2,04	2,37	237,29
1.2	00036801	SINAPI	ACABAMENTO DE METAL CROMADO PARA REGISTRO PEQUENO, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4"	UN	20	34,25	39,84	796,79
1.3	00000001	SINAPI	ACETILENO (RECARGA DE GAS ACETILENO PARA CILINDRO DE CONJUNTO OXICORTE GRANDE) NAO INCLUI TROCA/MANUTENCAO DO CILINDRO	KG	10	104,50	121,55	1.215,54
1.4	00000003	SINAPI	ACIDO CLORIDRICO / ACIDO MURIATICO, DILUICAO 10% A 12% PARA USO EM LIMPEZA	L	10	15,17	17,65	176,46
1.5	00000034	SINAPI	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	KG	1000	8,25	9,60	9.596,40
1.6	00043055	SINAPI	ACO CA-50, 12,5 MM OU 16,0 MM, VERGALHAO	KG	2000	7,15	8,32	16.633,76
1.7	00000032	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	1201	8,71	10,13	12.167,90
1.8	00003911	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4"	UN	5	20,92	24,33	121,67
1.9	00000033	SINAPI	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	KG	850	8,76	10,19	8.661,19
1.10	00043061	SINAPI	ACO CA-60, 4,2 MM OU 5,0 MM, DOBRADO E CORTADO	KG	1560	8,18	9,51	14.843,36
1.11	00000108	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA	UN	50	1,92	2,23	111,67
1.12	00000113	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2", PARA AGUA FRIA	UN	60	12,00	13,96	837,50
1.13	00000104	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75 MM X 2 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	50	20,88	24,29	1.214,38
1.14	00004791	SINAPI	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO	KG	10	53,64	62,39	623,94
1.15	00000119	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	UN	20	9,60	11,17	223,33
1.16	00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	10	73,86	85,91	859,14
1.17	00000319	SINAPI	ANEL BORRACHA, PARA TUBO PVC DEFOFO, DN 200 MM (NBR 7665)	UN	5	31,82	37,01	185,07
1.18	00039642	SINAPI	ANEL DE BORRACHA PARA VEDACAO DE DUTO PEAD CORRUGADO PARA ELETRICA, DN 1 1/2" (NBR 15715)	UN	20	2,95	3,43	68,63
1.19	00003312	SINAPI	ARAME DE AMARRACAO PARA GABIAO GALVANIZADO, DIAMETRO 2,2 MM	KG	100	19,93	23,18	2.318,26
1.20	00000366	SINAPI	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	30	200,00	232,64	6.979,20
1.21	00000367	SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	15	202,61	235,68	3.535,14
1.22	00000370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	45	200,00	232,64	10.468,80
1.23	00037596	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III E	KG	300	2,47	2,87	861,93
1.24	00037553	SINAPI	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PARA CHAPISCO COLANTE	KG	100	1,43	1,66	166,34
1.25	00000130	SINAPI	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	KG	150	4,56	5,30	795,63
1.26	00036886	SINAPI	ARGAMASSA PRONTA PARA CONTRAPISO	KG	1230	0,72	0,84	1.030,13
1.27	00000377	SINAPI	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	10	44,90	52,23	522,28
1.28	00007588	SINAPI	AUTOMATICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	UN	10	58,00	67,47	674,66
1.29	00010422	SINAPI	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO APARENTE, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	7	378,16	439,88	3.079,13
1.30	00000565	SINAPI	BARRA DE ACO CHATO, RETANGULAR, 25,4 MM X 4,76 MM (L X E), 0,94 KG/M	M	5	18,28	21,26	106,32
1.31	00000557	SINAPI	BARRA DE ACO CHATO, RETANGULAR, 38,1 MM X 12,7 MM (L X E), 3,79 KG/M	M	4	40,67	47,31	189,23

1.32	00000551	SINAPI	BARRA DE ACO CHATO, RETANGULAR, 50,8 MM X 25,4 MM (L X E), 10,12 KG/M	M	2	108,05	125,68	251,37
1.33	00007271	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	UN	10000	0,89	1,04	10.352,48
1.34	00037593	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, FUROS NA VERTICAL DE 14 X 19 X 39 CM (L X A X C)	UN	1000	2,77	3,22	3.222,06
1.35	00036155	SINAPI	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *20 X 10* CM, E = 6 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	m²	200	69,03	80,30	16.059,14
1.36	00000735	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 1,48HP DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1" X 1", 4 ESTAGIOS, DIAMETRO DOS ROTORES 3 X 107 MM + 1 X 100 MM, HM/Q: 10 M / 5,3 M3/H A 70 M / 1,8 M3/H	UN	1	3.502,19	4.073,75	4.073,75
1.37	00000736	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 2,96HP, DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1 1/2" X 1 1/4", DIAMETRO DO ROTOR 148 MM, HM/Q: 34 M / 14,80 M3/H A 40 M / 8,60 M3/H	UN	1	2.944,71	3.425,29	3.425,29
1.38	00000732	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 0,99HP DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1" X 1", DIAMETRO DO ROTOR 145 MM, HM/Q: 14 M / 8,4 M3/H A 40 M / 0,60 M3/H	UN	1	1.968,68	2.289,97	2.289,97
1.39	00000737	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 14,8 HP, DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 2 1/2" X 2", DIAMETRO DO ROTOR 195 MM, HM/Q: 62 M / 55,5 M3/H A 80 M / 31,50 M3/H	UN	1	11.039,80	12.841,50	12.841,50
1.40	00000738	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 5HP, DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 2" X 1 1/2", DIAMETRO DO ROTOR 155 MM, HM/Q: 40 M / 20,40 M3/H A 46 M / 9,20 M3/H	UN	1	5.119,08	5.954,51	5.954,51
1.41	00000740	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 9,86 DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1" X 1", 4 ESTAGIOS, DIAMETRO DOS ROTORES 4 X 146 MM, HM/Q: 85 M / 14,9 M3/H A 140 M / 4,2 M3/H	UN	1	10.385,55	12.080,47	12.080,47
1.42	00000734	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 1,48HP DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1 1/2" X 1", DIAMETRO DO ROTOR 117 MM, HM/Q: 10 M / 21,9 M3/H A 24 M / 6,1 M3/H	UN	1	2.110,43	2.454,85	2.454,85
1.43	00011685	SINAPI	BRACO / CANO PARA CHUVEIRO ELETRICO, EM ALUMINIO, 30 CM X 1/2"	UN	7	23,50	27,34	191,35
1.44	00007584	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S12, COM PARAFUSO DE 5/16" X 80 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA E CABECA SEXTAVADA	UN	6	1,77	2,06	12,35
1.45	00007583	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	4	0,79	0,92	3,68
1.46	00004350	SINAPI	BUCHA DE NYLON, DIAMETRO DO FURO 8 MM, COMPRIMENTO 40 MM, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 4,8 X 50 MM	UN	3	0,70	0,81	2,44
1.47	00000829	SINAPI	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	13	1,02	1,19	15,42
1.48	00000813	SINAPI	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 50 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	12	4,55	5,29	63,51
1.49	00000821	SINAPI	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 75 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	22	20,27	23,58	518,72
1.50	00039251	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 0,5 MM2	M	300	0,86	1,00	300,11
1.51	00001013	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	500	1,84	2,14	1.070,14
1.52	00000980	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	200	13,30	15,47	3.094,11
1.53	00039237	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 120 MM2	M	5	141,46	164,55	822,73
1.54	00001014	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	400	2,92	3,40	1.358,62
1.55	00000981	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	500	4,84	5,63	2.814,94
1.56	00000982	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	200	6,96	8,10	1.619,17

1.57	00001020	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	100	12,68	14,75	1.474,94
1.58	00000995	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2	M	100	20,19	23,49	2.348,50
1.59	00001022	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	100	3,47	4,04	403,63
1.60	00000996	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 25 MM2	M	100	31,31	36,42	3.641,98
1.61	00001018	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 50 MM2	M	50	65,42	76,10	3.804,83
1.62	00000994	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	100	7,74	9,00	900,32
1.63	00043972	SINAPI	CABO DE REDE, PAR TRANCADO U/UTP, 4 PARES, CATEGORIA 5E (CAT 5E), ISOLAMENTO PVC (CM)	M	500	4,58	5,33	2.663,73
1.64	00039598	SINAPI	CABO DE REDE, PAR TRANCADO U/UTP, 4 PARES, CATEGORIA 5E (CAT 5E), ISOLAMENTO PVC (LSZH)	M	500	6,49	7,55	3.774,58
1.65	00039599	SINAPI	CABO DE REDE, PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 6 (CAT 6), ISOLAMENTO PVC (LSZH)	M	500	9,34	10,86	5.432,14
1.66	00034607	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	200	13,20	15,35	3.070,85
1.67	00034621	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	200	18,20	21,17	4.234,05
1.68	00034627	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	200	23,64	27,50	5.499,61
1.69	00039257	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	200	7,35	8,55	1.709,90
1.70	00039258	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2	M	200	11,08	12,89	2.577,65
1.71	00039260	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 6 MM2	M	200	26,12	30,38	6.076,56
1.72	00034636	SINAPI	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM TAMPA	UN	1	510,23	593,50	593,50
1.73	00034637	SINAPI	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM TAMPA	UN	2	308,56	358,92	717,83
1.74	00010521	SINAPI	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE EMBUTIR/INTERNA, COM 75 X 45 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN	3	276,81	321,99	965,96
1.75	00010885	SINAPI	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE EMBUTIR/INTERNA, COM 90 X 60 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN	2	350,14	407,28	814,57
1.76	00020963	SINAPI	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE SOBREPOR/EXTERNA, COM 90 X 60 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN	1	354,26	412,08	412,08
1.77	00001873	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	100	5,94	6,91	690,94
1.78	00040607	SINAPI	CANOPLA ACABAMENTO CROMADO PARA INSTALACAO DE SPRINKLER, SOB FORRO, 15 MM	UN	10	5,72	6,65	66,54
1.79	00000567	SINAPI	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM ACO CARBONO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M	M	100	13,41	15,60	1.559,85
1.80	00001631	SINAPI	CAPACITOR TRIFASICO, POTENCIA 2,5 KVAR, TENSAO 220 V, FORNECIDO COM CAPA PROTETORA, RESISTOR INTERNO A UNIDADE CAPACITIVA	UN	100	186,28	216,68	21.668,09
1.81	00011027	SINAPI	CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 16, E = 1,55 MM (12,40 KG/M2)	KG	100	12,62	14,68	1.467,96

1.82	00034514	SINAPI	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 1 FACE, E = 15 MM, DE *2,75 X 1,85* M	m²	10	48,63	56,57	565,66
1.83	00001347	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA (MADEIRITE PLASTIFICADO) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 12 MM	M²	15	46,43	54,01	810,11
1.84	00001368	SINAPI	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	UN	10	77,42	90,05	900,55
1.85	00001380	SINAPI	CIMENTO BRANCO NAO ESTRUTURAL (CPB - NAO ESTRUTURAL)	KG	100	4,28	4,98	497,85
1.86	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	10000	0,64	0,74	7.444,48
1.87	00001339	SINAPI	COLA A BASE DE RESINA SINTETICA PARA CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO E OUTROS	KG	100	39,07	45,45	4.544,62
1.88	00044396	SINAPI	COLA BRANCA BASE PVA	KG	10	48,48	56,39	563,92
1.89	00038464	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0, SLUMP = 220 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANCAMENTO (NBR 8953)	m³	100	566,00	658,37	65.837,12
1.90	00002582	SINAPI	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO X, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1 1/2", COM TAMPA CEGA	UN	2	35,96	41,83	83,66
1.91	00039600	SINAPI	CONECTOR / TOMADA FEMEA RJ 45, CATEGORIA 5 E (CAT 5E) PARA CABOS	UN	10	18,35	21,34	213,45
1.92	00039601	SINAPI	CONECTOR / TOMADA FEMEA RJ 45, CATEGORIA 6 (CAT 6) PARA CABOS	UN	10	38,93	45,28	452,83
1.93	00039603	SINAPI	CONECTOR MACHO RJ 45, CATEGORIA 6 (CAT 6) PARA CABOS	UN	10	4,15	4,83	48,27
1.94	00011856	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 10 MM2	UN	10	6,80	7,91	79,10
1.95	00011686	SINAPI	CONJUNTO DE LIGACAO PARA VASO / BACIA SANITARIA, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ANEL DE EXPANSAO (TUBO 1.1/2" X 20 CM)	UN	12	11,29	13,13	157,59
1.96	00001625	SINAPI	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE *22* A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	2	195,31	227,18	454,37
1.97	00001620	SINAPI	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE *38* A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	1	411,42	478,56	478,56
1.98	00001623	SINAPI	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 12 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	3	159,28	185,27	555,82
1.99	00043657	SINAPI	CONTRAMARCO DE ALUMINIO (PERFIL 25) PARA ESQUADRIAS, TIPO CONVENCIONAL / CADEIRINHA, 60 MM (CM-060), INCLUSO CONEXOES, GRAPAS E TRAVAMENTOS	M	22	9,19	10,69	235,18
1.100	00038200	SINAPI	CORDA DE POLIAMIDA 12 MM TIPO BOMBEIRO, PARA TRABALHO EM ALTURA	100M	1	588,59	684,65	684,65
1.101	00012402	SINAPI	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	10	112,60	130,98	1.309,76
1.102	00003448	SINAPI	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3"	UN	2	164,62	191,49	382,97
1.103	00003470	SINAPI	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	5	101,37	117,91	589,57
1.104	00003459	SINAPI	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3"	UN	3	142,98	166,31	498,94
1.105	00001744	SINAPI	CUBA ACO INOX (AISI 304) DE EMBUTIR COM VALVULA 3 1/2 ", DE *40 X 34 X 12* CM	UN	1	140,77	163,74	163,74
1.106	00002633	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 20 MM (3/4"), ESPESSURA DE 1,50 MM	UN	4	4,88	5,68	22,71
1.107	00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	L	10	19,98	23,24	232,41
1.108	00044495	SINAPI	DISCO DE CORTE PARA METAL COM DUAS TELAS 12 X 1/8 X 3/4" (300 X 3,2 X 19,05 MM)	UN	10	18,39	21,39	213,91
1.109	00044534	SINAPI	DISCO DE LIXA PARA METAL, DIAMETRO = 180 MM, GRAO 120	UN	10	4,52	5,26	52,58
1.110	00034729	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO AJUSTAVEL, TRIPOLAR DE 100 ATE 250A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN	1	1.709,05	1.987,97	1.987,97
1.111	00034734	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO AJUSTAVEL, TRIPOLAR DE 300 ATE 400A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN	1	2.646,15	3.078,00	3.078,00
1.112	00034686	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 40 - 50 A	UN	10	19,46	22,64	226,36
1.113	00034623	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 40 - 50 A	UN	10	74,08	86,17	861,70
1.114	00034628	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 63 A	UN	10	106,11	123,43	1.234,27
1.115	00034616	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 6 - 32 A	UN	12	75,24	87,52	1.050,23

1.116	00034653	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A	UN	10	13,12	15,26	152,61
1.117	00034709	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A	UN	10	92,18	107,22	1.072,24
1.118	00002370	SINAPI	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSÃO MÁXIMA DE 240 V	UN	11	17,00	19,77	217,52
1.119	00002392	SINAPI	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 10 ATE 50A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	UN	12	114,12	132,74	1.592,93
1.120	00002373	SINAPI	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 60 ATE 100 A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	UN	2	160,78	187,02	374,04
1.121	00039470	SINAPI	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *30* KA (TIPO AC)	UN	4	125,74	146,26	585,04
1.122	00039471	SINAPI	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	3	151,11	175,77	527,31
1.123	00039472	SINAPI	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *90* KA (TIPO AC)	UN	1	262,55	305,40	305,40
1.124	00039473	SINAPI	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 385 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC)	UN	3	169,61	197,29	591,87
1.125	00010629	SINAPI	DIVISORIA EM MARMORE, COM DUAS FACES POLIDAS, BRANCO COMUM, E= *3,0* CM	M²	1	533,50	620,57	620,57
1.126	00002432	SINAPI	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPABOLA, COM PARAFUSOS	UN	13	25,07	29,16	379,10
1.127	00011447	SINAPI	DOBRADICA EM LATÃO, 3" X 2 1/2", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPABOLA, COM PARAFUSOS	UN	11	28,82	33,52	368,76
1.128	00011002	SINAPI	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIÂMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	12	42,25	49,15	589,74
1.129	00021136	SINAPI	ELETRODUTO EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, LEVE, DIÂMETRO 1", PAREDE DE 0,90 MM	M	11	13,72	15,96	175,55
1.130	00021128	SINAPI	ELETRODUTO EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, LEVE, DIÂMETRO 3/4", PAREDE DE 0,90 MM	M	12	10,00	11,63	139,58
1.131	00002504	SINAPI	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM FITA DE ACO GALVANIZADO, REVESTIDO COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 25 MM, DN = 3/4", TIPO SEALTUBO	M	100	11,09	12,90	1.289,99
1.132	00002501	SINAPI	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM FITA DE ACO GALVANIZADO, REVESTIDO COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 32 MM, DN = 1", TIPO SEALTUBO	M	11	14,55	16,92	186,17
1.133	00002503	SINAPI	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM FITA DE ACO GALVANIZADO, REVESTIDO COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 50 MM, DN = 1 1/2", TIPO SEALTUBO	M	12	28,26	32,87	394,46
1.134	00002690	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM	M	300	5,57	6,48	1.943,71
1.135	00039245	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 32 MM, PARA LAJES E PISOS	M	111	9,54	11,10	1.231,76
1.136	00011684	SINAPI	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2" X 40 CM	UN	15	36,49	42,45	636,68
1.137	00037554	SINAPI	ESGUICHO JATO REGULAVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RAPIDO 1 1/2", PARA COMBATE A INCENDIO	UN	22	223,13	259,54	5.709,99
1.138	00037555	SINAPI	ESGUICHO JATO REGULAVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RAPIDO 2 1/2", PARA COMBATE A INCENDIO	UN	10	271,42	315,72	3.157,16
1.139	00038091	SINAPI	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	50	3,25	3,78	189,02
1.140	00038095	SINAPI	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	100	6,88	8,00	800,28
1.141	00038097	SINAPI	ESPELHO / PLACA DE 4 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	20	7,93	9,22	184,48
1.142	11981	ORSE	Exaustor para banheiro, bivolt, ref.: C 80 A, da Ventokit ou similar	un	4	233,61	271,74	1.086,94
1.143	00011469	SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR PARA GAVETA E MOVEIS DE MADEIRA, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM ABAS LATERAIS, CILINDRO COM 22 MM DE DIÂMETRO, INCLUINDO CHAVE COM PERFIL METALICO E CAPA ESCAMOTEAVEL	UN	5	13,64	15,87	79,33
1.144	00011468	SINAPI	FECHADURA DE SOBREPOR PARA GAVETAS E ARMARIOS, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM CILINDRO DE APROX 20 MM	UN	3	13,65	15,88	47,63
1.145	00003080	SINAPI	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	10	69,11	80,39	803,89
1.146	00003081	SINAPI	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	10	136,73	159,04	1.590,44

1.147	00011455	SINAPI	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 8" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 1,50 MM	UN	11	16,67	19,39	213,30
1.148	00012815	SINAPI	FITA CREPE ROLO DE *25* MM X 50 M	UN	100	9,78	11,38	1.137,61
1.149	00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	100	11,50	13,38	1.337,68
1.150	00021127	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	100	4,34	5,05	504,83
1.151	00000404	SINAPI	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO), LARGURA DE 19 MM	M	100	1,56	1,81	181,46
1.152	00003146	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	100	3,90	4,54	453,65
1.153	00003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	100	14,38	16,73	1.672,68
1.154	00039513	SINAPI	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	m²	32	143,87	167,35	5.355,19
1.155	00036225	SINAPI	FORRO DE PVC LISO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 8 MM, COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	m²	50	29,26	34,04	1.701,76
1.156	00007307	SINAPI	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	180	47,91	55,73	10.031,20
1.157	00003315	SINAPI	GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	KG	5000	0,70	0,81	4.071,20
1.158	00003324	SINAPI	GRAMA BATATAIS EM PLACAS, SEM PLANTIO	M²	300	12,85	14,95	4.484,14
1.159	00000134	SINAPI	GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL	KG	500	1,88	2,19	1.093,41
1.160	00004229	SINAPI	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE LITIO, DE MULTIPLAS APLICACOES E CONTENDO ADITIVOS DE EXTREMA PRESSAO (GRAU DE VISCOSIDADE NLGI 2)	KG	10	48,34	56,23	562,29
1.161	00036888	SINAPI	GUARNICAO / MOLDURA / ARREMATE DE ACABAMENTO PARA ESQUADRIA, EM ALUMINIO PERFIL 25, ACABAMENTO ANODIZADO BRANCO OU BRILHANTE, PARA 1 FACE	M	5	35,04	40,76	203,79
1.162	00010921	SINAPI	HIDRANTE DE COLUNA COMPLETO, EM FERRO FUNDIDO, DN = 100 MM, COM REGISTRO, CUNHA DE BORRACHA, CURVA DESSIMETRICA, EXTREMIDADE E TAMPAS (INCLUI KIT FIXACAO)	UN	1	5.610,25	6.525,84	6.525,84
1.163	00010922	SINAPI	HIDRANTE DE COLUNA COMPLETO, EM FERRO FUNDIDO, DN = 75 MM, COM REGISTRO, CUNHA DE BORRACHA, CURVA DESSIMETRICA, EXTREMIDADE E TAMPAS (INCLUI KIT FIXACAO)	UN	1	5.081,62	5.910,94	5.910,94
1.164	00010923	SINAPI	HIDRANTE SUBTERRANEO, EM FERRO FUNDIDO, COM CURVA CURTA E CAIXA, DN 75 MM	UN	1	3.003,46	3.493,62	3.493,62
1.165	00010924	SINAPI	HIDRANTE SUBTERRANEO, EM FERRO FUNDIDO, COM CURVA LONGA E CAIXA, DN 75 MM	UN	1	3.163,22	3.679,46	3.679,46
1.166	00000140	SINAPI	IMPERMEABILIZANTE FLEXIVEL BRANCO DE BASE ACRILICA PARA COBERTURAS	KG	100	21,03	24,46	2.446,21
1.167	00038064	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	10	26,71	31,07	310,69
1.168	00038078	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	11	22,11	25,72	282,90
1.169	00038073	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES + 2 INTERRUPTORES PARALELOS 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	12	31,26	36,36	436,34
1.170	00012129	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + 2 MODULOS)	UN	13	16,72	19,45	252,83
1.171	00038071	SINAPI	INTERRUPTORES SIMPLES (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	14	23,23	27,02	378,30
1.172	00003394	SINAPI	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO BUCHA, PARA TENSAO DE *15* KV	UN	5	412,34	479,63	2.398,17
1.173	00000599	SINAPI	JANELA FIXA, EM ALUMINIO PERFIL 20, 60 X 80 CM (A X L), BATENTE/REQUADRO DE 3 A 14 CM, COM VIDRO 4 MM, SEM GUARNICAO/ALIZAR, ACABAMENTO ALUM BRANCO OU BRILHANTE	M²	2	871,58	1.013,82	2.027,64
1.174	00034381	SINAPI	JANELA MAXIM-AR, EM ALUMINIO PERFIL 25, 60 X 80 CM (A X L), ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 4 A 5 CM, COM VIDRO 4 MM, SEM GUARNICAO/ALIZAR	UN	1	351,93	409,36	409,36
1.175	00003529	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	200	0,78	0,91	181,46

1.176	00003536	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	100	2,60	3,02	302,43
1.177	00003535	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	8	6,34	7,37	59,00
1.178	00003540	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	6	5,36	6,23	37,41
1.179	00003524	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	8,66	10,07	50,37
1.180	00003519	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	100	7,54	8,77	877,05
1.181	00003509	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	10	6,61	7,69	76,89
1.182	00020151	SINAPI	JOELHO, PVC SERIE R, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1	19,42	22,59	22,59
1.183	00020157	SINAPI	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1	18,45	21,46	21,46
1.184	00003501	SINAPI	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	30	4,45	5,18	155,29
1.185	00003511	SINAPI	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 90 GRAUS, 75 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1	91,68	106,64	106,64
1.186	00003658	SINAPI	JUNCAO SIMPLES, PVC, 45 GRAUS, DN 75 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	17,75	20,65	61,94
1.187	00003681	SINAPI	JUNTA DILATAÇÃO ELÁSTICA PARA CONCRETO (FUGENBAND) O-22, ATE 30 MCA	M	2	132,78	154,45	308,90
1.188	00012118	SINAPI	KIT DE PROTEÇÃO ARSTOP PARA AR CONDICIONADO, TOMADA PADRÃO 2P+T 20 A, COM DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 20A	UN	1	30,35	35,30	35,30
1.189	00038191	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U BRANCA 15 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	100	18,94	22,03	2.203,10
1.190	00038780	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 3U BRANCA 20 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	20	21,62	25,15	502,97
1.191	00038781	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 45 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	12	72,98	84,89	1.018,68
1.192	00038192	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 65 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	11	132,05	153,60	1.689,61
1.193	00038782	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T5 DE 14 W, BIVOLT	UN	2	15,05	17,51	35,01
1.194	00038779	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 32/36 W, BIVOLT	UN	4	11,97	13,92	55,69
1.195	00038194	SINAPI	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	6	4,70	5,47	32,80
1.196	00038193	SINAPI	LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	100	4,08	4,75	474,59
1.197	00039388	SINAPI	LAMPADA LED TIPO DICROICA BIVOLT, LUZ BRANCA, 5 W (BASE GU10)	UN	100	5,78	6,72	672,33
1.198	00039387	SINAPI	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	100	9,01	10,48	1.048,04
1.199	00039386	SINAPI	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	UN	200	6,28	7,30	1.460,98
1.200	00010426	SINAPI	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, DIMENSOES *54 X 44* CM (L X C)	UN	5	180,54	210,00	1.050,02
1.201	00003767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	100	1,27	1,48	147,73
1.202	00038774	SINAPI	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN	15	11,80	13,73	205,89
1.203	00042248	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 181 W ATE 239 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN	1	468,13	544,53	544,53
1.204	00042246	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 68 W ATE 97 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN	2	247,40	287,78	575,55
1.205	00042243	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 98 W ATE 137 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN	3	298,32	347,01	1.041,02
1.206	00038773	SINAPI	LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO COM BASE E27, POTENCIA MAXIMA 60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	40	6,56	7,63	305,22
1.207	00039390	SINAPI	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UN	100	24,56	28,57	2.856,82
1.208	00039391	SINAPI	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN	20	27,57	32,07	641,39
1.209	00003840	SINAPI	LUVA DE CORRER COM TRAVAS DEFOFO, PVC, JE, DN 100 MM	UN	3	56,73	65,99	197,97
1.210	00003854	SINAPI	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1	11,39	13,25	13,25
1.211	00038022	SINAPI	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	42,16	49,04	147,12
1.212	00003913	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	4	71,53	83,20	332,81

1.213	00003927	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2" X 1 1/2"	UN	2	76,38	88,85	177,69
1.214	00003928	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2" X 2"	UN	4	76,38	88,85	355,38
1.215	00037986	SINAPI	LUVA DE TRANSICAO DE CPVC X PVC, SOLDAVEL, 22 X 25 MM, PARA AGUA QUENTE	UN	1	2,40	2,79	2,79
1.216	00003904	SINAPI	LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	100	0,88	1,02	102,36
1.217	00003903	SINAPI	LUVA PVC SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	2,14	2,49	9,96
1.218	00003862	SINAPI	LUVA PVC SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	89	4,57	5,32	473,11
1.219	00003863	SINAPI	LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1	4,68	5,44	5,44
1.220	00003865	SINAPI	LUVA PVC SOLDAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	20,98	24,40	97,62
1.221	00020171	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1	37,21	43,28	43,28
1.222	00003899	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	6,23	7,25	21,74
1.223	00037460	SINAPI	MANGUEIRA CRISTAL TRANCADA, PVC COM REFORCO, PRESSAO DE TRABALHO (PT) 250 LBS/POL2, DE 1" X *3,1" MM	M	4	23,54	27,38	109,53
1.224	00021029	SINAPI	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 1, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN	1	320,00	372,22	372,22
1.225	00021030	SINAPI	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 1, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 20 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN	2	394,45	458,82	917,65
1.226	00021034	SINAPI	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 2 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN	1	635,24	738,91	738,91
1.227	9088	ORSE	Mangueira para gás GLP d=3/8" x 120cm, em PVC transparente c/tarja amarela, uso domestico, Aliança ou similar	un	10	28,94	33,66	336,63
1.228	00012899	SINAPI	MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KGF/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE *63* MM, CONEXAO DE 1/4"	UN	1	133,65	155,46	155,46
1.229	00004014	SINAPI	MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 3 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952)	M²	10	49,59	57,68	576,83
1.230	00004015	SINAPI	MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 4 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952)	M²	11	60,90	70,84	779,23
1.231	00004017	SINAPI	MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 5 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952)	M²	5	88,61	103,07	515,36
1.232	00011621	SINAPI	MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER ALUMINIZADA 3 MM, TIPO III, CLASSE B (NBR 9952)	M²	10	47,93	55,75	557,52
1.233	00043626	SINAPI	MASSA CORRIDA PARA SUPERFICIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG	5	3,78	4,40	21,98
1.234	00043652	SINAPI	MASSA PARA MADEIRA - INTERIOR E EXTERIOR	KG	10	15,23	17,72	177,16
1.235	00038598	SINAPI	MEIA CANALETA DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 19 CM, FBK 14 MPA (NBR 6136)	UN	50	4,07	4,73	236,71
1.236	00011561	SINAPI	MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 1.100 MM E PESO DE ATE 85 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA	UN	1	230,43	268,04	268,04
1.237	00011560	SINAPI	MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 950 MM E PESO DE ATE 65 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA	UN	4	177,86	206,89	827,55
1.238	00011499	SINAPI	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	1	858,42	998,51	998,51
1.239	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	L	1000	6,49	7,55	7.549,17
1.240	00037400	SINAPI	PAPELEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO ROLAO	UN	1	39,44	45,88	45,88
1.241	00011964	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	UN	100	2,65	3,08	308,25
1.242	00004346	SINAPI	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	1	11,24	13,07	13,07
1.243	00011955	SINAPI	PARAFUSO DE LATAO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	50	4,92	5,72	286,15

1.244	00004333	SINAPI	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 3,2 MM, COMPRIMENTO 16 MM	UN	200	0,29	0,34	67,47
1.245	00004329	SINAPI	PARAFUSO EM ACO GALVANIZADO, TIPO MAQUINA, SEXTAVADO, SEM PORCA, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 2"	UN	50	2,40	2,79	139,58
1.246	00004351	SINAPI	PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2" COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-8	UN	1	18,49	21,51	21,51
1.247	00004306	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16" X 200 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	UN	50	2,72	3,16	158,20
1.248	00004300	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16" X 50 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	UN	300	1,01	1,17	352,45
1.249	00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	10	30,30	35,24	352,45
1.250	00039604	SINAPI	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 5 E (CAT 5E) UTP, 24 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 1,50 M	UN	8	15,51	18,04	144,33
1.251	00039605	SINAPI	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 5 E (CAT 5E) UTP, 24 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 2,50 M	UN	1	16,85	19,60	19,60
1.252	00039606	SINAPI	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 1,50 M	UN	7	29,50	34,31	240,20
1.253	00039607	SINAPI	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 2,50 M	UN	1	39,92	46,43	46,43
1.254	00039594	SINAPI	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 5E, COM RACKS DE 19" DE LARGURA E 1 U DE ALTURA	UN	3	329,00	382,69	1.148,08
1.255	00039596	SINAPI	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" DE LARGURA E 1 U DE ALTURA	UN	1	881,09	1.024,88	1.024,88
1.256	00039597	SINAPI	PATCH PANEL, 48 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" DE LARGURA E 2 U DE ALTURA	UN	1	3.105,40	3.612,20	3.612,20
1.257	00004720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M³	10	227,89	265,08	2.650,82
1.258	00004721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M³	15	197,39	229,60	3.444,06
1.259	00043692	SINAPI	PERFIL "U" SIMPLES, EM CHAPA DOBRADA DE ACO LAMINADO, E = 3 MM, H = 200 MM, L = 50 MM (6,83 KG/M)	KG	1	9,12	10,61	10,61
1.260	00039694	SINAPI	PISO ELEVADO COM 2 PLACAS DE ACO COM ENCHIMENTO DE CONCRETO CELULAR, INCLUSO BASE/HASTE/CRUZETAS, 60 X 60 CM, H = *28* CM, RESISTENCIA CARGA CONCENTRADA 496 KG (COM COLOCACAO)	m²	2	337,69	392,80	785,60
1.261	00001287	SINAPI	PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COR LISA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M²	100	27,30	31,76	3.175,54
1.262	00038195	SINAPI	PISO EM PORCELANATO, BORDA RETA, LISO, MONOCOLOR, ACETINADO OU POLIDO, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M²	20	91,13	106,00	2.120,05
1.263	00004812	SINAPI	PLACA DE GESSO PARA FORRO, *60 X 60* CM, ESPESSURA DE 12 MM (SEM COLOCACAO)	M²	70	9,85	11,46	802,03
1.264	00037560	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1	49,21	57,24	57,24
1.265	00037557	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *14 X 14* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	2	14,94	17,38	34,76
1.266	00037556	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1	28,91	33,63	33,63
1.267	00037559	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *12 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	2	35,47	41,26	82,52
1.268	00037539	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1	25,00	29,08	29,08
1.269	00037558	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	3	46,61	54,22	162,65
1.270	00039022	SINAPI	PORTA DE ABRIR EM ACO, TIPO VENEZIANA, 90 X 210 CM, COM FUNDO ANTICORROSIVO / PRIMER DE PROTECAO, INCLUI FECHADURA, MACANETA E PARAFUSOS, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA	UN	2	550,07	639,84	1.279,68

1.271	00004917	SINAPI	PORTA DE ABRIR EM ALUMINIO TIPO VENEZIANA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA	M²	1	340,74	396,35	396,35
1.272	00004922	SINAPI	PORTA DE CORRER EM ALUMINIO, DUAS FOLHAS MOVEIS COM VIDRO, FECHADURA E PUXADOR EMBUTIDO, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA	M²	3	316,06	367,64	1.102,92
1.273	00011364	SINAPI	PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	1	214,34	249,32	249,32
1.274	00005020	SINAPI	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	2	246,82	287,10	574,20
1.275	00014163	SINAPI	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, CURVO, BRACO DUPLO, FLANGEADO, H = 9 M, DIAMETRO INFERIOR = *135* MM	UN	1	1.950,99	2.269,39	2.269,39
1.276	00000511	SINAPI	PRIMER PARA MANTA ASFALTICA A BASE DE ASFALTO MODIFICADO DILUIDO EM SOLVENTE, APLICACAO A FRIO	L	12	18,72	21,78	261,30
1.277	00013395	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	1	512,99	596,71	596,71
1.278	00005104	SINAPI	REBITE DE REPUXO EM ALUMINIO VAZADO, DIAMETRO 3,2 X 8 MM DE COMPRIMENTO (1KG = 1025 UNIDADES)	KG	3	74,06	86,15	258,44
1.279	00013390	SINAPI	REFLETOR REDONDO EM ALUMINIO ANODIZADO PARA LAMPADA VAPOR DE MERCURIO/SODIO, CORPO EM ALUMINIO COM PINTURA EPOXI, PARA LAMPADA E-27 DE 300 W, COM SUPORTE REDONDO E ALCA REGULAVEL PARA FIXACAO.	UN	1	85,22	99,13	99,13
1.280	00011674	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	6	25,70	29,89	179,37
1.281	00011675	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	13	40,80	47,46	616,96
1.282	00006010	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/2"	UN	1	104,42	121,46	121,46
1.283	00006019	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1"	UN	3	60,69	70,59	211,78
1.284	00006017	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/4"	UN	1	82,71	96,21	96,21
1.285	00006028	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2"	UN	1	145,45	169,19	169,19
1.286	00006011	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 1/2"	UN	4	301,65	350,88	1.403,52
1.287	00006012	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3"	UN	2	365,20	424,80	849,60
1.288	00006027	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 4"	UN	1	760,94	885,13	885,13
1.289	00010904	SINAPI	REGISTRO OU VALVULA GLOBO ANGULAR EM LATAO, PARA HIDRANTES EM INSTALACAO PREDIAL DE INCENDIO, 45 GRAUS, DIAMETRO DE 2 1/2", COM VOLANTE, CLASSE DE PRESSAO DE ATE 200 PSI	UN	2	190,00	221,01	442,02
1.290	00006021	SINAPI	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 1/2"	UN	5	85,58	99,55	497,73
1.291	00002510	SINAPI	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	UN	7	35,46	41,25	288,73
1.292	00012359	SINAPI	RELE TERMICO BIMETAL PARA USO EM MOTORES TRIFASICOS, TENSAO 380 V, POTENCIA ATE 15 CV, CORRENTE NOMINAL MAXIMA 22 A	UN	1	162,14	188,60	188,60
1.293	00011575	SINAPI	ROLDANA CONCAVA DUPLA, 4 RODAS, EM ZAMAC COM CHAPA DE LATAO, ROLAMENTOS EM ACO, PARA PORTAS E JANELAS DE CORRER	UN	2	55,74	64,84	129,67
1.294	00001113	SINAPI	RUFO EXTERNO/INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 33 CM	M	1	29,46	34,27	34,27
1.295	00011758	SINAPI	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML	UN	2	37,89	44,07	88,15
1.296	00007317	SINAPI	SELANTE DE BASE ASFALTICA PARA VEDACAO	KG	1	38,97	45,33	45,33
1.297	00000142	SINAPI	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	310ML	3	38,36	44,62	133,86
1.298	00039394	SINAPI	SENSOR DE PRESENCA BIVOLT DE TETO COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN	1	54,52	63,42	63,42
1.299	00044945	SINAPI	SIFAO / TUBO SINFONADO EXTENSIVEL/SANFONADO, UNIVERSAL/ SIMPLES, ENTRE *50 A 70* CM, DE PLASTICO BRANCO	UN	100	8,45	9,83	982,90
1.300	00006149	SINAPI	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2"	UN	6	11,30	13,14	78,86
1.301	00020250	SINAPI	SISAL EM FIBRA / ESTOPA SISAL PARA GESSO	KG	11	20,00	23,26	255,90

1.302	00020232	SINAPI	SOLEIRA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, L= *15* CM, E= *2,0* CM	M	1	72,29	84,09	84,09
1.303	00020083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	2	83,68	97,34	194,67
1.304	00013329	SINAPI	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM RABICHO, PARA LAMPADAS	UN	3	3,29	3,83	11,48
1.305	00021040	SINAPI	SPRINKLER TIPO PENDENTE, BULBO VERMELHO RESPOSTA RAPIDA, 68 GRAUS CELSIUS, ACABAMENTO NATURAL, D = 15 MM (1/2")	UN	1	35,00	40,71	40,71
1.306	00006189	SINAPI	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	10	26,75	31,12	311,16
1.307	00014112	SINAPI	TAMPAO FOFO SIMPLES COM BASE / REQUADRO, CLASSE A15 CARGA MAX. 1,5 T, 400 X 600 MM (COM INSCRICAO EM RELEVO DO TIPO DE REDE)	UN	1	241,99	281,48	281,48
1.308	00006240	SINAPI	TAMPAO FOFO SIMPLES COM BASE / REQUADRO, CLASSE D400 CARGA MAX. 40 T, REDONDO, TAMPA 600 MM (COM INSCRICAO EM RELEVO DO TIPO DE REDE)	UN	2	569,33	662,24	1.324,49
1.309	00011457	SINAPI	TARJETA LIVRE / OCUPADO PARA PORTA DE BANHEIRO, CORPO EM ZAMAC E ESPELHO EM LATAO	UN	1	45,56	53,00	53,00
1.310	00044073	SINAPI	TARUGO DELIMITADOR DE PROFUNDIDADE EM ESPUMA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE 10 MM, CINZA	M	100	0,70	0,81	81,42
1.311	00006299	SINAPI	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 2 1/2"	UN	1	140,62	163,57	163,57
1.312	00006298	SINAPI	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 2"	UN	2	74,06	86,15	172,29
1.313	00006322	SINAPI	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 3"	UN	1	188,34	219,08	219,08
1.314	00007139	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	100	1,29	1,50	150,05
1.315	00007140	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	50	4,05	4,71	235,55
1.316	00007144	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1	61,67	71,73	71,73
1.317	00010932	SINAPI	TELA DE ARAME GALVANIZADA QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,19 MM (8 BWG), MALHA 5 X 5 CM, H = 2 M	M²	2	95,18	110,71	221,43
1.318	00010935	SINAPI	TELA DE ARAME GALVANIZADA REVESTIDA EM PVC, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 2,77 MM (12 BWG), BITOLA FINAL = *3,8* MM, MALHA 7,5 X 7,5 CM, H = 2 M	M²	1	42,43	49,35	49,35
1.319	00007175	SINAPI	TELHA DE BARRO / CERAMICA, NAO ESMALTADA, TIPO ROMANA, AMERICANA, PORTUGUESA, FRANCESA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *16* TELHAS/M2	UN	122	1,75	2,04	248,34
1.320	00007197	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	UN	10	97,10	112,95	1.129,47
1.321	00007189	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	UN	1	113,82	132,40	132,40
1.322	00040740	SINAPI	TELHA GALVALUME COM ISOLAMENTO TERMOACUSTICO EM ESPUMA RIGIDA DE POLIURETANO (PU) INJETADO, ESPESSURA DE 30 MM, DENSIDADE DE 35 KG/M3, REVESTIMENTO EM TELHA TRAPEZOIDAL NAS DUAS FACES COM ESPESSURA DE 0,50 MM CADA, ACABAMENTO NATURAL (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO)	m²	5	169,70	197,40	986,98
1.323	00007243	SINAPI	TELHA TRAPEZOIDAL EM ACO ZINCADO, SEM PINTURA, ALTURA DE APROXIMADAMENTE 40 MM, ESPESSURA DE 0,50 MM E LARGURA UTIL DE 980 MM	M²	1	50,74	59,02	59,02
1.324	00001571	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	66	1,34	1,56	102,87
1.325	00007258	SINAPI	TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM DE *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	UN	1000	0,61	0,71	709,55
1.326	00038121	SINAPI	TINTA A BASE DE RESINA ACRILICA EMULSIONADA EM AGUA, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 13699:2012)	L	18	26,04	30,29	545,22
1.327	00043776	SINAPI	TINTA A OLEO BRILHANTE, PARA MADEIRAS E METAIS	L	18	30,92	35,97	647,39
1.328	00007348	SINAPI	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	36	21,06	24,50	881,89
1.329	00043650	SINAPI	TINTA ESMALTE BASE AGUA PREMIUM BRILHANTE	L	23	44,79	52,10	1.198,29
1.330	00007304	SINAPI	TINTA EPOXI BASE AGUA PREMIUM, BRANCA	L	36	91,64	106,60	3.837,44
1.331	00007311	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L	36	45,88	53,37	1.921,23
1.332	00007292	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE	L	18	44,42	51,67	930,05

1.333	00007306	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE EFEITO PROTETOR DE SUPERFICIE METALICA ALUMINIO	L	18	54,23	63,08	1.135,45
1.334	00038101	SINAPI	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	12	10,49	12,20	146,42
1.335	00007528	SINAPI	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	1	12,33	14,34	14,34
1.336	00012147	SINAPI	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	6	18,80	21,87	131,21
1.337	00038102	SINAPI	TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO)	UN	1	13,42	15,61	15,61
1.338	00038076	SINAPI	TOMADAS (2 MODULOS) 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	3	23,94	27,85	83,54
1.339	00011765	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA VAZAO TOTAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, BITOLA 1", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	1	146,27	170,14	170,14
1.340	00011824	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA VAZAO TOTAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, BITOLA 3/4", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	3	94,10	109,46	328,37
1.341	00013417	SINAPI	TORNEIRA METALICA CROMADA CANO CURTO, SEM BICO, SEM AREJADOR, DE PAREDE, PARA TANQUE E USO GERAL, 1/2" OU 3/4"	UN	3	91,69	106,65	319,96
1.342	00036791	SINAPI	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR	UN	1	137,61	160,07	160,07
1.343	00036796	SINAPI	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	UN	2	144,58	168,18	336,35
1.344	00036792	SINAPI	TORNEIRA METALICA CROMADA DE PAREDE LONGA PARA LAVATORIO, COM AREJADOR, ACIONAMENTO ALAVANCA, 1/4 DE VOLTA	UN	1	183,15	213,04	213,04
1.345	00040624	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/2", E= *3,68 MM, SCHEDULE 40, 4,05 KG/M	M	3	81,42	94,71	284,12
1.346	00042574	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1", E= *3,38 MM, SCHEDULE 40, *2,50* KG/M	M	5	55,75	64,85	324,24
1.347	00021147	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2 1/2", E = 5,16 MM, SCHEDULE 40 (8,62 KG/M)	M	1	161,87	188,29	188,29
1.348	00021148	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2", E= *3,91* MM, SCHEDULE 40, *5,43* KG/M	M	6	99,91	116,22	697,29
1.349	00021013	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 50 MM (2"), E = 3,00 MM, *4,40* KG/M (NBR 5580)	M	5	69,15	80,44	402,18
1.350	00007697	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 1.1/2", E = *3,25* MM, PESO *3,61* KG/M (NBR 5580)	M	1	53,04	61,70	61,70
1.351	00007698	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 1.1/4", E = *3,25* MM, PESO *3,14* KG/M (NBR 5580)	M	3	45,66	53,11	159,34
1.352	00007696	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 2", E = *3,65* MM, PESO *5,10* KG/M (NBR 5580)	M	6	76,49	88,97	533,84
1.353	00007694	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 3", E = *4,05* MM, PESO *8,47* KG/M (NBR 5580)	M	1	127,73	148,58	148,58
1.354	00039660	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/2 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	3	70,92	82,49	247,48
1.355	00039662	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	5	33,99	39,54	197,69
1.356	00039666	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	106,69	124,10	124,10
1.357	00039664	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	12	52,29	60,82	729,88
1.358	2305	ORSE	Tubo de ligação em PVC para vaso sanitário, acabamento cromado, CIPLA ou similar	un	5	9,13	10,62	53,10
1.359	00009836	SINAPI	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	12	14,17	16,48	197,79
1.360	00009835	SINAPI	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	12	6,19	7,20	86,40
1.361	00009838	SINAPI	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	48	10,22	11,89	570,62
1.362	00009837	SINAPI	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	6	13,41	15,60	93,59
1.363	00009867	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	60	3,95	4,59	275,68

1.364	00009868	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	120	4,46	5,19	622,54
1.365	00009869	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	32	9,62	11,19	358,08
1.366	00009871	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1	45,19	52,57	52,57
1.367	00009884	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 1 1/2"	UN	6	77,32	89,94	539,63
1.368	00009888	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 1 1/4"	UN	1	62,13	72,27	72,27
1.369	00009889	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2 1/2"	UN	4	188,12	218,82	875,28
1.370	00009887	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2"	UN	3	113,70	132,26	396,77
1.371	00009890	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 3"	UN	1	291,45	339,01	339,01
1.372	00020973	SINAPI	UNIAO TIPO STORZ, COM EMPATACAO INTERNA TIPO ANEL DE EXPANSAO, ENGATE RAPIDO 1 1/2", PARA MANGUEIRA DE COMBATE A INCENDIO PREDIAL	UN	4	116,36	135,35	541,40
1.373	00020974	SINAPI	UNIAO TIPO STORZ, COM EMPATACAO INTERNA TIPO ANEL DE EXPANSAO, ENGATE RAPIDO 2 1/2", PARA MANGUEIRA DE COMBATE A INCENDIO PREDIAL	UN	2	166,47	193,64	387,28
1.374	00021112	SINAPI	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	1	309,89	360,46	360,46
1.375	00011751	SINAPI	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 1 1/2"	UN	6	152,93	177,89	1.067,33
1.376	00011747	SINAPI	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 2"	UN	1	235,82	274,31	274,31
1.377	00011749	SINAPI	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 3/4"	UN	7	63,07	73,36	513,54
1.378	00010409	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1 1/2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	296,17	344,50	344,50
1.379	00010411	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1 1/4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	3	265,01	308,26	924,78
1.380	00010410	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	177,03	205,92	205,92
1.381	00010405	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2 1/2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	593,37	690,21	1.380,42
1.382	00010408	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	414,94	482,66	965,32
1.383	00010406	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 3", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	819,57	953,32	953,32
1.384	00010407	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	1.271,16	1.478,61	1.478,61
1.385	00010416	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	5	157,67	183,40	917,01
1.386	00010419	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	136,86	159,20	318,39
1.387	00010417	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	4	229,74	267,23	1.068,93
1.388	00010415	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	872,48	1.014,87	1.014,87
1.389	00011188	SINAPI	VIDRO LISO FUME E = 4MM - SEM COLOCACAO	M²	11	183,33	213,25	2.345,74
1.390	00010478	SINAPI	VERNIZ A BASE RESINA ALQUIDICA COM POLIURETANO PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	L	100	34,78	40,46	4.045,61
1.391	00010475	SINAPI	VERNIZ TIPO COPAL PARA MADEIRA, BRILHANTE, USO INTERNO	L	100	29,93	34,81	3.481,46
1.392	00010506	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 8 MM, SEM COLOCACAO	M²	10	235,73	274,20	2.742,01
1.393	00010507	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M²	10	306,02	355,96	3.559,62
1.394	00010505	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M²	10	180,57	210,04	2.100,39
1.395	00034386	SINAPI	VIDRO LISO INCOLOR 10 MM - SEM COLOCACAO	M²	10	343,75	399,85	3.998,50

1.396	00020971	SINAPI	CHAVE DUPLA PARA CONEXOES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 2 1/2", EM LATAO, PARA INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN	10	18,09	21,04	210,42
1.397	00001570	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	100	1,03	1,20	119,81
1.398	00001576	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 25 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	100	2,85	3,32	331,51
1.399	00002678	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, CLASSE B, DE 25 MM	M	300	3,62	4,21	1.263,24
1.400	00011267	SINAPI	ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	UN	1000	1,43	1,66	1.663,38
1.401	00039996	SINAPI	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM)	M	500	2,71	3,15	1.576,14
1.402	00039997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	500	0,33	0,38	191,93
1.403	00003457	SINAPI	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4"	UN	30	27,25	31,70	950,92
1.404	00003458	SINAPI	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	1	36,30	42,22	42,22
1.405	00004179	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	100	12,90	15,01	1.500,53
1.406	00004180	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4"	UN	52	18,99	22,09	1.148,64
1.407	00004205	SINAPI	NIPLE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2" X 1 1/4"	UN	42	33,32	38,76	1.627,83
1.408	00004206	SINAPI	NIPLE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4" X 1"	UN	23	26,03	30,28	696,40
1.409	00004209	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	2	25,23	29,35	58,70
1.410	00009886	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 1"	UN	6	37,13	43,19	259,14
1.411	00010236	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 1 1/2", PARA FUNDO DE POCO	UN	3	152,64	177,55	532,65
1.412	00003472	SINAPI	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	5	17,39	20,23	101,14
1.413	00004178	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	UN	22	8,74	10,17	223,66
1.414	00004189	SINAPI	NIPLE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 3/4"	UN	23	15,71	18,27	420,30
1.415	00009885	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 3/4"	UN	24	35,90	41,76	1.002,21
1.416	00010233	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 1 1/4", PARA FUNDO DE POCO	UN	1	143,04	166,38	166,38
1.417	00010418	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	91,23	106,12	212,24
1.418	00021010	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 25 MM (1"), E = 2,65 MM, *2,11* KG/M (NBR 5580)	M	32	32,90	38,27	1.224,62
1.419	00010900	SINAPI	ADAPTADOR EM LATAO, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", PARA INSTALACAO PREDIAL DE COMBATE A INCENDIO	UN	1	65,14	75,77	75,77
1.420	00010899	SINAPI	ADAPTADOR EM LATAO, ENGATE RAPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", PARA INSTALACAO PREDIAL DE COMBATE A INCENDIO	UN	2	83,23	96,81	193,63
1.421	00006016	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4"	UN	27	38,45	44,73	1.207,58
1.422	00006020	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1/2"	UN	5	36,45	42,40	211,99
1.423	00010412	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 3/4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	5	130,25	151,51	757,53
1.424	00011750	SINAPI	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 1 1/4"	UN	5	126,91	147,62	738,11
1.425	00010413	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3/4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	3	83,50	97,13	291,38
1.426	00021092	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	5	78,24	91,01	455,04
1.427	00001575	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	100	2,06	2,40	239,62
1.428	00002676	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, CLASSE B, DE 20 MM	M	200	2,89	3,36	672,33

1.429	00042575	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/4", E= *3,56 MM, SCHEDULE 40, *3,38* KG/M	M	1	74,71	86,90	86,90
1.430	00007701	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 2.1/2", E = *3,65* MM, PESO *6,51* KG/M (NBR 5580)	M	30	94,92	110,41	3.312,33
1.431	00010414	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	502,71	584,75	584,75
1.432	00003938	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 1/2"	UN	88	14,79	17,20	1.513,93
1.433	00003931	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3" X 2 1/2"	UN	3	116,37	135,36	406,08
1.434	00011746	SINAPI	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 1"	UN	12	85,15	99,05	1.188,56
1.435	00011748	SINAPI	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 1/2"	UN	2	54,64	63,56	127,11
1.436	00010413	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3/4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	14	83,50	97,13	1.359,78
1.437	00021092	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	78,24	91,01	182,02
1.438	00001575	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	100	2,06	2,40	239,62
1.439	00002676	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, CLASSE B, DE 20 MM	M	200	2,89	3,36	672,33
1.440	00042575	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/4", E= *3,56 MM, SCHEDULE 40, *3,38* KG/M	M	4	74,71	86,90	347,61
1.441	00007701	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 2.1/2", E = *3,65* MM, PESO *6,51* KG/M (NBR 5580)	M	2	94,92	110,41	220,82
1.442	00010414	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	502,71	584,75	1.169,50
1.443	00003938	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 1/2"	UN	30	14,79	17,20	516,11
1.444	00003931	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3" X 2 1/2"	UN	1	116,37	135,36	135,36
1.445	00003929	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3" X 1 1/2"	UN	3	116,37	135,36	406,08
1.446	00003925	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1"	UN	21	43,54	50,65	1.063,56
1.447	00003926	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1 1/2"	UN	2	43,54	50,65	101,29
1.448	00003919	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 3/4"	UN	8	15,08	17,54	140,33
1.449	00003921	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4" X 1"	UN	11	22,45	26,11	287,25
1.450	00003937	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4" X 1/2"	UN	12	22,44	26,10	313,23
1.451	00003920	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4" X 3/4"	UN	14	22,44	26,10	365,43
1.452	00003936	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2" X 1 1/4"	UN	5	27,20	31,64	158,20
1.453	00003924	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2" X 1"	UN	2	27,20	31,64	63,28
1.454	00003923	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2" X 3/4"	UN	1	27,20	31,64	31,64
1.455	00003935	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1 1/4"	UN	13	43,54	50,65	658,39
1.456	00002679	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, CLASSE B, DE 32 MM	M	1	5,58	6,49	6,49
1.457	00004182	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3"	UN	3	97,70	113,64	340,93
1.458	00004208	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	2	60,06	69,86	139,72
1.459	00003912	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN	5	39,21	45,61	228,05
1.460	00004181	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN	3	39,24	45,64	136,93
1.461	00003939	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	10	25,60	29,78	297,78
1.462	00006323	SINAPI	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 1"	UN	1	24,11	28,04	28,04
1.463	00003471	SINAPI	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN	3	55,70	64,79	194,37
1.464	00003447	SINAPI	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN	4	58,25	67,76	271,03

1.465	00003446	SINAPI	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	6	40,06	46,60	279,59
1.466	00003445	SINAPI	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4"	UN	10	32,70	38,04	380,37
1.467	00003444	SINAPI	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	11	20,13	23,42	257,57
1.468	00003914	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3"	UN	3	107,91	125,52	376,56
1.469	00006297	SINAPI	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 1 1/2"	UN	1	46,75	54,38	54,38
1.470	00003910	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	12	14,96	17,40	208,82
1.471	00006296	SINAPI	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 1 1/4"	UN	7	36,90	42,92	300,45
1.472	00001573	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	113	1,60	1,86	210,31
1.473	00001574	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 10 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	122	1,73	2,01	245,50
1.474	00011270	SINAPI	ABRACADEIRA DE LATAO PARA FIXACAO DE CABO PARA-RAIO, DIMENSOES 32 X 24 X 24 MM	UN	114	2,88	3,35	381,90
1.475	00001381	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG	1000	0,70	0,81	814,24
1.476	00034353	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	1200	1,30	1,51	1.814,59
1.477	00037595	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	1350	2,15	2,50	3.376,19
1.478	00004374	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10	UN	1000	0,70	0,81	814,24
1.479	00007568	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	1100	1,16	1,35	1.484,24
1.480	00011945	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S4	UN	500	0,11	0,13	63,98
1.481	00011946	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S5	UN	650	0,13	0,15	98,29
1.482	00004375	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6	UN	1120	0,19	0,22	247,53
1.483	00011950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	2000	0,39	0,45	907,30
1.484	00004376	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8	UN	1423	0,37	0,43	612,44
1.485	00011161	SINAPI	CAL HIDRATADA PARA PINTURA	KG	1000	2,50	2,91	2.908,00
1.486	00001107	SINAPI	CAL VIRGEM COMUM PARA ARGAMASSAS (NBR 6453)	KG	1000	1,27	1,48	1.477,26
1.487	00040784	SINAPI	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 100 CM	M	3	96,81	112,61	337,83
1.488	00039413	SINAPI	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	m²	15	17,76	20,66	309,88
1.489	00002433	SINAPI	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA CHATA, COM PARAFUSOS	UN	3	8,49	9,88	29,63
1.490	00002420	SINAPI	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,9 A 2 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	12	14,58	16,96	203,51
1.491	00011451	SINAPI	DOBRADICA TIPO VAI-E-VEEM EM ACO/FERRO, TAMANHO 3", GALVANIZADO, COM PARAFUSOS	UN	4	77,28	89,89	359,57
1.492	00039512	SINAPI	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	m²	7	122,98	143,05	1.001,35
1.493	00039511	SINAPI	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	m²	6	134,14	156,03	936,19
1.494	00039515	SINAPI	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN	1	56,97	66,27	66,27
1.495	00039516	SINAPI	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA REBAIXADA PARA PERFIL 24 MM, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN	5	48,03	55,87	279,34
1.496	00039514	SINAPI	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN	3	29,88	34,76	104,27
1.497	00003671	SINAPI	JUNTA PLASTICA DE DILATACAO PARA PISOS, COR CINZA, 17 X 3 MM (ALTURA X ESPESSURA)	M	100	1,33	1,55	154,71

1.498	00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	100	2,39	2,78	278,00
1.499	00003768	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UN	250	3,81	4,43	1.107,95
1.500	00038120	SINAPI	MASSA EPOXI BICOMPONENTE PARA REPAROS	KG	10	131,58	153,05	1.530,54
1.501	00038877	SINAPI	MASSA PREMIUM PARA TEXTURA LISA DE BASE ACRILICA, USO INTERNO E EXTERNO	KG	7	7,49	8,71	60,99
1.502	00034546	SINAPI	MASSA PREMIUM PARA TEXTURA RUSTICA DE BASE ACRILICA, COR BRANCA, USO INTERNO E EXTERNO	KG	9	7,70	8,96	80,61
1.503	00010498	SINAPI	MASSA PARA VIDRO	KG	22	8,75	10,18	223,92
1.504	00004786	SINAPI	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA, AGREGADO COR PRETO, CINZA, PALHA OU BRANCO, E= *8* MM (INCLUSO EXECUCAO)	M²	6	108,50	126,21	757,24
1.505	00010841	SINAPI	PISO EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E= *2* CM	M²	1	258,97	301,23	301,23
1.506	00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	11	30,48	35,45	390,00
1.507	00005065	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	KG	12	37,60	43,74	524,84
1.508	00005072	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 11 (1 X 17)	KG	18	34,78	40,46	728,21
1.509	00005066	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	22	26,04	30,29	666,37
1.510	00005063	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 14 X 18 (1 1/2 X 14)	KG	14	23,58	27,43	384,00
1.511	00020247	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	16	21,88	25,45	407,21
1.512	00005074	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2 X 13)	KG	7	22,14	25,75	180,27
1.513	00005067	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 24 (2 1/4 X 12)	KG	8	21,06	24,50	195,98
1.514	00005078	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 27 (2 1/2 X 12)	KG	16	20,82	24,22	387,49
1.515	00005068	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	KG	12	19,76	22,98	275,82
1.516	00005073	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	KG	14	20,14	23,43	327,98
1.517	00005069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	18	20,14	23,43	421,68
1.518	00005070	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 30 (2 3/4 X 11)	KG	23	20,36	23,68	544,70
1.519	00005071	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 24 (2 1/4 X 10)	KG	22	19,76	22,98	505,67
1.520	00005061	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	13	19,43	22,60	293,81
1.521	00005075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	8	19,76	22,98	183,88
1.522	00039027	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	KG	9	19,74	22,96	206,65
1.523	00005062	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 33 (3 X 9)	KG	1	20,02	23,29	23,29
1.524	00040568	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 22 X 48 (4 1/4 X 5)	KG	1	19,91	23,16	23,16
1.525	00040304	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	3	24,39	28,37	85,11
1.526	00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	32	22,22	25,85	827,08
1.527	00034357	SINAPI	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	12	4,11	4,78	57,37
1.528	00037329	SINAPI	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	15	86,57	100,70	1.510,47
1.529	00000536	SINAPI	REVESTIMENTO PARA PAREDE, EM CERAMICA ESMALTADA, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M²	8	25,39	29,53	236,27
1.530	00038401	SINAPI	RODO PARA CHAO 40 CM, COM BORRACHA DUPLA E CABO	UN	12	11,59	13,48	161,78
1.531	00038393	SINAPI	ROLO DE ESPUMA POLIESTER, 23 CM X 68 MM (COMPRIMENTO X DIAMETRO), SEM CABO	UN	17	17,34	20,17	342,89
1.532	00038390	SINAPI	ROLO DE LA DE CARNEIRO 25 MM X 23 CM (ALTURA DA LA X COMPRIMENTO), SEM CABO	UN	18	38,46	44,74	805,26
1.533	00001114	SINAPI	RUFO INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M	6	35,10	40,83	244,97
1.534	00006085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	9	12,45	14,48	130,34
1.535	00013388	SINAPI	SOLDA EM BARRA DE ESTANHO-CHUMBO 50/50	KG	1	214,12	249,06	249,06

1.536	00007186	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 1,83 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	UN	4	49,90	58,04	232,17
1.537	00007194	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	M²	6	23,01	26,77	160,59
1.538	00007343	SINAPI	TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	L	18	38,31	44,56	802,12
1.539	00007356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	18	31,40	36,52	657,44
1.540	00035693	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	36	13,10	15,24	548,57
1.541	00035692	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA	L	36	20,55	23,90	860,54
1.542	00000154	SINAPI	TINTA / REVESTIMENTO A BASE DE RESINA EPOXI COM ALCATRAO, BICOMPONENTE	L	72	81,11	94,35	6.792,99
1.543	00007293	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE DUPLA ACOO GRAFITE FOSCO PARA SUPERFICIES METALICAS FERROSAS	L	36	49,14	57,16	2.057,75
1.544	00043649	SINAPI	TINTA ESMALTE BASE AGUA PREMIUM ACETINADO	L	18	47,39	55,12	992,23
1.545	00011189	SINAPI	VIDRO LISO FUME E = 6MM - SEM COLOCACAO	M²	2	275,00	319,88	639,76
1.546	00021107	SINAPI	VIDRO LISO FUME, E = 5 MM - SEM COLOCACAO	M²	4	197,90	230,20	920,79
1.547	00010490	SINAPI	VIDRO LISO INCOLOR 2 A 3 MM - SEM COLOCACAO	M²	6	120,31	139,94	839,67
1.548	00010492	SINAPI	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	M²	7	137,50	159,94	1.119,58
1.549	00010493	SINAPI	VIDRO LISO INCOLOR 5MM - SEM COLOCACAO	M²	5	160,41	186,59	932,94
1.550	00010491	SINAPI	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO	M²	2	194,79	226,58	453,16
1.551	00034385	SINAPI	VIDRO LISO INCOLOR 8MM - SEM COLOCACAO	M²	6	284,16	330,53	1.983,21
1.552	00010499	SINAPI	VIDRO MARTELADO OU CANELADO, 4 MM - SEM COLOCACAO	M²	6	114,58	133,28	799,68
1.553	00034384	SINAPI	VIDRO PLANO ARAMADO E = 6 MM - SEM COLOCACAO	M²	8	343,75	399,85	3.198,80
1.554	00011185	SINAPI	VIDRO PLANO ARAMADO E = 7MM - SEM COLOCACAO	M²	9	355,20	413,17	3.718,52
1.555	00005031	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR PARA PORTA DE ABRIR, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M²	7	331,00	385,02	2.695,13
1.556	00010502	SINAPI	VIDRO TEMPERADO VERDE E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M²	6	385,69	448,63	2.691,81
1.557	00010501	SINAPI	VIDRO TEMPERADO VERDE E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M²	5	217,90	253,46	1.267,31
1.558	00000183	SINAPI	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI / CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG	7	279,50	325,11	2.275,80
1.559	00040783	SINAPI	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 50 CM	M	22	49,49	57,57	1.266,47
1.560	00001118	SINAPI	CALHA PARA AGUA FURTADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M	11	35,10	40,83	449,11
1.561	00001345	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA (MADEIRITE PLASTIFICADO) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = *17* MM	M²	6	64,43	74,94	449,67
1.562	00003777	SINAPI	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M²	63	1,94	2,26	142,17
1.563	00004013	SINAPI	GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTINUOS 100% POLIESTER, RESITENCIA A TRACAO = 09 KN/M	M²	4	6,27	7,29	29,17
1.564	00004019	SINAPI	GEOTEXTIL NAO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTINUOS 100% POLIESTER, RESITENCIA A TRACAO = 16 KN/M	M²	6	10,49	12,20	73,21
1.565	00004049	SINAPI	MASSA EPOXI BICOMPONENTE (MASSA + CATALISADOR)	L	8	75,87	88,25	706,02
1.566	00013115	SINAPI	CALHA/CANAleta DE CONCRETO SIMPLES, TIPO MEIA CANA, DIAMETRO DE 20 CM, PARA AGUA PLUVIAL	M	14	21,34	24,82	347,52
1.567	00004408	SINAPI	RIPA NAO APARELHADA, *1,5 X 5* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	123	2,47	2,87	353,39
1.568	00004400	SINAPI	CAIBRO NAO APARELHADO, *6 X 8* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	236	20,64	24,01	5.665,99
1.569	00039507	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-113, (1,8 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 3,8 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	m²	123	13,77	16,02	1.970,12

1.570	00007173	SINAPI	TELHA DE BARRO / CERAMICA, NAO ESMALTADA, TIPO COLONIAL, CANAL, PLAN, PAULISTA, COMPRIMENTO DE *44 A 50* CM, RENDIMENTO DE COBERTURA DE *26* TELHAS/M2	MIL	1	1.554,05	1.807,67	1.807,67
1.571	00007213	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,44 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	M²	54	15,60	18,15	979,88
1.572	00011067	SINAPI	TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM)	KG	1	438,65	510,24	510,24
1.573	00007353	SINAPI	RESINA ACRILICA PREMIUM BASE AGUA - COR BRANCA	L	33	34,79	40,47	1.335,44
1.574	00010567	SINAPI	TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	100	8,69	10,11	1.010,82
1.575	00011134	SINAPI	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA Prensada, DE 2200 X 1600 MM, E = 10 MM	M²	23	53,39	62,10	1.428,37
1.576	00012615	SINAPI	ABRACADEIRA PVC, PARA CALHA PLUVIAL, DIAMETRO ENTRE *80 E 100* MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	11	11,90	13,84	152,26
1.577	00025071	SINAPI	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 9 X 19 X 39 CM, FBK 4,5 MPA (NBR 6136)	UN	200	3,56	4,14	828,20
1.578	00036230	SINAPI	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 10 CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 8 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	m²	5	21,50	25,01	125,04
1.579	00038123	SINAPI	SELANTE TIPO VEDA CALHA PARA METAL E FIBROCIMENTO	KG	1	78,71	91,56	91,56
1.580	00040782	SINAPI	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 33 CM	M	1	37,99	44,19	44,19
1.581	00042407	SINAPI	TRELICA NERVURADA (ESPACADOR), ALTURA = 120,0 MM, DIAMETRO DOS BANZOS INFERIORES E SUPERIOR = 6,0 MM, DIAMETRO DA DIAGONAL = 4,2 MM	M	33	5,79	6,73	222,25
1.582	00000135	SINAPI	ARGAMASSA POLIMERICA IMPERMEABILIZANTE SEMIFLEXIVEL, BICOMPONENTE, A BASE DE CIMENTO E ADITIVOS	KG	100	3,67	4,27	426,89
1.583	00003743	SINAPI	LAJE PRE-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGOTAS) PARA PISO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA DE 200 KG/M2, VAO ATE 3,50 M (SEM COLOCACAO)	M²	36	56,53	65,76	2.367,21
1.584	00041679	SINAPI	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *20 X 12/15* CM (H X L1/L2)	UN	12	30,40	35,36	424,34
1.585	00036170	SINAPI	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *20 X 10* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	m²	1	87,20	101,43	101,43
1.586	00038052	SINAPI	TUBO DRENO, CORRUGADO, ESPIRALADO, FLEXIVEL, PERFURADO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), DN 100 MM, (4") PARA DRENAGEM - EM ROLO (NORMA DNIT 093/2006 - E.M)	M	14	11,72	13,63	190,86
1.587	00000123	SINAPI	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS SEM ARMACAO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	72	8,00	9,31	670,00
1.588	00000344	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M)	KG	12	24,97	29,05	348,54
1.589	00043130	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	15	19,00	22,10	331,51
1.590	840	ORSE	Divisória Naval (painel cego), e=35mm, com perfis em aço ou similar	m²	25	100,00	116,32	2.908,00
1.591	3188	ORSE	Divisória Naval (painel com vidro), e=40mm, com perfis em aço ou similar	m²	22	130,00	151,22	3.326,75
1.592	3190	ORSE	Porta para divisória, dim. 820 x 2110 x 35mm, Naval ou similar	Un	5	300,00	348,96	1.744,80
1.593	956	ORSE	Ferrolho ou targeta de fio redondo (aliança ou similar) ref.81098 63mm (2 1/2")	un	2	3,90	4,54	9,07
1.594	1892	ORSE	Primer universal	l	18	39,88	46,39	834,99
1.595	00003093	SINAPI	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	CJ	8	123,90	144,12	1.152,96
1.596	00003099	SINAPI	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	CJ	5	123,90	144,12	720,60
1.597	10423	ORSE	Fechadura tubular Lockwell para divisória chave/botão de girar, ref.41410N, cor preta, ou similar	un	3	129,10	150,17	450,51
1.598	4305	ORSE	Contra fechadura bico de papagaio com abas ref. AL 1511, p/ esquadria de vidro temperado ou similar	un	2	74,42	86,57	173,13
1.599	00003992	SINAPI	TABUA APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1	30,09	35,00	35,00

1.600	00004358	SINAPI	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 65 MM	UN	200	2,25	2,62	523,44
1.601	00011055	SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1 ")	UN	3000	0,08	0,09	279,17
1.602	00004384	SINAPI	PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PEÇA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	1	24,93	29,00	29,00
1.603	00004465	SINAPI	PRANCHA NAO APARELHADA *6 X 25* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	55	42,96	49,97	2.748,41
1.604	00004992	SINAPI	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	1	309,18	359,64	359,64
1.605	00005088	SINAPI	PORTA CADEADO EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 3 1/2"	UN	56	6,66	7,75	433,83
1.606	00005330	SINAPI	DILUENTE EPOXI	L	4	45,54	52,97	211,89
1.607	9959	ORSE	Manta de alumínio, subcobertura de telhado, Freshfoil Premium, da Tégula ou similar	m²	6	24,40	28,38	170,29
1.608	10076	ORSE	Cantoneira para azulejo 1" x 1", boleado	m	11	16,29	18,95	208,43
1.609	10456	ORSE	Manta asfáltica esp=5mm, a base de asfalto modificado c/polímeros tipo APP, estruturada com não-tecido de poliester, Ref:Torodin, Viapol ou similar	m²	1	117,60	136,79	136,79
1.610	10461	ORSE	Manta asfáltica aluminizada esp=3mm, a base de asfalto modificado c/polímeros, estruturada com não-tecido de poliester, Ref:Classic Aluminio, marca Viapolou similar	m²	1	63,61	73,99	73,99
1.611	00034753	SINAPI	CIMENTO PORTLAND POZOLANICO CP IV-32	KG	1000	0,62	0,72	721,18
1.612	00037590	SINAPI	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO	UN	1	16,86	19,61	19,61
1.613	00038124	SINAPI	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	25	30,03	34,93	873,27
1.614	00020080	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	1	24,11	28,04	28,04
1.615	00000296	SINAPI	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (NBR 5688)	UN	1000	1,70	1,98	1.977,44
1.616	00000297	SINAPI	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM (NBR 5688)	UN	600	2,50	2,91	1.744,80
1.617	00000301	SINAPI	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM (NBR 5688)	UN	500	3,01	3,50	1.750,62
1.618	00006140	SINAPI	BOLSA DE LIGACAO EM PVC FLEXIVEL PARA VASO SANITARIO 40 MM (1 1/2")	UN	100	3,74	4,35	435,04
1.619	00001962	SINAPI	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 110 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1	197,16	229,34	229,34
1.620	00001956	SINAPI	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	200	3,20	3,72	744,45
1.621	00001957	SINAPI	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	100	6,93	8,06	806,10
1.622	00001958	SINAPI	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	100	12,91	15,02	1.501,69
1.623	00001959	SINAPI	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	120	14,01	16,30	1.955,57
1.624	00001925	SINAPI	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	62	36,61	42,58	2.640,25
1.625	00001966	SINAPI	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	55	22,17	25,79	1.418,35
1.626	00038423	SINAPI	CURVA DE PVC, 90 GRAUS, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	56	33,72	39,22	2.196,49
1.627	00039868	SINAPI	CURVA DE TRANSPOSICAO BRONZE/LATAO SEM ANEL DE SOLDA, BOLSA X BOLSA, 28 MM	UN	6	128,05	148,95	893,69
1.628	00001933	SINAPI	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	100	4,78	5,56	556,01
1.629	00011683	SINAPI	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2" X 30 CM	UN	13	33,33	38,77	504,00
1.630	00003539	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	31,09	36,16	542,46
1.631	00020147	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	112	5,75	6,69	749,10
1.632	00003499	SINAPI	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 20 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	220	1,21	1,41	309,64

1.633	00003542	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 20 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	860	0,64	0,74	640,23
1.634	00003528	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	27	8,69	10,11	272,92
1.635	00037951	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	300	2,34	2,72	816,57
1.636	00003518	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	350	3,60	4,19	1.465,63
1.637	00003526	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	120	2,91	3,38	406,19
1.638	00003516	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	160	2,22	2,58	413,17
1.639	00003520	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	60	7,90	9,19	551,36
1.640	00036359	SINAPI	JOELHO PPR, 90 GRAUS, SOLDAVEL, F/F, DN 20 MM, PARA AGUA QUENTE PREDIAL	UN	400	2,09	2,43	972,44
1.641	00038987	SINAPI	JOELHO PPR 45 GRAUS, SOLDAVEL, F/F, DN 40 MM, PARA AGUA QUENTE E FRIA PREDIAL	UN	24	15,61	18,16	435,78
1.642	00020269	SINAPI	LAVATORIO / CUBA DE EMBUTIR, OVAL, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *50 X 35* CM (L X C)	UN	28	95,18	110,71	3.099,97
1.643	00010427	SINAPI	LAVATORIO / CUBA DE SOBREPOR, RETANGULAR, DE LOUCA BRANCA, COM LADRAO, DIMENSOES *52 X 45* CM (L X C)	UN	10	471,11	548,00	5.479,95
1.644	00036794	SINAPI	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, DIMENSOES *44 X 35* CM (L X C)	UN	10	161,23	187,54	1.875,43
1.645	00003893	SINAPI	LUVA DE CORRER, PVC, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	33	17,54	20,40	673,28
1.646	00003895	SINAPI	LUVA DE CORRER, PVC, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	25	11,88	13,82	345,47
1.647	00020169	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	28	11,24	13,07	366,08
1.648	00003897	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 40 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	300	1,52	1,77	530,42
1.649	00003860	SINAPI	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	100	4,84	5,63	562,99
1.650	00003905	SINAPI	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 40 MM X 1 1/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	300	11,09	12,90	3.869,97
1.651	00003871	SINAPI	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	200	19,62	22,82	4.564,40
1.652	00037975	SINAPI	LUVA CPVC, SOLDAVEL, 28 MM, PARA AGUA QUENTE PREDIAL	UN	32	5,42	6,30	201,75
1.653	00003848	SINAPI	LUVA DE CORRER, PVC, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	35	10,70	12,45	435,62
1.654	00020167	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	36	4,68	5,44	195,98
1.655	00020168	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	42	9,63	11,20	470,47
1.656	00020170	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	56	12,91	15,02	840,95
1.657	00004823	SINAPI	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	56	38,35	44,61	2.498,09
1.658	00010432	SINAPI	MICTORIO INDIVIDUAL, SIFONADO, DE LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS	UN	10	352,24	409,73	4.097,26
1.659	00044020	SINAPI	MICTORIO INDIVIDUAL, SIFONADO, VALVULA EMBUTIDA, DE LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS - PADRAO ALTO	UN	5	869,01	1.010,83	5.054,16
1.660	00006013	SINAPI	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1"	UN	20	114,82	133,56	2.671,17
1.661	00006015	SINAPI	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/2"	UN	25	166,98	194,23	4.855,78
1.662	00006014	SINAPI	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/4"	UN	8	159,64	185,69	1.485,55
1.663	00006005	SINAPI	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4"	UN	5	93,80	109,11	545,54
1.664	00011757	SINAPI	SABONETEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO	UN	22	33,17	38,58	848,83
1.665	00038637	SINAPI	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 1.1/2"	UN	5	182,70	212,52	1.062,58
1.666	00006150	SINAPI	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 2"	UN	4	184,93	215,11	860,44
1.667	00006136	SINAPI	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2"	UN	3	145,37	169,09	507,28
1.668	00038638	SINAPI	SIFAO EM METAL CROMADO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2"	UN	2	153,95	179,07	358,15
1.669	00020262	SINAPI	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	50	15,47	17,99	899,74

1.670	00006145	SINAPI	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA AMERICANA 1.1/2 X 1.1/2"	UN	50	17,10	19,89	994,54
1.671	00006146	SINAPI	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2"	UN	50	16,24	18,89	944,52
1.672	00039961	SINAPI	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	30	25,35	29,49	884,61
1.673	00007141	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	33	9,91	11,53	380,40
1.674	00007143	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	35	33,24	38,66	1.353,27
1.675	00007145	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	12	83,86	97,55	1.170,55
1.676	00007142	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	11	10,36	12,05	132,56
1.677	00020065	SINAPI	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	14	37,04	43,08	603,19
1.678	00009841	SINAPI	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAL (NBR 5688)	M	22	26,68	31,03	682,75
1.679	00009840	SINAPI	TUBO PVC, SERIE R, DN 150 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAL (NBR 5688)	M	23	56,37	65,57	1.508,10
1.680	00009870	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 110 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	34	98,39	114,45	3.891,21
1.681	00009874	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	60	15,11	17,58	1.054,56
1.682	00009875	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	200	16,58	19,29	3.857,17
1.683	00009873	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	100	27,27	31,72	3.172,05
1.684	00009872	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	8	62,87	73,13	585,04
1.685	00010228	SINAPI	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2" E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	2	360,00	418,75	837,50
1.686	00011781	SINAPI	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/4" E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	3	291,64	339,24	1.017,71
1.687	00037588	SINAPI	VALVULA DE ESCOAMENTO PARA TANQUE, EM METAL CROMADO, 1.1/2 ", SEM LADRAO, COM TAMPAO PLASTICO	UN	10	45,73	53,19	531,93
1.688	00006138	SINAPI	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	UN	100	15,70	18,26	1.826,22
1.689	00000812	SINAPI	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 40 X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	200	2,26	2,63	525,77
1.690	00000820	SINAPI	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 50 X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	200	6,13	7,13	1.426,08
1.691	00001185	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	230	1,34	1,56	358,50
1.692	00001189	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	220	2,19	2,55	560,43
1.693	00001191	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	152	1,34	1,56	236,92
1.694	00001193	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	352	4,22	4,91	1.727,86
1.695	00001194	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	236	7,62	8,86	2.091,81
1.696	00001200	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	368	9,18	10,68	3.929,57
1.697	00007109	SINAPI	TE PVC, SOLDAVEL, COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	200	2,72	3,16	632,78
1.698	00007135	SINAPI	TE PVC, SOLDAVEL, COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	56	5,58	6,49	363,48
1.699	00009894	SINAPI	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	9	27,79	32,33	290,93
1.700	00009895	SINAPI	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	200	14,45	16,81	3.361,65
1.701	00009897	SINAPI	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	23	29,67	34,51	793,78
1.702	00009905	SINAPI	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	35	7,12	8,28	289,87
1.703	00009906	SINAPI	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	11	8,58	9,98	109,78
1.704	00012909	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	100	4,26	4,96	495,52
1.705	00012910	SINAPI	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	100	7,65	8,90	889,85
1.706	00011708	SINAPI	RALO FOFO SEMIESFERICO, 100 MM, PARA LAJES/ CALHAS	UN	50	18,33	21,32	1.066,07
1.707	00037949	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	300	2,11	2,45	736,31

1.708	00000096	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D'AGUA	UN	200	13,23	15,39	3.077,83
1.709	00037997	SINAPI	ADAPTADOR CPVC, SOLDAVEL, 15 MM, PARA AGUA QUENTE	UN	200	17,28	20,10	4.020,02
1.710	00001370	SINAPI	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2"	UN	10	105,42	122,62	1.226,25
1.711	4325	ORSE	Assento para vaso sanitário, almofadado, TPK, ASTRA ou similar	un	2	98,89	115,03	230,06
1.712	00006024	SINAPI	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4"	UN	12	88,47	102,91	1.234,90
1.713	00007116	SINAPI	TE PVC SOLDAVEL, BBB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO SECUNDARIO PREDIAL	UN	230	3,50	4,07	936,38
1.714	00007138	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	320	1,14	1,33	424,34
1.715	8412	ORSE	Bucha redução ferro galvanizado d=4 x 21/2"	un	3	114,36	133,02	399,07
1.716	00010232	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 2", PARA FUNDO DE POCO	UN	2	231,22	268,96	537,91
1.717	00010420	SINAPI	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFAO APARENTE, SAIDA VERTICAL (SEM ASSENTO)	UN	5	202,31	235,33	1.176,63
1.718	00036520	SINAPI	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD, SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	2	636,47	740,34	1.480,68
1.719	00011714	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X *185* X 75 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA	UN	5	93,46	108,71	543,56
1.720	00011741	SINAPI	RALO SIFONADO CILINDRICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN	20	16,36	19,03	380,60
1.721	00011752	SINAPI	REGISTRO PRESSAO BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1/2"	UN	10	25,83	30,05	300,45
1.722	10053	ORSE	Torneira de mesa com fechamento automático, ref.1173, linha Decamatic Eco, DECA ou similar	un	22	252,74	293,99	6.467,72
1.723	4988	ORSE	Torneira (bica) alta segurança (anti-vandalismo), passante 200-300mm, ref: 00359106, Docol ou similar	un	11	460,39	535,53	5.890,78
1.724	00011767	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 2", AGUA FRIA, COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	3	343,22	399,23	1.197,70
1.725	00011772	SINAPI	TORNEIRA METALICA CROMADA, DE MESA/BANCADA, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2" OU 3/4"	UN	8	122,30	142,26	1.138,07
1.726	00011773	SINAPI	TORNEIRA METALICA CROMADA DE PAREDE, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2" OU 3/4"	UN	8	121,92	141,82	1.134,54
1.727	00011871	SINAPI	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIESTER REFORCADO COM FIBRA DE VIDRO, 500 LITROS, COM TAMPA	UN	2	516,01	600,22	1.200,45
1.728	00012613	SINAPI	TUBO DE DESCARGA, TIPO BENGALA, PARA LIGACAO CAIXA DE DESCARGA - EMBUTIR, PVC, 40 MM X 150 CM	UN	50	27,43	31,91	1.595,33
1.729	13303	ORSE	Caixa de descarga acoplada com acionamento duo, ref.: CD.21F.17, da Deca ou similar	un	6	279,90	325,58	1.953,48
1.730	00000408	SINAPI	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM	UN	200	0,99	1,15	230,31
1.731	00000400	SINAPI	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	350	1,86	2,16	757,24
1.732	00000417	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE DISTRIBUICAO, EM ACO GALVANIZADO, PARA CABO DE ALUMINIO DIAMETRO 16 A 25 MM	UN	100	6,25	7,27	727,00
1.733	00011273	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE DISTRIBUICAO, EM ACO GALVANIZADO, PARA CONDUTORES DE ALUMINIO AWG 1/0 (CAA 6/1 OU CA 7 FIOS)	UN	22	19,40	22,57	496,45
1.734	00011272	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE DISTRIBUICAO, EM ACO GALVANIZADO, PARA CONDUTORES DE ALUMINIO AWG 2 (CAA 6/1 OU CA 7 FIOS)	UN	33	11,71	13,62	449,50
1.735	00011275	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE SERVICO, EM ACO GALVANIZADO, PARA CONDUTORES DE ALUMINIO AWG 4 (CAA 6/1)	UN	230	4,70	5,47	1.257,42
1.736	00011274	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE SERVICO, EM ACO GALVANIZADO, PARA CONDUTORES DE ALUMINIO AWG 6 (CAA 6/1)	UN	100	3,58	4,16	416,43
1.737	00001021	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	323	5,32	6,19	1.998,80
1.738	00034602	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	200	5,39	6,27	1.253,93
1.739	00034609	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M	100	19,20	22,33	2.233,34
1.740	00034618	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	100	7,34	8,54	853,79
1.741	00034622	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M	100	27,04	31,45	3.145,29

1.742	00034624	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	100	9,81	11,41	1.141,10
1.743	00034629	SINAPI	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M	50	36,12	42,01	2.100,74
1.744	00039261	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 10 MM2	M	100	42,09	48,96	4.895,91
1.745	00039268	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 120 MM2	M	10	657,86	765,22	7.652,23
1.746	00039262	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 16 MM2	M	100	67,02	77,96	7.795,77
1.747	00039263	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 25 MM2	M	50	115,89	134,80	6.740,16
1.748	00039264	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 35 MM2	M	50	160,54	186,74	9.337,01
1.749	00039259	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 4 MM2	M	300	17,06	19,84	5.953,26
1.750	00039265	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 50 MM2	M	50	217,96	253,53	12.676,55
1.751	00039266	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 70 MM2	M	50	328,90	382,58	19.128,82
1.752	00039267	SINAPI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 95 MM2	M	50	411,21	478,32	23.915,97
1.753	00039232	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 25 MM2	M	100	29,75	34,61	3.460,52
1.754	492	ORSE	Canaleta plastica 20 x 10mm, com divisória (ref.308 01, Pial Legrand ou similar)	m	300	3,85	4,48	1.343,50
1.755	3010	ORSE	Canaleta plástica 25 x 25mm, Linha Dexson, Schneider ou similar	m	300	9,50	11,05	3.315,12
1.756	00000589	SINAPI	CANTONEIRA EM ALUMINIO, ABAS IGUAIS, LARGURA DE 50,80 MM (2"), ESPESSURA DE 6,35 MM (1/4") E PESO LINEAR DE APROXIMADAMENTE 1,630 KG/M	M	30	61,21	71,20	2.135,98
1.757	00001872	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	400	2,99	3,48	1.391,19
1.758	00039812	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM ELETRICA DE PAREDE, DE EMBUTIR, EM PVC, COM TAMPA APARAFUSADA, DIMENSOES 200 X 200 X *90* MM	UN	20	134,98	157,01	3.140,17
1.759	00002580	SINAPI	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO X, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	100	16,08	18,70	1.870,43
1.760	00002559	SINAPI	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	100	12,62	14,68	1.467,96
1.761	00012010	SINAPI	CONDULETE EM PVC, TIPO "B", SEM TAMPA, DE 1/2" OU 3/4"	UN	200	12,56	14,61	2.921,96
1.762	00012016	SINAPI	CONDULETE EM PVC, TIPO "LB", SEM TAMPA, DE 1/2" OU 3/4"	UN	152	13,84	16,10	2.447,00
1.763	00001602	SINAPI	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 1 1/2", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 37 A 40 MM	UN	50	50,96	59,28	2.963,83
1.764	00001601	SINAPI	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 1 1/4", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 31 A 34 MM	UN	65	45,41	52,82	3.433,36
1.765	00001600	SINAPI	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 1", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 22,5 A 25 MM	UN	200	19,84	23,08	4.615,58
1.766	00001598	SINAPI	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 1/2", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 12,5 A 15 MM	UN	200	13,44	15,63	3.126,68
1.767	00001603	SINAPI	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 2", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 47,5 A 50 MM	UN	12	76,94	89,50	1.073,96
1.768	00001599	SINAPI	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 3/4", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 17,5 A 20 MM	UN	100	15,59	18,13	1.813,43
1.769	00001597	SINAPI	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 3/8", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 9 A 10 MM	UN	100	12,63	14,69	1.469,12
1.770	00011821	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2	UN	123	10,38	12,07	1.485,10
1.771	00001562	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2	UN	152	17,00	19,77	3.005,71

1.772	00011857	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 120 MM2	UN	78	35,79	41,63	3.247,21
1.773	00011858	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 150 MM2	UN	36	44,42	51,67	1.860,10
1.774	00001539	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 16 MM2	UN	100	7,99	9,29	929,40
1.775	00011859	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 185 MM2	UN	11	60,43	70,29	773,21
1.776	00001550	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 25 MM2	UN	100	8,43	9,81	980,58
1.777	00011854	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 35 MM2	UN	122	10,53	12,25	1.494,32
1.778	00011862	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 50 MM2	UN	124	14,78	17,19	2.131,82
1.779	00011863	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 6 MM2	UN	256	5,96	6,93	1.774,76
1.780	00011855	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 70 MM2	UN	124	22,06	25,66	3.181,86
1.781	00011864	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UN	100	33,35	38,79	3.879,27
1.782	00002527	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	452	8,02	9,33	4.216,65
1.783	00002526	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1 1/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	100	5,14	5,98	597,88
1.784	00002483	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	235	3,66	4,26	1.000,47
1.785	00002487	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	100	1,75	2,04	203,56
1.786	00002528	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 2 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	200	20,17	23,46	4.692,35
1.787	00002489	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	352	8,88	10,33	3.635,88
1.788	00002484	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 3", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	200	29,30	34,08	6.816,35
1.789	00002488	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 3/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	356	2,05	2,38	848,90
1.790	00002485	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	50	45,93	53,43	2.671,29
1.791	00039445	SINAPI	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC	UN	8	202,11	235,09	1.880,75
1.792	00039446	SINAPI	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 40 A, TIPO AC	UN	7	205,70	239,27	1.674,89
1.793	00002688	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	1000	3,25	3,78	3.780,40
1.794	00002683	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 4 ", SEM LUVA	M	56	66,67	77,55	4.342,83
1.795	00039243	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 20 MM, PARA LAJES E PISOS	M	1000	3,67	4,27	4.268,94
1.796	00039244	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 25 MM, PARA LAJES E PISOS	M	500	4,96	5,77	2.884,74
1.797	00000938	SINAPI	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	1200	2,01	2,34	2.805,64
1.798	00000937	SINAPI	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	800	11,75	13,67	10.934,08
1.799	00000939	SINAPI	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	1300	3,26	3,79	4.929,64
1.800	00000944	SINAPI	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	900	5,15	5,99	5.391,43
1.801	00000940	SINAPI	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	600	7,43	8,64	5.185,55
1.802	00038114	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES 10 A, 250 V (APENAS MODULO)	UN	100	23,89	27,79	2.778,88
1.803	00038115	SINAPI	INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10 A, 250 V (APENAS MODULO)	UN	100	25,51	29,67	2.967,32
1.804	00038065	SINAPI	INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	100	37,90	44,09	4.408,53

1.805	00038113	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	200	12,01	13,97	2.794,01
1.806	00038063	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	256	12,89	14,99	3.838,37
1.807	00038069	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES + INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	100	21,00	24,43	2.442,72
1.808	00038080	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES + INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	100	38,40	44,67	4.466,69
1.809	00038077	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	200	20,52	23,87	4.773,77
1.810	00038112	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	350	9,22	10,72	3.753,65
1.811	00038062	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	350	9,46	11,00	3.851,36
1.812	00012128	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	200	12,65	14,71	2.942,90
1.813	00038081	SINAPI	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	100	32,57	37,89	3.788,54
1.814	00038070	SINAPI	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	256	22,44	26,10	6.682,17
1.815	00038074	SINAPI	INTERRUPTORES PARALELOS (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	154	34,12	39,69	6.112,01
1.816	00038079	SINAPI	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	178	29,29	34,07	6.064,48
1.817	00038068	SINAPI	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	177	19,43	22,60	4.000,37
1.818	1307	ORSE	Lâmpada mista 160 w x 220 v	un	300	23,50	27,34	8.200,56
1.819	1308	ORSE	Lâmpada mista 250 w x 127 v	un	200	41,35	48,10	9.619,66
1.820	1309	ORSE	Lâmpada mista 500 w x 127 v	un	100	61,50	71,54	7.153,68
1.821	00039381	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U/3U BRANCA 9/10 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	356	17,67	20,55	7.317,13
1.822	00039377	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA BRANCA 135 W, BASE E40 (127/220 V)	UN	10	254,45	295,98	2.959,76
1.823	00003753	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T10, DE 20 OU 40 W, BIVOLT	UN	347	11,56	13,45	4.665,97
1.824	00038778	SINAPI	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 16/18 W, BIVOLT	UN	422	11,30	13,14	5.546,84
1.825	12924	ORSE	Lâmpada PAR 30 Led 15w bivolt branca	un	254	67,55	78,57	19.957,84
1.826	13286	ORSE	Lâmpada led 15w de potência, luz branca Autovolt, marca Glight ou similar	un	256	22,99	26,74	6.845,94
1.827	13285	ORSE	Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar	un	134	31,65	36,82	4.933,25
1.828	00003798	SINAPI	LUMINARIA ABERTA P/ ILUMINACAO PUBLICA, TIPO X-57 PETERCO OU EQUIV	UN	55	83,57	97,21	5.346,47
1.829	00038769	SINAPI	LUMINARIA ARANDELA TIPO MEIA-LUA COM VIDRO FOSCO *30 X 15* CM, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	23	65,27	75,92	1.746,21
1.830	00039510	SINAPI	LUMINARIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 14 W COM REFLETOR E ALETAS EM ALUMINIO, COMPLETA (INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	7	158,97	184,91	1.294,40
1.831	00038776	SINAPI	LUMINARIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE ACO PARA 4 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 14 W *60 X 60 CM* ALETADA (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	8	168,72	196,26	1.570,04
1.832	00038889	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO COM ALETAS PLASTICAS, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	124	50,02	58,18	7.214,72
1.833	00038784	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO COM ALETAS PLASTICAS, PARA 2 LAMPADAS, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADAS)	UN	156	66,92	77,84	12.143,25

1.834	00003788	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE *18* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADA E REATOR INCLUSOS)	UN	165	41,97	48,82	8.055,22
1.835	00012230	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE *18* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADA)	UN	178	10,79	12,55	2.234,07
1.836	00003780	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE *36* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADA E REATOR INCLUSOS)	UN	22	102,90	119,69	2.633,25
1.837	00012231	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE *36* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADA)	UN	256	17,95	20,88	5.345,14
1.838	00003811	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *18* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADAS E REATOR INCLUSOS)	UN	100	58,17	67,66	6.766,33
1.839	00012232	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *18* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	100	18,81	21,88	2.187,98
1.840	00003799	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADAS E REATOR INCLUSOS)	UN	50	82,27	95,70	4.784,82
1.841	00012239	SINAPI	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	50	24,62	28,64	1.431,90
1.842	00039389	SINAPI	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 10 W	UN	300	11,71	13,62	4.086,32
1.843	00003803	SINAPI	LUMINARIA PLAFON REDONDO COM VIDRO FOSCO DIAMETRO *25* CM, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	50	61,89	71,99	3.599,52
1.844	00038770	SINAPI	LUMINARIA PLAFON REDONDO COM VIDRO FOSCO DIAMETRO *30* CM, PARA 2 LAMPADAS, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADAS)	UN	100	71,66	83,35	8.335,49
1.845	00012266	SINAPI	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	52	107,48	125,02	6.501,08
1.846	00039378	SINAPI	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 2 LAMPADAS, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	57	76,20	88,64	5.052,24
1.847	00038775	SINAPI	LUMINARIA TIPO TARTARUGA PARA AREA EXTERNA EM ALUMINIO, COM GRADE, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	62	80,79	93,97	5.826,45
1.848	00001088	SINAPI	REATOR ELETROICO BIVOLT PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE 18/20 W	UN	62	17,27	20,09	1.245,48
1.849	00001087	SINAPI	REATOR ELETROICO BIVOLT PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE 36/40 W	UN	56	21,57	25,09	1.405,05
1.850	00038777	SINAPI	REATOR ELETROICO BIVOLT PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 14 W	UN	62	42,96	49,97	3.098,21
1.851	00039374	SINAPI	REATOR INTERNO/INTEGRADO PARA LAMPADA VAPOR METALICO 400 W, ALTO FATOR DE POTENCIA	UN	14	268,72	312,58	4.376,05
1.852	00012316	SINAPI	REATOR P/ 1 LAMPADA VAPOR DE MERCURIO 125W USO EXT	UN	36	78,54	91,36	3.288,88
1.853	00012317	SINAPI	REATOR P/ 1 LAMPADA VAPOR DE MERCURIO 250W USO EXT	UN	30	93,65	108,93	3.268,01
1.854	00012318	SINAPI	REATOR P/ 1 LAMPADA VAPOR DE MERCURIO 400W USO EXT	UN	36	107,89	125,50	4.517,92
1.855	00001082	SINAPI	REATOR P/ 1 LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W USO EXTERNO	UN	39	147,33	171,37	6.683,60
1.856	00038075	SINAPI	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	354	21,36	24,85	8.795,47
1.857	9100	ORSE	Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 20A, sistema X	un	389	11,00	12,80	4.977,33
1.858	00038083	SINAPI	TOMADA RJ45, 8 FIOS, CAT 5E, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	158	47,96	55,79	8.814,36
1.859	00038104	SINAPI	TOMADA RJ45, 8 FIOS, CAT 5E (APENAS MODULO)	UN	169	43,20	50,25	8.492,29
1.860	13685	ORSE	Luminária PaineL Led embutir 18w quadrada, 6000k da G-light ou similar	un	103	35,90	41,76	4.301,16
1.861	14017	ORSE	Quadro de comando para 2 bombas 7,5 cv, trifásica, 220 volts, com chave seletora, acionamento manual/automático, relé de sobrecarga e contatora	un	3	2.232,84	2.597,24	7.791,72
1.862	485	ORSE	Caixa de passagem 30x30cm, em chapa de aço galvanizado p/eletrica	un	9	92,00	107,01	963,13
1.863	589	ORSE	Chave liga-desliga 3x30a	un	7	78,00	90,73	635,11

1.864	858	ORSE	Eletrocalha metálica perfurada 75 x 50 x 3000 mm (ref. vl 3.01 75/50 ge valemam ou similar)	un	100	62,94	73,21	7.321,18
1.865	00000867	SINAPI	CABO DE COBRE NU 50 MM2 MEIO-DURO	M	87	68,78	80,00	6.960,43
1.866	00000979	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16 MM2	M	74	19,00	22,10	1.635,46
1.867	00000993	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	1300	2,48	2,88	3.750,16
1.868	00001563	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 70 MM2	UN	100	22,81	26,53	2.653,26
1.869	00001878	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 4", PARA ELETRODUTO	UN	100	59,82	69,58	6.958,26
1.870	00001879	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	100	3,46	4,02	402,47
1.871	00001884	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	50	5,25	6,11	305,34
1.872	00012034	SINAPI	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	50	5,94	6,91	345,47
1.873	00001891	SINAPI	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	500	1,50	1,74	872,40
1.874	00001895	SINAPI	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 4", PARA ELETRODUTO	UN	100	34,00	39,55	3.954,88
1.875	00002556	SINAPI	CAIXA DE LUZ "4 X 2" EM ACO ESMALTADA	UN	780	1,61	1,87	1.460,75
1.876	00002617	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 25 MM (1"), ESPESSURA DE 1,50 MM	UN	500	6,64	7,72	3.861,82
1.877	3299	ORSE	Lâmpada vapor metálico, azul, de 400W	un	211	54,95	63,92	13.486,66
1.878	00007543	SINAPI	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UN	556	6,74	7,84	4.359,02
1.879	00039352	SINAPI	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, PARA TOMADA HEXAGONAL	UN	478	4,16	4,84	2.313,00
1.880	00038094	SINAPI	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	452	3,91	4,55	2.055,75
1.881	00038099	SINAPI	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	UN	852	2,03	2,36	2.011,82
1.882	9329	ORSE	Conector de medição em bronze c/4 parafusos p/cabos de cobre 16-70mm² ref.TEL-560 (pára-raio)	un	89	46,50	54,09	4.813,90
1.883	9427	ORSE	Reator para lâmpada vapor metálico, com ignitor, Helfort/Philips ou similar, 1 x 400w, 220v, AFP, uso interno, p/ lâmpada Osram REREAT01175 ou similar	un	52	159,20	185,18	9.629,43
1.884	9707	ORSE	Fixador tipo Ômega em cobre, l=15mm, c/furos d=5,5mm e trava p/cabo de 35mm²,ref:TEL-833 ou similar (p/SPDA)	un	200	2,00	2,33	465,28
1.885	10802	ORSE	Soquete ou bocal de louça E40	un	200	7,19	8,36	1.672,68
1.886	00012296	SINAPI	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, FIXO DE TETO, PARA LAMPADAS	UN	256	3,27	3,80	973,74
1.887	00012294	SINAPI	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, PARA USO AO TEMPO, PARA LAMPADAS	UN	365	7,85	9,13	3.332,86
1.888	00034714	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 63 A	UN	52	110,10	128,07	6.659,55
1.889	00039392	SINAPI	SENSOR DE PRESENCA BIVOLT DE PAREDE COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN	52	78,33	91,11	4.737,90
1.890	00012898	SINAPI	MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KG/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, CONEXAO DE 1/2"	UN	22	212,00	246,60	5.425,16
1.891	00007700	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 3/4", E = *2,65* MM, PESO *1,58* KG/M (NBR 5580)	M	100	24,40	28,38	2.838,21
1.892	00007693	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 4", E = 4,50* MM, PESO 12,10* KG/M (NBR 5580)	M	100	175,92	204,63	20.463,01
1.893	00039660	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/2 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	100	70,92	82,49	8.249,41
1.894	00039662	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	256	33,99	39,54	10.121,52

1.895	00039661	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/16 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	321	23,18	26,96	8.655,12
1.896	00039666	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	100	106,69	124,10	12.410,18
1.897	00039664	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	100	52,29	60,82	6.082,37
1.898	00039663	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/16 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	100	41,80	48,62	4.862,18
1.899	00039665	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	100	88,22	102,62	10.261,75
1.900	00000410	SINAPI	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 150 X *3,6* MM	UN	3000	0,15	0,17	523,44
1.901	00000411	SINAPI	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM	UN	4000	0,20	0,23	930,56
1.902	00004777	SINAPI	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	KG	352	8,02	9,33	3.283,76
1.903	00000013	SINAPI	ESTOPA	KG	200	15,49	18,02	3.603,59
1.904	00003143	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 25 M (L X C)	UN	200	8,87	10,32	2.063,52
1.905	00003908	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	UN	50	6,76	7,86	393,16
1.906	00012410	SINAPI	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4" X 1/2"	UN	50	15,05	17,51	875,31
1.907	00004177	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	UN	100	6,30	7,33	732,82
1.908	00004331	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 2 1/4"	UN	500	4,54	5,28	2.640,46
1.909	00004330	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 5/16"	UN	5000	0,16	0,19	930,56
1.910	00007161	SINAPI	TELA EM METAL PARA ESTUQUE (DEPLOYE)	M²	600	4,91	5,71	3.426,79
1.911	00004030	SINAPI	VEU DE POLIESTER PARA IMPERMEABILIZACAO	M²	552	6,50	7,56	4.173,56
1.912	00000002	SINAPI	OXIGENIO, RECARGA PARA CILINDRO DE CONJUNTO OXICORTE GRANDE	M³	342	22,90	26,64	9.109,95
1.913	00039914	SINAPI	SOLDA EM VARETA FOSCOPE, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	KG	50	441,09	513,08	25.653,79
1.914	00004229	SINAPI	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE LITIO, DE MULTIPLAS APLICACOES E CONTENDO ADITIVOS DE EXTREMA PRESSAO (GRAU DE VISCOSIDADE NLGI 2)	KG	50	48,34	56,23	2.811,45
1.915	00004227	SINAPI	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC)	L	200	30,26	35,20	7.039,69
1.916	00010886	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A	UN	30	201,25	234,09	7.022,82
1.917	00010888	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE GAS CARBONICO CO2 DE 4 KG, CLASSE BC	UN	32	636,92	740,87	23.707,69
1.918	00010889	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE GAS CARBONICO CO2 DE 6 KG, CLASSE BC	UN	37	690,00	802,61	29.696,50
1.919	00010890	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) DE 12 KG, CLASSE BC	UN	35	318,46	370,43	12.965,14
1.920	00010891	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) DE 4 KG, CLASSE BC	UN	22	194,61	226,37	4.980,15
1.921	00010892	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) DE 6 KG, CLASSE BC	UN	36	230,00	267,54	9.631,30
1.922	00020977	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) DE 8 KG, CLASSE BC	UN	28	274,23	318,98	8.931,56
1.923	00038072	SINAPI	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + 1 INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	152	28,15	32,74	4.977,10

Tipo de Licitação

Abertura da Licitação

Número do Processo Licitatório08204.003981/2024-48

Total sem BDI

Total do BDI

Total Geral

1.561.771,65

254.881,13

1.816.652,78



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, Engenheiro (a), em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695377&crc=91EE3E9B.

Código verificador: **61695377** e Código CRC: **91EE3E9B**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 07 – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

PRAZO DE ATENDIMENTO E EXECUÇÃO DAS ORDENS DE SERVIÇO (OS) INDICADOR Nº 01 – OS com prioridade I (Alta Criticidade)	
Finalidade	Atender OS que comprometem ou colocam em risco iminente a segurança das pessoas e/ou a disponibilidade dos serviços da Unidade. Exemplo: OS que impedem totalmente o funcionamento da PF ou que potencializam impedimento total, e qualquer demanda de local de processamento de dados.
Meta a cumprir	Iniciar o atendimento imediatamente e finalizar a execução em 2 horas.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. $(N^{\circ} \text{ de horas no atendimento} + \text{execução}) / 2h = X$
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS Acima de 2 – 70% do valor da OS

INDICADOR Nº 02 – OS com prioridade II (Média Criticidade)	
Finalidade	Atender OS podem vir a comprometer a segurança das pessoas e/ou a disponibilidade dos serviços da Unidade. Exemplo: OS que comprometem parcialmente o funcionamento da PF, e que poderão vir a agravar em um curto espaço de tempo.
Meta a cumprir	Iniciar o atendimento imediatamente e finalizar a execução em 4 horas.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. $(N^{\circ} \text{ de horas no atendimento} + \text{execução}) / 4h = X$
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS Acima de 2 – 70% do valor da OS

INDICADOR Nº 03 – OS com prioridade III (Baixa Criticidade)	
Finalidade	Atender OS que comprometem o conforto dos usuários e/ou prejudicam a imagem do órgão, sem possibilidade de vir a comprometer a segurança das pessoas ou a disponibilidade dos serviços da Unidade. Exemplo: OS que não comprometem o funcionamento, porém incomodam empregados e clientes ou ainda prejudicam os trabalhos da PF.
Meta a cumprir	Iniciar o atendimento em no máximo 1 hora e finalizar a execução em no máximo 1 dia.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.

INDICADOR Nº 03 – OS com prioridade III (Baixa Criticidade)	
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. $(N^{\circ} \text{ de horas no atendimento} + \text{execução}) / 25h = X$
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS Acima de 2 – 70% do valor da OS

INDICADOR Nº 04 – OS com prioridade IV (Procedimento com Prazo Negociado, sem Criticidade)	
Finalidade	Atender OS que resultariam em um impacto isolado e restrito às instalações, sem possibilidade de vir a comprometer a segurança das pessoas, a disponibilidade dos serviços, o conforto ou prejudicar a imagem da PF. Exemplo: OS que poderão ser atendidas num prazo mais elástico, sem comprometer ou prejudicar o funcionamento da PF em curto prazo.
Meta a cumprir	Iniciar o atendimento em no máximo 2 horas e finalizar a execução em no máximo 2 dias.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. $(N^{\circ} \text{ de horas no atendimento} + \text{execução}) / 50h = X$
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS Acima de 2 – 70% do valor da OS

INDICADOR Nº 05 – Procedimentos com prioridade V (Procedimentos programados e de rotina)	
Finalidade	Realizar nas datas previstas os procedimentos de rotina e de manutenção programada.
Meta a cumprir	Iniciar e finalizar as rotinas de manutenção nas datas previstas, conforme cronograma de manutenção.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada rotina será verificada e valorada individualmente. $N^{\circ} \text{ de dias de atraso} = X$
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS Acima de 2 – 70% do valor da OS

INDICADOR Nº 06 – Procedimentos com prioridade VI (Criticidade não relevante)	
Finalidade	Atender OS não especificadas, que poderão ter sua execução negociada/programada de acordo com o caso.
Meta a cumprir	Iniciar e finalizar as OS dentro do prazo negociado/programado.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.

INDICADOR Nº 06 – Procedimentos com prioridade VI (Criticidade não relevante)	
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada rotina será verificada e valorada individualmente. (Nº de horas no atendimento/dias+execução)/prazo em horas/dias negociado/programado = X
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS Acima de 2 – 70% do valor da OS

SANÇÕES PARA OS INDICADORES DE 01 A 06	
Nível I	3% das OS acima de 2, primeiro evento durante a vigência – Advertência
Nível II	3% das OS acima de 2, evento reincidente durante a vigência – Multa de 5% no valor total da fatura do mês correspondente
Nível III	5% das OS acima de 2, primeiro evento durante a vigência - Multa de 5% no valor total da fatura do mês correspondente
Nível IV	5% das OS acima de 2, evento reincidente durante a vigência – Multa de 10% no valor total da fatura do mês correspondente
Nível V	10% das OS acima de 2, primeiro evento durante a vigência - Multa de 10% no valor total da fatura do mês correspondente
Nível VI	10% das OS acima de 2, evento reincidente durante a vigência – Multa de 15% no valor total da fatura do mês correspondente
Nível VII	20% das OS acima de 2, primeiro evento durante a vigência - Multa de 20% no valor total da fatura do mês correspondente
Nível VIII	20% das OS acima de 2, evento reincidente durante a vigência - Multa de 25% no valor total da fatura do mês correspondente, OU 30% das OS acima de 2 – Multa de 30% no valor total da fatura do mês correspondente + rescisão contratual

INDICADOR Nº 07 – Avaliação do serviço prestado	
Finalidade	Garantir que o serviço (tanto ordinário como especializado), seja realizado com qualidade e segurança.
Meta a cumprir	Adequação das instalações físicas com base nas inconsistências e pontuações abaixo: <ul style="list-style-type: none">Fornecimento de informação incorreta – 1 pontoFiação desorganizada – 4 pontosSinalização de segurança inadequada ou inexistente – 4 pontosExecução de serviços sem equipamentos de proteção individual – 5 pontosNão fornecimento dos equipamentos de proteção individual – 6 pontosDeixar de cumprir as Normas Regulamentador e a de Segurança do Trabalho – 6 pontosNão emitir/entregar os relatórios Técnicos – 6 pontosDeixar de realizar as Rotinas conforme o Termo de Referência – 6 pontosDestruição ou danificação intencional de documentos – 8 pontosDano a equipamentos em decorrência de falha da empresa – 8 pontosFalta de sinalização em caso de paralisação ou realização de manutenção – 10 pontosNão emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977 – 10 pontosEm caso de substituição do Responsável técnico, deixar de emitir nova ART – 10 pontos Somatório das inconsistências = W
Instrumento de medição	Averiguações diárias nas instalações prediais e acompanhamento, por amostragem, de alguns serviços
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada inconsistência será verificada e valorada individualmente. Somatório das inconsistências = W.
Início de Vigência	

INDICADOR Nº 07 – Avaliação do serviço prestado	
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none">• $0 < W < 20$: 100% do valor da fatura mensal;• $20 < W < 35$: 95% do valor da fatura mensal;• $W > 35$: 90% do valor da fatura mensal.
Observações	O mecanismo de cálculo será verificado pelo fiscal técnico do contrato do contrato, avaliando as instalações prediais e anotando as inconsistências verificadas.
Sanções	<ul style="list-style-type: none">• W acima de 20 e abaixo de 35, primeiro evento durante a vigência – Advertência;• W acima de 20 e abaixo de 35, evento reincidente durante a vigência – Multa de 5% no valor total da fatura do mês correspondente além do ajuste;• W acima de 35, primeiro evento durante a vigência - Multa de 10% no valor total da fatura do mês correspondente além do ajuste;• W acima de 35, evento reincidente durante a vigência – Multa de 20% no valor total da fatura do mês correspondente além do ajuste;• W acima de 35, evento reincidente mais de cinco vezes durante a vigência – Multa de 30% no valor total da fatura do mês correspondente + rescisão contratual.

Observações:

1. O instrumento de medição de resultado visa garantir um atendimento célere às demandas de manutenção preventiva e corretiva, reparos e adaptações, que requeiram a utilização de peças e materiais, realizadas por meio de OS – Ordem de Serviço. Além disso, visam garantir a execução de todas as rotinas de manutenção preventiva e corretiva dentro dos prazos previstos.
2. Caso haja impedimentos na realização das rotinas de manutenção, o Fiscal do contrato deverá ser comunicado imediatamente visando à normalização dos serviços e a não incidência de ajustes ou sanções.
3. Todas as OS deverão estar registradas no sistema informatizado de gerenciamento dos serviços a fim de que estes sejam validados pelo fiscal do contrato e mensurados os resultados para atesto e autorização dos pagamentos.
4. Rotinas a serem consideradas: diárias, semanais, quinzenais, mensais, semestrais, anuais.
5. Em casos excepcionais, onde houver dificuldade em se obter no mercado peças de reposição, a fiscalização poderá interromper a contagem de tempo para avaliação ou estendê-la, conforme o caso, e mediante justificativa consubstanciada.
6. A aplicação de sanções se dará de forma conjunta dos indicadores de 01 a 06 e 7, não havendo em que se falar de aplicação de uma sanção ou outra, poderá ser aplicado de forma conjunta na mesma fatura as sanções previstas na tabela dos indicadores de 01 a 06 e ainda as sanções previstas no indicador 07.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695441&crc=FED26AF9.
Código verificador: **61695441** e Código CRC: **FED26AF9**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 08 - EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE

RESUMO TOTAL DE POSTOS

COMPONENTES	QUANTITATIVO	CARGA HORARIA	TURNO	DIAS DA SEMANA	VALOR UNITÁRIO (C/ BDI)	VALOR MENSAL (C/ BDI)	VALOR ANUAL (C/ BDI)
Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico) ou Arquiteto	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 28.431,50	R\$ 28.431,50	R\$ 341.178,00
Encarregado Geral	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 11.568,49	R\$ 11.568,49	R\$ 138.821,88
Técnico de Edificações	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 7.990,81	R\$ 7.990,81	R\$ 95.889,72
Técnico de Redes	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 9.938,15	R\$ 9.938,15	R\$ 119.257,80
Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 9.938,15	R\$ 9.938,15	R\$ 119.257,80
Mecânico de ar-condicionado e refrigeração	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 7.455,40	R\$ 7.455,40	R\$ 89.464,80
Bombeiro Hidráulico - Plantonista Diurno	1	12x36h	Diurno	Escala	R\$ 7.712,72	R\$ 7.712,72	R\$ 92.552,64
Eletricista - Plantonista Diurno	1	12x36h	Diurno	Escala	R\$ 7.793,33	R\$ 7.793,33	R\$ 93.519,96
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	12	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 5.723,78	R\$ 68.685,36	R\$ 824.224,32
Bombeiro Hidráulico	2	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 7.712,72	R\$ 15.425,44	R\$ 185.105,28
Eletricista	2	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 7.793,33	R\$ 15.586,66	R\$ 187.039,92
Marceneiro	2	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 6.243,93	R\$ 12.487,86	R\$ 149.854,32
Pedreiro	2	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 6.265,48	R\$ 12.530,96	R\$ 150.371,52
Pintor	2	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 6.267,70	R\$ 12.535,40	R\$ 150.424,80
Piscineiro	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 4.786,18	R\$ 4.786,18	R\$ 57.434,16
Serralheiro	1	44h	Diurno	2ª a 6ª	R\$ 6.278,93	R\$ 6.278,93	R\$ 75.347,16
TOTAL	32				R\$ 141.900,60	R\$ 239.145,34	R\$ 2.869.744,08

Planilha de Formação de Custos - Serviços de Operação e Manutenção Predial: Instalações Cíveis

Nº	POSTO DE TRABALHO	CBO	SALÁRIO-NORMATIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	SINDICATOS	REGISTRO NO MTE	ANO CCT	DATA-BASE	VIGÊNCIA	CATEGORIA PROFISSIONAL CCT	Carga Horária	Turno	Dias da Semana	JORNADA DE TRABALHO	AUXÍLIO-REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO	PA
1	Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico) ou Arquiteto	2142-05, 2143-05, 2144-05, 2141-05	R\$ 11.202,84	POSTO	1	SENGE-DF / SINAENCO-DF	DF000626/2024	2024/2025	1º de maio	01/05/2024 a 30/04/2025	Engenheiro	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 40,00	
2	Encarregado Geral	7102-05	R\$ 4.220,33	POSTO	1	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Encarregado Geral	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30	
3	Técnico de Edificações	3121-05	R\$ 3.481,39	POSTO	1	SEAC-DF / SINTEC-DF	DF000250/2024	2024/2025	1º de janeiro	01/05/2024 a 31/12/2025	Técnico de Edificações	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,86	
4	Técnico de Redes	3133-05	R\$ 3.481,39	POSTO	1	SEAC-DF / SINTEC-DF	DF000250/2024	2024/2025	1º de janeiro	01/05/2024 a 31/12/2025	Técnico de Redes	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,86	
5	Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	9112-05	R\$ 3.481,39	POSTO	1	SEAC-DF / SINTEC-DF	DF000250/2024	2024/2025	1º de janeiro	01/05/2024 a 31/12/2025	Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,86	

6	Mecânico de ar-condicionado e refrigeração	9112-05	R\$ 2.424,40	POSTO	1	STICOMBE / SINDUSCON-DF	CEG 00155/2025	2025/2027	1º de maio	01/05/2025 a 30/04/2027	Profissionais(oficiais) de ar condicionado e refrigeração	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,86
7	Bombeiro Hidráulico - Plantonista Diurno	7241-10	R\$ 2.574,37	POSTO	1	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Bombeiro Hidráulico	12x36h	Diurno	Escala	12x36 horas Diurno (7h às 19h)	R\$ 44,30
8	Eletricista - Plantonista Diurno	7321-05	R\$ 2.574,37	POSTO	1	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Eletricista	12x36h	Diurno	Escala	12x36 horas Diurno (7h às 19h)	R\$ 44,30
9	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	5143-10	R\$ 1.743,69	POSTO	12	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
10	Bombeiro Hidráulico	7241-10	R\$ 2.574,37	POSTO	2	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Bombeiro Hidráulico	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
11	Eletricista	7321-05	R\$ 2.574,37	POSTO	2	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Eletricista	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
12	Marceneiro	7711-05	R\$ 2.574,37	POSTO	2	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Marceneiro	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
13	Pedreiro	7152-10	R\$ 2.574,37	POSTO	2	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Pedreiro	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
14	Pintor	7166-10	R\$ 2.574,37	POSTO	2	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Pintor	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
15	Piscineiro	5143-30	R\$ 1.743,69	POSTO	1	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Piscineiro	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
16	Serralheiro	7244-40	R\$ 2.574,37	POSTO	1	SEAC-DF / SINDISERVIÇOS-DF	DF000042/2025	2025/2026	1º de janeiro	01/01/2025 a 31/12/2026	Serralheiro	44 h	Diurno	2ª a 6ª	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira	R\$ 44,30
TOTAL					32											

Descrição	Valor	Normativo	Vigência
Salário Mínimo	R\$ 1.518,00	DC nº 12.342/2024	1º de janeiro de 2025
Passagem Bilhete Único por trecho - Distrito Federal	R\$ 5,50	Decreto-DF nºs 38.010/2017, 40.381/2020 e 40.392/2020	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000626/2024
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2024/2025
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico) ou Arquiteto	Posto	1

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico) ou Arquiteto
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2142-05, 2143-05, 2144-05, 2141-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 11.202,84

4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Engenheiro
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de maio
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 11.202,84
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 3.360,85
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 14.563,69

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 1.213,15
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 1.618,02
Total Submódulo 2.1			R\$ 2.831,17

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 434,87
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 521,84
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 260,92
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 173,94
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 104,36
G	INCRA	0,20%	R\$ 34,78
H	FGTS	8,00%	R\$ 1.391,58
Total Submódulo 2.2			R\$ 2.922,29

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 40,00	R\$ 840,00
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 19,38	R\$ 19,38
Total Submódulo 2.3			R\$ 864,16

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 2.831,17
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 2.922,29
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 864,16
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			R\$ 6.617,62

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 66,99
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 5,82
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 291,27
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 282,53
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 48,06
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 291,27
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 985,94

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 40,77
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 2,91
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 48,06
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 29,12
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 202,43
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 56,79
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 53,88

Total submódulo 4.1	2,98%	R\$ 433,96
---------------------	-------	------------

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intraornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 433,96
4.2	Substituto na Intraornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 433,96

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 9,26	R\$ 9,26
D	ARTs	R\$ 21,88	R\$ 21,88
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 158,56

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 5.671,73

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 14.563,69
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 6.617,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 985,94
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 433,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 158,56
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 22.759,77
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 5.671,73
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 28.431,50

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Encarregado Geral	Posto	1

Mão de obra
Mão de obra vinculada à execução contratual
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado Geral
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7102-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 4.220,33
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado Geral
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 4.220,33
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 1.266,10
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 5.486,43

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 457,01
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 609,54
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 1.066,55

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 163,82
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 196,58
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 98,29
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 65,52
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 39,31
G	INCRA	0,20%	R\$ 13,10
H	FGTS	8,00%	R\$ 524,23
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 1.100,85

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 935,08

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 1.066,55
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 1.100,85
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 935,08
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 3.102,48

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 25,23
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 2,19
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 109,72
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 106,43
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 18,10
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 109,72
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 371,39

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 15,36
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 1,09
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 18,10

E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 10,97
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 76,26
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 21,39
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 20,29
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 163,46

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intraornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 163,46
4.2	Substituto na Intraornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 163,46

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 9,54	R\$ 9,54
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 136,96

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro $=(((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1$	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 2.307,77

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 5.486,43
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.102,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 371,39
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 163,46
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 136,96
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 9.260,72
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.307,77
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 11.568,49

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000250/2024
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2024/2025
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar

Técnico de Edificações	Posto	1
------------------------	-------	---

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico de Edificações
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3121-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.481,39
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Técnico de Edificações
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 3.481,39
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 3.481,39

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 289,99
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 386,78
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 676,77

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 103,95
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 124,74
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 62,37
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 41,58
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 24,94
G	INCRA	0,20%	R\$ 8,31
H	FGTS	8,00%	R\$ 332,65
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 698,54

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 21,89
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,86	R\$ 942,06
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,30	R\$ 3,30
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 968,42

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 676,77
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 698,54
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 968,42
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.343,73

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 16,01
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,39
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 69,62
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 67,53
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 11,48
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 69,62
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 235,65

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 9,74
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,69
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,48
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 6,96
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 48,39
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 13,57
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 12,88
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 103,71

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intraornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 103,71
4.2	Substituto na Intraornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 103,71

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 104,84	R\$ 104,84
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 232,26

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.594,07

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 3.481,39
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.343,73
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 235,65
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 103,71
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 232,26
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$ 6.396,74
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.594,07
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 7.990,81

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000250/2024
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2024/2025

E	Número de meses de execução contratual:	24
---	---	----

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Técnico de Redes	Posto	1

Mão de obra
Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico de Redes
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3133-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.481,39
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Técnico de Redes
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 3.481,39
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 1.044,42
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 4.525,81

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 376,99
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 502,81
Total Submódulo 2.1			R\$ 879,80

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 135,14
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 162,16
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 81,08
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 54,05
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 32,43
G	INCRA	0,20%	R\$ 10,81
H	FGTS	8,00%	R\$ 432,44
Total Submódulo 2.2			R\$ 908,11

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 21,89
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,86	R\$ 942,06
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,30	R\$ 3,30
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 968,42

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 879,80
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 908,11
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 968,42
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			R\$ 2.756,33

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 20,81
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,81
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 90,51

D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 87,80
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 14,93
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 90,51
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 306,37

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 12,67
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,90
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 14,93
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 9,05
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 62,90
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 17,65
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 16,74
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 134,84

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 134,84
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 134,84

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 104,84	R\$ 104,84
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 232,26

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.982,54

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 4.525,81
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.756,33
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 306,37
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 134,84
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 232,26
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 7.955,61
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.982,54
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 9.938,15

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000250/2024
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2024/2025
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
		Quantidade Total a Contratar
Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado		Posto
		1

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9112-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.481,39
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 3.481,39
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 1.044,42
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 4.525,81

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 376,99
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 502,81
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 879,80

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 135,14
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 162,16
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 81,08
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 54,05
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 32,43
G	INCRA	0,20%	R\$ 10,81
H	FGTS	8,00%	R\$ 432,44
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 908,11

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 21,89
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,86	R\$ 942,06
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,30	R\$ 3,30
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 968,42

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 879,80
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 908,11
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 968,42
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.756,33

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 20,81
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,81
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 90,51
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 87,80
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 14,93
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 90,51
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 306,37

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 12,67
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,90
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 14,93
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 9,05
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 62,90
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 17,65
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 16,74
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 134,84

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 134,84
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 134,84

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 104,84	R\$ 104,84
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 232,26

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.982,54

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 4.525,81
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.756,33
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 306,37
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 134,84
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 232,26
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$ 7.955,61
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 1.982,54
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 9.938,15

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais	2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CEG 00155/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2027
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
		Quantidade Total a Contratar
Mecânico de ar-condicionado e refrigeração		Posto
		1

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Mecânico de ar-condicionado e refrigeração
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9112-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.424,40
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Profissionais(oficiais) de ar condicionado e refrigeração
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de maio
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.424,40
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 727,32
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 3.151,72

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 262,53
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 350,15
Total Submódulo 2.1			R\$ 612,68

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 94,11
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 112,93
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 56,46
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 37,64
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,58
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,52
H	FGTS	8,00%	R\$ 301,15
Total Submódulo 2.2			R\$ 632,39

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 85,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,86	R\$ 942,06
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,30	R\$ 3,30
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.031,84

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 612,68
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 632,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.031,84
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.276,91

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 14,49
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,26
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 63,03
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 61,14
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 10,40
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 63,03
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 213,35

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 8,82
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,63
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 10,40
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 6,30
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 43,80
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 12,29
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 11,66
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 93,90

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 93,90
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 93,90

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 104,84	R\$ 104,84
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 232,26

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.487,26

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 3.151,72
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.276,91
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 213,35
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 93,90
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 232,26
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$ 5.968,14
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 1.487,26
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 7.455,40

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas	Percentual (%)
---	----------------

Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.	16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão	6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais	2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
		Quantidade Total a Contratar
Bombeiro Hidráulico - Plantonista Diurno		Posto
		1

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Bombeiro Hidráulico - Plantonista Diurno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7241-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Bombeiro Hidráulico
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	12x36 horas Diurno (7h às 19h)

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 772,31
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 3.346,68

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 278,77
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 371,81
Total Submódulo 2.1			R\$ 650,58

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 99,93
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 119,91
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 59,95
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 39,97
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 23,98
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,99
H	FGTS	8,00%	R\$ 319,78
Total Submódulo 2.2			R\$ 671,51

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00

E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 650,58
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 671,51
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.333,48

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 15,39
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,33
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 66,93
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 64,92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 11,04
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 66,93
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 226,54

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 9,37
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,66
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,04
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 6,69
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 46,51
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 13,05
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 12,38
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 99,70

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 99,70
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 99,70

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 40,31	R\$ 40,31
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 167,73

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.538,59

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 3.346,68
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.333,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 226,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 99,70
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 167,73
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$ 6.174,13

	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.538,59
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.712,72

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
Eletricista - Plantonista Diurno		Posto
		Quantidade Total a Contratar
		1

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Eletricista - Plantonista Diurno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7321-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Eletricista
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	12x36 horas Diurno (7h às 19h)

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 772,31
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 3.346,68

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 278,77
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 371,81
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 650,58

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 99,93
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 119,91
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 59,95
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 39,97
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 23,98
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,99
H	FGTS	8,00%	R\$ 319,78
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 671,51

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 650,58
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 671,51
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.333,48

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 15,39
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,33
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 66,93
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 64,92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 11,04
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 66,93
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 226,54

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 9,37
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,66
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,04
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 6,69
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 46,51
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 13,05
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 12,38
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 99,70

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intraornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 99,70
4.2	Substituto na Intraornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 99,70

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 104,84	R\$ 104,84
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 232,26

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.554,67

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.346,68

B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.333,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 226,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 99,70
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 232,26
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.238,66
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.554,67
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.793,33

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	Posto	12

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.743,69
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
1			
A	Salário-Base		R\$ 1.743,69
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 523,11
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.266,80

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 188,82
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 251,84
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 440,66

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 67,68
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 81,22
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 40,61
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 27,07

F	SEBRAE	0,60%	R\$ 16,24
G	INCRA	0,20%	R\$ 5,41
H	FGTS	8,00%	R\$ 216,59
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 454,82

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 126,15
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.061,23

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 440,66
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 454,82
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.061,23
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 1.956,71

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 10,42
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 0,90
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 45,33
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 43,97
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 7,48
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 45,33
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 153,43

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 6,34
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,45
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 7,48
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 4,53
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 31,50
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o cusro de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 8,84
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 8,38
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 67,52

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 67,52
4.2	Substituto na Intrajornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 67,52

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 10,08	R\$ 10,08
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 137,50

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)
A	Administração Central (AC)	3,00%
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%
C	Risco (R)	1,00%
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%
E	Lucro (L)	6,50%
F	Tributos (T)	10,15%
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%

F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92% R\$ 1.141,82

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.266,80
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.956,71
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 153,43
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 67,52
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 137,50
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 4.581,96
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.141,82
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 5.723,78

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Bombeiro Hidráulico	Posto	2

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Bombeiro Hidráulico
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7241-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Bombeiro Hidráulico
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
1			
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 772,31
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 3.346,68

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1			
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 278,77
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 371,81
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 650,58

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 99,93
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 119,91
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 59,95
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 39,97
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 23,98
G	IN CRA	0,20%	R\$ 7,99
H	FGTS	8,00%	R\$ 319,78
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 671,51

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 650,58
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 671,51
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.333,48

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 15,39
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,33
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 66,93
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 64,92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 11,04
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 66,93
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 226,54

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 9,37
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,66
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,04
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 6,69
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 46,51
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 13,05
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 12,38
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 99,70

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 99,70
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 99,70

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 40,31	R\$ 40,31
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 167,73

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)
A	Administração Central (AC)	3,00%
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%

C	Risco (R)	1,00%
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%
E	Lucro (L)	6,50%
F	Tributos (T)	10,15%
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92% R\$ 1.538,59

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.346,68
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.333,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 226,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 99,70
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 167,73
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.174,13
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.538,59
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.712,72

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Eletricista		Posto	2

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Eletricista
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7321-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Eletricista
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade	30,00%	R\$ 772,31
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 3.346,68

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 278,77
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 371,81
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 650,58

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 99,93
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 119,91
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 59,95
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 39,97
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 23,98
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,99
H	FGTS	8,00%	R\$ 319,78
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 671,51

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 650,58
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 671,51
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.333,48

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 15,39
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,33
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 66,93
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 64,92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 11,04
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 66,93
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 226,54

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 9,37
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,66
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,04
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 6,69
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 46,51
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 13,05
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 12,38
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 99,70

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 99,70
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 99,70

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 104,84	R\$ 104,84
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 232,26

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)
A	Administração Central (AC)	3,00%
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%
C	Risco (R)	1,00%
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%
E	Lucro (L)	6,50%
F	Tributos (T)	10,15%
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92% R\$ 1.554,67

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.346,68
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.333,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 226,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 99,70
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 232,26
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.238,66
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.554,67
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.793,33

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Marceneiro	Posto	2

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Marceneiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7711-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Marceneiro
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		

F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intra jornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.574,37

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 214,44
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 286,01
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 500,45

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 76,87
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 92,24
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 46,12
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 30,74
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,44
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 245,98
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 516,53

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 500,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 516,53
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 2.028,37

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 11,84
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,02
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 51,48
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 49,94
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 8,49
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 51,48
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 174,25

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 7,20
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,51
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 8,49
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 5,14
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 35,78
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 10,04
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 9,52
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 76,68

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 76,68
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 76,68

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 17,25	R\$ 17,25
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 144,67

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			24,92% R\$ 1.245,59

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.574,37
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.028,37
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 174,25
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 76,68
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 144,67
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 4.998,34
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.245,59
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 6.243,93

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Pedreiro	Posto	2

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Pedreiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7152-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Pedreiro
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.574,37

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 214,44
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 286,01
Total Submódulo 2.1			R\$ 500,45

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 76,87
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 92,24
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 46,12
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 30,74
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,44
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 245,98
Total Submódulo 2.2			R\$ 516,53

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 500,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 516,53
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			R\$ 2.028,37

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 11,84
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,02
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 51,48
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 49,94
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 8,49
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 51,48
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 174,25

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 7,20
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,51
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 8,49
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 5,14
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 35,78
Subtotal			2,22%
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o custo de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 10,04
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1			2,61%
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 9,52
Total submódulo 4.1			2,98% R\$ 76,68

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2			0,00% R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 76,68
4.2	Substituto na Intrajornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 76,68

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 34,50	R\$ 34,50
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 161,92

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.249,89

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 2.574,37
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.028,37
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 174,25
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 76,68
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 161,92
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$ 5.015,59
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.249,89
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 6.265,48

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Pintor		Posto	2

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Pintor
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7166-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Pintor

5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.574,37

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 214,44
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 286,01
Total Submódulo 2.1			R\$ 500,45

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 76,87
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 92,24
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 46,12
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 30,74
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,44
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 245,98
Total Submódulo 2.2			R\$ 516,53

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 500,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 516,53
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			R\$ 2.028,37

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 11,84
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,02
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 51,48
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 49,94
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 8,49
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 51,48
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 174,25

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 7,20
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,51
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 8,49
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 5,14
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 35,78
Subtotal			2,22%
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 10,04
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1			2,61%
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 9,52
Total submódulo 4.1			2,98% R\$ 76,68

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 76,68
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 76,68

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 36,28	R\$ 36,28
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 163,70

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro =((((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1)	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.250,33

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 2.574,37
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.028,37
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 174,25
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 76,68
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 163,70
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$ 5.017,37
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.250,33
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 6.267,70

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
		Quantidade Total a Contratar
Piscineiro		Posto
		1

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Piscineiro

2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.743,69
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Piscineiro
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 1.743,69
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.743,69

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 145,24
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 193,72
Total Submódulo 2.1		19,44%	R\$ 338,96

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 52,06
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 62,47
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 31,23
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 20,82
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,49
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,16
H	FGTS	8,00%	R\$ 166,61
Total Submódulo 2.2		16,80%	R\$ 349,84

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 126,15
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.061,23

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 338,96
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 349,84
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.061,23
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		36,24%	R\$ 1.750,03

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 8,02
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 0,69
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 34,87
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 33,82
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 5,75
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 34,87
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%	R\$ 118,02

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 4,88
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 5,75
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 3,48
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 24,23
Subtotal		2,22%	

G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o custo de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 6,80
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 6,45
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 51,93

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 51,93
4.2	Substituto na Intrajornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 51,93

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 40,31	R\$ 40,31
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 167,73

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro $= (((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1$	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 954,78

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual		Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.743,69
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.750,03
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 118,02
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 51,93
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 167,73
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.831,40
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 954,78
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.786,18

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	DF000042/2025
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2025/2026
E	Número de meses de execução contratual:	24

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar
Serralheiro	Posto	1

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serralheiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7244-40
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.574,37
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Serralheiro
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
6	Jornada de trabalho:	44h semanais, escala 5x2, segunda à sexta-feira

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 2.574,37
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.574,37

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 214,44
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 286,01
Total Submódulo 2.1			R\$ 500,45

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 76,87
C	SAT - SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	R\$ 92,24
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 46,12
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 30,74
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,44
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 245,98
Total Submódulo 2.2			R\$ 516,53

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valores de Ref.	Valor
A	Transporte	R\$ 5,50	R\$ 76,31
B	Auxílio Refeição/Alimentação	R\$ 44,30	R\$ 930,30
C	Assistência Médica e familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Auxílio Odontológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E	Seguro de vida em grupo e Assistência funeral	R\$ 3,61	R\$ 3,61
F	Contribuição Assistencial Patronal	R\$ 14,00	R\$ 1,17
G	Reembolso Creche	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Submódulo 2.3			R\$ 1.011,39

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 500,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 516,53
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.011,39
Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			R\$ 2.028,37

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 11,84
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,04%	R\$ 1,02
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	2,00%	R\$ 51,48
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 49,94
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%	R\$ 8,49
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 51,48
Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 174,25

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	R\$ 0,00

B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 7,20
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,51
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 8,49
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,20%	R\$ 5,14
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	1,39%	R\$ 35,78
Subtotal		2,22%	
G	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre o curso de reposição (exceto licença maternidade)	0,39%	R\$ 10,04
Subtotal antes da incidência do Submódulo 4.1		2,61%	
H	Incidência do Submódulo 2.2 sobre custo de reposição	0,37%	R\$ 9,52
Total submódulo 4.1		2,98%	R\$ 76,68

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$ 0,00
Total Submódulo 4.2		0,00%	R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	2,98%	R\$ 76,68
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$ 0,00
Total Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		2,98%	R\$ 76,68

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor
A	Uniformes	R\$ 127,42	R\$ 127,42
B	Equipamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Equipamentos de proteção Individual - EPI	R\$ 45,27	R\$ 45,27
D	ARTs	R\$ 0,00	R\$ 0,00
E			
Total do Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 172,69

Módulo 6 - BDI

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro $= (((1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L))/(1-T))-1$	Percentual (%)	
A	Administração Central (AC)	3,00%	
B	Seguro + Garantia (SG)	0,77%	
C	Risco (R)	1,00%	
D	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	
E	Lucro (L)	6,50%	
F	Tributos (T)	10,15%	
F.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	
F.2	Tributos Estaduais (COFINS)	3,00%	
F.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	
F.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%	
Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		24,92%	R\$ 1.252,57

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 2.574,37
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.028,37
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 174,25
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 76,68
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 172,69
Subtotal (A+B+C+D+E)			R\$ 5.026,36
	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.252,57
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 6.278,93

QUADRO-RESUMO - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		19,44%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		16,80%
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		6,77%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		2,98%
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		45,99%



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695500&crc=032BA105.
Código verificador: **61695500** e Código CRC: **032BA105**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 09 - JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI

1. OBSERVAÇÕES GERAIS

1.1. A composição do Benefício e Despesas Indiretas (BDI) visa garantir a viabilidade econômica e operacional da contratação de serviços e obras, assegurando que todos os custos indiretos e margens de lucro sejam devidamente considerados. A definição dos componentes do BDI observou a legislação vigente, as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e as boas práticas de mercado. O BDI foi elaborado de forma transparente e fundamentada, garantindo que os valores praticados estejam alinhados à realidade do setor e às condições do contrato.

1.2. Os valores percentuais abaixo discriminados foram obtidos com base na tabela contida no Acórdão 2622/2013 – TCU, item 9.2.1, que trata dos valores para construção de edifícios, adotando o BDI GERAL de 24,92% e de 16,32% para BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

2. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

2.1. Refere-se aos custos necessários para a manutenção da estrutura administrativa da empresa, incluindo despesas com pessoal administrativo, aluguéis, energia elétrica, materiais de escritório, serviços de suporte (contábeis, jurídicos, de tecnologia da informação, entre outros) e outras despesas gerais não diretamente vinculadas à execução do contrato, mas fundamentais para seu suporte operacional. Essas despesas são essenciais para garantir a continuidade das atividades empresariais e o cumprimento das obrigações contratuais, devendo ser proporcionalmente distribuídas entre os contratos ativos.

2.2. A administração central de uma empresa de construção civil, engloba toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora. Normalmente são profissionais que auxiliam a equipe que estará diretamente alocada nos serviços (Engenheiro supervisor, contador, pessoal administrativo, etc.), despesas com viagens, equipamento/aluguel de veículos, e demais despesas diversas.

2.3. O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

2.4. Discriminados na tabela, nos seguintes percentuais:

2.4.1. Tipo de obra - construção de edifícios: 3,0% (BDI GERAL);

2.4.2. Tipo de obra - construção de edifícios: 1,5% (BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS);

3. SEGUROS, IMPREVISTOS, GARANTIAS E RISCOS

3.1. Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros.

3.2. Quanto à taxa para imprevistos, essa pode estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro.

3.3. Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja

ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão de obra; perdas excessivas de material por quebras etc.

3.4. Como a atividade em questão é uma prestação de serviços de manutenção, na qual não há como prever todos os serviços pois não há como fazer uma inspeção mais detalhada, foi adotado para BDI GERAL o valor recomendado de 0,80% para o seguro/garantias e 0,97% para imprevistos e riscos, totalizando 1,77%, de acordo com o valor estipulado pelo acordo 2622/2013 do TCU relacionados ao tipo de obra (construção civil).

3.5. Como a atividade em questão é uma prestação de serviços de manutenção, na qual não há como prever todos os serviços pois não há como fazer uma inspeção mais detalhada, foi adotado para BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS o valor recomendado de 0,30% para o seguro/garantias e 0,56% para imprevistos e riscos, totalizando 0,86%, de acordo com o valor estipulado pelo acordo 2622/2013 do TCU relacionados ao tipo de obra (construção civil).

4. DESPESAS FINANCEIRAS

4.1. Incluem os encargos financeiros decorrentes da necessidade de capital de giro para execução do contrato, financiamentos, taxas bancárias, custos relacionados a eventuais atrasos nos pagamentos por parte da administração pública e outras despesas financeiras associadas à gestão econômica do contrato. Este fator é especialmente relevante em contratos de longo prazo ou com prazos de pagamento prolongados, onde a previsão de custos financeiros se torna fundamental para garantir a estabilidade da operação. A correta estimativa desses custos visou evitar prejuízos decorrentes de inadimplência ou de oscilações no fluxo de caixa.

4.2. Valor indicado em conformidade com o referido acordo, percentual correspondente a 1,23% para BDI GERAL;

4.3. Valor indicado em conformidade com o referido acordo, percentual correspondente a 0,85% para BDI GERAL.

5. TRIBUTOS

5.1. Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

5.2. A alíquota de ISS em Brasília na construção civil, mais especificamente para o caso em tela é de 2%, conforme Decreto nº 25.508 de 19 de janeiro de 2005, art. 38, inciso I, item g. Considerando ainda a contratação em tela se encaixar no subitem 7.05 da lista do Anexo I:

"7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres "

5.3. Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

5.4. Discriminados na tabela, nos seguintes percentuais:

5.4.1. Tipo de obra - construção de edifícios: 4,65% (BDI GERAL);

5.4.2. Tipo de obra - construção de edifícios: 3,65% (BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS);

6. BONIFICAÇÃO OU HONORÁRIOS

6.1. Representam a margem de remuneração da empresa contratada, garantindo sua sustentabilidade financeira e capacidade de investimento.

6.2. Para a definição do percentual de lucro foi levado em consideração fatores como o grau de risco do empreendimento, a concorrência de mercado e a natureza dos serviços a serem prestados. O lucro

foi compatibilizado com as boas práticas do setor com a itenção de assegurar a continuidade das atividades da empresa dentro de um ambiente econômico saudável. A previsão de um percentual adequado de lucro visou permitir que a empresa continue a investir em inovação, qualificação profissional e melhoria dos serviços prestados.

6.3. Geralmente, em construção de edifícios, considera-se coerente o valor de 6,50% (BDI GERAL) e de 3,50% para o lucro do empreendimento (BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS).

6.4. ALTOUNIAN (2007)^[1] define: “Benefício e lucro: é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.”

POLÍCIA FEDERAL SETOR DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF BDI DESONERADO		
BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	1,77%
3	DESPESAS FINANCEIRAS	0,59%
4	TRIBUTOS	10,15%
5	LUCRO	6,50%
BDI ADOTADO		24,92%
DETALHAMENTO		
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS	TAXA (%)
2.1	Seguros + Garantias	0,80%
2.3	Riscos	0,97%
TOTAL		1,77%
4	TRIBUTOS CONSIDERADOS	TAXA (%)
4.1	ISS	2,00%
4.2	PIS	0,65%
4.3	COFINS	3,00%
4.4	CPRB ^[2]	4,50%
TOTAL		10,15%

CÁLCULO DO BDI³

$$BDI = \frac{1 + (AC + R + S + G)(1 + DF)(1 + L)}{1 - T} - 1$$

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA - Construção de Edifícios - Acórdão N° 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil

20,34%	22,12%	25,00%
--------	--------	--------

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

<p style="text-align: center;">POLÍCIA FEDERAL SETOR DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF BDI REDUZIDO - DESONERADO</p>		
BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	0,86%
3	DESPESAS FINANCEIRAS	0,85%
4	TRIBUTOS	8,15%
5	LUCRO	3,50%
BDI ADOTADO		16,32%
DETALHAMENTO		
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS	TAXA (%)
2.1	Seguros + Garantias	0,30%
2.3	Riscos	0,56%
	TOTAL	0,86%
4	TRIBUTOS CONSIDERADOS	TAXA (%)
4.1	ISS	-
4.2	PIS	0,65%
4.3	COFINS	3,00%
4.4	CPRB ^[3]	4,50%
	TOTAL	8,15%

CÁLCULO DO BDI⁵

$$BDI = \frac{1 + (AC + R + S + G)(1 + DF)(1 + L)}{1 - T} - 1$$

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA - Construção de Edifícios - Acórdão N° 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
11,10%	14,02%	16,80%

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

[1] ALTOUNIAN, Cláudio S.; Obras Públicas – Licitação, contratação, fiscalização e utilização; Editora Fórum; Belo Horizonte, 2007

[2] CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 12.546/2011³ De acordo com o Acórdão Nº 2622/2013 – TCU - Plenário

[3] CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 12.546/2011⁵ De acordo com o Acórdão Nº 2622/2013 – TCU - Plenário



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695572&crc=1DE98F26.
Código verificador: **61695572** e Código CRC: **1DE98F26**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 11 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

(NOME DA EMPRESA) _____, (CNPJ) _____, sediada (endereço completo) _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, firmado abaixo, declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao Pregão Eletrônico n.º _____/2025 – Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia Federal - DIREN-ANP/PF.

_____(localidade)____, em ____ de ____ de ____ .

(assinatura)
(nome por extenso)
(cargo)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695745&crc=41C360E6.
Código verificador: **61695745** e Código CRC: **41C360E6**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 12 - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

CONFORME LEI Nº 8.213, DE 1991 E DECRETO FEDERAL Nº 11.430, DE 2023

Nome da Empresa) _____, CNPJ _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, firmado abaixo, DECLARA para os devidos fins, que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991 e a exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Decreto Federal nº 11.430, de 2023.

localidade) _____, em ____ de _____ de 2025 .

(Assinatura do Representante Legal)
(nome por extenso)
(cargo)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695894&crc=1DE55059.
Código verificador: **61695894** e Código CRC: **1DE55059**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61695894



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 13 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Declaramos que a (Nome da Empresa) _____, CNPJ _____, sediada _____ (endereço completo), possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e Administração pública:

Nome do Órgão ou Empresa e endereço	Nº e Ano do Contrato	Data de início da vigência	Data final da vigência	Valor Anual do contrato

Valor total dos Contratos R\$ _____

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).
(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
CPF nº (informar)
(cargo)
(nome da empresa)

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo de cada um, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos Contratos}} > 1$$

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

a) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61695943&crc=B8074116.
Código verificador: **61695943** e Código CRC: **B8074116**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61695943



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 14 - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Referência: Pregão Eletrônico nº ____/2025 – DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - DIREN-ANP/PF.

Data de Abertura:

Nome da Empresa licitante: _____, CNPJ _____, por meio de seu representante legal _____ (nome do representante legal), efetuou vistoria nos locais destinados aos serviços objeto do pregão acima identificado, conforme especificações e condições constantes no termo de referência, edital e seus anexos, com o objetivo de conhecer o local e demais itens porventura necessários para participação na licitação em referência. O licitante declara que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário e desconhecimento com relação às condições dos locais onde serão executados os serviços.

(localidade) _____, em ____ de _____ de 2025 .

(Assinatura do Representante Legal)
(nome por extenso)
(cargo)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61696000&crc=CAA0D3CF.
Código verificador: **61696000** e Código CRC: **CAA0D3CF**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 16 - COMPARAÇÃO ORÇAMENTO ONERADO X DESONERADO

QUADRO RESUMO - COMPARAÇÃO
ORÇAMENTO DESONERADO X
ONERADO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	BDI (%)	VALOR ANUAL C/ BDI (R\$)	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR ANUAL(R\$)	BDI(%)	VALOR ANUAL C/ BDI(R\$)
1.1	MÃO DE OBRA PERMANENTE						R\$ 3.095.490,48				R\$ 2.869.744,08
1.1.1	Engenheiro (Civil, Eletricista ou Mecânico) ou Arquiteto	1	POSTO	R\$ 31.357,40	R\$ 376.288,80	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 376.288,80	R\$ 28.431,50	R\$ 341.178,00	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 341.178,00
1.1.2	Encarregado Geral	1	POSTO	R\$ 12.629,80	R\$ 151.557,60	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 151.557,60	R\$ 11.568,49	R\$ 138.821,88	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 138.821,88
1.1.3	Técnico de Edificações	1	POSTO	R\$ 8.633,24	R\$ 103.598,88	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 103.598,88	R\$ 7.990,81	R\$ 95.889,72	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 95.889,72
1.1.4	Técnico de Redes	1	POSTO	R\$ 10.794,79	R\$ 129.537,48	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 129.537,48	R\$ 9.938,15	R\$ 119.257,80	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 119.257,80
1.1.5	Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	1	POSTO	R\$ 10.794,79	R\$ 129.537,48	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 129.537,48	R\$ 9.938,15	R\$ 119.257,80	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 119.257,80
1.1.6	Mecânico de ar-condicionado e refrigeração	1	POSTO	R\$ 8.026,43	R\$ 96.317,16	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 96.317,16	R\$ 7.455,40	R\$ 89.464,80	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 89.464,80
1.1.7	Bombeiro Hidráulico - Plantonista Diurno	1	POSTO	R\$ 8.328,82	R\$ 99.945,84	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 99.945,84	R\$ 7.712,72	R\$ 92.552,64	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 92.552,64
1.1.8	Eletricista - Plantonista Diurno	1	POSTO	R\$ 8.405,58	R\$ 100.866,96	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 100.866,96	R\$ 7.793,33	R\$ 93.519,96	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 93.519,96
1.1.9	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	12	POSTO	R\$ 6.117,23	R\$ 880.881,12	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 880.881,12	R\$ 5.723,78	R\$ 824.224,32	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 824.224,32
1.1.10	Bombeiro Hidráulico	2	POSTO	R\$ 8.328,82	R\$ 199.891,68	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 199.891,68	R\$ 7.712,72	R\$ 185.105,28	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 185.105,28
1.1.11	Eletricista	2	POSTO	R\$ 8.405,58	R\$ 201.733,92	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 201.733,92	R\$ 7.793,33	R\$ 187.039,92	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 187.039,92
1.1.12	Marceneiro	2	POSTO	R\$ 6.702,99	R\$ 160.871,76	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 160.871,76	R\$ 6.243,93	R\$ 149.854,32	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 149.854,32
1.1.13	Pedreiro	2	POSTO	R\$ 6.723,51	R\$ 161.364,24	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 161.364,24	R\$ 6.265,48	R\$ 150.371,52	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 150.371,52
1.1.14	Pintor	2	POSTO	R\$ 6.725,63	R\$ 161.415,12	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 161.415,12	R\$ 6.267,70	R\$ 150.424,80	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 150.424,80
1.1.15	Piscineiro	1	POSTO	R\$ 5.070,55	R\$ 60.846,60	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 60.846,60	R\$ 4.786,18	R\$ 57.434,16	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 57.434,16
1.1.16	Serralheiro	1	POSTO	R\$ 6.736,32	R\$ 80.835,84	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (18,96%)	R\$ 80.835,84	R\$ 6.278,93	R\$ 75.347,16	BDI INCLUSO NA COMPOSIÇÃO (24,92%)	R\$ 75.347,16
1.2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS/EVENTUAIS						R\$ 824.288,02				R\$ 798.424,03

1.2.1	Arquiteto	440	H	R\$ 137,69	R\$ 60.583,60	18,96%	R\$ 72.070,25	R\$ 123,54	R\$ 54.357,60	24,92%	R\$ 67.903,51
1.2.2	Eletricista	12	MÊS	R\$ 5.712,55	R\$ 68.550,60	18,96%	R\$ 81.547,79	R\$ 5.294,24	R\$ 63.530,88	24,92%	R\$ 79.362,78
1.2.3	Engenheiro (CIVIL, MECÂNICO, ELETRICISTA, AMBIENTAL, ETC..)	880	H	R\$ 210,49	R\$ 185.231,20	18,96%	R\$ 220.351,04	R\$ 188,74	R\$ 166.091,20	24,92%	R\$ 207.481,13
1.2.4	Gesseiro	1320	H	R\$ 31,13	R\$ 41.091,60	18,96%	R\$ 48.882,57	R\$ 28,83	R\$ 38.055,60	24,92%	R\$ 47.539,06
1.2.5	Pedreiro	16	MÊS	R\$ 5.660,56	R\$ 90.568,96	18,96%	R\$ 107.740,83	R\$ 5.247,19	R\$ 83.955,04	24,92%	R\$ 104.876,64
1.2.6	Pintor	24	MÊS	R\$ 5.982,46	R\$ 143.579,04	18,96%	R\$ 170.801,63	R\$ 5.571,06	R\$ 133.705,44	24,92%	R\$ 167.024,84
1.2.7	Técnico de sistemas eletrônicos e automatizados	880	H	R\$ 38,65	R\$ 34.012,00	18,96%	R\$ 40.460,68	R\$ 38,65	R\$ 34.012,00	24,92%	R\$ 42.487,79
1.2.8	Topógrafo	880	H	R\$ 24,31	R\$ 21.392,80	18,96%	R\$ 25.448,87	R\$ 22,01	R\$ 19.368,80	24,92%	R\$ 24.195,50
1.2.9	Vidraceiro	880	H	R\$ 28,96	R\$ 25.484,80	18,96%	R\$ 30.316,72	R\$ 26,88	R\$ 23.654,40	24,92%	R\$ 29.549,08
1.2.10	Chaveiro	12	MÊS	R\$ 1.868,11	R\$ 22.417,32	18,96%	R\$ 26.667,64	R\$ 1.868,11	R\$ 22.417,32	24,92%	R\$ 28.003,72
1.3	MATERIAIS BÁSICOS						R\$ 1.757.740,85				R\$ 1.843.812,93
1.3.1	Previsão de material básico de consumo e peças de reposição (conforme anexo VI)	12	UNID.	R\$ 130.147,64	R\$ 1.561.771,65	10,89%	R\$ 1.731.848,58	R\$ 130.147,64	R\$ 1.561.771,65	16,32%	R\$ 1.816.652,78
1.3.2	Ferramentas, Instrumentos, Equipamentos e Equipamentos de Segurança	12	UNID.	R\$ 1.945,79	R\$ 23.349,51	10,89%	R\$ 25.892,27	R\$ 1.945,79	R\$ 23.349,51	16,32%	R\$ 27.160,15
VALOR TOTAL - MENSAL							R\$ 473.126,61				R\$ 459.331,75
VALOR TOTAL - ANUAL							R\$ 5.677.519,35				R\$ 5.511.981,04



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61696143&crc=43C56C4E.
Código verificador: **61696143** e Código CRC: **43C56C4E**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO 17 - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

SEI N. 08204.003981/2024-48

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção predial, com emprego de mão de obra exclusiva (serviços ordinários), fornecimento de materiais, peças e equipamentos, conforme preços unitários da tabela SINAPI, para a manutenção preventiva e corretiva, e serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva), para atender as instalações e equipamentos das edificações e instalações da Diretoria de Ensino - DIREN-ANP/PF

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

SUMÁRIO

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E

COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

7. CUSTOS DIRETOS

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13. PROJETO EXECUTIVO

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15. VISTORIA

16. SUBCONTRATAÇÃO

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21. DA SUSTENTABILIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

2.1. Empreitada por Preço Unitário

2.2. Empreitada por Preço Global

2.3. Empreitada Integral

2.4. Contratação Por Tarefa

2.5. Contratação Integrada

2.6. Contratação Semi-Integrada

2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado

2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes

3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

7. CUSTOS DIRETOS

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13. PROJETO EXECUTIVO

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15. VISTORIA

16. SUBCONTRATAÇÃO

[17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO](#)

[18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS](#)

[19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS](#)

[20. GARANTIA DA EXECUÇÃO](#)

[21. DA SUSTENTABILIDADE](#)

[21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade](#)

[21.2. Da Especificação Técnica](#)

[21.3. Da Minimização do Impacto](#)

[21.4. Licenciamento Ambiental](#)

[21.5. Dos Resíduos e Rejeitos](#)

[21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal](#)

[21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos](#)

[21.8. Da Acessibilidade](#)

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

Conforme apontado no Parecer n. 00033/2024/CGEN/SCGP/CGU/AGU e detalhado no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência do processo em tela, a contratação se baseia em serviço continuado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra com alguns tópicos de serviços de engenharia no que couber. O Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União entende que “manutenção” se enquadra como serviço de engenharia.

Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

O objeto da contratação é de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, além de possuir ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade.

[Vide Nota Explicativa n. 1.](#)

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

(X) empreitada por preço unitário

() empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

Para o item 1 da contratação é utilizado o regime de preço global já que os quantitativos dos postos de trabalho já são definidos, fazendo com que esse item tenha preço certo e total, apesar de pequenas variações decorrentes de convenções coletivas posteriores ao TR, assunto esse que foge da seara desta área técnica. Para os itens 2 e 3 da contratação é utilizado o regime de preço unitário já que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais do contrato: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

[Vide Nota Explicativa n. 2.](#)

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (X) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (X) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (X) ART, () RRT ou () TRT.

Conforme consta no Anexo 15 ao TR Anotações de Responsabilidades Técnicas - ART (SEI nº 40395015).

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () NÃO houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte justificativa:

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos NÃO foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa:

[Vide Nota Explicativa n. 3.](#)

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

() FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

[Vide Nota Explicativa n. 4.](#)

Os documentos constam listados nos anexos ao TR, em especial:

ANEXO 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental

ANEXO 06 - Peças e Materiais

ANEXO 08 - Equipe Técnica Permanente

ANEXO 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

[Vide Nota Explicativa n. 5.](#)

Os documentos constam listados nos anexos ao TR, em especial:

ANEXO 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental

ANEXO 06 - Peças e Materiais

ANEXO 08 - Equipe Técnica Permanente

ANEXO 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(X) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(X) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 6.](#)

Os documentos constam listados nos anexos ao TR, em especial:

ANEXO 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental

ANEXO 06 - Peças e Materiais

ANEXO 08 - Equipe Técnica Permanente

ANEXO 10 - Orçamento Compilado Manutenção Predial

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (X) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVE pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Pela característica de manutenção corretiva não cabe cronograma físico-financeiro. Para as manutenções preventivas houve elaboração de rotinas.

[Vide Nota Explicativa n. 7.](#)

Os documentos constam listados nos anexos ao TR, em especial:

ANEXO 09 - Justificativas à Composição do BDI

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e
() SERVIÇOS.

(X) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e aos
(X) SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

Os itens relativos a insumos e serviços foram baseados no histórico de manutenção ao longo dos últimos anos. Embora buscou-se o maior detalhamento dos insumos e serviços, se trata de estimativa para os próximos anos, já que não é possível precisar quais equipamentos deverão ser mantidos no futuro.

[Vide Nota Explicativa n. 8.](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (X) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Tabela presente no processo (SEI 40449777).

[Vide Nota Explicativa n. 9.](#)

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Risco: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Despesa financeira: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Lucro: () 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

Os documentos constam listados nos anexos ao TR, em especial:

ANEXO 09 - Justificativas BDI

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (☒) SERÁ ou (☐) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(☒) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(☐) foi adotado o parâmetro do (☐) 1º quartil ou (☐) médio ou (☐) 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

(☐) foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 11.](#)

Os documentos constam listados nos anexos ao TR, em especial:

ANEXO 09 - Justificativas BDI

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(☐) FOI juntado aos autos

(☒) NÃO foi juntado aos autos. Por se tratar de estimativa de prestação, bem como modo de prestação continuada.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(☐) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

(☐) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 12.](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

(☐) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(☐) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (☐) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

(☒) Não se aplica

[Vide Nota Explicativa n. 13.](#)

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☐) CAU e/ou ao (☐) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Por tratar de serviço técnico de engenharia, existe a necessidade da empresa e os líderes de atuação serem engenheiros ou profissionais com mesma atribuição de atuação técnica.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(☒) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Detalhado no ETP e TR.

(x) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Item 9.38 do Termo de Referência (40447167)

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (x) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

() SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para	o	cargo	de		:	serviços	de
Para	o	cargo	de		:	serviços	de
Para	o	cargo	de		:	serviços	de
Para	o	cargo	de		:	serviços	de
Para	o	cargo	de		:	serviços	de

(x) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Apresentar profissional, abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o ENGENHEIRO serviços com características semelhantes ao objeto da contratação.

O profissional indicado na forma supra deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

[Vide Nota Explicativa n. 14.](#)

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Tendo em vista as características diversas de estrutura e equipamentos, a vistoria se torna necessária para a empresa saber as condições a serem mantidas. Entretanto, caso o licitante não realize a vistoria e não preste declaração formal não será motivo de

desclassificação, todavia assumirá os riscos da formalização da sua proposta. Isso se justifica pelo fato da falta de declaração poder abrir motivo para desclassificação da melhor proposta.

[Vide Nota Explicativa n. 15.](#)

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (X) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

A subcontratação foi vedada para o item 1 do objeto, e limitada em 30% para os itens restantes. Tal vedação se deve ao fato da mão de obra ser de dedicação exclusiva. Para os itens de serviços eventuais, não se visualiza necessidade de vedação, tendo em vista se tratar de serviços especializados, realizados de forma pontual, não justificando a necessidade de dedicação exclusiva.

[Vide Nota Explicativa n. 16.](#)

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de () por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

O §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

[Vide Nota Explicativa n. 17.](#)

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

[Vide Nota Explicativa n. 18.](#)

vide Anexo . JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO/COOPERATIVAS (SEI nº 40395106).

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (x) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

[Vide Nota Explicativa n. 19.](#)

vide Anexo . JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO/COOPERATIVAS (SEI nº 40395106).

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, o percentual da garantia incidirá sobre o valor anual do contrato (art. 98, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

[Vide Nota Explicativa n. 20.](#)

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

() definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(x) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

O Plano de Logística Sustentável da Polícia Federal está em elaboração, todavia, não há prejuízo ao projeto de sustentabilidade ambiental quando para a contratação em tela todos os esforços serão alinhados às normas de sustentabilidade, conforme o descrito nos itens acima.

Consta em ETP informações complementares.

[Vide Nota Explicativa n. 21.](#)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

Na Lei n. 8.666, de 1993, a conceituação da atividade como obra ou serviço de engenharia se dava por exemplificação. Atividades de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação constituiriam uma obra, ao passo que serviço de engenharia seria toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

No Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, que é destacado no Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União, tais atividades foram sintetizadas sob a concepção da alteração significativa ou não significativa do espaço, nos seguintes termos:

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

A Lei n. 14.133, de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

Sob a égide da nova lei, a atividade será enquadrada como **obra** quando i) seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente, ii) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

O enquadramento como **serviço de engenharia**, por outro lado, tem um caráter de exclusão: trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em utilidade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Percebemos que o supracitado Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União já destacava a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que

Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente. (...)

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

Compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, enquadrando-o como obra ou serviço de engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

Uma vez que a atividade seja classificada como serviço de engenharia, cabe à equipe técnica perquirir se esse serviço é **comum** ou **especial**, que assim são definidos no art. 6º, XXI, “a” e “b”, da Lei n. 14.133, de 2021:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Segundo Marçal Justen Filho^[1], “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

O caráter **comum** ou **especial** do serviço está ligado à presença, ou não, de padronização no mercado e não reside, necessariamente, no grau de complexidade executiva do serviço ou na imposição legal de que a atividade seja exercida por profissionais habilitados. O que atrai o enquadramento do serviço como comum é o domínio do mercado sobre as técnicas de sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

Considerando que a avaliação da natureza comum ou especial do objeto envolve aspectos técnicos dos serviços de engenharia a ser contratada, essa classificação compete ao profissional legalmente habilitado.

[Voltar ao preenchimento](#)

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Nos termos do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, poderão ser adotados nas contratações de obras e serviços de engenharia os seguintes regimes de execução: I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por preço global; III - empreitada integral; IV - contratação por tarefa; V - contratação integrada; VI - contratação semi-integrada; ou VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

2.1. Empreitada por Preço Unitário

O regime de **empreitada por preço unitário** é definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. A remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

Esse regime deve ser adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento. São típicos exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano.

2.2. Empreitada por Preço Global

No regime de **empreitada por preço global** a execução da obra ou serviço se dá por preço certo e total. Adotando-se esse regime, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro, não podendo cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite. Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados, também até certo limite. Assim, na empreitada por preço global, o grau de assunção de riscos pelo contratado é maior do que na empreitada por preço unitário.

Esse regime deve ser adotado quando houver um alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto. Ele pressupõe projetos de boa qualidade, que forneçam aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

É cabível, então, quando for possível definir previamente no projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.

No presente regime de execução, deve ser adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado – sendo vedada sistemática de remuneração atrelada a preços unitários ou quantidades de itens

unitários executados.

2.3. Empreitada Integral

Quando adotado o regime de **empreitada integral**, o empreendimento é contratado em sua integralidade, compreendendo todas as etapas, serviços e instalações necessários. O contratado se responsabiliza pela entrega do empreendimento ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.

Nesse regime, a Licitação abrange a execução do objeto e o fornecimento e instalação de bens pelo contratado. O objeto deve ser entregue pelo contratado totalmente concluído e com os bens (máquinas, equipamentos, etc.) instalados e em perfeitas condições de uso e funcionamento. De acordo com Marçal Justen Filho^[2]:

O regime de empreitada integral é utilizado para situações que envolvam a implantação de uma unidade operacional, em que a infraestrutura física é necessária, mas não suficiente para satisfazer o interesse da Administração.

O objeto visado pela contratação é a construção da infraestrutura e a implementação de serviços e outras atividades indispensáveis ao desempenho de uma atividade operacional dinâmica.

Esse regime deve ser adotado quando a necessidade da Administração vai além da entrega da infraestrutura e envolve também a plena operacionalização do empreendimento de acordo com parâmetros previamente definidos. Em outras palavras, o empreendimento deve ser entregue em pleno funcionamento.

Assim, a empreitada integral é o regime adequado para projetos vultuosos e complexos, que demandem, para o seu pleno funcionamento, a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações. Importante destacar que não é o fornecimento de qualquer equipamento ou mobiliário que justifica a adoção de empreitada integral, mas apenas aqueles em que possuam um grau de integração atípico com a infraestrutura da obra^[3]. Do contrário, deverão ser contratados separadamente, pois a adoção indevida desse regime pode ferir o princípio do parcelamento e, por consequência, da ampla competitividade.

Nos casos em que a Administração vislumbre problemas que possam ser revelados apenas quando efetivamente promovida a etapa de funcionamento do empreendimento, é conveniente a adoção da empreitada integral, pois o contratado somente se desincumbirá de suas obrigações quando o empreendimento estiver em pleno funcionamento.

2.4. Contratação Por Tarefa

Na **contratação por tarefa**, contrata-se mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

Pode abranger a contratação de prestadores como pedreiro, azulejista, encanador, carpinteiro, pintor etc., para executarem serviços isolados de menor dimensão.

“Assim, a contratação por tarefa costuma ocorrer naqueles casos em que o prestador do serviço atua individualmente, sem o concurso de equipamentos sofisticados, com remuneração de valor reduzido”^[4].

Fazendo o paralelo com a participação de pessoas físicas na licitação, não se aplica quando a contratação exigir estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021).

Portanto, não se recomenda a contratação por tarefa para objetos de maior complexidade, que

extrapolem a atuação cotidiana do prestador individual.

2.5. Contratação Integrada

Na **contratação integrada**, o contratado é responsável não somente por executar a obra ou serviço de engenharia, mas também por elaborar e desenvolver o projeto básico e o projeto executivo – além de fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

A Administração produz apenas o anteprojeto – peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, contendo, dentre outros elementos, a proposta de concepção da obra e o memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

O contratado é responsável por escolher as soluções técnicas reputadas mais compatíveis com as diretrizes fixadas para o empreendimento – cabendo à Administração aprovar o projeto básico elaborado pelo contratado, avaliando sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam sua qualidade ou vida útil.

Em razão dos maiores riscos envolvidos, a contratação integrada deve obrigatoriamente contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado – mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico por ele elaborado.

Assim, até por seu potencial para encarecer a contratação, o regime não se destina aos objetos cotidianos – mas sim de natureza complexa, “quando não houver solução técnica determinada para a execução e colocação em operação do empreendimento ou nos casos em que a complexidade das circunstâncias conduzir à impossibilidade de definir com segurança a solução técnica mais satisfatória”^[5].

Prossegue Marçal Justen Filho:

A vantajosidade econômica da contratação integrada apenas se verifica nas situações em que há complexidade e problemas envolvidos na execução do objeto. A dimensão dos problemas acarreta incertezas e dificuldades que se refletirão no preço, mas pode ser mais eficiente transferir para o particular o encargo de conceber a solução e executá-la do que tentar desenvolver uma solução satisfatória no âmbito da própria Administração.

Dessa forma, embora a Lei nº 14.133/2021 não preveja requisitos explícitos para adoção do regime, “é necessário evidenciar que a complexidade da situação e a incerteza sobre o atingimento do resultado desejado mediante as soluções de empreitada tradicional geram riscos de insucesso relevante, além de acarretarem custos econômicos elevados. Deve ser demonstrado que a assunção por um particular do encargo de conceber o empreendimento, com todos os riscos inerentes, propiciará uma solução economicamente mais vantajosa do que aquela que seria obtida mediante uma modalidade distinta de empreitada”.

2.6. Contratação Semi-Integrada

A contratação semi-integrada aproxima-se amplamente da contratação integrada – porém, como diferença essencial, a Administração elabora o projeto básico da licitação, atribuindo ao contratado somente a responsabilidade pela elaboração do projeto executivo.

Ainda assim, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação – assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

De resto, aplicam-se à contratação semi-integrada as mesmas observações associadas à contratação integrada, especialmente quanto à limitação de sua utilização aos objetos complexos.

2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado

Nesse regime, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

No exemplo de Marçal Justen Filho ^[6], seria adequado para contratar a construção de um edifício inteligente, com fornecimento dos equipamentos pertinentes e operação das diversas funcionalidades existentes – já que contratar em separado cada objeto poderia gerar complexidade de gestão e eventualmente elevação de custos:

Haveria dificuldade na adequação entre a construção, os equipamentos e a sua operação. Ao promover uma contratação única e abrangente, surge a obrigação de o particular conceber o edifício tomando em vista as peculiaridades dos equipamentos e as funcionalidades no tocante à prestação do serviço. O particular terá o dever de fornecer os equipamentos mais compatíveis com as características do edifício e com os serviços de operação ou manutenção. E se pode presumir que os custos de operação e de manutenção serão muito mais reduzidos, em vista da existência de um mesmo sujeito a executar todas as prestações.

Porém, alerta o autor, “somente é cabível adotar esse modelo de contratação quando as diversas prestações comportarem efetiva integração entre si e se evidenciar que a contratação isolada acarretará perdas sob o prisma técnico e econômico. Portanto, não existe autonomia para promover contratação cumulativa de objetos autônomos entre si, o que configuraria opção restritiva da amplitude da competição”.

2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes

A definição das chamadas "subestimativas e superestimativas relevantes" decorre de orientação do TCU para os contratos por empreitada por preço global ou integral (Acórdão n. 1.977/2013 - Plenário), a fim de garantir segurança jurídica em caso de eventual necessidade de aditivos para correção de projeto.

Segundo avalia o TCU, ambas as partes - Administração e contratada - são obrigadas a arcar com as imprecisões do projeto na empreitada por preço global - porém, apenas até o limite do enriquecimento sem causa de uma parte em detrimento da outra.

Assim, "pequenos erros quantitativos" devem ser tolerados e não devem acarretar a celebração de termos aditivos em empreitadas globais, "por se tratarem de erros acidentais, incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, na formação de proposta a ser ofertada, a ser tida como a mais vantajosa".

Porém, o cenário se altera caso ocorram "erros substanciais" - daí a necessidade de estabelecer um critério objetivo para diferenciá-los.

O setor técnico deve elaborar uma matriz de riscos para analisar os riscos do projeto e definir a margem de tolerância de erro quantitativo a ser acatada pelas partes, tanto a menor ("subestimativas" em desfavor da contratada) quanto a maior ("superestimativas" em desfavor da Administração).

Tal margem de tolerância será fixada sob a forma de um percentual incidente sobre as quantidades do serviço.

Nesse ponto convém notar que a inclusão dos riscos do empreendimento é parte obrigatória da remuneração da empresa contratada, nos termos do art. 9º do Decreto n. 7.983, de 2013, que traz a composição do BDI:

Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do

valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

IV - taxa de lucro.

Ora, a Taxa de Risco compreende os “riscos de construção”, os “riscos normais de projetos de engenharia”, bem como os “riscos de erros de projetos e engenharia”, conforme se extrai do Acórdão TCU n. 2622/2013-Plenário. Portanto, não é compreensível que a Administração venha a remunerar esses riscos e ao mesmo tempo assuma o ônus de quaisquer quantitativos subestimados por meio da celebração de aditivos, tal como seria no regime de empreitada por preço unitário. Daí a taxa de risco fixada pela Administração por ocasião da elaboração do BDI é um importante fator a ser levado em consideração no cálculo das superestimativas e subestimativas relevantes.

Além disso, A Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - *International Cost Engineering Council*), indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5% (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de empreitada por preço global, ou seja: quando todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada estão disponíveis. Assim, esse parâmetro pode ser utilizado pela Administração como critério médio que pode variar conforme o risco de cada etapa do projeto. Em todo caso, porém, compete exclusivamente à área técnica a definição dos respectivos percentuais de subestimativas e superestimativas relevantes.

Uma vez fixados os percentuais, durante a execução contratual, se for constatado um erro de quantitativo ("subestimativa" ou "superestimativa") em determinado serviço, o setor técnico comparará com o percentual fixado na matriz de riscos.

Se o percentual do erro ficar abaixo do percentual limite, significa que o erro não é relevante: trata-se de risco ordinário do empreendimento, já remunerado pela taxa de “risco” que consta do BDI da obra ou serviço, e não deve fundamentar a prolação de termo aditivo.

Porém, se o percentual do erro ficar acima do percentual limite, será considerado relevante e permitirá a prolação do termo aditivo – sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para as modificações contratuais, nos termos do art. 124, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021.

Segue o exemplo do TCU: “os contratos podem, com simplicidade, objetivar que erros unitários de quantidade de até 10% não sejam objeto de qualquer revisão. Menos que isso, esses erros acidentais serão álea ordinária da contratada. Para que não haja incontáveis pedidos de reequilíbrio decorrentes de serviços de pequena monta, pode-se, ainda, definir que somente serviços de materialidade relevante na curva ABC do empreendimento incorrerão como tarja de “erro relevante”. Mantém, assim, a lógica da medição por preço global, ao mesmo tempo em que se veda o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, sem ferir o princípio fundamental da obtenção da melhor proposta”.

Assim, a definição do percentual de tolerância pode abranger cada item de serviço, grupos de serviços ou apenas os serviços de maior relevância da contratação (avaliados de acordo com a metodologia ABC) – nesse último caso, o erro de quantitativo só ensejará a prolação do termo aditivo se atingir justamente um dos serviços agrupados na curva “A” da contratação, ou nas curvas “A” e “B” (podendo prever um percentual limite maior para os serviços da curva “B” em relação à curva “A”, por exemplo).

Trata-se de questão técnica, a ser avaliada pelo setor em cada licitação, de acordo com as peculiaridades do objeto.

Por fim, nos termos do art. 13, inciso II, do Decreto n. 7.983, de 2013, as alterações contratuais sob

alegação de falhas ou omissões não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 124 da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

Para a licitação relacionada a obras e serviços de engenharia, em conformidade com as definições constantes no art. 6º, XII e XXI, da Lei n. 14.133, de 2021, é indispensável a participação do profissional habilitado da área. A elaboração do Projeto Básico caberá:

(a) à própria Administração, por meio de responsável técnico pertencente a seus quadros, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CREA/CAU-BR/CFT), que deverá providenciar a Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT referente aos projetos;

(b) a profissional (pessoa física ou jurídica) especializado, habilitado pelo CREA/CAU-BR/CFT, contratado pela Administração mediante licitação ou diretamente, cujos trabalhos serão baseados em anteprojeto desenvolvido pela Administração.

Assim, o projeto e demais documentos técnicos (tais como plantas, caderno de especificações, memoriais descritivos etc.) devem ser elaborados por profissional competente de engenharia, conforme as modalidades pertinentes ao objeto (civil, mecânico, agrônomo, naval, minas, químico, eletricitista, eletrônico ou de comunicação, florestal, geólogo etc.), de arquitetura ou de técnico industrial, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT, como deixa claro a Súmula TCU n. 260/2010:

É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

No que se refere à ART, compete observar a Resolução CONFEA n. 1.137, de 2023.

Cumprir lembrar que, ainda que as modificações nas planilhas orçamentárias sejam elaboradas pela empresa contratada para a execução do projeto, deverá haver profissional habilitado pertencente aos quadros da Administração, ou por ela contratado, para a verificação, correção e/ou adaptação da alteração proposta.

Nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, na licitação na modalidade pregão, **o Termo de Referência previsto no art. 6º, XXIII, não traz especificações técnicas. Assim, tais aspectos devem ser apresentados por meio de outro documento, no caso um Projeto Básico, previsto no art. 6º, XXV, da Lei, que, quando necessário, deverá ser anexado ao Termo de Referência.** Desse modo, deve ser comprovada a aptidão do responsável pelo Projeto Básico por meio da competente documentação de responsabilidade técnica, o que não se exige para o Termo de Referência.

[Voltar ao preenchimento](#)

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação de obras e serviços de engenharia deve seguir as diretrizes do art. 23, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, que estabelece o uso dos parâmetros específicos abaixo estabelecidos, nessa **ordem de prioridade**:

- composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e

serviços de engenharia;

- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Desse modo, os critérios subsequentes somente serão usados quando, **justificadamente**, o preço de referência não puder ser definido por meio dos critérios anteriores.

Ao adotar quaisquer referenciais de custos externos ao SINAPI, cabe ao setor técnico optar por aqueles que melhor se amoldam ao projeto da obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adequação dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da execução do contrato. Essa avaliação deve constar da **justificativa específica** a ser preenchida pelo profissional responsável pelo TJTR.

Quanto ao uso de sistema privado de orçamentação (a exemplo do SBC), o TCU apontou que sua utilização não constitui irregularidade, todavia ele ressaltou, no item 9.1.4 Acórdão n. 2595/2021-Plenário, que

(...) o uso de sistemas privados de referência de custos para obras e serviços de engenharia, como o SBC, sem avaliação de sua compatibilidade com os parâmetros de mercado, e sem a realização de adequadas pesquisas de preços, para fins comparativos, está em desacordo com o art. 6º, inciso IX, "f", da Lei 8.666/1993, com o princípios da eficiência e da economicidade, e é contrária ao entendimento do TCU formatado nos Acórdãos 555/2008, 702/2008, 837/2008, 283/2008, 1.108/2007, 2.062/2007 e 1.947/2007, todos do Plenário.

Assim, em sua justificativa, o responsável pelo TJTR deve demonstrar a atenção dada a essa orientação.

Por fim, relativamente à contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, observe-se o que determina o art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS

Via de regra, uma vez que o orçamentista tenha definido os custos que integrarão o orçamento de referência da Administração, o valor estimado nessas contratações será expresso por meio da elaboração do orçamento detalhado em planilhas de custos unitários.

Geralmente, tal orçamento é composto por duas planilhas: sintética e analítica.

A planilha sintética traz os custos unitários de referência e os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra – chegando ao custo total de referência do serviço.

Os custos totais de referência de todos os serviços são, então, somados, chegando ao custo global de referência da obra – sobre o qual incide o valor percentual do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), a fim de obter o preço global de referência da obra, que guiará a aceitação das propostas dos licitantes.

No que diz respeito à contratação sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, “sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético” (art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Já a planilha analítica, como veremos no tópico a seguir, traz as composições de custo unitário de cada serviço inserido na planilha sintética – registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida do referido serviço.

Para assegurar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, é indispensável que o intervalo entre a elaboração das planilhas do custo total estimado do empreendimento e a data de divulgação do edital não deve ser superior a um ano, conforme voto proferido no Acórdão TCU n. 2265/2020-Plenário, do qual se destaca o item 20:

Assim, a IN 73/2020 admite prazos de até 1 ano entre as referências pesquisadas e a data de divulgação do instrumento convocatório, prazo que julgo ser adequado também para a validade de um orçamento estimativo visando a licitação de uma obra pública.

Como já expusemos em tópico anterior, a documentação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

[Voltar ao preenchimento](#)

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

Nos casos que demandarem a elaboração da planilha analítica, como já esclarecemos acima, tal documento deverá conter o detalhamento de todos os insumos necessários à composição do custo unitário de cada um dos itens que compõem a obra, incluindo não apenas os materiais, como também a mão de obra e os equipamentos, com os respectivos quantitativos e índices de produtividade.

Segundo a Súmula TCU n. 258/2010, "as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas".

Para os custos de referência extraídos do SINAPI, parece desnecessária a juntada das composições que lhes dão suporte - pois trata-se de sistema oficial de livre acesso, bastando ao interessado consultar o respectivo código junto à tabela analítica do SINAPI para saber exatamente como foram calculados e quais custos estão ali embutidos.

Todavia, em caso de adoção de especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, **desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia, em relatório técnico elaborado por profissional habilitado**, as composições do SINAPI poderão ser "adaptadas" e deverão ser **obrigatoriamente** juntadas aos autos, para o devido conhecimento dos licitantes.

Nos casos em que houver **adaptação** de composições já existentes no Sistema SINAPI/SICRO, **preferencialmente**, deve-se utilizar insumos ou composições também extraídas desses sistemas vez que a Lei n. 14.133, de 2021, exige que a utilização de outras fontes somente ocorra por inviabilidade de utilização dos elementos das composições oficiais.

No que diz respeito aos demais custos de referência extraídos de fontes extra-SINAPI – dentre aquelas autorizadas no art. 23, §2º da citada Lei – também é necessário que as respectivas composições de custos unitários sejam devidamente **detalhadas e juntadas aos autos** – são as chamadas composições "próprias".

Além de juntar aos autos as respectivas composições, no caso de utilização dessas outras fontes, cabe ao orçamentista se **assegurar** de que se trata de fontes acessíveis aos licitantes e, quando se tratar de tabelas, que as planilhas de custos façam referência aos códigos utilizados por essas tabelas e que elas tenham sido devidamente aprovadas.

Deve-se notar que a escolha de materiais, profissionais ou atividades não relacionadas nos sistemas oficiais existentes recomenda a devida **motivação técnica**. Ademais, a utilização de mão de obra de profissionais não discriminados na tabela SINAPI, além da justificativa da necessidade específica do tipo de profissional, deverá apresentar a respectiva composição do custo unitário acompanhada da discriminação analítica de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre cada profissional.

Nesse sentido, a justificativa detalhada quanto à elaboração da planilha analítica, onde se certifique a observância de tais recomendações, mostra-se imperativa.

[Voltar ao preenchimento](#)

7. CUSTOS DIRETOS

Custos diretos são aqueles que podem ser discriminados nominalmente e surgem como novos para a contratada, exclusivamente em função das obrigações assumidas para a execução do contrato. Destarte, não podem ser considerados custos diretos os encargos tributários pré-existent e os custos decorrentes da manutenção do escritório central da empresa. Demais disso, **não podem ser cotados na composição do BDI.**

São classificados como custos diretos os insumos materiais, a mão de obra empregada e os respectivos encargos suportados em razão exclusiva do cumprimento do contrato, a mobilização, a desmobilização, a instalação do canteiro e do acampamento, por exemplo.

No Acórdão n. 2.622/2013-Plenário, o TCU também tratou especificamente do custo direto de administração local. Assim, após cuidadoso estudo, foram adotados os seguintes padrões para o percentual de administração local a ser inserido no custo direto da obra de construção de edifícios: 3,49% (1º quartil) - 6,23% (médio) - 8,87% (3º quartil).

Somente devem ser inseridas em tal rubrica as despesas efetivamente incorridas pela empresa ao executar a obra, devidamente detalhadas, conforme orientações do TCU – “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas”:

É importante também observar que a administração local depende da estrutura organizacional que o construtor vier a montar para a condução de cada obra e de sua respectiva lotação de pessoal. Não existe modelo rígido para esta estrutura, mas deve-se observar a legislação profissional do Sistema Confea e as normas relativas à higiene e segurança do trabalho. As peculiaridades inerentes a cada obra determinarão a estrutura organizacional necessária para bem administrá-la. A concepção dessa organização, bem como da lotação em termos de recursos humanos requeridos, é tarefa de planejamento, específica do executor da obra.

Caberá ao orçamentista realizar um ensaio sobre a questão, com vistas a estabelecer bases para estimar os custos envolvidos na administração local. Devem ser consideradas as características da obra, a estratégia adotada para sua execução, o cronograma, bem como a dispersão geográfica das frentes de trabalho.

No mais, assim como os demais custos diretos, a Administração deverá atentar para a necessidade de definir critério objetivo para a medição e o pagamento do item “administração local”, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU.

[Voltar ao preenchimento](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

A partir das planilhas orçamentárias, cabe também elaborar a Curva ABC, assim definida no

2.19 Curva ou Classificação ABC de Serviços: tabela obtida a partir da planilha orçamentária da obra, na qual os itens do orçamento são agrupados e, posteriormente, ordenados por sua importância relativa de preço total, em ordem decrescente, determinando-se o peso percentual do valor de cada um em relação ao valor total do orçamento, calculando-se em seguida os valores percentuais acumulados desses pesos. (...)

A importância da curva ABC reside na análise das planilhas orçamentárias. É relativamente frequente a existência de orçamentos com grande quantidade de itens de serviço distintos. Em tais circunstâncias, a curva ABC de serviços permite a avaliação global do orçamento com o exame de apenas uma parte dos serviços. (...)

2.20 Curva ABC de insumos: apresenta todos os insumos da obra (material, mão de obra e equipamentos) classificados em ordem decrescente de relevância. Para sua confecção, necessita-se da composição de custos unitários de todos os serviços da obra para o agrupamento dos insumos similares de cada serviço.

A curva ABC de insumos é uma ferramenta que cria várias facilidades para a orçamentação de uma obra, proporcionando que o orçamentista refine o orçamento mediante pesquisa de mercado dos insumos mais significativos. Também auxilia no planejamento e programação de obras, pois fornece o efetivo de mão de obra e a quantidade dos diversos tipos de equipamentos necessários para a execução da obra.

No caso, uma das funções principais da Curva ABC é definir as parcelas mais relevantes da contratação sob o prisma econômico, a fim de permitir a indicação dos serviços cuja execução prévia deverá ser comprovada nos atestados de capacidade técnica apresentados pelo licitante (requisito de qualificação técnica). Além disso, permite apontar os insumos que podem ser objeto da incidência de BDI Diferenciado.

Ademais, a Curva ABC também é importante instrumento para a análise de riscos da contratação e a previsão de mecanismos de gestão e fiscalização contratual, além de guiar a análise crítica dos pleitos de modificação das planilhas orçamentárias por meio de aditivos, para verificar o ponto de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a potencial ocorrência de "jogo de planilha" ou sobrepreços relevantes.

Por fim, o próprio TCU costuma utilizar a Curva ABC em suas auditorias para averiguar tais irregularidades nos processos de tomada de contas de obras e serviços de engenharia – cabendo ao órgão diligente se antecipar e preparar sua própria versão do documento, a fim de antever eventuais fragilidades em suas planilhas orçamentárias.

Do ponto de vista prático, a relevância desse documento pode ser assim resumida: Indicar os itens em relação aos quais se deve exigir atestados; indicar o percentual que será solicitado nos atestados (até 50% - TCU); e, indicar a importância de BDI diferenciado para equipamentos.

[Voltar ao preenchimento](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

O órgão promotor da licitação deve atentar para o regime de tributação que está sendo considerado no orçamento de referência da Administração, mormente se está ou não considerando no BDI adotado no certame os efeitos da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), ou seja, da desoneração tributária, evidentemente, enquanto ela estiver vigente e aplicável às empresas do setor de engenharia.

Atualmente, o regime de desoneração tributária é facultativo para as empresas de construção civil – e é por isso que o SINAPI e demais tabelas de referência de preços divulgam duas versões concomitantes: encargos sociais "desonerados" e "não desonerados".

Porém, conforme divulgado no Informativo de Licitações e Contratos n. 257 do TCU, esta Corte entendeu que o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei n. 12.546, de 2011, não ampara a adoção de dois orçamentos estimativos como critério de aceitabilidade de preços máximos na licitação, a depender de a

licitante recolher a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento (Acórdão n. 6.013/2015 - 2ª Câmara).

Portanto, ao elaborar o orçamento de referência de cada licitação, cabe ao setor técnico **justificar a opção por uma ou outra tabela do SINAPI, conforme o cenário que se revelar mais vantajoso para a Administração** - segundo as premissas do PARECER n. 44/2019/DECOR/CGU/AGU:

b) Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa do valor do futuro contrato, a Administração deverá confeccionar um único orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que lhe for mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se sujeitam.

c) Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e ulterior contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.

d) Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planejamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

Cabe ao setor técnico **anexar nos autos a simulação dos preços globais da obra ou serviço, com base nos dois cenários** – custos “desonerados” (acrescido o percentual da CPRB no BDI) *versus* custos “não desonerados” (excluído o percentual da CPRB no BDI) – para justificar a opção mais vantajosa para a Administração, a qual será adotada como orçamento de referência da licitação.

Necessariamente o projeto **deverá** declarar se a atividade a ser contratada se encontra entre os itens da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para fins de utilização das tabelas desoneradas.

[Voltar ao preenchimento](#)

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.

Nos termos do art. 23, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, ao valor estimado do objeto deverão ser acrescidos o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e os Encargos Sociais (ES) cabíveis.

Na falta de um critério legal para a definição do BDI, recomenda-se a utilização dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, que, no Acórdão TCU n. 2.622/2013 discrimina os itens mínimos componentes do BDI: taxa de rateio da administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.

Depreende-se, ainda, do referido acórdão, os seguintes parâmetros:

- Não poderão integrar o cálculo do BDI os tributos que não incidam diretamente sobre a prestação em si, como o IRPJ, CSLL e ICMS, independente do critério da fixação da base de cálculo, como ocorre com as empresas que calculam o imposto de renda com base no lucro presumido;
- PIS, COFINS e ISSQN – na medida em que incidem sobre o faturamento – são passíveis de serem incluídas no cálculo do BDI, nos termos da Súmula TCU n. 254/2010;
- A taxa de rateio da administração central não poderá ser fixada por meio de remuneração mensal fixa, mas através de pagamentos proporcionais à execução financeira da obra de modo que a entrega do objeto coincida com 100% (cem por cento) do seu valor previsto (TCU, Ac. 2622/2013-Plenário, Item 122 do voto e Item 9.3.2.2 do acórdão - No mesmo sentido: TCU, Ac. 3013/2010-Plenário, voto do relator);

· Adoção dos novos referenciais de percentual de BDI, em substituição aos índices mencionados no Acórdão n. 2.369/2011 e utilização da terminologia “quartil”, ao invés de padrões mínimos e máximos, como constava nas tabelas substituídas do acórdão anterior.

· Fixação do entendimento de que os percentuais indicados não constituem limites intransponíveis, mas referenciais de controle.

· Caso o orçamentista opte por adotar os custos de referência DESONERADOS, deverá acrescer o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da CPRB ao BDI da obra ou serviço – ainda que extrapole os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013, pois os parâmetros de percentuais de BDI do Acórdão n. 2.622/2013 não contemplam a incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB) instituída pela Lei n. 12.546, de 2011.

· Adoção de percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços (percentual proporcional entre o limite máximo de 5% e o limite mínimo de 2%).

Cumpra-se alertar que, quanto maior a distância do percentual de BDI utilizado em relação à média indicada no acórdão, mais **robusta** deverá ser a **justificativa** para a adoção do índice escolhido.

Nesse diapasão, na justificativa, cumpre ao profissional **declarar expressamente a metodologia adotada e certificar a observâncias dos parâmetros supra**.

Alertamos, ainda, que, a depender do parâmetro utilizado, pode ocorrer de o BDI estar embutido no preço paradigma, caso em que o orçamentista deverá considerar tal condição, conforme alerta de Valmir Campelo e Rafael Jardim Cavalcante:

Quando se tratar de pesquisas de preços de serviços, deve haver o cuidado de não duplicar, total ou parcialmente, o BDI já embutido no preço do serviço pesquisado. Via de regra, os preços sondados já embutem os custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais (como tributos, custos administrativos e lucro). Aplicar, novamente, o BDI contratual sobre o valor da pesquisa pode redundar na sobreavaliação de preços do serviço em comparação com os de mercado, mormente quando o serviço for executado diretamente pela futura contratada (sem a subcontratação). (CAMPELO, Valmir; CAVALCANTE, Rafael Jardim. Obras públicas comentários à jurisprudência do TCU. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 605)

[Voltar ao preenchimento](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Quando o fornecimento de materiais e equipamentos para a obra ou serviço de engenharia representar parcela significativa do empreendimento e puder ser realizado separadamente do contrato principal sem comprometimento da eficiência do contrato ou da realização do seu objeto, a Administração deverá realizar **licitações diferentes** para a empreitada e para o fornecimento.

Nos termos da SÚMULA TCU 253, “Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. Ressaltamos, novamente, que a elaboração de Curva ABC poderá revelar o impacto dos preços dos materiais e equipamentos no orçamento final da obra – e embasar a decisão pela incidência do BDI reduzido.

Portanto, quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição de BDI, de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do serviço.

Segundo o estudo do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, o BDI para itens de mero

fornecimento de materiais e equipamentos deve corresponder aos percentuais de 11,10% (1º quartil) – 14,02% (médio) – 16,80% (3º quartil).

De todo modo, conforme art. 9º, § 2º, do Decreto n. 7.983, de 2013, no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricações e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua, nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na **complexidade** da aquisição, excetuando-se a regra anteriormente prevista.

Por fim, convém esclarecer que o BDI Diferenciado **não** abrange os materiais ordinários da contratação (Acórdão TCU n. 2842/2011-Plenário).

[Voltar ao preenchimento](#)

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Nos termos do art. 12 do Decreto n. 7.983, de 2013, a minuta de contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

Conforme explica o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o cronograma físico-financeiro consiste na divisão da obra ou serviço de engenharia em fases que deverão ser executadas sequencialmente, onde cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos básico/executivo e atestar as condições daquilo que foi entregue pela contratada a fim de determinar as correções devidas pelo executor da obra ou comunicar ao setor financeiro competente a possibilidade de deflagração dos procedimentos pertinentes ao pagamento da etapa cumprida.

Na empreitada por preço global, o cronograma adquire importância ímpar, pois o critério de aceitabilidade da proposta vencedora não incidirá sobre seus preços unitários, e sim sobre o preço de cada uma das etapas previstas no referido documento, que deverá ficar igual ou abaixo dos preços de referência correspondentes da administração pública (art. 13, inciso I e parágrafo único do Decreto n. 7.983, de 2013).

Da mesma forma, durante a execução contratual, a remuneração devida à contratada também seguirá o valor de cada etapa do cronograma – sendo altamente recomendável que a previsão de pagamento coincida com 100% (cem por cento) da conclusão da respectiva etapa, a fim de se evitar a necessidade de medição (atividade própria da empreitada por preço unitário).

Já na empreitada por preço unitário, os pagamentos são atrelados aos quantitativos efetivamente executados pela contratada, com base nos preços unitários registrados em sua planilha. Ainda assim, o cronograma é importante instrumento para acompanhar as etapas de execução contratual, além de também basear a medição dos serviços prestados.

[Voltar ao preenchimento](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

O projeto executivo é requisito obrigatório da contratação de obras e serviços (art. 46, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021) - inclusive nos casos de contratação direta (art. 72, I, da Lei n. 14.133, de 2021) - e deve ser realizado na fase preparatória da licitação, previamente à elaboração do edital do certame (art. 18, II, da Lei n. 14.133, de 2021).

Segundo a definição legal, é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes (art. 6º, XXVI, da Lei n. 14.133, de 2021).

Porém, a Administração poderá autorizar que o projeto executivo seja elaborado pelo próprio contratado, concomitantemente com a execução da obra ou serviço (art. 14, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Em tal situação, para que a tarefa de elaboração do projeto executivo possa ser repassada à contratada, é necessário que os documentos técnicos prévios da licitação sejam suficientemente detalhados, com a descrição completa das características e especificações relevantes do objeto licitado, nos termos do art. 6º, XXV, da Lei n. 14.133, de 2021. O projeto básico deve possuir nível de precisão e detalhamento que permita caracterizar adequadamente o empreendimento, inferir seus custos reais e definir metodologia e prazo de execução. Não é admissível a realização de licitação com base em projeto básico deficiente, carente dos detalhes exigidos por lei, para que, em momento seguinte à contratação, quando da elaboração do projeto executivo pela contratada, sejam procedidas expressivas alterações no projeto. Nesse sentido, preceitua o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU:

O que a lei não diz explicitamente é que essa faculdade somente pode ser exercida se o nível de detalhamento do projeto básico for suficientemente alto para extirpar subjetivismos por parte das licitantes. Ou seja, a definição dos métodos, quantitativos, prazos e valores deverá ser tão precisa que a elaboração do projeto executivo se torne algo que pode ser realizado por qualquer uma das licitantes sem grandes variações, tal como se fosse um "serviço de prateleira", isto é, semelhante a um serviço comum de engenharia.

Para tanto, é necessário que os estudos preliminares, o programa de necessidades, o projeto básico e o caderno de especificações, dentre outros, sejam suficientemente claros e de grande precisão. Além disso, é necessário que constem as plantas conceituais do objeto. Não se permitem especificações genéricas ou amplas que deixem a cargo da licitante a opção por um modo de execução que influencie diretamente no preço ou no bem que interessa à Administração.

Ressalta-se que, caso a responsabilidade pela elaboração dos projetos executivos seja transferida à contratada, isso deve constar como obrigação específica no Termo de Referência ou Projeto Básico e os custos inerentes devem estar contemplados na proposta.

Por fim, é importante mencionar que, excepcionalmente, admite-se, nos termos do § 1º do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, a contratação de obras e serviços comuns de engenharia sem projeto executivo nos casos em que o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados e a especificação do objeto puder ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico.

[Voltar ao preenchimento](#)

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

A exigência de registro da empresa na entidade profissional competente (art. 67, V, da Lei n. 14.133, de 2021) refere-se à atividade básica do objeto da contratação - conforme entende o TCU:

"9.3.1. faça constar dos editais, de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, abstendo-se de exigir o registro ou inscrição das empresas licitantes quando não figurar no âmbito de competência destas entidades a fiscalização da atividade básica do objeto do certame;" (Acórdão nº 1.034/2012 – Plenário)

"1. O registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Acórdão nº 2.769/2014 – Plenário)

"A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Informativo de Licitações e Contratos 286/2016)

O Projeto Básico deverá definir os profissionais que serão necessários à execução do objeto licitado para, então, permitir ao edital delimitar a necessidade de inscrição da licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), ou ainda em mais de um deles, no caso de equipe multidisciplinar ou de as competências exigidas serem comuns a mais de uma das profissões.

Nesse ponto, destaca-se que a Lei n. 13.639, de 2018, criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e a Resolução CFT n. 101, de 2020, prescreve as atribuições desses profissionais. Assim, compete ao órgão ou entidade avaliar qual profissional é o necessário e adequado ao objeto licitado e estabelecer a exigência pertinente. O mais importante nessa avaliação é cuidar para não excluir profissionais que possuam competência para executar o objeto, segundo as normas da respectiva categoria, porque isso representaria restrição indevida à competitividade.

Capacidade técnico-operacional

A comprovação da capacidade técnico-operacional deve limitar-se às parcelas simultaneamente de maior relevância e valor significativo do objeto licitado (Súmula n. 263/2011-TCU), assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Como mencionado, um instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação é a Curva ABC, tanto para os serviços quanto para os insumos necessários à execução do objeto. Tal documento agrupa e ordena os itens do orçamento de acordo com seu peso no valor total estimado para a contratação – e permite visualizar os itens de maior relevância econômica.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica – ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que nem toda empresa possa cumprir de forma satisfatória, demandando assim a comprovação prévia para evitar riscos futuros à contratação.

O TCU, a propósito, já considerou irregular a exigência de qualificação técnica “em item sem grande complexidade técnica” (Acórdão n.33/2013 – Plenário), bem como “relativa à execução de serviço de pequena complexidade técnica” (Acórdão n. 1.898/2011 – Plenário).

A Lei n. 14.133, de 2021, em consonância com consolidada jurisprudência do TCU (Acórdãos n. 2.099/2009, 2.147/2009, 813/2010, 1.432/2010, 3.105/2010, 1.832/2011, 2.672/2011, 737/2012, 1.052/2012, 1.552/2012, 2.281/2012 e 397/2013, todos do Plenário), admite a exigência de atestados com quantidades mínimas, desde que limitadas até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

No que se refere à fixação de quantidades mínimas, o TCU manifesta-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em patamar que não restrinja a competição: “Embora seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, essa exigência deve ser razoável, num patamar que possa garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência ora examinada são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório.” (Voto no Acórdão n. 1.771/2007 – Plenário).

Possibilidade de somatório dos atestados

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

Consequentemente, sem que haja devida justificativa técnica, é inviável a fixação de quantidade mínima ou máxima de atestados, de serviços por atestados ou que vedem o somatório de atestados, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam

a participação da licitação (Acórdãos 1.090/2001, 1.636/2007, 170/2007, 2.640/2007, 1.163/2008, 2.150/2008, 2.783/2009, 3.119/2010 e 3.170/2011, 1079/2013-Plenário (itens 9.5.1 a 9.5.3) (todos do Plenário).

Porém, em determinadas situações de maior complexidade técnica, devidamente justificadas, a jurisprudência do TCU admite vedar o somatório de atestados - quando “o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço” (Acórdão nº 2.150/2008 – Plenário).

Tome-se como exemplo a construção de uma ponte. A expertise técnica necessária para construir uma ponte de 10km não é a mesma de uma ponte de 100 metros. De nada adianta a empresa provar que já construiu 100 pontes de 100 metros cada: ainda que, no total, representem a mesma extensão, não significa que possui a competência necessária para construir uma única ponte de 10km.

Daí a finalidade da vedação ao somatório de atestados: a empresa deverá provar já ter executado os serviços de maior dimensão numa única contratação, e não por meio de diversas contratações separadas.

Já decidiu o TCU: “Nesse contexto, entendeu a medida razoável pois, em vista da complexidade e do ineditismo dos estudos a serem exigidos do vencedor da licitação, a soma da execução de vários pequenos serviços, de baixa complexidade e valores, não comprovaria que o licitante possui a experiência necessária para bem cumprir o objeto da licitação.” (Acórdão n. 2.032/2020 – Plenário)

Porém, na situação contrária, “se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados” (Acórdão n. 2.760/2012 - Plenário).

Capacitação técnico-profissional

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, que demonstre ter executado previamente determinado serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, e para o técnico industrial, o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT.

As ARTs, RRTs e TRTs emitidas em nome de cada profissional são compiladas na respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT, conforme o caso.

Na licitação pública, a ART, o RRT e o TRT exigidos para comprovar a experiência dos profissionais limitar-se-ão às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 1º da Lei n. 14.133, de 2021).

Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve referir-se à área ou áreas de engenharia/arquitetura/técnica industrial de maior relevo. Por exemplo, em alguns casos, poderia bastar o ART/RRT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outras pode ser necessário em relação a este e o engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da qualificação técnica do TR/PB e que a minuta do edital reitere as previsões.

Novamente, a Curva ABC é instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação.

Diversamente do que dispunha a Lei de Licitações revogada, a Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admite a exigência de atestados com quantidades mínimas tanto para os comprovantes de qualificação técnico-profissional quanto técnico-operacional (art. 67, § 1º). Admite, ademais, que na contratação de serviços de natureza continuada se exija a comprovação de que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º).

Exigências de instalações, aparelhamentos e pessoal técnico

Segundo o art. 67, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021, dentre os requisitos de qualificação técnica, pode-se exigir que o licitante indique as instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Tem sido praxe exigir nos editais uma declaração formal de que a licitante disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, mas sem relacionar quais seriam essas instalações, aparelhamento ou pessoal.

Isso acaba revestindo a exigência de algo absolutamente formal, sem acréscimo algum à garantia do cumprimento das obrigações. Pelo contrário, representa um risco de trazer problemas para a licitação, porque pode inclusive passar despercebida pela licitante - e eventualmente a melhor proposta vir a ser desclassificada por conta dessa formalidade.

De qualquer forma, em havendo itens específicos reputados necessários para a execução da obra ou serviço, como determinadas máquinas, equipamentos ou pessoal técnico, o órgão poderá inserir a referida exigência, acrescida, caso necessário, da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico (art. 67, § 8º, da Lei n. 14.133, de 2021).

[Voltar ao preenchimento](#)

15. VISTORIA

Quando a avaliação prévia do local de execução dos serviços for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando-se ao licitante o direito de realização de vistoria prévia (art. 63, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021).

A Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

Em consonância com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), a vistoria prévia deixa de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a verificação prévia das condições do local onde os serviços serão executados.

[Voltar ao preenchimento](#)

16. SUBCONTRATAÇÃO

O art. 122 da Lei n. 14.133, de 2021, admite a subcontratação parcial de obra, serviço ou fornecimento, até o limite autorizado pela Administração. A subcontratação, desde que autorizada pela Administração, possibilita que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.

Vejamos também a doutrina de Marçal Justen Filho:

A subcontratação torna-se cabível, senão inevitável, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam individualidade e são desempenhadas por terceiros especializados.

A evolução dos princípios organizacionais produziu o fenômeno terceirização, que deriva dos princípios da especialização e da concentração de atividades. Em vez de desempenhar integralmente todos os ângulos de uma atividade, as empresas tornam-se especialistas em certos setores.

A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada.

Na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações. Essa é a solução economicamente mais eficiente e tecnicamente mais satisfatória.

A Administração tem o dever de adotar as práticas mais eficientes, incorporando as práticas próprias da iniciativa privada. Logo, o ato convocatório deve permitir, quando viável, que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo.

Ao admitir a subcontratação, a Administração obtém vantagens econômicas decorrentes dos ganhos de eficiência do particular contratado.

Estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduz a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais.

A subcontratação pode representar inclusive um fator de ampliação da competição. Há certas atividades dotadas de especialização, complexidade e onerosidade diferenciada. Impor a sua execução de modo necessário pelo próprio contratado pode resultar na redução do universo de possíveis licitantes. Permitir a subcontratação em tais casos é justificado pelas mesmas razões que legitimam a participação de empresas em consórcio.

(Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. Thomson Reuters Revista dos Tribunais. Edição do Kindle. pp. 1349-1350).

O §2º do art. 122 possibilita que edital ou regulamento vedem, restrinjam ou estabeleçam condições para a subcontratação. Trata-se de uma faculdade. Portanto, não é obrigatório que o instrumento convocatório ou seus anexos estabeleçam limites à subcontratação. Caso o instrumento convocatório ou seus anexos não delimitem a possibilidade de subcontratação, durante a fase preparatória da licitação, a Administração poderá estabelecer esses limites durante a execução do contrato.

Embora facultativa na fase preparatória, o estabelecimento de condições mínimas para a subcontratação no instrumento convocatório ou em seus anexos é medida que atende aos princípios da impessoalidade, da publicidade, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

Na vigência da Lei n. 8.666, de 1993, consolidou-se o entendimento no sentido de que não poderiam ser subcontratadas as parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica pela licitante contratada (Acórdão 3144/2011-Plenário).

Contudo, o §9º do art. 67 da Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admitiu a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, para aspectos técnicos específicos, seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado. Por sua vez, o §1º desse artigo limitou a exigência de atestados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Portanto, os §§1º e 9º do art. 67 expressamente possibilitam a subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

Embora caiba à Administração o juízo de conveniência e oportunidade sobre a possibilidade técnica

e a viabilidade de admitir a subcontratação, deve observar o princípio da motivação das decisões administrativas, ainda que discricionárias, considerando que, no Acórdão n. 1.453/2009, Plenário, a Corte de Contas manifestou-se no sentido de que “o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, inclusive das discricionárias.”

Assim, a vedação da subcontratação ou o estabelecimento ou não de condições para a sua adoção deve ser motivada pela área técnica do órgão assessorado.

[Voltar ao preenchimento](#)

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

O art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

Quando essas empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação.

Os §§2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, correspondem ao §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento), a qual deve balizar-se em critérios técnicos. A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

[Voltar ao preenchimento](#)

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é medida excepcional e a adoção dessa restrição está condicionada à apresentação de justificativa pela área técnica do órgão assessorado, nos termos do art. 15, caput, da Lei n. 14.133, de 2021.

Tal justificativa deve basear-se na análise individualizada do caso concreto, conforme orientações do TCU: “Deve-se analisar com a profundidade que cada empreendimento estará a requerer, por exemplo, o risco à competitividade, as dificuldades de gestão da obra, a capacitação técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário. Outros aspectos deverão dimensionar a complexidade do empreendimento, os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira, todos esses fatores que estarão a sopesar a decisão que deverá ser tomada pelo gestor.” (Acórdão n. 1.165/2012 – Plenário).

[Voltar ao preenchimento](#)

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

A participação de cooperativas em certames licitatórios é admitida quando atendidos os requisitos

previstos nos incisos I a IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração – conforme a diretriz do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5, de 2017.

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

De igual modo, o Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) tem a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. DIVERGÊNCIA CARACTERIZADA ENTRE A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO – RESTA INCÓLUME O TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATA DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690, DE 2012, E Nº 12.349, DE 2010 – SERVIÇOS OBJETO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZAM-SE PELA EXECUÇÃO MEDIANTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM SUBORDINAÇÃO, PESSOALIDADE, ONEROSIDADE E HABITUALIDADE.

I – As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.

II - Os serviços abrangidos pelo termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela pessoalidade, subordinação e não eventualidade.

III – Vedação à participação de cooperativas nos certames afetos a aludidos serviços que não ofende às Leis nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são admitidas apenas, e obviamente, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

IV – Proscrição que se volta para proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da União por encargos trabalhistas.

Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços, conforme Ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do

II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

Consequentemente, antes de se admitir a participação de cooperativas em uma licitação de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "...necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e de habitualidade..." na execução do contrato que será celebrado. Portanto, demandando a existência de relação de emprego dos trabalhadores vinculados à execução do ajuste, não será possível a participação de cooperativas no certame. E geralmente consta a previsão de utilização de diversos profissionais que, "...pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral...", implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.

[Voltar ao preenchimento](#)

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário).

Vejamos o alerta de Marçal Justen Filho:

“A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 499)

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público, frente à particularidade do objeto licitado.

De todo modo, a palavra final sempre cabe à autoridade administrativa – cabendo-lhe justificar sua decisão por exigir ou dispensar a garantia em cada certame, para a adequada instrução processual.

Nos termos do art. 98 da Lei n. 14.133, de 2021, a garantia não excederá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, o percentual da garantia incidirá sobre o valor anual do contrato (art. 98, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

No intuito de evitar o abandono de obras e serviços de engenharia, a Lei n. 14.133, de 2021 inovou, admitindo que o órgão licitante exija a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, modalidade de seguro conhecida como Performance Bond, em que a empresa seguradora não

apenas se responsabiliza pelos prejuízos causados pela empresa executora da obra, como, ademais, compromete-se a assumir a execução e concluir o objeto do contrato, em caso de inadimplemento da contratada (art. 102).

Quando exigida a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, a seguradora deverá firmar o instrumento de contrato, inclusive os termos aditivos, como interveniente anuente, e lhe será garantido o acompanhamento da execução do contrato, podendo, inclusive, ter acesso às instalações em que for executado o contrato e aos documentos da fiscalização técnica e contábil (art. 102, I, da Lei n. 14.133, de 2021)

Em caso de obras e serviços de engenharia de grande vulto, assim considerados aqueles serviços cujo valor supera o limite previsto no art. 6º, XXII, com as atualizações previstas no art. 182, ambos da Lei n. 14.133, de 2021, a Administração poderá exigir garantia na modalidade seguro-garantia, inclusive com cláusula de retomada, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato (art. 99 da Lei n. 14.133, de 2021).

Ademais, caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, conforme disposto no art. 59 da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

21. DA SUSTENTABILIDADE

21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

Em obras e serviços de engenharia, a fase de planejamento da contratação deve prever a inclusão de conceitos de sustentabilidade nos projetos que serão elaborados. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo, para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental e para a prevenção e o gerenciamento dos resíduos da construção (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei n. 12.305, de 2010).

A equipe de gerenciamento da contratação tem o dever legal de analisar a viabilidade de inclusão de soluções sustentáveis ainda na fase de elaboração do Estudo Técnico Preliminar. Por meio desse documento, o órgão deve identificar, do ponto de vista administrativo e funcional, quais os requisitos estruturais, funcionais e de desempenho que devem ser atendidos em uma obra ou serviço de engenharia específico. É esse documento que orienta a confecção dos projetos e dos cadernos de encargos e especificações técnicas e deve apresentar quais os reais problemas que deverão ser solucionados, bem como os objetivos que a Administração se propõe a cumprir.

É a partir das definições contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que o Engenheiro/Arquiteto vai especificar quais os materiais a serem adquiridos, as técnicas a serem utilizadas e os custos do empreendimento. Ou seja, se a Administração insere no ETP que um determinado prédio deve ter sistemas de economia de água e energia, ou um sistema de captação e utilização de águas pluviais ou, ainda, que a disposição das salas e do layout de um edifício deve favorecer certos fatores climáticos locais, por exemplo, todas essas especificações deverão ser detalhadas no Projeto de Arquitetura ou de Engenharia a ser elaborado.

Nesse contexto, a Administração pode, inclusive, buscar a certificação de sustentabilidade do empreendimento. O processo de certificação, quando utilizado, atesta a obediência a determinados padrões de qualidade, desempenho, bem como de conformidade a regras nacionais e internacionais.

São bem conhecidas as certificações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, coordenado pelo Inmetro e o Ministério de Minas e Energia, bem como o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL/Edifica, também coordenado pelo Inmetro em parceria com a Eletrobrás.

Por meio dessas duas iniciativas foram introduzidos no Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE, os Requisitos Técnicos de Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Edifícios Públicos (RTQ-C) e o Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RTQ-R).

Através dos procedimentos de submissão definidos nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eficiência Energética de Edificações (RAC) é possível, inclusive, conferir a um edifício a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do Inmetro.

Por meio do Acórdão n. 1666/2019-Plenário, o Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de apreciar a legalidade da exigência de apresentação de certificações em certames, e asseverou que a Administração deve buscar o equilíbrio entre a ampla participação e as exigências de qualificação e de conteúdo das propostas.

Também é indispensável o alinhamento da contratação ao Plano de Gestão de Logística Sustentável - PGLS do órgão. O PGLS deve orientar o perfil de todas as obras e serviços de engenharia ou arquitetura futuros, incluindo não apenas obras novas, mas também os serviços contínuos de adaptação e de manutenção predial, ainda que os atos concretos sejam realizados por meio de pequenas intervenções sob demanda ou, ainda, mediante a promoção de amplas reformas estruturais.

No que diz respeito ao planejamento de obras e serviços de engenharia, é possível identificar três etapas principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observado: **a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto - especificação técnica; b) Na minimização do impacto - prevenção de resíduos; e c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e rejeitos - gestão de resíduos.**

A Advocacia-Geral da União publicou o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no qual o Administrador Público encontrará subsídios que o ajudarão a trilhar o caminho da sustentabilidade.

A consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU, assim como a inserção das previsões legais ali relacionadas nas minutas editalícias correspondentes, antes do encaminhamento do processo administrativo para Parecer jurídico, é um dever do Gestor Público.

Ressalta-se que há possibilidade de serem incluídos outros critérios e práticas de sustentabilidade além daqueles legalmente previstos e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios, mediante justificativa a constar do processo administrativo.

21.2. Da Especificação Técnica

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante a execução dos serviços e dos insumos a eles vinculados, bem como a incidência de normas especiais de comercialização de produtos ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

21.3. Da Minimização do Impacto

No que tange a obras e serviços de engenharia, o art. 18, § 1º, XII da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece como um dos elementos do estudo técnico preliminar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável”.

O art. 45 da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece que as contratações de obras e serviços de engenharia devem respeitar as normas relativas a:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

21.4. Licenciamento Ambiental

No tocante ao licenciamento ambiental, instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981, artigos 9º, VI e 10) como boa prática de gestão administrativa é fundamental que, nos casos em que exigido, o órgão assessorado diligencie previamente perante os órgãos competentes para análise do tempo estimado para sua obtenção.

A “prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA” e “celeridade” que constam do artigo 25, 2º, da Lei 14.133, de 2021, não implicam em adoção de medidas que resultem em prejuízos ao dever de preservação ambiental, devendo ser observados todos os regramentos específicos para o licenciamento ambiental.

Registre-se que sempre que a responsabilidade pelo licenciamento for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital (art. 115, 4º, Lei 14.133, de 2021)

Nas hipóteses nas quais a responsabilidade pelo licenciamento for da contratada, o órgão assessorado deverá considerá-lo no estudo técnico preliminar, na avaliação de riscos e estabelecer um cronograma físico-financeiro compatível, a fim de que seja inserido prazo adequado, evitando-se atrasos na execução contratual e futuras necessidades de prorrogação.

21.5. Dos Resíduos e Rejeitos

Resíduos e rejeitos são causadores de grande impacto ambiental, por tal motivo o Administrador Público deve, quando da contratação de obras e serviços de engenharia, ter como metas as seguintes políticas: (a) Da não geração; (b) Da redução; (c) Da reutilização; (d) Do tratamento; e, (e) Da disposição adequada.

21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal

A Sustentabilidade ora tratada enquadra-se no conceito de política socioambiental; contudo, devido à sua transversalidade, pode ser conjugada com outras políticas públicas, o que lhes confere maior efetividade.

Como exemplos de políticas públicas que podem ser aplicadas em conjunto com a Sustentabilidade nas contratações públicas, temos: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 2010); a Coleta Seletiva Cidadã na Administração Pública Federal (Decreto n. 10.936, de 2022); a Política de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar n. 123, de 2006, e Decreto n. 8.538, de 2015); e a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Decreto n. 3.298, de 1999, e Decreto n. 6.949, de 2009).

21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Assim, nos termos do inc. XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, nas aquisições e contratações

governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

21.8. Da Acessibilidade

A acessibilidade constitui outro aspecto relevante da sustentabilidade a ser observado pelo Gestor Público quando da contratação de obras e serviços de engenharia (Decreto n. 6.949, de 2009, e Lei n. 13.146, de 2015).

O Tribunal de Contas da União - TCU, inclusive, tem recomendado a observância dos “normativos aplicáveis à matéria, sem prejuízo de outras ações não normatizadas que visem a atender o Princípio da Isonomia, no que se refere à acessibilidade” (AC-0047-01/15-P, Plenário, Relator Bruno Dantas).

A acessibilidade caracteriza-se pela identificação e eliminação de barreiras que impeçam ou restrinjam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante ressaltar que tais barreiras podem ser de natureza urbanística; arquitetônica; podem estar relacionadas aos meios de transporte; aos meios de comunicação; à forma como é prestada a informação; podem ser barreiras de origem comportamental; ou constituírem barreiras tecnológicas.

Nesse sentido, a Administração Pública, quando da contratação de obras e serviços de engenharia deve: **a) Na fase de planejamento, observar os princípios do desenho universal, concebendo os ambientes de forma a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico; e b) Observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050/2004.**

[Voltar ao preenchimento](#)

-
- [1] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico*. Dialética, São Paulo, 2005, pg. 30.
- [2] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 195.
- [3] TCU. Acórdão 711/2016 Plenário. Informativo de Licitações e Contratos n. 280/2016.
- [4] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.
- [5] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.
- [6] *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021 (livro eletrônico)*. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61696679&crc=CAC356F0.
Código verificador: **61696679** e Código CRC: **CAC356F0**.

ANEXO III

TERMO DE CONCILIAÇÃO

ACORDO ENTRE O MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a

dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudo-cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados.

Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho – ANPT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE SAÚDE - DIS/CGRH/DGP/PF

Assunto: **Adicional**

Destino: **DAD/ANP**

Processo: **08204.001427/2020-01**

Interessado: **ENGEPROM ENGENHARIA LTDA, DAD/ANP/DGP/PF**

Em resposta a informação 15629060, informo o que segue:

1. Para esclarecimento inicial, o PAIOL que se encontra construído na ANP encontra-se desativado há aproximadamente 3 anos.
2. O Depósito de armas, munições, granadas de efeito moral, “ são artefatos de uso civil e que portanto NÃO SÃO considerados explosivos”, de acordo com engenheiros de Armamento da Seção de Registros da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do E.B.
3. Portanto, de acordo também com o Laudo de Avaliação Ambiental nº 5/2012, NÃO É devido o adicional de Periculosidade aos profissionais relacionado na CBO como Marceneiro, Vidraceiro, Pintor, Pedreiro, Serralheiro.
4. É devido sim, aos Engenheiros de Manutenção, Encarregados de Manutenção, Mecânicos de Refrigeração, Técnicos de Rede, Eletricistas de Instalações, Bombeiros Hidráulicos, Auxiliares de Manutenção (que lidam com Eletricidade), conforme item 7 ANÁLISE / CONCLUSÃO do Laudo de Avaliação Ambiental nº 05/2012.

OBS:Os profissionais mencionados como não beneficiários da Periculosidade devem e são obrigados a utilizarem os EPI's , necessários à sua proteção física.

Os trabalhadores (CLT) que fazem parte da Firma de Manutenção Elétrica já são contemplados propositivamente aos benefícios da Periculosidade.

1. Importante mencionar que os critérios acima mencionados, foram implementados no contrato firmado com a mesma firma na SR/DF.
2. Permita-nos esclarecer de que eventualmente o SEMAI/DAD/ANP/DGP/PF e o GESCON podem utilizar os nossos Laudos Ambientais para assinatura de novos contratos com empresas terceirizadas(IN/ME nº 05/2017. Alinea f do Subitem 10.1 do Anexo VIII-B. Conforme Orientações junto ao COAD/DELOG, os contratos em vigor podem ser repactuados. É importante observar e respeitar as Convenções Coletivas

OBS: Surgindo dúvidas, estas podem ser esclarecidas no DELOG/DF Daniel Tadin (61) 2024 8179 bem como o Médico do Trabalho Dr. Mauricio Arbach - DIS/CGRH/DGP/PF(61)2024 7427.

Maurício M. S. Arbach
Médico do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO MTANIOS ISKANDAR ARBACH, Médico(a)**, em 12/08/2020, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=15673025&crc=9C6DD25E](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=15673025&crc=9C6DD25E).

Código verificador: **15673025** e Código CRC: **9C6DD25E**.

Referência: Processo nº 08204.001427/2020-01

SEI nº 15673025



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**

LAUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL Nº 05 /2012 – SES/CRH/DGP

(ADICIONAL DE PERICULOSIDADE/INSALUBRIDADE)

Laudo de Avaliação Ambiental emitido em conformidade com a mensagem SIAPE Nº 496367 e a Orientação Normativa nº 02, de 19 de fevereiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e MP nº568 de 11/05/2012.

1 – IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 – Órgão : **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**
- 1.2 – Endereço :SAS – Quadra 06 – Lotes 9/10 – Ed. Sede da PF
- 1.3 – Código SIAPE:20115
- 1.4 – Autoridade Competente: Dr. Diomar Rocha / Dr. Mauricio Arbach
- 1.5 – Coordenador de Recursos Humanos: Dr. Jorgeval Silva Costa.
- 1.5.1 – Telefone: 2024.8000.
- 1.5.2 – Endereço Eletrônico: ass.crh@dpf.gov.br

2. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL AVALIADO

- 2.1 – **ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**
- 2.2 - Rodovia DF 001 Km 2 Setor Habitacional Taquari- Lago Norte.
- 2.3 – Horário da Avaliação: 30/04/2012 – 10:0h

3- ASPECTOS SANITÁRIOS

- 3.1 – Existem vasos sanitários disponíveis na proporção de 1:20? (X)Sim; () Não
- 3.2 – Existem disponibilidade de água potável num raio de 50 metros?(X)Sim; () Não
- 3.3 – O local apresenta de: () Infiltração; () Mofo; () Outros (X) Não
- 3.4 – Verifica-se a presença de vetores mecânicos no ambientes como: ratos, pombos, aranhas, escorpiões, formigas, outros? () Sim (X) Não

4 – DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

- 4.1.- Descrição física:
 - 4.1.1- Metragem média do ambiente: Área própria com campus de 800.000m² e área construída de 50.000m².
 - 4.1.2 – Tipo de Edificação : Constituído de 30 blocos com o mesmo padrão de construção com paredes em tijolo aparente; piso em cerâmica clara; teto em concreto aparente e tijolo; divisórias de Eucatex e gesso cartonado; refrigeração com aparelhos split's em cada sala.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

Além de um ginásio de multi atividades em estrutura metálica com capacidade de 2 mil pessoas.

Finalidade: Voltada ao ensino/treinamento dos policiais federais do DPF/DPRF/FORÇA NACIONAL, além de ministrar cursos de segurança aos policiais civis do STJ/MP/SENADO/CÂMARA. É um centro de excelência no treinamento operacional relacionadas às habilidades táticas e balísticas. Promove também pesquisas acadêmicas de interesse da própria Polícia Federal.

4.1.1.3– O ambiente conforme observado oferece risco de acidente ou a segurança física do servidor que ali trabalha? () Sim (X) Não

4.1.5 – Apresenta sistema de condicionamento de ar? () Não (X) Sim; se sim responda:

4.1.5.1 – Indicar se o sistema é: () central; () de parede; (X) tipo split.

4.1.5.2 – Existe filtro nas saídas do ar? () Sim (X) Não;

4.1.5.3 – Próximo a saída do ar, é visível marcas de sujeira? () Sim (X) Não;

4.1.5.4 – Caso o ar condicionado for central, os fan coil, estão limpos? (-) Sim (-) Não;

4.2 – Postos de trabalho:

SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA/BOMBAS DE ABASTECIMENTO
SETRAN / DEPÓSITO DE GAS / NÚCLEO GRÁFICO / SAT (DEPÓSITO DE
MUNIÇÕES / PAIOL) / STAND DE TIROS / SETOR MÉDICO

4.2.1 – Ambiente/Condições em que desenvolve as funções/atividades:

4.2.1.1- SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA:

São um total de 5 subestações espalhadas em torno do campus da ANP.

Existe uma Subestação Central que faz a distribuição para as 4 outras subestações. Esta subestação central encontra-se situada junto à entrada principal da Academia em forma de casamata de cimento. O transformador que lá existe, recebe uma tensão de 13,8KV's da CEB que através de barramentos, circuitos elétricos energizados conduz uma energia na mesma intensidade para as demais subestações (4) mencionadas anteriormente.

Esta Subestação Central encontra-se perigosamente localizada. Os cabos, canaletas e fuzíveis, encontram-se expostos sem a proteção devida, dentro de um alambrado de arame que faz proteção somente pela metade, deixando a parte de cima exposta, aberta e vulnerável. A alavanca de desligamento está sem proteção de borracha necessária. Somente um tapete de borracha faz o devido isolamento no chão de cimento.

As 5 Subestações distribuídas pelo Campus tem o mesmo padrão em forma de casamata de cimento subterrânea. Recebem a energia da CEB na tensão de 13.8 Kvs e que através dos transformadores geram uma energia de tensão de 380 Kvs distribuídos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

enviados aos diversos blocos a energia a 220v. Dois geradores de 500Kvs à óleo diesel dão o suporte de energia em caso de falha do sistema central. São carenados e silenciosos.

Trabalhadores CLT de firma contratada pelo DPF fazem a Manutenção Elétrica de toda a Academia, bem como a manutenção dos aparelhos de ar condicionado, Manutenção Hidráulica e Manutenção Hidrosanitária de todo o campus da ANP.

Estes trabalhadores estão em contato físico constante com as áreas de riscos mencionados na lei 7.369 de 20/09/1985 e do Decreto 93.412 de 14/10/1986 (Eletricidade).

4.2.1.2- BOMBAS DE ABASTECIMENTO: DESATIVADAS.

4.2.1.3- SETRAN(SETOR DE TRANSPORTE):

Manutenção Mecânica e Lavagem: Um bloco amplo com o mesmo padrão com tijolo e cimento aparente. Uma pequena sala adjacente é um estar e repouso dos motoristas de plantão. Este bloco possui 2 boxes amplos para lavagem dos veículos dos mais leves até ônibus e caminhões. Os produtos utilizados são os Solventes Solupan,(GPM 500-LM) que é um detergente desencrostante à base de Ácido Sulfônico/ Ácido Fluorídrico, Ácido Clorídrico. Além do Solupan ZAZ que é um detergente desengraxante ; Shampoo com detergente para lavagem , cera inglesa preta. etc. Atrás do boxe principal encontramos uma pequena oficina com equipamentos de pequenos reparos e consertos mais simples. Encontramos 2 carregadores de bateria(AC).e 2 baterias de 12v e 24 ; já carregadas para socorro imediato de algum veículo em pane. Uma borracharia também faz parte desta oficina, para os reparos mais simples,pois os mais complexos são encaminhados às oficinas credenciadas .

Estão estocados neste local, latas de óleo diesel, óleo lubrificante,cera para polimento etc.,.

No pátio do SETRAN estavam estacionados no momento da perícia, 2 ambulâncias, 4 ônibus, 3 micro ônibus, 2 caminhões, 5 vans e 67 veículos leves.

Neste local, os servidores (RJU) e trabalhadores terceirizados(CLT) desenvolvem as atividades de oficina e lavagem dos veículos de toda a ANP.

4.2.1.4- DEPÓSITO DE GÁS:

Depósito de gás (GLP) contendo 2 botijões de 45 litros cada. Produto que é destinado somente para uso da cozinha geral da ANP. Encontram-se soterrados,isolados e com a tubulação se dirigindo diretamente ao restaurante geral da ANP.

Este depósito fica muito vulnerável, pois encontra-se em um local cercado com alambrado de arame e portão aberto constante.A proteção da chuva e do sol é feita por uma cobertura com folhas de zinco.

A reposição do gás é feita por firma especializada contratada para isto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

4.2.1.5- NÚCLEO GRÁFICO:

Setor localizado no final de um dos blocos principais, onde se encontram as salas da administração, com +/- 250m² com o mesmo padrão de construção com tijolos e cimento aparente, refrigeração com aparelhos split's e presença de exaustores de parede.

Existem no local, 1 máquina industrial de encadernar que utiliza cola quente que exala vapores tóxicos, 1 furadeira, 1 guilhotina industrial que emite um som na máxima de 77,4 dB quando em funcionamento, 1 máquina de triturar papéis, 1 máquina de grampear, além de 1 máquina de reprografia industrial e computadores para arte gráfica mais simples, pois as artes mais complexas são realizadas por firmas contratadas. Não realizam trabalhos com fotolitos.

Os servidores utilizam produtos como tiner, querosene, óleo diesel para limpeza e lubrificação das máquinas.

Atuam neste setor 5 ADM's

Encontramos neste local apenas abafadores de ouvido como EPI's.

4.2.1.6- SAT (DEPÓSITO DE MUNIÇÕES/ PAIOL /ESTANDE DE TIROS):

Deposito de Munições: edificação nova construído com todos os critérios de segurança.

Paredes duplas com bolsões de ar entre elas e com janelas de ventilação; telhas de amianto e teto em gesso; piso em cimento aparente. Em torno do depósito encontramos 8 pára-raios de segurança.

Neste local encontramos empilhadas várias caixas de munições de diversos calibres, além de caixas de granadas de efeito moral(fumígenas, lacrimogêneas, pimenta,luminosas).Não há neste local estoque de granadas de fragmentação e nem de cordões detonantes e outros.

Paiol: O Paiol encontra-se edificado ao lado do Depósito de Munições.Construído de acordo com especificações do M. Exército, com barreiras de proteção, pára-raios, chaminés em torres para ventilação, etc. Dois pequenos ambientes separados entre si de +/- 24m² cada um, estão acondicionados em vários botijões de plástico uma quantidade de pólvora no total de 100 kg (fora de validade) que seria utilizada na recarga de cartuchos (maquinário já desativado). Além destes encontramos no outro ambiente caixas contendo espoletas (fora de validade também) que eram utilizadas com a mesma finalidade da pólvora.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

STANDE DE TIROS: Total de 3. A avaliação ambiental foi realizada no estande principal, onde estava ocorrendo o treinamento de tiro dos novos aspirantes APF's. Neste estande de tiro, que é o principal, é um campo aberto com metragem de 55mX35m de chão de terra e grama. Sinalizadores, indicam distâncias dos alvos fixos dispostos em fileira lado a lado no final do campo, distâncias estas para o treinamento em movimentação. 22 estandes individuais na outra extremidade separados por uma fina camada de parede de alvenaria, serve de treinamento de tiro estático. Nos balcões de apoio em cada boxe encontramos óculos e protetores auriculares tipo abafadores para uso de modo geral de quem está treinando.

Todos os alunos estavam sob supervisão de instrutores de tiro e previamente protegidos com óculos e protetores auriculares.

Na distância destes alunos para o alvo mínimo de 10 m foram usadas as armas: HK 9mm/Pistola Glock/Revólver 357 Magnum/Revólver 38.

4.2.1.7: SETOR MÉDICO:

Com +/- 138 m² divididos em 4 consultórios médicos, 1 gabinete odontológico e 1 sala para a enfermeira.

São realizados neste setor consultas médicas em geral, exames clínicos dos pacientes, são realizadas perícias médicas com fins de homologação de atestados médicos, curativos, aplicação de medicamentos injetáveis, aferição de PA, atendimento de primeiros socorros, etc. São realizados também atendimento médico para fins de perícia nas residências e Hospitais. Quando necessário, os médicos são convocados a compor a Junta Médica Oficial no SES.

O odontólogo realiza procedimento simples de odontologia como extrações, curativos, obturações, profilaxia dentária, emergências odontológicas etc., o aparelho de RaiosX encontra-se desativado.

Os serviços de enfermagem é um apoio médico aos pacientes, incluindo a responsabilidade de providenciar a esterilização de materiais e equipamentos medico-odontológicos.

Atuam neste setor 2 médicos, 1 odontólogo e 1 enfermeira.

EFETIVO DA ANP:

Número de Servidores(as): 166

Terceirizados(CLT): 115 Divididos nas seguintes funções:

Manutenção de Refrigeração / Subestações / Hidráulica / Equipamentos Elétricos e Sistema de ar condicionado.

Manutenção Predial.

Conservação, limpeza em geral. Lavagem de veículos

Coperagem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

Recepcionistas / Vigilantes: Fiscalizam, conferem e registram documentações na entrada e saída dos usuários, servidores, alunos, etc. Atuam nas atividades descritas nas escalas de 12/36.

5 – ANÁLISE AMBIENTAL

ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES – PORTARIA MTB Nº 3214 de 08/06/78 – NR15.

Anexo 01 – Ruído contínuo ou intermitente (X) Não
Anexo 02 – Ruído de impacto (X) Não
Anexo 03 – Exposição ao Calor (X) Não
Anexo 10 – Umidade – Trabalhos (X) Não
Anexo 11 – Agentes químicos. SETRAN/NÚCLEO GRÁFICO (X) Sim
Anexo 14 – Agentes biológicos SES (X) Sim

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS / PORT. Nº 3214 de 08/06/78 – NR 16.

Anexo 01 – Explosivos (X) Não
Anexo 02 – Inflamáveis (X) Não

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (DEC. 93.412 de 14/10/86

(ATIVIDADE EM ENERGIA ELÉTRICA) (X) Sim

Equipamento utilizado: (X) Sim . Decibímetro Modelo DEC 460 Sound Level Meter Instrutherm.

RESULTADO DAS AVERSIÕES:

Quadro I – Avaliação dos Níveis de Pressão Sonora

SETOR	NÍVEL AVALIADO	MÁXIMA EXPOSIÇÃO
	db(a)	DIÁRIA PERMISSÍVEL
HK 9mm	Máximo 88dB Mínima 73dB	85dB/ 8:00h diárias. OBS: No momento da perícia “in loco”, todos utilizavam EPI’s (alunos e instrutores) (óculos e protetores auriculares)
Pistola Glock	Máximo 90dB Mínima 86dB	
Revólver Magnum	Máximo 86dB Mínima 84dB	
Revólver 38	Máximo 82dB Mínima 75dB	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

VENTILAÇÃO:Adequado

MOBILIÁRIO:Adequado

MECÂNICO:Adequado

6 – METODOLOGIA EMPREGADA

A avaliação foi feita através de inspeção nas atividades e no local de trabalho, de acordo com a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras da Portaria MTE nº 3.214, de 08 de junho de 1978, em particular a NR 15 – Atividades e Operações Insalubres e a NR 16 – Atividades e Operações Perigosas, Art.12 da Lei nº 8.270, de 19 de dezembro de 1991, bem como o Decreto 93.412 de 14/10/86 – Eletricidade e a MP 568 11/05/2012 Art. 68 (incisos I,II,III,IV)e Art.87.

7 – ANÁLISE / CONCLUSÃO

Conforme análise qualitativa e quantitativa procedida no local e nas atividades desenvolvidas no : **SETRAN e NÚCLEO GRÁFICO**, os(as) servidores(as) (RJU) e trabalhadores (CLT)lotados(as) nestes setores, estão habitual e permanentemente expostos aos riscos químicos e que portanto fazem jus ao **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**. No **SETOR MÉDICO** os(as) servidores(as) (RJU) e trabalhadores (CLT)estão em contato constante e habitual com os agentes biológicos e que portanto fazem jus ao **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**(NR 15 Anexo 11 e 14-Portaria MTE 3214 8/6/78).

Os trabalhadores terceirizados (CLT) que desenvolvem as atividades de **Manutenção Elétrica (Subestações, Sistema de Refrigeração, Manutenção Hidráulica, Geradores)**, estão em contato físico constante e habitual com as áreas de riscos, conforme Decreto 93.412 de 14/10/1986(Eletricidade) e que portanto fazem jus ao **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**. Os demais trabalhadores (CLT) não estão em contato constante com os agentes mencionados na NR 15 e do Decreto 93.412 de 14/10/1986 e que portanto não fazem jus ao adicional de insalubridade/periculosidade..



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

8 – CLASSIFICAÇÃO DOS GRAUS DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

Local: SETRAN/NÚCLEO GRÁFICO /SETOR MÉDICO

Insalubridade: Atividade Policial (RJU) (X)Concedido GRAU FIXO MÉDIO
Atividade Administrativa (RJU) (X)Concedido GRAU FIXO MÉDIO
Trabalhadores Terceirizados (CLT) (X)Concedido GRAU 20%

Local: Manutenção Elétrica/Refrigeração/Subestações/Hidráulica/Geradores:

Periculosidade: Trabalhadores Terceirizados (CLT) (X)Concedido GRAU 30%

OBS: Conforme Art.5º, Inciso IX, da Lei 11.358 de 19/10/2006, os servidores policiais já percebem os benefícios previstos nesta lei.

9 – MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS PARA ELIMINAR OU NEUTRALIZAR O RISCO.

Pelo fato de termos detectado, no decorrer de nossa avaliação ambiental alguns procedimentos e situações inadequadas no ambiente de trabalho e nas atividades desenvolvidas, sugerimos como medidas de segurança, higiene e saúde ocupacional que:

9.1 – Recomendamos a utilização constante e obrigatória de EPI's, como máscaras tipo respirador purificador de ar, óculos de segurança além de abafadores auriculares, principalmente dos servidores lotados no NÚCLEO GRÁFICO.

9.2 – Recomendamos aos servidores que atuam no SAT/ESTANDE DE TIRO, o uso constante e obrigatório de EPI's, como abafadores de som auriculares em concha ou tipo plug e óculos de segurança.

9.3- Recomendamos a realização de Audiometria de 6/6 meses, principalmente dos instrutores de tiro do SAT.

9.4- Recomendamos que seja avaliado por especialista na área de engenharia de segurança as condições descritas no item 4.2.1.4 (Depósito de Gás).

9.5- Recomendamos que sejam observadas as orientações contidas no R 105 do M. Exército, no que tange aos explosivos com data de validade vencida, que se encontram no Paio da ANP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

9.6- Recomendamos que de acordo com as observações feitas no item 4.2.1.1-sejam providenciados os EPI's e EPC's necessários à correção dos itens dscritos.

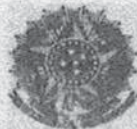
10- RECOMENDAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ON/SRH /MP 02 de 19/02/10)

10-1- É de responsabilidade da Chefia do órgão periciado a identificação e enquadramento de cada servidor (a), no rol de suas atividades rotineiras e periciadas que venham a fazer jus ou não ao adicional de insalubridade/periculosidade aprovados, definindo também se os mesmos desempenham tais atividades de forma contínua, intermitente ou eventual.

10-2- A autoridade que conceder os adicionais de insalubridade/periculosidade compete a adoção de medidas necessárias à redução ou eliminação dos possíveis riscos ambientais relacionados no relatório específico, bem como proteção dos respectivos efeitos, conforme preconiza a IN 02/98 SEPLAN/PR.

10-3- A percepção do pagamento dos adicionais não desobriga às chefias a promoverem medidas de proteção individual ou coletiva e aos servidores cumprirem as normas e/ou procedimentos destinados à proteção de sua saúde e integridade física.

10-4- Compete à Chefia do (a) servidor(a) a descaracterização do benefício pecuniário, quando da mudança de setor ou na sua aposentadoria bem como a obrigatoriedade de informar ao setor de pessoal/cadastro, para a exclusão de seu nome e matrícula, da folha de pagamento do benefício mencionado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

10-5- O Laudo Ambiental para a concessão de adicionais, não terá prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes, bem como alterações estruturais / ambientais.

Data 30/6/2012.

Perito: Diomar Mendes Rocha
Médico do Trabalho - MTb 6866
Email: diomarmendes@yahoo.com.br

Assinatura Carimbo

Perito: Maurício M. L. Arbach
Médico do Trabalho - MTb 1722
Email: mauricioarbach@yahoo.com.br

Assinatura Carimbo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO XXIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

Cidade, ____ de ____ de ____

(assinatura do representante legal do licitante)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61697792&crc=87AEDCE4.
Código verificador: **61697792** e Código CRC: **87AEDCE4**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO XXIV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO
DO SIMPLES NACIONAL (EXCLUSIVO PARA ME e EPP'S OPTANTES DO SIMPLES
NACIONAL)**

A empresa_(identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº ___, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) (nome do representante), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº ___, **DECLARA CIÊNCIA**, sob as penas da Lei, das seguintes condições e obrigações previstas no Edital e Anexos:

- 1) Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 2) Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 3) Para efeito de comprovação da comunicação, apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

Cidade, de _____ de _____

(assinatura do representante legal do licitante)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61697842&crc=3F97C9A0](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61697842&crc=3F97C9A0).

Código verificador: **61697842** e Código CRC: **3F97C9A0**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61697842



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO XXV

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E
UTILIZAÇÃO DA GARANTIA**

CONTRATO Nº XXXX

(identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº __, por intermédio de seu representante legal, o Sr. __ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº__ e do CPF nº__, **AUTORIZA**, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

(X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 ;

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Cidade, ____ de ____ de ____

(assinatura do representante legal do licitante)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61697958&crc=415B02FF](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61697958&crc=415B02FF).

Código verificador: **61697958** e Código CRC: **415B02FF**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61697958



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO XXVI

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHADOR

TERMO DE ENCAMINHAMENTO

Em cumprimento ao Contrato nº ____/____, encaminho a essa Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia o profissional identificado abaixo, dessa pessoa jurídica, para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

Nome:

Função:

Matrícula:

Data de Admissão:

(assinatura do representante legal do licitante)

TERMO DE ENCAMINHAMENTO

Informo que o profissional supra indicado, empregado da Empresa _____ se apresentou, na data abaixo consignada, para desempenhar suas atividades no(a) _____, no horário _____.

O _____ profissional _____ iniciou suas _____ atividades, _____ na _____, em ____/____/20____.

Cidade, _____ de _____ de _____

(assinatura do fiscal)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61698109&crc=702A1579.
Código verificador: **61698109** e Código CRC: **702A1579**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

ANEXO XXVII

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR/IMPEDIMENTO

EU _____, portador do RG nº _____, CPF: _____, residente e domiciliado na _____, cidade de _____/_____, CEP: _____, Declaro, para os fins do disposto no Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, que NÃO possuo relação familiar com agente público deste Órgão. Entende-se por familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau. Declaro ainda serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de demissão por justa causa, caso se constate alguma falsidade, comprometendo-me, ainda, em fazer a imediata comunicação à Empresa _____ sobre qualquer alteração das informações acima.

Cidade, _____ de _____ de _____

(assinatura do funcionário)

(assinatura do preposto da empresa CONTRATADA)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA**, **Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61698145&crc=E9A643F1.
Código verificador: **61698145** e Código CRC: **E9A643F1**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS -
SECON/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08204.003981/2024-48

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/2025**, QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) DIRETORIA DE
ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA -
DIREN-ANP/PF E

A UNIÃO, por meio da DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - DIREN-ANP/PF, Unidade Gestora da POLÍCIA FEDERAL, com sede na Rodovia DF 001, K m 02 – Lago Norte na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ nº 00.394.494/0083-82, neste ato representado pela sua Diretora, **CHRISTIANE CORRÊA MACHADO**, Delegada de Polícia Federal, nomeada pela Portaria nº 198, de 17 de fevereiro de 2025, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2 do dia 18 de fevereiro de 2025, e com a delegação de competência conferida pela Portaria nº 165, de 21 de março de 2025, do Diretor-Geral da Polícia Federal, publicada no Boletim de Serviço nº 058, de 26 de março de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 08204.003981/2024-48 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **manutenção predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva) e fornecimento de materiais, peças e equipamentos para a manutenção preventiva e corretiva**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Total Anual
	1	Serviços Ordinários descritos no Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente.		Serviço	Anual	R\$

1	2	Serviços Especializados descritos no Anexo 04 - Serviços Especializados Eventuais.	1627	Serviço	Anual Sob Demanda	R\$
	3	Fornecimento de materiais, peças, equipamentos e insumos descritos nos Anexo 05 - Equipamentos, Instrumentos e Ferramental e Anexo 06 - Peças e Materiais.		Material	Anual Sob Demanda	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *60 (sessenta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *60 (sessenta) dias*;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;

9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à

execução do contrato;

9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.37. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.41. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.43. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.44. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.45. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.46. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.47. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.48. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.48.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.48.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.53. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;*

9.53.1. *As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 27% (vinte e sete por cento) - ((45,3% pardas + 10,2% pretas)/(203,9*100)) 40942595.*

9.53.2. *Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.*

9.53.3. *Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.*

9.53.4. *Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.*

9.53.5. *Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.*

9.53.6. *O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.53.4.*

9.53.7. *O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.*

9.54. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los,*

com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.10.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.10.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.10.3. Das indenizações e multas.

14.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.12. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.13. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.14. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.15. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.15.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.15.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.16. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.17. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.17.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.17.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.18. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.19. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 00001/200340;

II) Fonte de recursos: 01000000000;

III) Programa de trabalho: PTRES 172371;

IV) Elemento de despesa: 339037; e

V) Plano interno: PF99ON9AG25; e

VI) Nota de empenho: ;

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Brasília**, Seção Judiciária do **Distrito Federal** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

CHRISTIANE CORRÊA MACHADO
Delegada de Polícia Federal
Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia
Ordenadora de Despesas da UG 200340

Representante legal do CONTRATADO

Diretor

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Última versão do Modelo de Contrato Lei 14133/2021 - Extraída do Site AGU em 22/04/2025 - às 17h12.



Documento assinado eletronicamente por **DURVAL GOMES GUEDES, Gestor de Contrato**, em 28/05/2025, às 21:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61307902&crc=8CAA5A54.
Código verificador: **61307902** e Código CRC: **8CAA5A54**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61307902